**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA
E LÍNGUA PORTUGUESA**

FILIPPE MANTOVANI FERREIRA

**Analogia e argumentação no debate parlamentar:
o caso da criminalização da LGBTfobia**

versão corrigida

**São Paulo
2018**

FILIPPE MANTOVANI FERREIRA

**Analogia e argumentação no debate parlamentar:
o caso da criminalização da LGBTfobia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo visando à obtenção do título de Doutor em Letras: Filologia e Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino

versão corrigida

**São Paulo
2018**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE**

Termo de Ciência e Concordância do(a) Orientador(a)

Nome do (a) aluno (a): Filipe Mantovani Ferreira

Data da defesa: 25/09/2018

Nome da profa. orientadora: Zilda Gaspar Oliveira de Aquino

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 17/01/2019.

Assinatura da orientadora

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F383a Ferreira, Filipe Mantovani
 Analogia e argumentação no debate parlamentar: o
 caso da criminalização da LGBTfobia / Filipe
 Mantovani Ferreira ; orientadora Zilda Gaspar
 Oliveira de Aquino. - São Paulo, 2018.
 259 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área
 de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

 1. Debate parlamentar. 2. Analogia. 3.
 Argumentação. 4. Discurso Político. I. Aquino, Zilda
 Gaspar Oliveira de, orient. II. Título.

FERREIRA, F. M. **Analogia e argumentação no debate parlamentar**: o caso da criminalização da LGBTfobia. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Letras: Filologia e Língua Portuguesa.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*A meus pais, Jaci e Dirce, a minha irmã,
Karin, a meus avós maternos, Nelson e
Amália, e à memória de meus avós
paternos, Adelício e Elvira.*

A VERDADE DIVIDIDA

*A porta da verdade estava aberta
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.*

*Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só conseguia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.*

*Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia os seus fogos.
Era dividida em duas metades
diferentes uma da outra.*

*Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era perfeitamente bela.
E era preciso optar. Cada um optou
conforme seu capricho, sua ilusão, sua miopia.*

Carlos Drummond de Andrade

AGRADECIMENTOS

Mikhail Bakhtin, em suas reflexões sobre a linguagem e o discurso, enfatizou a impossibilidade de se postular a existência da palavra adâmica e salientou a necessidade de reconhecermos, em cada um dos enunciados que proferimos, a existência de um diálogo com o outro. Bakhtin defende, assim, que participamos, cada um de nós, de uma cadeia dialógica, cujo início nos antecede e cujo fim está além de nossa existência. Este trabalho não é exceção: como qualquer manifestação discursiva, ele se constitui como um elo de uma cadeia, como uma resposta a enunciados que o precedem e como um enunciado ao qual outras pessoas talvez respondam no futuro. Tendo isso em vista, resta-me agradecer àqueles que, de maneiras diversas, colaboraram para sua concretização, na esperança de que esta tese possa consistir em uma forma de estabelecer diálogo com pesquisadores interessados em questões relacionadas ao debate parlamentar, às analogias, ao discurso e à argumentação.

Gostaria de expressar, em primeiro lugar, meus agradecimentos a minha orientadora, Profa. Dra. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino, cuja paciência, competência e compreensão foram indispensáveis para que este trabalho se tornasse possível. Obrigado por todo o (costumeiro) apoio nesses (vários) anos de trabalho conjunto.

Agradeço também aos Profs. Drs. Edwiges Maria Morato e Paulo Roberto Gonçalves-Segundo, cujas valiosas observações, feitas por ocasião do Exame de Qualificação, contribuíram muito para a finalização deste trabalho.

Agradeço, além disso, a minha família, cujo apoio foi indispensável para a concretização deste trabalho. Muito obrigado a meus pais, Jaci e Dirce, a minha irmã, Karin, e a meus avós maternos, Nelson e Amália, que estiveram a meu lado durante minha caminhada no mundo acadêmico. Agradeço ainda a meus avós paternos, Adelício e Elvira, que não viveram o suficiente para acompanhar as etapas de desenvolvimento deste trabalho, mas tiveram importante influência em minha formação como indivíduo e seguem vivos em minha memória e meu coração.

Registro ainda meus agradecimentos aos amigos que fiz durante meu período de estudos no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, cujo apoio, carinho e inteligência tornaram meu percurso no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa mais prazeroso. Minha gratidão a Alexandre Marques, Daniela Miranda, Solange Luques, Leticia Costa e Renata Palumbo.

Expresso também minha gratidão a outras pessoas queridas que caminharam a meu lado durante o percurso de desenvolvimento desta tese. Muito obrigado a Anderson Brito, Camila Silva, Carolina Kiyuna, Daniel Dominguez, Diogo Spinelli, Elisa Mafra e Juliana Colombo. Agradeço ainda, de modo especial, a Paulo Henrique Veloso por seu apoio, interlocução e companheirismo.

Agradeço, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido, que foi condição para que este trabalho pudesse ser realizado, e à Universidade de São Paulo (USP), que me acolheu durante todos os anos de graduação e pós-graduação e contribuiu de modo decisivo para minha formação.

RESUMO

FERREIRA, F. M. **Analogia e argumentação no debate parlamentar**: o caso da criminalização da LGBTfobia. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

Ao longo das últimas décadas, o estigma relacionado a grupos minoritários — em virtude da religião, etnia, sexualidade, gênero ou outras características — tem consistido em tema de debate em diferentes lugares do mundo. O Brasil não constituiu exceção a essa tendência. Em 08 de dezembro de 2011, o Projeto de Lei da Câmara nº 122 (PLC 122/06), cujo objetivo principal era criminalizar a LGBTfobia no país, foi debatido na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. O projeto, proposto pela deputada federal Iara Bernardi, consistia em uma resposta aos alarmantes números da violência em função de identidade de gênero e orientação sexual no Brasil. Participaram do debate os senadores Paulo Paim, Marta Suplicy, Magno Malta, Marinor Brito, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy e Sérgio Petecão. O registro e a transmissão do debate foram feitos pela TV Senado. O debate foi marcado por intensa discordância entre senadores favoráveis e contrários aprovação do projeto. O dissenso entre esses grupos marcou-se linguístico-discursivamente de variadas formas, entre as quais destacamos a construção de analogias de que seus membros lançaram mão com o objetivo de justificar seus posicionamentos políticos e de argumentar em favor deles. A tese defendida neste trabalho é que as analogias, em virtude da seletividade que lhes é inerente, colaboram para a construção de conceptualizações da realidade, as quais podem ser manipuladas a depender dos objetivos argumentativos dos oradores. Pressupomos, pois, que as analogias utilizadas têm função argumentativa e podem influenciar a maneira como se conceptualiza o projeto de lei, seus defensores e aqueles que a ele se opõem a ele. Tendo isso em vista, este trabalho objetiva identificar e analisar qualitativamente as analogias empregadas, a fim de desvelar as representações do PLC 122/06 e dos debatedores com cuja criação elas colaboram. A fim de viabilizar a identificação e análise das analogias, procedeu-se à transcrição do registro do debate feito pela TV Senado, o qual ocupou aproximadamente 1h33 de uma sessão

da comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. A transcrição do debate foi feita em conformidade com as orientações do Projeto de Estudos da Norma Linguística Urbana Culta de São Paulo (Projeto NURC-SP). Constituem a base teórica deste trabalho estudos nas áreas de Argumentação (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958]), Estudos Cognitivos da Analogia (HOLYOAK, 2005; GENTNER & BOWDLE, 2008; GENTNER & FORBUS, 2011) e Estudos Críticos do Discurso (VAN DIJK, 2014, 2012, 2008, 2006), entre outros. A análise do *corpus* permitiu constatar que os grupos discordantes, por meio do recurso a analogias, negociam o significado da aprovação do PLC122/06 para a sociedade brasileira, ora defendendo uma pretensa aceitabilidade deste, ora negando-a. A análise permitiu, além disso, que se descrevessem os usos de analogias dos senadores em termos de nichos analógicos e amálgamas, os quais têm função estruturante e argumentativa no debate sob análise.

Palavras-chave: Debate Parlamentar. Analogia. Argumentação. Cognição. Discurso Político.

ABSTRACT

FERREIRA, F. M. **Analogy and argumentation in parliamentary debate**: the case of the criminalization of the discrimination against LGBT people. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

The stigma directed toward minority groups — because of their religion, ethnicity, sexuality, genre and other features — has been a debate topic in different parts of the world throughout the past decades. Brazil was no exception to that tendency. On December 8th, 2011, bill nº. 122/2006, which aimed at outlawing prejudice against the LGBT community in Brazil, was debated by the Human Rights and Participative Legislation Committee of the Federal Senate. The bill, proposed by Federal Deputy Iara Bernardi, was a response to the alarming rates of crimes motivated by sex orientation and genre identity in Brazil. Senators Paulo Paim, Marta Suplicy, Magno Malta, Marinor Brito, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy, and Sérgio Petecão participated in the debate, which was recorded and aired by TV Senado. The debate was characterized by profound dissensus between senators who were favorable and unfavorable to the approval of the bill. The dissensus between those two groups was marked linguistically and discursively in various ways, including analogies, which are used by senators to justify the political stands they take and to argue in favor of them. The thesis that is defended in this work is that, because analogies are intrinsically selective, they may create different conceptualizations of reality, which means that they may be manipulated to meet the argumentative objectives of the speakers. It is thus assumed that analogies in discourse have argumentative roles and may influence the way in which the bill, its supporters and its opponents are conceptualized. Considering that, the objective of this work is to identify and analyze qualitatively the analogies used by the senators, so that the conceptualizations of the project, its opponents and its supporters they suggest can be observed. The transcription of the debate has been done according to the guidelines published by the Project of Study of the Standard Urban Linguistic Norm of São Paulo (Projeto NURC-SP). The theoretical basis of this work is to be

found in studies in the areas of Argumentation (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958]), Cognitive Studies of Analogy (HOLYOAK, 2005; GENTNER & BOWDLE, 2008; GENTNER & FORBUS, 2011), Critical Discourse Studies (VAN DIJK, 2014, 2012, 2008, 2006), among others. The analysis of the *corpus* made possible to conclude that the two groups of senators, by means of analogies, negotiate the meaning of the approval of the bill for the Brazilian population, sometimes defending the acceptability of the bill, sometimes calling it into question. The analysis also allowed the proposal and description of the concepts of analogical niches and amalgams, which both structure the debate and are used for argumentation purposes.

Keywords: Congress Debate. Analogy. Argumentation. Cognition. Political Discourse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	XIX
CAPÍTULO I – O DEBATE PARLAMENTAR ACERCA DO PLC 122/2006 NO SENADO FEDERAL.....	27
1.1 As relações entre o movimento LGBT, a política e o Estado.....	27
1.2 A bancada evangélica: organização e ideologia.....	38
1.3 O Projeto de Lei da Câmara 122/2006: histórico da tramitação.....	41
CAPÍTULO II – O DEBATE PARLAMENTAR: CONSIDERAÇÕES DE CUNHO ANALÍTICO E DESCRITIVO	50
2.1 O gênero debate.....	50
2.1.1 O debate parlamentar	56
2.2 Descrição do debate sobre o PLC 122/2006 ocorrido em 08/12/2011 ...	61
2.2.1 O dissenso.....	61
2.2.2 A busca pelo consenso.....	64
2.2.3 O papel do mediador	65
CAPÍTULO III - A ESTRUTURA E O PROCESSAMENTO COGNITIVO DAS ANALOGIAS	68
3.1 A estrutura das analogias.....	70
3.2 As abordagens sintática e pragmática das analogias	80
3.2.1. A teoria do mapeamento estrutural de Gentner.....	81
3.2.2. A pragmática das analogias.....	82
3.3 As etapas do processamento das analogias	86
3.3.1 A recuperação.....	86
3.3.2 O mapeamento	89
3.3.2.1 A abstração.....	92
3.3.2.2 A seletividade do mapeamento	94
3.3.3 A avaliação.....	97
3.4 Analogias e metáforas: pontos de contato e distanciamento	98
3.5 A expressão das analogias por meio da língua	104
CAPÍTULO IV - A ANALOGIA COMO PROCESSO SOCIAL, COGNITIVO, HISTÓRICO E DISCURSIVO	107
4.1 A questão da significação: história e epistemologia	107
4.1.1 A dessubjetificação do significado.....	107

4.1.2 A produção de sentido como trabalho: a mente incorporada.....	112
4.2 A analogia no discurso e a negociação do significado	123
4.2.1 O conceito de analogia segundo um ponto de vista discursivo	128
4.2.2 A dimensão discursiva do processo de recuperação	129
4.2.3 A dimensão discursiva do processo de mapeamento.....	135
4.2.4 A dimensão discursiva do processo de avaliação.....	140
 CAPÍTULO V – ANÁLISES - ANALOGIAS, NICHOS ANALÓGICOS E AMÁLGAMAS COMO ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS NO DEBATE PARLAMENTAR.....	 144
5.1 A população LGBT como grupo estigmatizado	144
5.1.1 Ser LGBT é como ser negro	144
5.1.1.1 Analogia e dissenso: a questão do arbítrio.....	148
5.1.2 Ser LGBT não é como ser japonês ou nipodescendente	154
5.1.3 Ser LGBT não é como ser índio.....	155
5.1.4 Ser LGBT é como ser pessoa com deficiência.....	155
5.1.4.1 Analogia e dissenso: a questão da agressão	157
5.1.5 Ser LGBT é como ser mulher	158
5.1.6 Proteger pessoas LGBT é como proteger idosos	161
5.1.7 Ser LGBT é como ser evangélico	162
5.1.8 Ser LGBT é como ser criança ou adolescente	165
5.1.9 Ser LGBT é como ser dependente químico	166
5.2 O PLC 122/2006 como alvo em analogias	167
5.2.1 Analogias entre o PLC 122/2006 e leis ou projetos de lei	167
5.2.1.1 O PLC 122/2006 é como o Código Florestal	167
5.2.1.2 O PLC 122/2006 é como a lei paulista 10.948/2001	169
5.2.1.2.1 Analogia e dissenso: a questão da competência penal.....	170
5.2.2 Outras analogias em que o PLC 122/2006 tem função de alvo.....	171
5.2.2.1 O PLC 122/2006 é como matéria orgânica podre.....	171
5.2.2.2 A aprovação do PLC 122/2006 é como a construção de um império.....	173
5.3 Os nichos analógicos	174
5.3.1 Dissonâncias em nichos analógicos: as amálgamas	178
5.3.1.1 Amálgama e dissenso: a negação da similaridade interdominiais.....	184
5.4 Considerações sobre as análises.....	186
 CONCLUSÃO	 193
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 200
 ANEXO 1 - TRANSCRIÇÃO DO DEBATE ACERCA DO PLC 122/2006.....	 209
 ANEXO 2 - NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO DO DEBATE.....	 257

Lista de figuras

Figura 1 – exemplo de analogia em que não há semelhança funcional.....	71
Figura 2 – as analogias estrutural-e-funcional e formal: um <i>continuum</i>	72
Figura 3 – representação em árvore de uma analogia prototípica	73
Figura 4 – três momentos do processo de mapeamento	91
Figura 5 – a relação entre generalização-1 e generalização-2.....	92
Figura 6 – exemplo de analogia em uma tira	95
Figura 7 – a abordagem triangular do discurso de Van Dijk (2006)	127

Lista de quadros

Quadro 1 – relação de senadores favoráveis e contrários à aprovação do PLC 122/2006	63
Quadro 2 – a analogia entre aves e peixes.....	70
Quadro 3 – a analogia no âmbito do uso da língua segundo Sapir (1921)	75
Quadro 4 – o mapeamento estrutural segundo Gentner (1983).....	81
Quadro 5 – diferenças entre os processos de recuperação e mapeamento.....	90
Quadro 6 – a analogia <i>minas de ouro são como enciclopédias</i>	101
Quadro 7 – os tipos de analogias segundo Plantin (2011)	105
Quadro 8 – correspondências na analogia <i>Lula é como uma jararaca</i>	133
Quadro 9 – a estrutura do argumento por analogia, de acordo com Walton, Reed e Macagno (2008).....	147
Quadro 10 – correspondências na analogia <i>proteger idosos é como proteger pessoas LGBT</i>	162
Quadro 11 – correspondências na analogia <i>ser dependente químico é como ser LGBT</i>	166
Quadro 12 – correspondências na analogia <i>o código florestal é como o PLC 122/2006</i> , de acordo com Cristovam Buarque.....	168
Quadro 13 – correspondências na analogia <i>o código florestal é como o PLC 122/2006</i> , de acordo com Lídice da Mata.....	169
Quadro 14 – correspondências na analogia <i>o PLC 122/2006 é como matéria orgânica podre</i>	172
Quadro 15 – o nicho analógico <i>pessoas LGBT são como evangélicos, pobres e nordestinos</i>	175
Quadro 16 – refutação e nicho analógico: <i>negros são como japoneses e pessoas com deficiência, mas não são como pessoas LGBT</i>	176

Quadro 17 – o nicho analógico <i>mulheres são como crianças, adolescentes e pessoas LGBT</i>	177
Quadro 18 – o nicho analógico <i>pessoas LGBT são como aposentados, pessoas com deficiência e mendigos</i>	180
Quadro 19 – nicho analógico <i>pessoas LGBT são como aposentados, pessoas com deficiência, mendigos, muçulmanos, evangélicos, pessoas com síndrome de Down e jornalistas</i>	181
Quadro 20 – refutação e nicho analógico: <i>pessoas LGBT, como outros grupos, são vítimas de discriminação, mas, diferentemente deles, correm risco de vida por conta da violência homofóbica</i>	185
Quadro 21 – resumo dos posicionamentos expressos pelos senadores por meio de analogias e/ou nichos analógicos.....	188

INTRODUÇÃO

Dados disponíveis nos *Relatórios Sobre Violência Homofóbica no Brasil*, publicados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos¹, órgão do governo federal encarregado da proposição de políticas públicas voltadas ao combate à discriminação a grupos reconhecidamente vulneráveis, sugerem que o Brasil é um país acentuadamente LGBTfóbico². Em relatório publicado no ano de 2016 a respeito dos números da violência contra pessoas LGBT no ano de 2013³, constam os seguintes dados, que ilustram a dimensão do problema da discriminação de pessoas LGBT no Brasil:

Em 2013, foram registradas pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100) 1.695 denúncias de 3.398 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 1.906 vítimas e 2.461 suspeitos. [...] Esse cenário se torna ainda mais preocupante ao se levar em conta a subnotificação de dados relacionados a violências em geral e a este tipo de violência em particular. Muitas vezes, ocorre a naturalização da violência como único tratamento possível, ou a autoculpabilização. [...] Apesar da subnotificação, os números apontam para um grave quadro de violências homofóbicas no Brasil: no ano de 2013, foram reportadas 9,31 violações de direitos humanos de caráter homofóbico do total de violações no dia. A cada dia, durante o ano de 2013, 5,22 pessoas foram vítimas de violência homofóbica do total de casos reportados no país (BRASIL, 2016, p. 11-12).

O significativo número de denúncias de violência contra a população LGBT tem gerado, ao longo das últimas décadas, um aumento da quantidade de políticas afirmativas, tais como a criação do programa federal Brasil sem Homofobia, do programa fluminense Rio sem Homofobia, ou mesmo a edição de leis específicas que determinam a punição de indivíduos que discriminem outros em função de orientação sexual — a lei paulista 10.948, de 2001, é um exemplo.

¹ A Secretaria Especial de Direitos Humanos esteve, inicialmente, ligada diretamente à Presidência da República e, posteriormente, na administração de Dilma Rousseff, ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que recebe atualmente o nome de Ministério dos Direitos Humanos.

² Preferimos o neologismo *LGBTfobia* (e outros dele derivados) ao termo *homofobia* neste trabalho, por entendermos que aquele termo abrange de modo mais adequado as diversas formas de manifestação de violência contra homossexuais, bissexuais e transgêneros existentes que este. Para fins de discussão teórica e de análise, todas as ocorrências da palavra *homofobia* em citações serão consideradas sinônimas de *LGBTfobia*.

³ Trata-se do relatório mais recente publicado no site do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Os relatórios encontram-se disponíveis no endereço eletrônico <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos>. Consulta em 19/03/2018.

Proposto pela ex-deputada federal Iara Bernardi (PT/SP)⁴ em 2001 como resposta a alarmantes dados sobre violência contra a população LGBT, o Projeto de Lei 5003/2001, que visava à tipificação do crime de discriminação em função de identidade de gênero e orientação sexual, foi aprovado pela Câmara dos Deputados e seguiu, em 2006, para o Senado Federal, onde passou a ser designado Projeto de Lei da Câmara 122/2006 (PLC 122/2006).

O projeto de lei, concebido pela ex-deputada federal Iara Bernardi como uma forma de procurar reduzir os números de crimes em razão de LGBTfobia, foi, no âmbito do Senado Federal, debatido pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Caso tivesse sido aprovado pelos senadores membros dessas comissões, o projeto de lei teria sido levado ao plenário do Senado Federal, que poderia aprová-lo ou rejeitá-lo. Sendo aprovado, o projeto teria então sido alçado para a análise do(a) Presidente da República, que poderia vetá-lo (integral ou parcialmente) ou sancioná-lo.

Não é surpreendente que o PLC 122/2006 tenha suscitado reações, tanto contrárias quanto favoráveis, bastante veementes entre membros da sociedade, visto que se trata de uma discussão sobre uma temática complexa, em que estão em jogo ideias diferentes (e por vezes conflitantes) do que é aceitável sob diversos pontos de vista, tais como a moralidade, a religião e a ética.

Tendo isso em vista, tampouco surpreende que os debates ocorridos no Congresso Nacional tenham se marcado por intenso desacordo entre os parlamentares, que procuraram, por meio de procedimentos linguístico-discursivos de naturezas diversas, defender suas teses, conquistar a adesão para elas e procurar enfraquecer teses contrárias.

⁴ Tendo em vista o fato de ser bastante comum, no Brasil, que políticos passem por mais de um partido ao longo de suas vidas públicas, optamos por indicar, após seus nomes, a sigla do partido político a que pertenciam à época em que ocorreu o debate a cuja análise procedemos neste trabalho seguida da sigla da unidade da federação pelas quais se elegeram. Acreditamos facilitar, deste modo, a compreensão das alianças, alinhamentos ideológicos, divergências e jogos de interesses nos quais tenham se envolvido. Assim, por exemplo, embora se saiba que a senadora Marta Suplicy pertença atualmente ao PMDB, partido que faz oposição ao PT em nível federal, seu nome aparecerá vinculado a este partido, e não àquele, uma vez que esteve filiada ao PT durante toda a tramitação do PLC 122/2006.

Conhecer o cerne do processamento do debate parlamentar em questão foi o ponto fulcral que nos motivou a realizar esta pesquisa. Em decorrência disso, propusemos as seguintes perguntas de pesquisa:

- De que modo argumentam nossos políticos frente a uma questão tão instigante quanto a LGBTfobia e sua criminalização?
- De que maneira os parlamentares defendem suas posições?
- Que representações os parlamentares constroem a respeito do PLC 122/2006, de seus defensores e de seus opositores?

Tendo em vista que a tentativa de entender as consequências da aprovação de um projeto de lei é inerente à cogitação legislativa, pode-se dizer que as analogias desempenham papel preponderante no trabalho parlamentar, na medida em que o raciocínio analógico consiste, *grosso modo*, em um recurso que permite a compreensão de um elemento menos familiar, que se deseja conhecer, por meio da comparação com elementos mais familiares (ITKONEN, 2005). Isso significa que as analogias podem ser consideradas, por um lado, a partir de uma perspectiva mais propriamente cognitiva, uma forma de adquirir novos conhecimentos, construir hipóteses e resolver problemas; e, por outro, a partir de um ponto de vista argumentativo-discursivo, uma maneira de manipular a compreensão de elementos e eventos, de modo a atender aos objetivos dos oradores.

Considerando a importância política e social do debate sobre a temática LGBT e a relevância da analogia como procedimento argumentativo, acreditamos haver mérito no exame das analogias empregadas nos discursos de parlamentares que participaram do debate em questão.

Temos por hipótese a ideia de que a análise das analogias empregadas no debate parlamentar sobre o PLC 122/2006 corresponde a uma forma de compreender, de um ponto de vista linguístico-discursivo, o encaminhamento argumentativo dado às discussões.

Nessa direção, defendemos a tese de que as analogias, em virtude da seletividade que lhes é inerente, colaboram para a construção de conceptualizações⁵ da realidade, as quais, por serem sempre parciais, podem ser utilizadas para atender aos objetivos argumentativos dos oradores. Isso significa dizer que a seleção dos domínios que compõem as analogias, a identificação de similaridades entre eles e a criação de inferências a partir das analogias têm caráter eminentemente argumentativo, visto que se submetem, no debate em questão, a um desejo de conseguir a aprovação ou rejeição do projeto de lei por meio de mecanismos que possibilitam a (re)construção estratégica do que significa, para a sociedade brasileira, aprovar o PLC 122/2006. Defendemos, além disso, que os oradores podem fazer uso de diversas analogias com um mesmo objetivo argumentativo, levando à formação de nichos analógicos, os quais podem ser dotados de maior ou menor coerência interna.

Nessa direção, delineiam-se nossos objetivos, conforme segue:

1. definir as analogias e descrever suas propriedades do ponto de vista de seu processamento mental;
2. discutir as funções discursivo-argumentativas das analogias em um debate parlamentar, levando em conta as limitações de um modelo puramente cognitivista de analogia para análises feitas no âmbito dos Estudos Discursivos;
3. observar, no *corpus* selecionado para análise, a maneira como a construção de analogias e nichos analógicos colabora para conceptualizações do PLC 122/2006 compatíveis com os objetivos dos senadores favoráveis e contrários à sua aprovação;
4. examinar do uso das analogias como estratégias de criação e negociação de significados com vistas à persuasão, à manipulação e ao exercício do poder.

⁵ A palavra *conceptualização* e outras dela derivadas são utilizadas, neste trabalho, para fazer referência à construção de modelos de conhecimento a respeito das coisas do mundo. Em outras palavras, as conceptualizações são compreendidas em termos de modelos mentais, criados intersubjetivamente, na relação entre discurso, sociedade e cognição. Tratamos deste assunto em detalhes na seção 4.1.2.

Com a finalidade de cumprir tais objetivos, adotamos como procedimentos metodológicos:

- a pesquisa bibliográfica sobre o PLC 122/2006, o gênero debate e as analogias;
- a detecção e análise qualitativa das analogias e nichos analógicos existentes no *corpus*; e
- a descrição de suas funções argumentativo-discursivas.

A pesquisa bibliográfica sobre a tramitação do PLC 122/2006 teve como foco a obtenção de informações acerca do contexto sociopolítico em que se inseriram as discussões, levando em conta tanto os diferentes posicionamentos dos debatedores quanto às relações entre o Estado brasileiro e a população LGBT ao longo do tempo. Foram também consultadas obras que subsidiaram a descrição do gênero debate e a identificação de especificidades do subgênero debate parlamentar. Além disso, procedeu-se ao levantamento de teorias que procuram descrever as analogias, tanto do ponto de vista cognitivo quanto do discursivo-argumentativo, a fim de possibilitar a articulação de ambos e permitir a compreensão tanto do processamento mental quanto da relevância das analogias para a construção de sentidos no discurso.

A análise qualitativa dos discursos dos senadores visou à detecção das analogias e nichos analógicos, dando especial atenção aos domínios selecionados para integrá-los e às conceptualizações e inferências propiciadas pelo pareamento deles. Além disso, a análise permitiu que se procedesse à descrição de funções argumentativo-discursivas das analogias e nichos analógicos no *corpus*.

A seleção das analogias como categoria de análise justifica-se por sua relevância para a argumentação, que foi reconhecida por diversos estudiosos ao longo da história, tais como Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]) e Plantin (2013), que veem, no raciocínio analógico, uma forma complexa de argumentação que serve tanto para a prova quanto para a invenção. Nesse sentido, as analogias podem ser consideradas maneiras de dizer o mundo que podem colaborar de maneira bastante decisiva para a conceptualização de um dado objeto, a fim de que

se defenda uma determinada tese, para a qual os debatedores procuram conquistar a adesão de seus interlocutores e/ou do auditório.

O *corpus* do trabalho consiste na transcrição de uma gravação de um debate parlamentar ocorrido por ocasião da tramitação do PLC 122/2006. O debate, transmitido em 08 de dezembro de 2011 pela TV Senado, ocorreu no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e caracterizou-se, como dissemos, pela divergência entre dois grupos quanto à aceitabilidade do projeto: de um lado, o grupo dos parlamentares favoráveis a sua aprovação defendiam que criminalizar a LGBTfobia consiste em uma maneira de salvaguardar direitos da população LGBT; de outro, senadores vinculados a setores reconhecidamente conservadores refutavam o projeto por defenderem que a criminalização da LGBTfobia consistiria em uma forma de privilegiar os membros da população LGBT com legislação específica, o que lhes parece inadequado, visto que, segundo eles, as leis vigentes já preveem penalidades suficientes para crimes de violência contra todos os cidadãos.

Participaram do debate, que teve duração aproximada de 1h33, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Lídice da Mata (PSB-BA), Magno Malta (PR-ES), Cristovam Buarque (PDT-DF), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Marinor Brito (PSOL-PA), Marta Suplicy (PT-SP), Paulo Paim (PT-SP) e Sérgio Petecão (PSD-AC).

Mostraram-se favoráveis à aprovação do projeto de lei os senadores Marta Suplicy, Marinor Brito, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy, e manifestaram-se contrariamente a sua aprovação os senadores Cristovam Buarque, Magno Malta, Marcelo Crivella e Sérgio Petecão. O senador Paulo Paim, por ter ocupado a posição de presidente da sessão, não emitiu parecer a respeito da aceitabilidade do projeto.

Fazendo uso de direito garantido pela Lei de Acesso à Informação (lei nº. 12.527/2011), solicitou-se, por meio de requerimento endereçado ao Senado Federal brasileiro, a gravação do debate, realizada pela TV Senado, que a disponibilizou em formato de DVD. A gravação do debate foi, então, transcrita, em conformidade com as orientações do Projeto de Estudos da Norma Linguística Urbana Culta de São Paulo (Projeto NURC-SP), disponíveis em Preti (2003).

Constitui importante pressuposto teórico para este trabalho a abordagem triangular de Van Dijk (2006), para quem o processamento do discurso só se efetiva na interação entre as dimensões cognitiva, discursiva e social. O autor holandês defende, assim, que os Estudos Discursivos sejam concebidos necessariamente como uma empreitada multidisciplinar, na qual se articulem campos de conhecimento como a Psicologia, a Linguística e a Sociologia.

Tendo isso em vista, propomos que o trabalho seja dividido em capítulos que contemplem não apenas as dimensões social, cognitiva e discursiva das ocorrências de analogias e nichos analógicos que propomos analisar, mas também as articulações entre essas dimensões.

O capítulo I, cujo título é “O debate parlamentar acerca do PLC 122/2006 no Senado Federal”, narra os estágios de tramitação dos projetos de lei, a fim de fornecer subsídios para a compreensão do contexto sociopolítico em que se insere o debate sob análise. O capítulo tem por foco, inicialmente, a descrição dos grupos favoráveis e contrários à aprovação do projeto representados no debate sob análise e, posteriormente, a narrativa do percurso do PLC 122/2006 no Congresso Nacional brasileiro até seu arquivamento definitivo, ocorrido em 2014. Trata-se, em suma, de um capítulo que objetiva contextualizar macrossocialmente a tramitação do projeto de lei.

A partir de uma perspectiva microsociológica, o capítulo II, denominado “O debate parlamentar: considerações de cunho analítico e descritivo”, descreve o gênero discursivo debate e identifica algumas especificidades do subgênero debate parlamentar, levando em conta a relevância deste para as sociedades democráticas contemporâneas. Procede-se também, nesse capítulo, à descrição do quadro interacional do debate sob análise, levando em consideração, por um lado, os papéis sociais assumidos pelos debatedores, pelo mediador, pelo auditório e pela mídia, e, por outro, aspectos atinentes à natureza do debate, tais como a função do dissenso e a intencionalidade dos participantes.

Intitulado “A estrutura e o processamento cognitivo das analogias”, o capítulo III parte de pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva e da Psicologia Cognitiva para definir analogia a partir de um ponto de vista cognitivo e descrever

os processos cognitivos de recuperação, mapeamento e avaliação, os quais são subjacentes ao processamento analógico. O capítulo apresenta, além disso, algumas considerações a respeito da produtividade da analogia para a construção de conhecimento e na compreensão do mundo.

No capítulo IV, que tem por título “Analogia como processo social, cognitivo, histórico e discursivo”, são apresentadas ponderações acerca da função discursiva e argumentativa das analogias, além de ponderações a respeito da produtividade deste conceito para os Estudos de Discurso e de Argumentação. Propõe-se, além disso, uma reflexão a respeito das diferenças epistemológicas que há quando se pensa a analogia dos pontos de vista da cognição e do discurso, além de chamar a atenção para a relevância do reconhecimento dessas diferenças.

No capítulo V, chamado “Análises – analogias, nichos analógicos e amálgamas como estratégias argumentativas no debate parlamentar”, procedemos à descrição e análise qualitativa das analogias identificadas no *corpus*, com vistas à identificação das teses advogadas pelos participantes e ao exame de como as analogias colaboram para o fortalecimento delas. Além disso, propõem-se, nesse capítulo, os conceitos de *nicho analógico* e *amálgama*, a fim de descrever dois procedimentos linguístico-discursivos com função argumentativa saliente que foram identificados no debate sob análise.

A transcrição do debate sob análise, correspondente ao segmento da reunião da CDH em que ocorreu a discussão sobre o PLC 122/2006, é apresentada no anexo I.

Foram disponibilizadas, no anexo II, as normas do Projeto da Norma Linguística Urbana Culta (Projeto NURC), as quais foram utilizadas para a transcrição do debate sob análise neste trabalho.

CAPÍTULO I – O DEBATE PARLAMENTAR ACERCA DO PLC 122/2006 NO SENADO FEDERAL

A argumentação é uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas preexistente. [...] Mas, ao passo que aquele que toma a iniciativa de um debate é comparável a um agressor, aquele que, por seu discurso, deseja reforçar valores estabelecidos se assemelhará àquele guarda protetor dos diques que sofrem sem cessar o ataque do Oceano.

Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca

A articulação entre a sociedade e a linguagem, que se efetiva na noção de discurso, é de suma importância para a produção de sentidos e para sua compreensão. Com efeito, são diversos os trabalhos de teóricos do discurso, tais como Van Dijk (2006, 2010) e Bakhtin (2009), que dão conta da importância de situar o discurso social e historicamente para que a produção e apreensão de sentido possam se efetivar.

Tendo isso em vista, e com o objetivo de propiciar a compreensão da conjuntura sociopolítica em que se inseriu o debate que constitui o *corpus* deste trabalho, traçamos, neste capítulo, um histórico sobre o PLC 122/2006, dando especial atenção, em um primeiro momento, à descrição dos grupos favoráveis e contrários a sua aprovação do PLC 122/2006; em um segundo momento, relatamos os episódios mais significativos de sua tramitação no Congresso Federal.

1.1 As relações entre o movimento LGBT, a política e o Estado

As relações entre o Estado Brasileiro e os comportamentos afetivo-sexuais da população LGBT passaram, ao longo da história, por modificações profundas, seja no plano dos costumes, seja no plano da legislação. Bomfim (2011) argumenta que as relações entre o Direito e a homossexualidade têm-se mostrado, ao longo da história, bastante conturbadas e que a tramitação do PLC 122/2006 no Congresso Nacional foi especialmente relevante na história dessas relações, uma vez

que foi responsável por causar uma intensificação sem precedentes dos debates a respeito dos direitos da população LGBT no Brasil.

De acordo com o autor, ocorreram mudanças importantes no que se refere ao modo como a homossexualidade é vista do ponto de vista legal no Brasil. Durante todo o período colonial até 1830, vigoraram, no Brasil, as Ordenações do Reino de Portugal, que previam punições àqueles que exteriorizassem a própria homossexualidade. As Ordenações Afonsinas, de 1446, marcadas por forte influência religiosa, puniam com a fogueira os indivíduos considerados culpados do pecado de sodomia e asseveravam ser este o pecado que maior aborrecimento causava a Deus.

As Ordenações Manuelinas, de 1521, além de determinarem a morte na fogueira para quem praticasse o crime de sodomia, previam o confisco dos bens do infrator pela Coroa Portuguesa, não importando se este tivesse ou não prole, a qual seria, se existente, considerada inábil e infame. As Ordenações estabeleciam, ademais, recompensa no valor de um terço dos bens dos culpados do crime de sodomia para aqueles que os delatassem à Coroa, estando prevista uma recompensa de 20 cruzados para o delator no caso de o delatado não possuir bens a serem confiscados. Aquele que, tendo conhecimento das práticas homossexuais de alguém, optasse por não as denunciar, deveria, por força da lei, ser punido com o degredo e com o confisco de seus bens.

As Ordenações Filipinas, de 1603, mantiveram a determinação de que os culpados do crime de sodomia fossem queimados, seus bens fossem confiscados e seus delatores, recompensados. Os legatários do condenado perderiam, por força da lei, direito a herdar seus bens, que seriam divididos igualmente entre o delator e a Coroa; não havendo bens, a Coroa pagaria ao delator a importância de 100 cruzados. Também foi conservada a punição para aqueles que, conhecendo as práticas homossexuais de alguém, não as denunciassem à Coroa. Em virtude de a legislação considerar a sodomia uma heresia qualificada, os infratores não deveriam ser estrangulados antes de serem levados à fogueira, o que significa que eram queimados vivos. Além disso, as Ordenações Filipinas previam pena de degredo e confisco dos bens daquele que soubesse de conduta homossexual de outrem e não a informasse à Coroa; nesta situação, sendo por alguém denunciado às autoridades

por crime de omissão, o informante receberia metade das propriedades do omissor ou, não havendo propriedades, a importância de 40 cruzados do governo de Portugal. Além disso, estava prevista a pena de degredo em galés para aqueles que cometessem o pecado da molície, isto é, de masturbação entre homossexuais.

Mesmo após a proclamação da independência do Brasil, as ordenações portuguesas permaneceram em vigor no Brasil. Isso ocorreu porque, após setembro de 1822, convocou-se a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, que determinou, por meio da lei de 20 de outubro de 1823, sancionada por Pedro I, que vigorassem no Brasil as ordenações, leis, regimentos, alvarás, decretos e resoluções promulgadas pelos reis de Portugal até que se efetivasse a organização de nova legislação.

A Constituição do Império, de 1824, estabeleceu que fosse organizado, o quanto antes, o Código Civil e Criminal do Império, disposição que foi parcialmente cumprida quando da promulgação do Código Penal do Império, em 1830, que, diferentemente das ordenações lusitanas seguidas até então, não criminalizava a homossexualidade.

De acordo com Bomfim (2011), o período posterior à promulgação do Código Criminal do Império, em 1830, foi marcado pela invisibilidade da população LGBT no tocante às políticas públicas. Este período durou, *grosso modo*, até o fim do século XX, época em que questões concernentes à população LGBT passaram a integrar pautas dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Ocorreram, durante a Assembleia Constituinte, cujos trabalhos se estenderam de 1987 a 1988, debates acerca da proposta de fazer constar, na Carta Magna brasileira, a proibição da discriminação decorrente de orientação sexual. Tendo enfrentado grande resistência por parte de alguns constituintes, a proposta foi rejeitada com base em argumentos variados: Salatiel de Carvalho (PPB/PE), por exemplo, argumentou, à época, que a Constituição não deveria dar garantias a indivíduos que apresentassem comportamento *anormal* e expressou preocupação com relação ao fato de que homossexuais poderiam, no futuro, reivindicar direito a constituir famílias; João de Deus Antunes (PDT/RS), por sua vez, defendeu que a Carta Magna deveria se ocupar dos direitos das majorias e que discutir direitos de

minorias seria o mesmo que perder tempo; na mesma linha, Costa Ferreira (PFL/MA) sustentou que a homossexualidade é motivo de maldição perante os olhos de Deus e, baseando-se na narrativa bíblica sobre a destruição das cidades de Sodoma e Gomorra, posicionou-se de maneira contrária ao que chamou “legalização de aberrações” (BAHIA & SANTOS, 2010).

Bomfim (2011) considera a descriminalização da homossexualidade no Brasil, ocorrida no século XIX, e a possibilidade de criminalizar a LGBTfobia características da história recente do Brasil, sintomas de uma mudança significativa de paradigma. Antes considerados criminosos, os membros da comunidade LGBT passaram, ao longo das últimas décadas, de uma fase de invisibilidade jurídica para um momento histórico de valorização de suas pautas, tais como a aprovação da união entre pessoas do mesmo sexo e a tipificação do crime de discriminação em função de identidade de gênero e orientação sexual.

A descriminalização da homossexualidade e a atenção às demandas da população LGBT afiguram-se como uma tendência mundial, sobretudo em países ricos, notadamente os da Europa Ocidental e da América do Norte. Chang (2015) ressalta, entretanto, que, embora tenha havido, ao longo dos últimos sessenta anos, uma onda de descriminalização da homossexualidade, a relação sexual consensual entre adultos do mesmo sexo é considerada crime em cerca de um terço dos países do mundo. Tais países, atualmente concentrados principalmente no sul da Ásia, no Oriente Médio e na África, caracterizam-se, via de regra, por forte influência das religiões abraâmicas (judaísmo, cristianismo e islamismo), cujos preceitos são contrários à homossexualidade. Além disso, mais da metade desses países pertenceu ao Império Britânico e acabou por herdar deste a Lei da Sodomia (*Sodomy Law*), que veda a prática sexual consentida entre indivíduos adultos do mesmo sexo.

Ainda que a legislação de alguns países — a Índia, por exemplo — não proíba a prática do sexo homossexual explicitamente, é comum que suas leis proíbam práticas sexuais “contra a natureza” e que a jurisprudência se encarregue de incluir o coito entre indivíduos do mesmo sexo nesse rol. A 377ª seção do Código Penal Indiano, por exemplo, estabelece punições para todo aquele que voluntariamente tiver relações carnavais contrárias à ordem natural com homem,

mulher ou animal que variam da prisão à multa, sendo a penetração considerada suficiente para configurar violação da lei⁶.

No que diz respeito ao Brasil, Machado (2012) chama a atenção para o fato de que os movimentos identitários, tais como o LGBT e o feminista, tiveram e têm importante papel nas transformações culturais, políticas e jurídicas ocorridas nas últimas décadas, na medida em que se constituíram como atores coletivos que propuseram debates a respeito de temas como a descriminalização do aborto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo, a adoção de crianças por casais homoafetivos, a criminalização da LGBTfobia, a inclusão das cirurgias de readequação sexual entre os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), dentre outros. Segundo a autora, os debates propostos por esses grupos tiveram como características definidoras a proposição da separação entre uma moralidade pública de uma moralidade religiosa, causando, assim, a amplificação da tensão entre coletivos religiosos tradicionalistas e o governo, que resultou na ascensão de um ativismo religioso conservador.

De acordo com Bomfim (2011), a situação de invisibilidade jurídica e civil a que estavam relegados os membros da comunidade LGBT causou uma série de distorções sociais que passaram a ser corrigidas sobretudo a partir da decisão do Superior Tribunal Federal (STF) de maio de 2011, que equiparou as relações homoafetivas às uniões estáveis entre homem e mulher. Some-se a isso, a criação, na primeira década dos anos 2000, do plano “Brasil sem Homofobia”, que foi a primeira política pública direcionada especificamente à promoção e defesa dos direitos LGBT na América Latina (SANTOS, 2016).

A decisão do STF permitiu avançar no que se refere aos debates sobre os casos de rompimento de relações homoafetivas, por vontade dos envolvidos ou por morte, colaborando para que fossem resolvidos problemas relacionados, por exemplo, à sucessão patrimonial. Além disso, questões atinentes à extensão de benefícios concedidos por empregadores em razão de relação laboral e à adoção, entre outras, foram colocadas em pauta após a decisão.

Cf. Código Penal Indiano, disponível em <https://india.gov.in/indian-penal-code-act-1860>. Acesso em 02/05/2016.

Com efeito, tais modificações no plano jurídico são consoantes com mudanças do quadro político brasileiro. Facchini (2009) salienta que a redemocratização, ocorrida no fim da década de 1980, permitiu que grupos até então marginalizados pudessem procurar ter suas demandas atendidas pelo Estado. Os coletivos LGBT, cujo surgimento remonta ao final dos anos 1970 e cuja atuação fora prejudicada nos anos 1980 pela associação entre AIDS e homossexualidade, proliferaram-se no Brasil, extrapolando os limites do eixo Rio-São Paulo. O movimento LGBT, então conhecido como “movimento homossexual”⁷, concentrou seus esforços na busca pela garantia de direitos civis e no combate à violência motivada por orientação sexual.

É sintoma da expansão do movimento LGBT o aumento significativo do número de coletivos que congregam homossexuais, bissexuais e transgêneros no Brasil. Entre 1984 e 1991, os Encontros Nacionais do Movimento LGBT contavam com cerca de cinco entidades; a partir de 1992, entretanto, parece ter havido uma expansão do número de coletivos LGBT. Compareceram, ao VIII Encontro Nacional, realizado em 1995, 40 grupos LGBT. Em 1998, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), primeira rede nacional de ativistas LGBT, fundada em 1995, contabilizou 68 entidades LGBT brasileiras; em 2006, 141 entidades estavam filiadas à ABGLT, número que subiu para 157 em 2007.

O crescimento do movimento LGBT relaciona-se à organização de uma resposta coletiva à epidemia de HIV/AIDS, que teve por base a implementação de uma política de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) por meio de parcerias entre Estado e sociedade civil, em um incentivo às políticas de

⁷ A respeito das diferentes designações recebidas pelo movimento LGBT ao longo da história, Facchini (2009, p. 140) explica: “[...] até 1993, o movimento aparece descrito predominantemente como MHB (Movimento Homossexual Brasileiro); depois de 1993, como MGL (Movimento de Gays e Lésbicas); após 1995, aparece primeiramente como um movimento GLT (Gays, Lésbicas e Travestis) e, posteriormente, a partir de 1999, figura também como um movimento GLBT – de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, passando pelas variantes GLTB ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos. Em 2005, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprova o uso de GLBT, incluindo oficialmente o ‘B’ de *bissexuais* à sigla utilizada pelo movimento e convencionando que o ‘T’ se refere a travestis, transexuais e transgêneros. Em 2008, nova mudança ocorre a partir da Conferência Nacional GLBT: não sem alguma polêmica, aprova-se o uso da sigla LGBT para a denominação do movimento, o que se justificaria pela necessidade de aumentar a visibilidade do segmento de lésbicas”. Como se observa, trata-se de uma sigla que tem passado, ao longo dos anos, por modificações com diferentes motivações. Utilizaremos, neste trabalho, a sigla *LGBT* porque entendemos ser a mais frequentemente utilizada atualmente, embora tenhamos notícia da utilização de outras, tais como *LGBTQ+* (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e *queers*), que visa evidenciar a amplitude do espectro sexual e de gênero. Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/sigla-lgbtq-cresce-para-ecoar-amplidao-do-espectro-de-genero-e-sexo.shtml>. Consulta em 21/01/2018.

identidade como estratégia para a redução da vulnerabilidade de populações estigmatizadas.

Além disso, observou-se, neste período, uma diversificação de formatos dos trabalhos de ativistas, que passaram a atuar em âmbitos variados, tais como associações e organizações formalmente registradas, setoriais de partidos políticos, grupos religiosos e grupos de pesquisa constituídos no interior das universidades. Têm destaque no processo de conseguir a visibilidade para a população LGBT as Paradas do Orgulho LGBT, que passam a acontecer em várias cidades do país e a reunir quantidades bastante expressivas de participantes.

Nesse contexto, assim como aconteceu com os evangélicos, também os membros do movimento LGBT viram, no estreitamento de relações com partidos políticos, durante o período posterior à redemocratização, a possibilidade de dar visibilidade a suas pautas. Nesse sentido, Facchini (2009, p. 141-2) esclarece que uma

[...] fonte de avanços e de conflitos que se transforma no período pós-redemocratização são as relações entre partidos políticos e movimento social. Essa relação deixou de ser marcada apenas por contatos pontuais e eventualmente conflituosos, tal como acontecia na virada da década de 1970 para 1980. A partir da redemocratização, os partidos também se converteram em canais para tornar visíveis as demandas do movimento e articulá-las politicamente. Nos anos 1990, já havia setoriais LGBT no PT e no PSTU e, nos anos 2000, começaram a se organizar setoriais e ações de políticas públicas e de parlamentares, bem como candidaturas LGBT, em vários outros partidos. Embora as demonstrações mais expressivas de reconhecimento das questões LGBT, nas políticas públicas e nos programas de governo, apareçam somente nos anos 2000, verifica-se antes uma progressiva construção da legitimidade das temáticas LGBT nos partidos, a qual se intensifica nos anos 1990.

Dessa forma, segundo essa autora, a relevância política do movimento LGBT cresceu, e este deixou de ocupar uma posição marginalizada e deslocou-se em direção à política institucionalizada.

Facchini (2003) propõe, para fins analíticos, a divisão da história do movimento LGBT brasileiro em “ondas”. A “primeira onda” corresponde ao surgimento e à expansão do movimento durante o período de abertura política. Então circunscrito ao eixo Rio-São Paulo, o movimento foi frequentemente considerado “alternativo” ou “libertário” e caracterizava-se pelo combate ao

autoritarismo. O Grupo Somos, coletivo LGBT criado nessa época, tinha como uma de suas principais pautas a busca da construção de uma identidade LGBT com a qual os indivíduos que fossem vítimas de discriminação pudessem se identificar, além do combate aos modelos hierarquizados de sexualidade e afetividade vigentes no Brasil.

De acordo com Santos (2016), a vinculação do movimento a organizações partidárias consistia em fonte de tensão: por um lado, o vínculo se justificava na medida em que diversos membros da organização trotskista Convergência Socialista participaram da fundação do movimento LGBT; por outro, havia ativistas de esquerda que se manifestavam contrariamente aos movimentos identitários (movimentos LGBT, negro e de mulheres, por exemplo) porque estes, em virtude de apresentarem demandas específicas, seriam responsáveis por promover a segmentação das classes trabalhadoras e o consequente enfraquecimento da mais importante demanda da esquerda, a saber, o fim do capitalismo. Além disso, explica o autor, que os militantes LGBT vinculados aos partidos de esquerda tinham um duplo desafio: para além de procurarem convencer seus companheiros de esquerda sobre a importância da inclusão da opressão sexual na agenda de luta por uma transformação global da sociedade, tinham de persuadir outros ativistas LGBT de que a vinculação de sua causa às lutas das esquerdas não implicaria limitação à autonomia do movimento ou mesmo sua cooptação. Muitos dos ativistas LGBT vinculados à militância de esquerda participaram da fundação do Partido dos Trabalhadores, ocorrida em 1980, e tiveram importante influência na inclusão da defesa dos direitos dos homossexuais no programa do partido.

Ainda durante a década de 1980, a epidemia da AIDS, que se somou às tensões internas do movimento LGBT, levou à desarticulação que caracteriza a “segunda onda”, fase marcada pelo deslocamento das atividades do movimento para o eixo Rio-Nordeste, pela diminuição do número de coletivos LGBT e por uma posição marcada pela menor rejeição com relação à institucionalidade político-partidária (FACCHINI, 2003). As atuações do Grupo Gay da Bahia e do Grupo Triângulo Rosa têm destaque no ativismo durante essa fase da história do movimento LGBT. Uma das ações mais significativas desta fase foi a participação de João Antônio Mascarenhas, presidente do Triângulo Rosa, em debates da Assembleia

Constituinte. As intervenções de Mascarenhas visavam sensibilizar os deputados constituintes a respeito da relevância de se incluir a proteção contra a discriminação em função de orientação sexual no texto da Constituição de 1988. Tal proposta ganhou o apoio de diversos parlamentares da esquerda, entre os quais se destacou José Genoíno (PT/SP), deputado responsável por levar a pauta para o plenário, que a rejeitou (SANTOS, 2016).

De acordo com Facchini (2003), a “segunda onda” caracterizou-se por um menor envolvimento com os projetos de transformação social mais amplos e ações mais pragmáticas que visavam à garantia dos direitos civis. Além disso, é significativa a atitude menos refratária com relação à política institucional-partidária durante a “segunda onda”. É sintoma dela, por exemplo, a candidatura de Herbert Daniel ao cargo de deputado estadual do Rio de Janeiro. Daniel, que fora guerrilheiro e se exilou durante o regime militar, candidatou-se pelo PT em 1986. Os temas centrais de sua campanha política foram a defesa dos direitos dos soropositivos e a preservação ambiental. Em 1989, Herbert Daniel deixou o PT, juntamente com Fernando Gabeira, para fundar o Partido Verde (PV).

Ressalte-se, entretanto, que as demandas do movimento LGBT nem sempre foram incorporadas pela esquerda, que apresentava resistência quando à inclusão do combate à discriminação de homossexuais a seu projeto de formação social, conforme esclarece o autor:

No caso específico do PT, a militância de homossexuais nas instâncias partidárias não significou, contudo, que o tema da livre orientação sexual foi “abraçado” por todos os setores do partido. Exemplo da dificuldade em vincular a luta pela livre orientação sexual às demandas da esquerda foi demonstrado durante a escolha do companheiro de chapa na primeira candidatura à presidência de Luiz Inácio Lula da Silva em 1989. O primeiro nome escolhido pela convenção do partido foi o de Fernando Gabeira. Contudo, sua vinculação a temas polêmicos, como a descriminalização do uso da maconha, e sua postura não suficientemente “viril” contribuíram para o rechaço de seu nome para a candidatura à vice-presidência (Dehesa, 2007). Embora nunca tenha participado formalmente do movimento homossexual, vários militantes do PT e de outros partidos de esquerda acreditavam que a imagem de Gabeira estaria muito vinculada às minorias sexuais e poderia prejudicar a candidatura petista junto ao eleitorado (Trevisan, 2004). Até mesmo a criação de um setorial LGBT dentro da estrutura partidária do PT paulista, supostamente mais “liberal” do que outros estados brasileiros, sofreu várias oposições [...] (SANTOS, 2016, p. 186).

Saliente-se também que os conflitos entre os interesses do movimento e do partido implicaram, por vezes, o afastamento deste com relação àquele. A busca por conseguir apoio, a fim de constituir uma base aliada que possibilitasse vitórias nas urnas e que garantisse ao partido maior tempo de propaganda eleitoral, significou, como no caso da eleição para presidente de Dilma Rousseff, o estabelecimento de alianças com partidos conservadores, avessos às demandas do movimento LGBT, de cujas demandas o PT se distanciou. Atribui-se à necessidade de manter o apoio de setores mais conservadores da base aliada, por exemplo, a determinação de Dilma Rousseff, então presidente do Brasil, de que fosse suspensa, em 2011, a distribuição do “kit anti-homofobia”, que consistia em um material desenvolvido por ONGs em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) com o objetivo de capacitar professores do Ensino Médio para tratar de sexualidade e discriminação em sala de aula. A decisão de Rousseff ocorreu em resposta à pressão da Frente Parlamentar Evangélica, que então ameaçava se opor a projetos de interesse do Poder Executivo no caso de a presidente permitir a distribuição do kit para as escolas.

Os fatos expostos permitem constatar que o relacionamento entre o ativismo LGBT e os partidos políticos, embora seja relevante para a compreensão do atual status de pautas como a da criminalização de atitudes discriminatórias que ocorrem em função de identidade de gênero e orientação sexual, foi — e ainda é — marcado por tensões e conflitos de interesse bastante significativos.

De acordo com Santos (2016), no intervalo que se estende entre a redemocratização e os primeiros anos deste século, apenas PT e PSTU, ambos tradicionalmente associados à esquerda, contavam com setoriais LGBT em suas estruturas partidárias, quadro que se modificou após 2006, quando se observou uma proliferação de setoriais LGBT em diversos partidos. Trata-se de um momento histórico marcado pela maior institucionalização da causa LGBT no Brasil e por um ativismo que concentra seus esforços na busca por garantir direitos civis no campo político-eleitoral.

Segundo o autor, a criação, na primeira década dos anos 2000, de divisões responsáveis por tratar de questões relacionadas à diversidade sexual em partidos comumente identificados como de centro ou de direita constitui-se como

uma grande novidade, visto que, até então, apenas partidos de esquerda contavam com divisões deste tipo. O primeiro dentre os partidos não identificados com a esquerda a criar um setorial LGBT foi o PSDB, iniciativa que foi depois imitada por outros grandes partidos situados ao centro do espectro político brasileiro, como o PMDB, ou à direita, como o PTB. Rompeu-se, dessa forma, o monopólio da representação política LGBT da esquerda, que perdurara durante as décadas de 1980 e 1990.

Em sua análise a respeito dos posicionamentos dos partidos políticos com relação às demandas do movimento LGBT, Santos (2016) conclui que é inconsistente a associação entre a esquerda e a defesa das pautas relacionadas à garantia dos direitos civis de indivíduos LGBT, pois que membros de partidos de centro e de direita também assinaram proposições legislativas favoráveis a esse segmento da sociedade, ainda que as proposições assinadas por partidos de esquerda sejam indubitavelmente mais numerosas. Corrobora essa ideia o fato de que, no período de 1995 a 2001, o PMDB, partido posicionado ao centro, seja o segundo maior proponente de projetos de lei pró-LGBT, com 10 projetos de lei assinados, sendo superado apenas pelo PT, partido comumente considerado de esquerda, que apresentou 38 projetos. No total, neste período, foram apresentadas 97 proposições legislativas pró-LGBT.

Outro fator que parece negar a exclusividade da esquerda no que concerne à defesa dos direitos das minorias sexuais e, ao mesmo, ratifica sua primazia quanto a ela é a adesão a frentes parlamentares pró-direitos LGBT, que têm por objetivo congrega deputados e senadores com opiniões semelhantes com relação à temática LGBT e possibilitar a interação com a sociedade civil organizada. Criada em 2003, a Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual, posteriormente renomeada Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT, contou com a assinatura de 89 parlamentares, dos quais 60,55% pertenciam a partidos de esquerda; 14,68%, a partidos de centro; 20,18%, a partidos de direita; e 4,59%, a partidos ideologicamente indefinidos (OLIVEIRA, 2012).

Depreende-se, face ao exposto, que o movimento LGBT conseguiu, sobretudo após seu reflorescimento, na década de 1990, maior visibilidade para suas pautas, graças à diversificação de suas manifestações e à sua associação a

partidos políticos. Os avanços conseguidos, no entanto, devem-se menos a aprovações de leis que visam à garantia dos direitos da população LGBT no âmbito do Poder Legislativo que a iniciativas do Executivo e do Judiciário, entre as quais se destacam a proposição o plano Brasil sem Homofobia e do reconhecimento das uniões homoafetivas pelo STF.

Procedemos, na seção seguinte, à descrição da bancada evangélica, grupo que apresentou destacada oposição à aprovação do PLC 122/2006 ao longo de toda sua tramitação e que foi representado pelos senadores Magno Malta e Marcelo Crivella no debate que selecionamos para análise neste trabalho.

1.2 A bancada evangélica: organização e ideologia

Como se sabe, o termo *evangélico* abrange, na América Latina, diversas denominações religiosas, incluindo as igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista, Batista, Adventista), as pentecostais (Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção, entre outras) e as neopentecostais (Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra, entre outras).

De acordo com Mariano (2004), em linhas gerais, o pentecostalismo, criado nos Estados Unidos no início do século XX, diferencia-se do protestantismo histórico, do qual é legatário, por pregar a crença na contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, entre os quais se destacam os dons de línguas (glossolalia), cura e discernimento de espíritos, e por defender a retomada de crenças e práticas do cristianismo primitivo, como a cura de enfermos, a expulsão de demônios, a concessão divina de bênçãos e a realização de milagres.

De acordo com Mariano (2005), a legislatura 2003/2007, durante a qual aconteceram diversos debates a respeito da viabilidade do PLC 122/2006, marcou-se por uma intensificação da luta dos parlamentares evangélicos para inibir e inviabilizar as reivindicações do movimento LGBT. A bancada evangélica fez

oposição aos projetos que visavam à instituição do Dia Nacional do Orgulho Gay e à regulamentação da união civil de pessoas do mesmo sexo, impedindo sua aprovação. Some-se a isso o fato de que, durante essa legislatura, houve a criação do projeto de lei que visava garantir a prestação de atendimento médico e psicológico pela rede de saúde pública para homossexuais que voluntariamente decidissem mudar de orientação sexual.

Chama a atenção, na composição da bancada evangélica, a profusão de legendas a que se filiam seus componentes. Parlamentares ligados a uma mesma denominação evangélica encontram-se frequentemente filiados a partidos diversos, o que significa ser frequente a existência de membros da bancada evangélica em partidos de oposição e situação. Dantas (2011) salienta que não é possível, por esse motivo, a detecção de um “voto evangélico”, isto é, de um padrão de votação que seja visível em todos os membros da bancada evangélica, exceto nos casos em que as pautas de votação não são compatíveis com a moral evangélica ou com os interesses das igrejas.

Segundo essa pesquisadora, é comum que, com relação a pautas não vinculadas com as igrejas e com questões de cunho moral, os parlamentares sigam as orientações de seus partidos, a fim de evitar conflitos com as lideranças partidárias. Isso significa que os membros da bancada evangélica demonstram relativa autonomia com relação às igrejas de que participam, ainda que essa autonomia tenha limites significativos: os parlamentares têm obrigações com relação às organizações religiosas que vão desde a disponibilização de cargos de confiança para que a igreja nomeie assessores, até o compromisso de votar de acordo com as diretrizes da instituição nas situações em que o debate legislativo envolve interesses institucionais ou problemáticas morais. Nessas circunstâncias, as orientações partidárias são geralmente dispensadas, e o voto acontece em bloco.

Nesse sentido, Souza (2013) chama a atenção para o fato de que, conquanto não se possa considerar que os parlamentares evangélicos componham um grupo coeso, cuja atuação política seja uniforme, seu posicionamento tende ao conservadorismo moral sobretudo com relação ao debate de temas ligados à sexualidade.

No que respeita especificamente ao PLC 122/2006, as reações por parte da comunidade evangélica se fizeram observar tanto dentro quanto fora do parlamento. Além de expressarem oposição veemente com relação ao projeto de lei de autoria da ex-deputada federal Iara Bernardi (PT/SP) no âmbito do parlamentar, membros da comunidade evangélica de diversas denominações, provenientes de todas as unidades da federação, uniram-se em um protesto contra a proposta de criminalização da LGBTfobia, o qual ocorreu na capital federal, no dia 25 de junho de 2008.

Uma vez que o projeto de lei previa detenção para quem manifestasse publicamente preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, muitos membros da comunidade evangélica o consideraram uma forma de restrição à liberdade de culto, já que, segundo eles, os pregadores não poderiam mais afirmar publicamente serem contrários à homossexualidade, a bissexualidade e a transexualidade. Na prática, o argumento contrário à aprovação do PLC 122/2006 é, em linhas gerais, o mesmo que havia sido usado para condenar a eleição de Lula no pleito de 1989: a ideia de que a liberdade de culto religioso estava sob ameaça. Se em 1989, a ameaça era o pretenso alinhamento de Lula com o comunismo, a ameaça à fé evangélica correspondia, no início do século XXI, à possibilidade de a expressão da desaprovação com relação à homossexualidade ser limitada.

Não é fortuito, nesse sentido, que o PLC 122/2006 tenha ficado conhecido, nos círculos evangélicos, como “lei da mordaca”. A esse respeito, Dantas (2011) afirma que, de acordo com diversas lideranças evangélicas, o PLC 122/2006 corresponde a um instrumento antidemocrático, que inibe a liberdade religiosa, restringe a livre expressão e persegue as confissões protestantes e pentecostais, pois se acredita que a aprovação dessa legislação instalaria no país uma “ditadura gay” capaz de coibir a liberdade da comunidade evangélica, que mais uma vez seria vítima de preconceito e discriminação. Tendo em vista sua orientação político-ideológica e sua expressividade numérica, a bancada evangélica consolidou-se como a principal oposição à aprovação do PLC 122/2006 e a outras pautas identificadas como “pró-LGBT”.

Procedemos, a seguir, à narração dos principais eventos que marcaram a tramitação do PLC 122/2006 no Congresso Nacional brasileiro.

1.3 O Projeto de Lei da Câmara 122/2006: histórico da tramitação

Proposto pela ex-deputada federal Iara Bernardi (PT/SP) em 2001, o Projeto de Lei 5003/2001 foi aprovado pela Câmara dos Deputados e seguiu, em 2006, para o Senado Federal, onde a proposta passou a ser designada como Projeto de Lei da Câmara 122/2006, cuja ementa se lê a seguir:

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Na explicação que acompanha a ementa, lê-se:

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) para definir os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Estabelece as tipificações e delimita as responsabilidades do ato e dos agentes.⁸

Em linhas gerais, o PLC 122/2006 ampliaria, como já feito anteriormente por algumas leis, a abrangência do objeto de proteção da lei 7716/1989, que define os crimes de discriminação em função de raça ou cor e em cujo escopo passariam a afigurar as discriminações de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Ainda que tenha se tornado amplamente conhecido como o “Projeto de Criminalização da Homofobia” ou “Lei da Homofobia”, tais denominações parecem inadequadas, visto que obscurecem a real abrangência do PLC 122/2006, que propunha não apenas criminalizar a discriminação contra homossexuais e bissexuais, vítimas de homofobia, mas também a discriminação de transgêneros,

⁸ Tanto a ementa do PLC 122/2006 quanto sua explicação estão disponíveis na página do Senado Federal, por meio do endereço eletrônico <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>. Consulta em 16/03/2017. Nesta página também está detalhado o percurso do projeto de lei, desde que começou a tramitar no Senado Federal, em 12/12/2006, até seu arquivamento definitivo, em 26/12/2014.

vítimas de transfobia. Não se trata, dessa forma, ao contrário do que comumente se acredita, de um projeto de lei que visava unicamente ao combate à homofobia, mas também a outras formas de discriminação.

O PLC 122/2006 constituiu-se como tema bastante controverso no âmbito do Poder Legislativo brasileiro (MASIERO, 2013; MACHADO, 2012; BALESTERO, 2011; BOMFIM, 2011; DANTAS, 2011). A respeito do acentuado dissenso que caracterizou os debates sobre o projeto, Carvalho (2014, p. 259) explica:

Como seria esperado em um tema sensível que envolve questões de sexualidade, o debate sobre a criminalização da homofobia tem radicalizado posições. A demanda do movimento LGBT recebeu apoio de importantes movimentos sociais com similar perspectiva emancipatória, como o movimento de mulheres e o movimento negro, que consideram legítima a inclusão dos temas relativos à orientação sexual e à identidade de gênero na Lei que define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional (Lei 7.716/89). Em sentido oposto ao da criminalização, distintas perspectivas políticas, muitas vezes orientadas por posições ideológicas absolutamente antagônicas — por exemplo, as representações políticas evangélicas e os atores jurídicos identificados com o direito penal mínimo e o abolicionismo —, acabaram convergindo

A então deputada Iara Bernardi qualificava a aprovação de seu projeto como uma forma de a legislação garantir direitos humanos e dignidade a todos os indivíduos da população brasileira, independentemente de seu gênero ou orientação sexual, conforme se depreende da seguinte justificativa, publicada quando da apresentação do projeto à Câmara dos Deputados, em 2001, e posteriormente reproduzida no Diário do Senado Federal (DSF) do dia 15 de dezembro de 2006, por ocasião do início de sua tramitação nesta Casa Legislativa:

JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira tem avançado bastante. O direito e a legislação não podem ficar estagnados. E como legisladores, temos o dever de encontrar mecanismos que assegurem os direitos humanos, a dignidade e a cidadania das pessoas, independente da raça, cor, religião, opinião política, sexo ou da orientação sexual.

A orientação sexual é direito personalíssimo, atributo inerente e inegável a pessoa humana. E como direito fundamental, surge o prolongamento dos direitos da personalidade, como direitos imprescindíveis para a construção de uma sociedade que se quer livre, justa e igualitária. Não trata-se [sic] aqui de defender o que é certo ou errado. Trata-se de respeitar as diferenças e assegurar a todos o direito de cidadania.

Temos como responsabilidade a elaboração leis que levem em conta a diversidade população brasileira. Nossa principal função como parlamentares é assegurar direitos, independente de nossas

escolhas ou valores pessoais. Temos que discutir e assegurar direitos humanos sem hierarquizá-los. Homens, mulheres, portadores de deficiência, homossexuais, negros/negras, crianças e adolescentes são sujeitos sociais, portanto sujeitos de direitos.

O que estamos propondo é fim da discriminação de pessoas que pagam impostos como todos nós. É a garantia de que não serão molestados em seus direitos de cidadania. E para que prevaleça o art. 5º da nossa Constituição: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade.”

A presente proposição caminha no sentido de colocar o Brasil num patamar contemporâneo de respeito aos direitos humanos e da cidadania. E é por esta razão que esperamos contar com o apoio das nobres e dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das sessões, 28 de agosto de 2001.

Deputada Iara Bernardi, PT/SP

(DSF nº 224, de 15/12/2006, pp. 38856-7)

A redação do PLC 122/2006, no momento de sua chegada ao Senado Federal, foi publicada às páginas 38854, 38855 e 38856 da 224ª edição do Diário do Senado Federal (DSF), de 15 de dezembro de 2006. Reproduzimo-la a seguir:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2006

(Nº 5.003/2001, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.849, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1999, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, definindo os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

Art. 2º A ementa da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação: “Define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.” (NR)⁹

Art. 3º o caput do art. 1º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.” (NR)

Art. 4º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

⁹ A abreviação “NR” significa “nova redação”. Ela é utilizada para facilitar a identificação de modificações feitas na redação original de uma lei ou projeto de lei.

“Art. 4º-A Praticar o empregador ou seu preposto atos de dispensa direta ou indireta:
Pena: reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.”

Art. 5º Os arts. 5º, 6º e 7º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Impedir, recusar ou proibir o ingresso ou a permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público:

Pena: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.”{NR}

“Art. 6º Recusar, negar, impedir, preterir, prejudicar, retardar ou excluir, em qualquer sistema de seleção educacional, recrutamento ou promoção funcional ou profissional:

Pena – reclusão de 3 (três) a 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. (Revogado) .”(NR)

“Art. 7º Sobretaxar, recusar, preterir ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares:

Pena – reclusão de 3 (três) a 5 (cinco) anos.” (NR)

Art. 6º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-A:

“Art. 7º-A Sobretaxar, recusar, preterir ou impedir a locação, a compra, a aquisição, o arrendamento ou o empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade:

Pena: reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.”

Art. 7º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar acrescida dos seguintes art. 8º-A e 8º-B:

“Art. 8º-A Impedir ou restringir a expressão e a manifestação de afetividade em locais públicos ou privados abertos ao público, em virtude das características previstas no art. 1º desta Lei:

Pena: reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.”

“Art. 8º-B Proibir a livre expressão e manifestação de afetividade do cidadão homossexual, bissexual ou transgênero, sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos ou cidadãs:

Pena: reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.”

Art. 8º Os arts. 16 e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. Constituem efeito da condenação:

I – a perda do cargo ou função pública, para o servidor público;

II – inabilitação para contratos com órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional;

III – proibição de acesso a créditos concedidos pelo Poder Público e suas instituições financeiras ou a programas de incentivo ao desenvolvimento por estes instituídos ou mantidos;

IV – vedação de isenções, remissões, anistias ou quaisquer benefícios de natureza tributária;

V – multa de até 10.000 (dez mil) UFIR,

podendo ser multiplicada em até 10 (dez) vezes em caso de reincidência, levando-se em conta a capacidade financeira do infrator;

VI – suspensão do funcionamento dos estabelecimentos por prazo não superior a 3 (três) meses.

§ 1º Os recursos provenientes das multas estabelecidas por esta Lei serão destinados para campanhas educativas contra a discriminação.

§ 2º Quando o ato ilícito for praticado por contratado, concessionário, permissionário da administração pública, além das responsabilidades individuais, será acrescida a pena de rescisão do instrumento contratual, do convênio ou da permissão.

§ 3º Em qualquer caso, o prazo de inabilitação será de 12 (doze) meses contados da data da aplicação da sanção.

§ 4º As informações cadastrais e as referências invocadas como justificadoras da discriminação serão sempre acessíveis a todos aqueles que se sujeitarem a processo seletivo, no que se refere à sua participação.” (NR)

“Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero:

.....

§ 5º O disposto neste artigo envolve a prática de qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica.” (NR)

Art. 9º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 20-A e 20-B:

“Art. 20-A. A prática dos atos discriminatórios a que se refere esta Lei será apurada em processo administrativo e penal, que terá início mediante:

I – reclamação do ofendido ou ofendida;

II – ato ou ofício de autoridade competente;

III – comunicado de organizações não governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos.”

“Art. 20-B. A interpretação dos dispositivos desta Lei e de todos os instrumentos normativos de proteção dos direitos de igualdade, de oportunidade e de tratamento atenderá ao princípio da mais ampla proteção dos direitos humanos.

§ 1º Nesse intuito, serão observadas, além dos princípios e direitos previstos nesta Lei, todas as disposições decorrentes de tratados ou convenções internacionais das quais o Brasil seja signatário, da legislação interna e das disposições administrativas.

§ 2º Para fins de interpretação e aplicação desta Lei, serão observadas, sempre que mais benéficas em favor da luta antidiscriminatória, as diretrizes traçadas pelas Cortes Internacionais de Direitos Humanos, devidamente reconhecidas pelo Brasil.”

Art. 10. O § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.649, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 140.

.....

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência:

Pena: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.”(NR)

Art. 11. O art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 5º

Parágrafo único. Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, orientação sexual e identidade de gênero, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição Federal.” (NR)

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(DSF nº 224, de 15/12/2006, pp. 38854-6)

Como se sabe, durante a tramitação, os projetos de lei podem sofrer alterações substanciais, por força de propostas e reivindicações dos deputados e senadores envolvidos no processo legislativo.

Para entrar em vigor, o PLC 122/2006 deveria, após ser aprovado, em primeiro lugar, pela Câmara dos Deputados e, posteriormente, pelo Senado Federal, seguir para a apreciação do(a) Presidente da República, que poderia vetá-lo (parcial ou integralmente) ou sancioná-lo. Caso houvesse veto, este deveria ser justificado

pelo presidente e seria então apreciado pelo Congresso Nacional, que poderia mantê-lo.

Tanto na Câmara quando no Senado, o projeto de lei precisa, antes da aprovação final, dada pelo plenário, ser discutido e aprovado por diversas comissões parlamentares, que julgarão sua viabilidade a partir de diversos pontos de vista, tais como o jurídico e o dos direitos humanos, entre outros. Há comissões permanentes e temporárias, e a distribuição da matéria para ser discutida pelas comissões é de responsabilidade das mesas diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado. A passagem pela Comissão de Constituição e Justiça é obrigatória para todas as matérias que tramitam em ambas as Casas Legislativas. Obtendo parecer favorável dessa Comissão, os projetos de lei seguem para outras comissões, a fim de que elas procedam a sua instrução.

Durante as discussões dos projetos, podem-se propor modificações no texto original por meio de substitutivos, que correspondem a emendas alteradoras da proposta em seu conjunto, substancial ou formalmente. Os substitutivos recebem esse nome porque substituem o projeto. Eles são apresentados pelo relator e têm preferência na votação, mas podem ser rejeitados em favor do projeto original.

No âmbito do Senado Federal, onde ocorreu o debate sob análise neste trabalho, antes do arquivamento definitivo, o PLC 122/2006 foi discutido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O projeto contou, inicialmente, com a relatoria da senadora Fátima Cleide (PT/RO), que, no dia 10/11/2009, teve seu parecer aprovado, como substitutivo, pela CAS, e o PLC 122/2006 foi então encaminhado para a apreciação na CDH do Senado Federal, que não chegou a votá-lo. O projeto de lei tramitou até 12/01/2011, data em que ocorre seu primeiro arquivamento em virtude do fim da legislatura, conforme disposto no art. 322 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em 08/02/2011, o PLC 122/2006 foi desarquivado, em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2011, que, encabeçado pela senadora Marta Suplicy (PT/SP), contou com a assinatura de 27 senadores. Aprovado pelo plenário, o

requerimento concedeu, nos termos do art. 322, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o prazo de mais uma legislatura para a tramitação do projeto.

Em 02/03/2011, o presidente da CDH, Paulo Paim (PT/RS), designou como relatora do projeto de lei a senadora Marta Suplicy, que ocupou esta função até seu afastamento do Senado, ocorrido em setembro de 2012, quando assumiu o cargo de Ministra da Cultura do governo de Dilma Rousseff. A relatoria do projeto de lei foi então assumida pelo senador Paulo Paim (PT/RS), que ocupou esta função até seu arquivamento definitivo, em 26/12/2014, em função do fim da legislatura, quando também se esgotou o prazo máximo para a tramitação do projeto, conforme disposto pelo Regimento Interno do Senado Federal.

Quando do início de sua tramitação no Senado Federal, o PLC 122/2006 foi encaminhado, por desígnio da mesa, diretamente à CDH. No entanto, na última sessão deliberativa do plenário, foi aprovado o requerimento do Senador Gim Argello (PTB/DF), para que o projeto fosse analisado também pela CAS¹⁰, onde foi aprovado, na forma de um substitutivo, que propunha a inclusão das pessoas idosas e com deficiência física e/ou mental no rol dos beneficiários da lei 7716/1989.

Dessa forma, o PLC 122/2006 deixou de tratar exclusivamente da discriminação decorrente de gênero, identidade de gênero e orientação sexual e passou a contemplar pessoas com deficiência e idosos.

Após a aprovação na CAS, o projeto de lei retornou à CDH, onde foi discutido novamente. Em 05/12/2011, a senadora Marta Suplicy, então relatora do projeto, propôs novo substitutivo, o qual, no lugar de propor uma modificação da lei 7716/1989, propunha a criação de legislação específica visando ao combate à discriminação da população LGBT.

Após novas discussões no âmbito da CDH do Senado Federal, o senador Paulo Paim (PT/RS), então encarregado da relatoria do projeto de lei, propôs novo

¹⁰ O requerimento apresentado por Gim Argello foi visto, à época, como uma medida de caráter protelatório, que procurava inviabilizar que o PLC 122/2006 chegasse a ser votado pela CDH e fosse, então, encaminhado para votação no plenário do Senado Federal. As medidas protelatórias têm o objetivo de que se esgote o prazo para votação do projeto de lei e que este seja, então, arquivado. Cf. <https://oglobo.globo.com/brasil/projeto-de-lei-de-criminalizacao-da-homofobia-esta-travado-no-senado-ha-oito-anos-13811898>. Acesso em 04/05/2017.

substitutivo. Segundo relatório do senador¹¹, apresentado à CDH em 10/12/2013, foram feitas seis alterações na redação do PLC 122/2006:

(....)

A **primeira alteração** atendeu ao pedido de setores religiosos para que não entrássemos na polêmica da homofobia.

A **segunda alteração** é que colocamos no artigo 8º do substitutivo apresentado, em seu parágrafo único, parte final, "**resguardado o respeito devido aos espaços religiosos**," quanto à manifestação de afetividade de qualquer pessoa em local público ou privado aberto ao público.

Em complemento à segunda mudança, atendemos a outra sugestão, eis a **terceira alteração**: a de acrescentar ao parágrafo único do artigo 8º, do substitutivo, a palavra "eventos", sendo que a redação final ficou: "**resguardado o respeito devido aos espaços e eventos religiosos**".

A **quarta alteração** que fizemos é que colocamos numa única Lei todo o tipo de preconceito, para que ninguém dissesse que tínhamos feito uma Lei especial para a orientação sexual, ou seja, todos os discriminados estarão contemplados. Assim, agradeço quanto a isso, principalmente o movimento negro por ter aceitado o debate e entendido esse ponto de vista.

A **quinta alteração** é que nos preocupamos em elaborar uma Lei que combata aquilo que consideramos ser unanimidade: "combata o ódio, a intolerância e a violência de um ser humano contra o outro".

E, por fim, a **sexta alteração**, após diversas discussões, pediu-se que o projeto não fosse remetido ao Código Penal Brasileiro e seguisse na linha de combate ao ódio, à intolerância e ao preconceito contra todas as pessoas, em respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e da indivisibilidade dos direitos humanos. Por isso, retiramos do relatório, o artigo 3º, que alterava o artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal Brasileiro (....).

O último substitutivo do PLC 122/2006, proposto por Paulo Paim em 10/12/2013, pouco antes do arquivamento definitivo do projeto, teve a seguinte redação:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A ementa da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação: "Define e pune os crimes de ódio e intolerância resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, gênero, sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou condição de pessoa idosa ou com deficiência."

Art. 2º Os arts. 1º, 3º, 4º, 8º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes de ódio e intolerância resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, gênero, sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou condição de pessoa idosa ou com deficiência. (NR)"

"Art. 3º

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, gênero, sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou condição de pessoa idosa ou com deficiência, obstar a promoção funcional.

..... (NR) "

"Art. 4º

§ 1º Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, gênero, sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou condição de pessoa idosa ou com deficiência:

¹¹ O relatório do senador Paulo Paim, assim como todos os outros relatórios e substitutivos, estão disponíveis no site do Senado, por meio do endereço eletrônico <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>. O uso de negrito foi mantido com relação ao texto original.

..... (NR)”

“Art. 8º Impedir o acesso ou recusar atendimento em estabelecimentos comerciais ou locais abertos ao público.

.....

Parágrafo único: Incide na mesma pena quem impedir ou restringir a manifestação de afetividade de qualquer pessoa em local público ou privado aberto ao público, resguardado o respeito devido aos espaços e eventos religiosos. (NR)”

“Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou o preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, gênero, sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou condição de pessoa idosa ou com deficiência:

..... (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O substitutivo de Paulo Paim foi incluído na pauta de votação em 16/12/2013, mas foi retirado dela no dia seguinte, em virtude da aprovação, no Plenário do Senado Federal, do Requerimento nº 1443, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Lopes¹², que solicitava a anexação do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, de reforma do Código Penal Brasileiro. O PLC 122/2006 seguiu, então, juntamente com o PLS 236/2012, para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, onde tramitou até o fim da 54ª legislatura, em dezembro de 2014.

Ao longo de sua tramitação no Congresso Nacional, o PLC 122/2006 (e seu antecessor, o projeto 5003/2001), foi objeto de intensa controvérsia, mormente em função do antagonismo acirrado entre grupos políticos favoráveis a sua aprovação e contrários a ela.

No capítulo a seguir, discutimos as características do gênero debate, identificamos especificidades do subgênero debate parlamentar e procedemos à descrição do debate selecionado para análise, considerando os papéis assumidos por cada um dos senadores e as características da interação estabelecida entre eles.

¹² Eduardo Lopes é filiado ao Partido Republicano Brasileiro (PRB/RJ) e chegou ao Senado Federal em 2010 como primeiro suplente de Marcelo Crivella. Lopes assumiu, em 2012, a posição de senador quando da nomeação de Marcelo Crivella para o cargo de Ministro da Pesca e Aquicultura do governo de Dilma Rousseff, ocorrida em 2012. Em janeiro de 2017, Lopes assumiu o cargo de senador como titular após a renúncia de Marcelo Crivella, a qual foi decorrente da eleição deste para o cargo de prefeito do Município do Rio de Janeiro. Tanto Crivella quanto Lopes são políticos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus, igreja neopentecostal com significativa atuação política no Brasil.

CAPÍTULO II – O DEBATE PARLAMENTAR: CONSIDERAÇÕES DE CUNHO ANALÍTICO E DESCRITIVO

[...] la véritable réalité n'étant dégagée que par l'esprit, étant l'objet d'une opération spirituelle, nous ne connaissons vraiment que ce que nous sommes obligés de recréer par la pensée.

Marcel Proust

Delimitamos, na seção a seguir, o que entendemos por *debate*, termo que vimos utilizando frequentemente, relacionando as características desse gênero ao evento comunicativo sob análise neste trabalho.

2.1 O gênero debate

Dentre os estudos de autores interessados em compreender o debate, é possível observar que, em suas descrições do gênero, atenção é reiteradamente dada a aspectos como a estrutura do evento comunicativo, sua função social, sua intencionalidade, além do papel que o auditório desempenha em seu desenvolvimento.

O debate é um gênero discursivo que apresenta diversos subgêneros que com ele compartilham característica essenciais, mas que podem ser agrupados em categorias menores, tendo em vista suas especificidades. São exemplos de subgêneros o debate parlamentar, o debate entre especialistas em um determinado assunto e o debate eleitoral.

No que respeita especificamente à estrutura do gênero debate, Kerbrat-Orecchioni (1990) explica que ele se distingue de uma discussão por ser mais organizado e menos informal. Como uma discussão, ele consiste em um confronto de opiniões a respeito de um objeto particular que ocorre em um “quadro

prefixado”, em que estão predeterminados a duração do debate, a ordem das intervenções dos debatedores, o número de participantes e o tema da interação.

Além disso, um debate geralmente admite um moderador, responsável por manter seu bom andamento, e um auditório. Nesse sentido, pesquisadores como Kerbrat-Orecchioni (1996), Marques (2000) e Aquino (2005a, 2005b) chamam a atenção para o fato de que os debatedores, mesmo quando estiverem fazendo referência a um interlocutor específico, levarão em consideração o fato de que suas palavras e atitudes estarão, no enquadre do debate, sendo monitoradas pelos outros debatedores e pelo auditório.

Marques (2000, p. 125), chama a atenção para o importante papel do auditório em um debate. Para a autora, o debate consiste em uma situação plurilogal, em que o quadro interativo tem natureza complexa, visto que, “[...] a par da ‘intrusão’, o destinatário indirecto tem um estatuto um pouco ambíguo, porque funciona como testemunha da interacção, mas é também alvo da atenção do locutor”.

Tal posicionamento é endossado por outros pesquisadores, como Kerbrat-Orecchioni (1990, 1996) e Aquino (2005a, 2005b), para quem, em um debate, sobretudo quando ocorre intensa cobertura midiática, os participantes, ao exporem seus argumentos, têm em mente não apenas seus interlocutores visíveis, mas também aqueles que possam ter contato com seus argumentos por intermédio de diferentes canais de comunicação.

Kerbrat-Orecchioni (1997) chama a atenção para o fato de que, diferentemente do que propôs Goffman (1981), interlocutores diretos ou indiretos não podem ser compreendidos em um modelo de oposição binária, visto que não se pode ignorar que um participante que tome a palavra em um debate não deixará de se dirigir a ambos, ainda que possa privilegiar um ou outro em diferentes momentos da interação. É com base neste argumento que a autora refuta a dualidade sugerida pelos conceitos de *ouvintes ratificados* e de *ouvintes não ratificados*, conforme segue:

[...] é importante acrescentar que as configurações desses padrões *flutuam* no curso de um mesmo enunciado (como bem demonstrado por Goodwin), mas que ela às vezes não é nítida. Em outras palavras, não é sempre possível

determinar se os diferentes ouvintes permanecem em uma relação hierárquica ou não [...].¹³ (KERBRAT-ORECCHIONI, 1997, p. 4)

O dissenso consiste em uma das características centrais do debate. Com efeito, o debate tem por fundamento a existência ou pressuposição da existência de um desacordo entre os participantes. A divergência de opiniões parece ser um dos elementos definidores do debate, na medida em que diversos são os mecanismos de sua estrutura que procuram possibilitar a gestão do desacordo. A existência de um mediador responsável por conceder a palavra e controlar o tempo de fala dos debatedores, por exemplo, parece, em si mesma, sintomática da necessidade de que haja uma gestão do dissenso.

Para Adam (1985), ocorre, no debate, a combinação de discurso polêmico, na medida em que ele possibilita a crítica com relação ao que o *outro* diz, e de um discurso com características didáticas, uma vez que, em um debate, os participantes visam à persuasão de seus interlocutores. As naturezas polêmica e didática do debate identificadas por esse autor aparecem frequentemente, de modo mais ou menos explícito, nas considerações sobre debate feitas por diversos estudiosos desse gênero.

Aquino (2008, p. 357), por exemplo, dá especial atenção ao papel informativo (isto é, didático) do debate, ao afirmar que ele

[...] constitui evento significativo em qualquer sociedade, por contribuir para o conhecimento e a ampliação da visão quanto a determinado tópico de interesse de um grupo, em dado momento [...]. A discussão que nele se apresenta pode colaborar para a formação de opinião, para uma tomada de posição entre os indivíduos que integram determinada sociedade.

Erlich (1993, p. 27), por sua vez, como Adam, procura articular as dimensões didática e polêmica do debate em sua definição quando afirma que “toda negociação se origina em um conflito ou divergência que dá lugar a uma discussão com o objetivo de chegar a um acordo”¹⁴.

¹³ Tradução livre de: [...] it is important to add that not only does the configuration of these pattern *fluctuate* in the course of the same utterance (as Goodwin well demonstrated), but it is also sometimes fuzzy. In other words, it is not always possible to determine whether the different hearers stay in a hierarchical relationship or not [...]. Os usos de aspas e ênfases (itálico, negrito, sublinhado) dos textos originais serão mantidos em casos de citação direta, aí incluídos os casos em que houver tradução de língua estrangeira para o português.

¹⁴ Tradução livre de “toda negociación se origina en un conflicto o divergencia que da lugar a uma discusión com el objetivo de llegar a um acuerdo”.

Posicionamento similar é apresentado por Kerbrat-Orecchioni (1990), para quem o debate, assim como a discussão, pressupõe um mínimo de desacordo entre os participantes e incorpora um componente argumentativo bastante saliente, o que significa que os indivíduos nele engajados procuram agir de modo a persuadir seus interlocutores.

Meireles (1997) esclarece que diversos têm sido os nomes propostos para descrever o desacordo, tais como *dissenso*, *dissensão*, *negação*, *atos de fala não concordantes* e *contradição*. De acordo com a autora, são quatro as características do dissenso: em primeiro lugar, trata-se de um fenômeno conversacional, havendo a necessidade de mais de um falante e de mudança de turno; em segundo lugar, ele é reativo, isto é, sequencialmente subordinado ao que disse outro falante; em terceiro lugar, caracteriza-se por ser inerentemente adversativo, constituindo-se como uma refutação total ou parcial da visão de mundo expressa por alguém; por fim, pode-se manifestar linguisticamente de maneiras variadas.

Embora concordemos, em linhas gerais, com a definição de dissenso apresentada pela pesquisadora, não nos parece ajustado considerar o dissenso um fenômeno estritamente conversacional, visto que, se o fizéssemos, endossaríamos a ideia de que ele se circunscreve necessariamente a um determinado evento comunicativo, a qual parece ser subjacente à definição apresentada pela autora¹⁵. Propomos, em lugar disso, inspirados pelos princípios de dialogismo defendidos por Bakhtin (2009), situar o dissenso em um nível discursivo, de modo que sua definição possa dar conta da relação de um dado enunciado com qualquer outro que lhe seja anterior, e não apenas com aqueles proferidos durante um dado evento comunicativo. Procedendo assim, endossamos a visão bakhtiniana de que todo enunciado corresponde, em alguma medida, a uma resposta a um outro que lhe é precedente.

Para Doury e Kerbrat-Orecchioni (2011, p. 63), o desacordo suscita uma argumentação e, inversamente, toda argumentação pressupõe um desacordo real ou

¹⁵ A despeito de discordarmos parcialmente da autora no que se refere à definição de dissenso, reconhecemos que a definição por ela apresentada é coerente com o quadro teórico da Análise da Conversação, no qual seus trabalhos se inscrevem. Assim, nossa discordância tem unicamente o objetivo de ajustar a definição por ela apresentada ao quadro dos Estudos Discursivos, no qual este trabalho se insere, e não de desmerecer as proposições da autora.

virtual. No caso de um debate, como nos demais gêneros de natureza agonial, observam as autoras, o desacordo é a regra, e o debate constitui uma forma de combate.

Conforme se observa nas definições de debate apresentadas, está na essência do debate o desacordo, o dissenso, que embora frequentemente desfrute de má fama, corresponde ao “motor incontestado da democracia” (AMOSSY, 2017, p. 19), uma vez que só é possível em sociedades nas quais opiniões divergentes podem ser expressas. É nesse sentido que se pode dizer, assim como Charaudeau (2015, p. 53), que o debate consiste, assim como a discussão, em um “gênero polarizado”, isto é, marcado pelo confronto de ideias.

Para Amossy (2017), o dissenso pressupõe uma busca pelo acordo, o qual pode ser obtido por meio de um trabalho do *logos* (isto é, do discurso da ordem do razoável), com a finalidade de obter uma solução, que se inscreve, no mais das vezes, no domínio do possível, do aceitável para a maioria, e não do ideal ou consensual. A busca pelo acordo é desejável, para a autora, na medida em que dissensões prolongadas, além de serem sintoma de uma falha na busca pelo acordo, prejudicam o funcionamento de processos e instituições necessários ao bom funcionamento da democracia.

O desacordo é, assim, considerado um estágio a ser superado por meio da deliberação, que visa sempre a algum tipo de acordo, o qual corresponde à conclusão do debate, ainda que o único acordo a que os participantes do debate cheguem seja quanto à impossibilidade de alcançá-lo (ERLICH, 1993; AQUINO, 2008). Esse tipo de acordo seria, assim, incapaz de resolver o impasse que origina o debate e constituiria sintoma de que a argumentação foi incapaz de conduzir à persuasão.

A busca por um consenso não é, entretanto, aceita consensualmente como característica do debate. De acordo com o *Tratado de Argumentação*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1950]), por exemplo, a busca pelo consenso seria um traço típico da discussão, compreendida como deliberação racional, ao passo que a preocupação principal em um debate, concebido como uma interação de natureza erística, seria sobrepujar teses contrárias, a fim de obter o triunfo da

tese defendida. O conceito de debate apresentado por esses autores aproxima-se, dessa forma, do de disputa, definido por Charaudeau (2015, p. 53) como “um contrato de confronto (de entreenchoque, deve-se dizer) de pontos de vista irredutíveis. [...] Trata-se de defender ou mesmo impor a todo custo seu ponto de vista e ter razão”¹⁶.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1950], p. 42) reconhecem, no entanto, que,

[...] na prática, essa distinção entre a discussão e o debate parece, em muitas ocasiões, difícil de precisar. Com efeito, na maioria dos casos, ela repousa na intenção que atribuímos, com ou sem razão, aos participantes do diálogo, intenção essa que, por sua vez, pode variar no decurso deste.

Amossy (2017) pondera, por sua vez, que o reconhecimento, por parte da *Nova Retórica*, da possibilidade de que o consenso a ser atingido por meio da deliberação racional e honesta não seja sempre o objetivo último da argumentação não apequena sua importância no conjunto das propostas de Perelman e Olbrechts-Tyteca, visto que o acordo constituiria, para estes, uma maneira (desejável) de aferição de uma racionalidade:

[...] [para Perelman e Olbrechts-Tyteca] o dissenso deve ser superado a todo custo, sob pena de falhar aos critérios da razão e fazer a comunidade afundar na discórdia, na divisão e, até mesmo, na luta armada. Reinfundindo a racionalidade no seio dos comportamentos humanos, o acordo sobre o aceitável e o plausível permite conter surtos de irracionalidade e de violência, cujas memórias (estamos em 1958) são particularmente traumatizantes (AMOSSY, 2017, p. 22).

Dessa forma, as indagações trazidas pela *Nova Retórica* fomentam a incerteza com relação ao papel da intencionalidade dos participantes da argumentação e anunciam consequências desastrosas para a deliberação que não visa ao consenso. A dúvida com relação à busca pelo consenso tem implicações bastante significativas para a descrição do debate parlamentar que objetivamos fazer neste trabalho e suscita algumas reflexões importantes, que expomos a seguir.

¹⁶ Tradução livre de: “[...] un contrat d’affrontement (d’entreenchoc, faudrait-il dire) de points de vue irréductibles. [...] Il s’agit ici de défendre, voire d’imposer à tout prix, son point de vue et d’avoir raison.”

2.1.1 O debate parlamentar

O debate parlamentar corresponde a uma manifestação do discurso político, definido, nos termos de Marques (2000, p 30), como “[...] todas as atividades de comunicação verbal públicas dos elementos que integram as diferentes instâncias governativas, enquanto representantes desses mesmos organismos”, sendo certo, segundo a autora, que nem sempre é nítida a distinção entre os momentos em que um elemento representa a população e aqueles em que ele não a representa.

O debate parlamentar, tal como o que visamos descrever, constitui uma oportunidade de cogitação legislativa e corresponde, portanto, para utilizar a terminologia adotada por Aristóteles em sua *Retórica*, a uma manifestação do gênero deliberativo, isto é, trata-se de um evento cujo foco é o futuro e cuja finalidade é a tomada de decisões a respeito de assuntos como as finanças do Estado, a guerra e as lei, por meio de exortações ou dissuasões, com o objetivo precípua de conduzir à felicidade. A deliberação, concebida como a gestão racional dos desacordos através da troca verbal (AMOSSY, 2017), seria, pois, uma forma de buscar, a partir de uma pluralidade de opiniões, respostas a questões controversas atinentes à esfera pública.

Com efeito, o campo da intencionalidade dos participantes de um debate apresenta-se como uma incógnita aos analistas, visto que as marcas linguístico-discursivas que eles possam identificar e analisar não são realmente capazes de comprová-la, mas consistem, antes, em indício dela. De toda forma, esta questão não nos parece acessória para a compreensão do debate parlamentar¹⁷, visto que dela depende o delineamento dos papéis de cada um dos participantes do debate e do subgênero debate parlamentar em si mesmo, como argumentamos a seguir.

Por um lado, se acreditamos que os participantes do debate estão efetivamente engajados com o objetivo de chegar a um consenso que seja benéfico para a maioria, ratificamos a importância do debate para a democracia, tendo em

¹⁷ Não adotaremos, neste trabalho, a distinção entre discussão e debate proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]). Utilizaremos o termo *debate* para descrever tanto os eventos em que há a busca pelo consenso por meio do exercício honesto e efetivo da deliberação quanto aqueles em que se busca apenas a adesão do auditório, sem que haja busca efetiva pela superação do dissenso.

vista seu papel de mecanismo de superação do dissenso. Assim, o debate parlamentar teria por função principal (e mérito indiscutível) a busca do bem-estar (ou seja, da “felicidade” de que fala Aristóteles) da população representada pelos parlamentares.

Por outro lado, como vimos, pode haver casos em que o consenso não constitui o fim último do debate, quer em razão de jogos de interesse (políticos, econômicos, etc.) que se sobrepõem à confrontação de ideias e sejam, por isso mesmo, utilizados como parâmetro de tomada de decisão; quer porque não se deseja ou não se pode chegar a um consenso porque os participantes do debate, pelo motivo que seja, não estão dispostos a negociar.

Sem ignorar que há debates em que se visa efetivamente à obtenção de um acordo, Doury e Kerbrat-Orecchioni (2011) identificam uma tendência, por parte de diversos teóricos, de postular o acordo como fim último de toda atividade argumentativa, a qual lhes parece equivocada, sobretudo no caso do debate entre políticos. De acordo com as autoras,

[...] numerosas são as teorias que estipulam como *finalidade* da argumentação resolver o desacordo inicial para chegar a um acordo (sobre a questão em discussão ou, ao menos, sobre o fato de que nenhum acordo sobre a questão é possível); é o caso das abordagens que se inscrevem de maneira mais ou menos direta na tradição retórica e baseiam-se em uma definição de argumentação como meio de persuasão (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1988; Amossy, 2010...) ou de abordagens que se baseiam em um modelo ideal de diálogo argumentativo que visa resolver uma diferença de opiniões (Eemeren & Houtlosser, 2004; Habermas, 1998). Entretanto, essa percepção é refutada pelo gênero interacional do qual provém nosso corpus [debate eleitoral entre candidatos à presidência da França]. É claro que, em um debate eleitoral, os debatedores levam a cabo uma atividade argumentativa importante, mas é igualmente claro que essa atividade seria incapaz de resultar na resolução das divergências iniciais: o acordo entre os interlocutores é, pois, excluído do horizonte das trocas argumentativas. Contrariamente, essa renúncia à busca de um consenso não exclui necessariamente a realização de acordos parciais, ainda que sobre os pontos não centrais do debate [...]. (p. 65-6)¹⁸

¹⁸ Tradução livre de: “[...] nombreuses sont les théories qui stipulent que la *finalité* de l’argumentation est de résoudre ce désaccord initial pour parvenir à un accord (sur la question en discussion, ou, au pire, sur le fait qu’aucun accord sur la question n’est possible) ; c’est le cas des approches s’inscrivant plus ou moins centralement dans la tradition rhétorique, et reposant sur une définition de l’argumentation comme moyen de persuasion (Perelman & Olbrechts-Tyteca 1988, Amossy 2010...), ou d’approches reposant sur un modèle idéal du dialogue argumenté visant à résoudre une différence d’opinions (Eemeren & Houtlosser 2004, Habermas 1998). Mais cette conception est mise en déroute par le genre interactionnel dont relève notre corpus. Il est clair que dans un débat électoral les débatteurs développent une activité argumentative importante; mais il est tout aussi clair que cette activité ne saurait aboutir à la résolution finale des divergences de départ: l’accord des interlocuteurs comme horizon des échanges argumentatifs est donc exclu. En revanche, cette renonciation à la recherche d’un consensus n’exclut pas forcément la réalisation d’accords partiels, portant sur des points périphériques du débat [...].

As observações das estudiosas a respeito do debate eleitoral parecem também se aplicar ao debate parlamentar, em que os debatedores se encontram vinculados a partidos políticos, cujas orientações costumam interferir de maneira decisiva nos posicionamentos de seus filiados. Assim, os parlamentares cumprem um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que são os representantes de um povo e responsáveis por defender seus interesses, representam também seus partidos políticos nas casas legislativas. Isso significa que, por mais convincente que possa ser a argumentação construída no parlamento, não se espera que um deputado ou senador mude de opinião por conta dela, visto que isso poderia causar conflitos internos dentro dos partidos políticos.

Dessa forma, pode-se dizer que, embora a superação do dissenso e a busca por um consenso sejam características salientes do gênero debate, elas podem não se fazer presentes nos debates parlamentares, nos quais a conquista da adesão dos parlamentares se dá muito menos no plenário do parlamento, à vista da população, que em seus bastidores, por meio de negociações que podem envolver, além de suas opiniões e formas de ver o mundo, seus interesses. Trata-se, pois, de um evento argumentativo em que a razoabilidade e a contundência dos argumentos apresentados no plenário, se não desprezíveis, podem ser secundárias para a tomada de decisões, a qual frequentemente se efetiva por meio da articulação política, da troca de favores, e não da argumentação.

Tal raciocínio coaduna-se com as ideias de Comparato (2000/2001, p. 11), que expressa sua descrença com relação ao papel de fomentar a democracia do debate parlamentar nos seguintes termos:

O debate parlamentar, em si, não é importante para a democracia, pois ele é incapaz de alterar, ainda que minimamente, a decisão de voto das diferentes correntes políticas representadas no Parlamento. Jamais se viu um partido da situação mudar de opinião sobre uma questão política, diante dos argumentos apresentados pela oposição, e vice-versa.

Há de se observar, no entanto, que tal constatação do autor não parece implicar um esvaziamento de sentido da argumentação parlamentar, mas um *deslocamento* dele. Tomar como verdadeira a ideia de que o debate parlamentar pode não ter como finalidade a deliberação (isto é, a superação do consenso) em si mesma faz que seja necessário perguntar por que, então, trata-se de uma tradição

cujas existências não são postas em questão. As respostas a essa pergunta são diversas, e todas elas levam em conta o papel social do debate parlamentar junto ao auditório, composto pelos interlocutores indiretos, ou seja, pelos indivíduos que acompanham os debates presencialmente ou pela mídia, seja por meio de transmissão ao vivo ou gravada, seja por meio do que a imprensa diz a respeito deles.

Importa observar, nesse sentido, que a *deliberação representada* — nomenclatura que propomos para fazer referência a um evento deliberativo que ocorre *pro forma* e cujo objetivo corresponde à busca da adesão do auditório às teses apresentadas — tem a função de fortalecer uma impressão (que pode ser mais ou menos fundamentada) de representatividade, isto é, de que os melhores interesses dos eleitores dos parlamentares estão sendo defendidos. A *mise-en-scène* da deliberação fortalece, assim, a ideia de que a participação popular nas decisões é efetiva e que se baseiam, antes de tudo, na discussão de ideias.

Em segundo lugar, o debate ocorrido nesses moldes parece visar frequente e principalmente à persuasão do auditório, esforço que cumpre uma função de conquista da adesão às teses apresentadas e defendidas pelos parlamentares, assim fortalecendo-as junto à opinião pública e aumentando as chances de aprovarem suas proposições em função de possíveis movimentações populares. A interação no parlamento é alargada em virtude de sua mediação.

Em terceiro lugar, não se deve ignorar que um parlamentar capaz de causar a impressão de ser justo e se preocupar efetivamente com os interesses populares pode construir e/ou manter uma imagem positiva de si mesmo diante do auditório. Nesse sentido, pode-se dizer que o trabalho do *logos*, que caracteriza a persuasão, ao voltar-se ao auditório, subsidia um trabalho do *ethos*, que, embora seja corriqueiro em quaisquer interações, ganha relevo em virtude da mediação das deliberações parlamentares e permite que os debatedores tentem criar para si uma imagem de indivíduo sensato, justo, preocupado com o bem-estar da população.

Desloca-se, assim, o escopo do debate: em lugar de constituir um evento em que os interlocutores almejam a persuasão mútua, aqueles passam a visar especialmente à persuasão do auditório, que acompanha a discussão presencialmente ou por intermédio dos meios de comunicação.

Por óbvio, tendo em vista a dificuldade de fazer afirmações categóricas sobre a intencionalidade alheia, não defendemos que o debate sob análise neste trabalho corresponde a mera representação ou a um debate que visa realmente a um consenso. Restringimo-nos, assim, apenas a afirmar que reconhecemos, como Perelman e Olbrechts-Tyteca (1998 [1958]), a possibilidade de que a deliberação cumpra papéis diversos, que podem ou não visar suplantando o dissenso e conduzir à felicidade, na acepção aristotélica do termo.

Além disso, pode-se dizer que o discurso político é também frequentemente associado a uma “linguagem política”, isto é, a um uso da linguagem em sua relação com o poder político. Não é infrequente que sejam atribuídas à linguagem política especificidades, como um potencial de deturpação da realidade, o qual decorreria da relação entre política e mecanismos de intencionalidade. A esse respeito, no entanto, Marques (2000) esclarece que não há no funcionamento da linguagem política nenhum elemento que o distinga da linguagem tomada em senso amplo, visto que qualquer realização linguística possibilita (e, na verdade, pressupõe) a distorção do real. De acordo com a autora,

Pretender que, na relação da linguagem política com o pensamento político, um dos temas dominantes na análise deste discurso, aquela funciona para manipular o segundo obriga a ter em conta algumas questões. A primeira é que, num sentido trivial, estamos perante um caso de uso particular da linguagem para significar mais do que diz, o que é um princípio fundamental de qualquer atividade discursiva — incluindo a dos próprios analistas. O discurso ficaria petrificado, negar-se-ia a si próprio, se tivéssemos a ideia de querer explicitar tudo o que significamos. [...] A segunda questão tem a ver com a possibilidade de, havendo manipulação pelo uso da linguagem política, e empiricamente sabemos que tal acontece, determinar como e onde isso acontece. (MARQUES, 2000, p. 35)

Do exposto decorre que o reconhecimento de que, conquanto a linguagem política esteja sempre vinculada a um jogo de poder específico — uma vez que ela se manifesta entre locutores e interlocutores particulares, dentro de uma dada norma linguística e tendo em vista determinado auditório pretendido —, não se pode postular que ela tenha propriedades que lhe sejam próprias, visto que o uso de um registro por um interlocutor com o objetivo de persuadir seu interlocutor ou seu auditório pretendido, com o fim de exercer poder, constitui a regra com relação ao uso da linguagem, e não uma exceção.

Descrevemos, nesta seção, o debate parlamentar em sentido amplo, numa tentativa de defini-lo, considerando a problemática da intencionalidade, suas funções sociais e alguns aspectos sobre a linguagem que lhe é característica. Procedemos, a seguir, à descrição do debate a ser analisado no capítulo IV deste trabalho.

2.2 Descrição do debate sobre o PLC 122/2006 ocorrido em 08/12/2011

O debate sob análise neste trabalho contou com a participação de oito senadores debatedores: Marta Suplicy, Magno Malta, Marinor Brito, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy e Sérgio Petecão. Assumiu o papel de mediador o senador Paulo Paim.

2.2.1 O dissenso

Reconhecido como condição essencial para o debate, o dissenso tem função estruturante, visto que constitui baliza para a construção da argumentação. O dissenso em torno do qual se desenvolve o debate, como já dissemos, diz respeito à possibilidade de aprovação do PLC 122/2006. Foram frequentes, ao longo do debate, referências a dois grupos discordantes no que diz respeito à aprovação do PLC 122/2006. Observem-se, como exemplos, os seguintes segmentos dos discursos proferidos pelos senadores Magno Malta (1), Lídice da Mata (2), Marcelo Crivella (3), Cristovam Buarque (4), Marta Suplicy (5) e Paulo Paim (6).

(1)
senhor presidente... senhor presidente Paulo Paim... relatora... Marta Suplicy... senadora Marta... demais senadores e senadoras... deputados federais aqui... bancada católica... bancada evangélica... deputados espíritas... cidadãos do povo... organizações... ONGs que defendem o projeto da... senadora Marta... grupo GLBT que aí está... grupos de homossexuais que defendem o que pensam e que acreditam que nós temos que respeitar... deputado Jean Wyllys... que é defensor da causa... e nós precisamos... nós precisamos/cada qual defende o que acredita e nós precisamos respeitar isso...

(2)

a sociedade brasileira precisa debater isso... SEM preconceitos de um lado e do outro... não pode existir no movimento homossexual... o preconceito contra os cristãos...da mesma forma que não pode existir... entre os cristãos... o preconceito de não admitir...

(linhas 778 a 782)

(3)

NÓS... NÃO... consideramos... errado... dizer o que a Bíblia diz e dizer que ser homossexualismo é pecado... mas jamais fecharemos qualquer uma nas nossas milhares de igrejas no nosso Brasil... à entrada e ao convívio com qualquer homossexual seus amigos sua família... vocês são convidados... vocês são convidados... vocês são convidados e podem ter certeza que vocês serão tratados com carinho... com distinção e com respeito... ((aplausos)) eu vou concluir senhor presidente... mas nós não podemos permitir... nós que somos políticos... nós não podemos permitir que pessoas que estão buscando a MESMA coisa... nessa sessão... estejam em lados tão separados tão opostos... e parece que nos odiamos... não nos odiamos... isso é um absurdo... que não pode ficar... dessa maneira...

(linhas 858 a 879)

(4)

mas sobretudo a iniciativa da... senadora Marta Suplicy... uma vez que Vossa Excelência... nesse clima de::... de tensão de disputa que estamos aqui observando... avaliou que:: será melhor... retirar para melhor discussão...

(linhas 941 a 944)

(5)

e nós vamos sentar e ver que de repente até mudamos eu ou vossas excelências de ideia e conseguimos convergir... acho que fizemos um passo... bastante importante adiante... e quero agradecer então... a presença de todos os militantes dos dois lados... dos deputados evangélicos que aqui tiveram também sua presença... dos senadores dos dois lados que também compareceram... e... vamos tentar trabalhar uma nova possibilidade ((aplausos e gritos de aprovação))

(linhas 1320 a 1327)

(6)

eu só faço um apelo aos militantes das duas causas... que não aceitem nenhuma provocação... que tem no meio aí que eu sei... provocadores... que gostariam de sair daqui dizendo que brigaram... que discutiram... que se mataram... esses serão derrotados SEMpre...

(linhas 1433 a 1436)

Os segmentos de (1) a (6) têm em comum o fato de descreverem, sobretudo nos trechos sublinhados, uma situação de dissenso acentuado entre dois grupos de senadores, um deles contrário à aprovação do PLC 122/2006 e outro

favorável a ela. O exame dos discursos dos senadores permite que eles sejam, no que concerne ao posicionamento que apresentam, representados da seguinte maneira:

Quadro 1 – relação de senadores favoráveis e contrários à aprovação do PLC 122/2006

Ressalte-se, entretanto, que a divisão proposta não indica que os grupos favorável e contrário ao projeto de lei sejam homogêneos. Marinor Brito e Marta Suplicy têm em comum o fato de se posicionarem favoravelmente ao PLC 122/2006; esta, no entanto, na posição de relatora, propõe substitutivos, com o objetivo de conseguir aprovar o projeto, com os quais aquela não concorda, uma vez que é favorável à aprovação do texto original do projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados.

De forma similar, também é possível observar diferenças de posições no grupo dos opositores do PLC 122/2006: dentre os senadores que não concordam com a aprovação o PLC 122/2006, estão Cristovam Buarque, para quem o debate ainda não resultou satisfatório e por isso o projeto ainda não deve ser aprovado, e Magno Malta, que por diversas vezes questiona o mérito do projeto e o tacha de injusto.

Tendo isso em vista, a divisão proposta no quadro 1 tem apenas o objetivo de conseguir mais clareza nas análises a que procedemos no capítulo seguinte, sem a pretensão de dar conta das nuances dos posicionamentos dos senadores.

2.2.2 A busca pelo consenso

Além de segmentos de fala em que se evidenciou a existência de um dissenso entre os senadores, também foram frequentes as manifestações com relação à necessidade de que um consenso fosse alcançado, conforme se observa nos excertos (7), (8) e (9), extraídos, respectivamente, dos pronunciamentos de Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy e Sérgio Petecão.

(7)

meus agradecimentos... e conte comigo pra melhorar... o um dois dois... pra ter outro projeto se for o caso... acho que a gente não deve ficar eh:: com essa/ em cima de números... e de siglas... conte comigo... e:: só peço... a todos.. inclusive ao::/ao senador Magno Malta... que a gente não demore com isso... só peço isso... que a gente não demore na procura de um entendimento... que arre/erre/erre/erradique de vez... essa intolerância que ainda há... e erradique essa intolerância... sem passar a ideia de qualquer outra forma de intolerância... conte comigo para continuar o trabalho... junto com outros se for o caso -- até porque tem que ser com outros... senão a gente não estaria construindo um documento de conjunto -- talvez nem seja possível... mas a gente tem que gastar o que FOR possível... para chegar...

(linhas 662 a 674)

(8)

o que eu quero transmitir senador Paulo Paim... é que::... todo esforço que puder ser feito para chegar a um entendimento... ah... mesmo... entre a senadora Marinor e os que aqui a::... a hostilizaram em alguns momentos... mas ao lado dos outros que a aplaudiram... possamos... senador Paulo Paim... sob a sua condução... chegar a um melhor entendimento

(linhas 996 a 1001)

(9)

nós temos que ter aqui a RESponsabilidade de encontrar um meio termo... para que nós possem/possamos... resolver a situação...

(linhas 1120 a 1122)

Nos segmentos (7) a (9), os senadores, além de enfatizarem a relevância da superação do dissenso, parecem procurar afirmar seu compromisso com a representação democrática. Assim procedendo, eles colaboram para a construção e/ou perpetuação da ideia de que o debate parlamentar consiste em uma forma de

busca do consenso e de atender aos interesses da população. Os senadores defendem, assim, a relevância da instituição que integram para a manutenção de um regime democrático.

2.2.3 O papel do mediador

Paulo Paim, na qualidade de mediador, não expressou opiniões favoráveis ou contrárias ao PLC 122/2006, tendo se limitado a exercer funções atinentes à organização do debate, entre as quais se destacam a cessão da palavra, a distribuição do tempo de fala, a gestão do nível de ruído no recinto, estabelecimento de regras para o desenvolvimento do debate, além do anúncio da abertura e do encerramento do evento. Observem-se, a título de ilustração, o excerto a seguir:

(10)

peessoal... eu peço o máximo silêncio... porque agora nós vamos começar o debate... a relatora vai dar... o seu parecer... sobre o PL cento e vinte e dois... todos vocês que estão aqui... independente da posição querem ouvir os senadores e senadoras... e naturalmente a relatora... então o aPElo que eu faço... é o máximo de silêncio... e dizer... que a gente vai cumprir o regimento na íntegra... o regimento será cumprido na íntegra independente da vontade desse ou daquele... senador e de vocês que estão acompanhando aqui dentro da sala esse debate... então vamos lá... é o item três... Projeto de Lei da Câmara número cento e vinte e dois de dois mil e seis... não terminativo... ou seja depois daqui ele ainda vai para a CCJ... o projeto... ((lendo a ementa)) “altera a lei sete mil setecentos e dezesseis... de cinco de janeiro de mil oitocentos e oitenta e nove¹⁹... que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor... dá nova redação... ao parágrafo terceiro do artigo cento e quarenta... do decreto-lei número dois mil oitocentos e quarenta e oito... de sete de dezembro de mil novecentos e quarenta... Código Penal... e ao artigo quinto... da CLT... aprovada pelo decreto-lei cinco mil quatrocentos e cinquenta e dois de primeiro de maio de mil novecentos e quarenta e três e dá outras providências” ((deixa de ler)... autoria... deputada Iara Bernardi... relatoria... senadora Marta Suplicy... seguindo... o regimento na íntegra atenção para não haver nenhuma... preocupação... com a palavra a relatora... senadora Marta Suplicy

(linhas 1 a 20)

Coube a Paulo Paim, em virtude da função de mediador, a abertura do debate, o qual se inicia com o enunciado “nós vamos começar o debate...” (linhas 1 e 2) e com a leitura da ementa do projeto de lei. Como se observa, também ficou a cargo dele a gestão do nível de ruído do recinto, feita por meio de pedidos como “peessoal... eu peço o máximo silêncio...” (linha 1), repetidos frequentemente ao longo

¹⁹ Paulo Paim engana-se ao dizer que a lei é de 1889; ela, na verdade, foi elaborada em 1889.

de todo o debate, além da passagem da palavra à relatora da matéria, senadora Marta Suplicy (“com a palavra a relatora... senadora Marta Suplicy”, linha 20), e, posteriormente, aos outros senadores que se inscreveram para ter direito à palavra.

Além disso, Paulo Paim também foi responsável por estabelecer as regras para as manifestações do auditório, que era composto por parlamentares e militantes favoráveis ou contrários à aprovação do PLC 122/2006:

(11)
pessoal... vamos... vamos manter o entendimento que a gente fez... todo respeito ao senador Magno Malta... e a questão das vaias... é que a gente acordou... e acordo é acordo... iam-se permitir as palmas e não as vaias... todos foram concordados foi unanimidade... se for vaia vaia vaia quem tiver com a palavra não vai poder falar... e daí fica ruim né? porque a gente (tirou a proposição) do senador que está com a palavra... então vamos manter o nosso acordo...

(linhas 353 a 359)

(12)
o grito aqui não adianta... os gritalhães aí... vão ali para fora gritar no corredor... o que que estão fazendo aqui?... nós estamos aqui... para tomar uma solução... ((aplausos))...

(linhas 1427 a 1429)

Observa-se, em (11) e (12), um esforço da parte da Paim para fazer valer a regra que havia estabelecido ao início do debate, segundo a qual as manifestações do auditório seriam permitidas apenas na forma de palmas, não se admitindo gritos e vaias.

Além disso, Paulo Paim exerceu função de controle do tempo de fala dos senadores, tendo solicitado que cada um dos senadores que tomassem a palavra falassem por, no máximo, dez minutos, conforme se pode observar no segmento (13), em que, inclusive, enfatiza o tempo a ser ocupado por seus pares, conforme se observa no segmento a seguir:

(13)
eu acho que nós podíamos fazer esse acordo...tá aqui também o senador () para que todos possam usar a palavra... DEZ minutos... para cada um... e no fim ainda a relatora vai usar o tempo que for necessário

(linhas 392 a 394)

Por fim, também foi responsabilidade de Paulo Paim o encerramento do debate, o que é feito por ele no trecho sublinhado no segmento a seguir:

(14)

OK... pessoal... vamos... vamos concluir a nossa audiência pública... primeiro eu ia fazer um apelo a todos que estão aqui... não vou fazer discurso... porque a melhor forma de nós resolvermos essa situação... é nós continuarmos dialogando... e trazer a matéria para votação... com entendimento ou não... num momento adequado... todos serão convocados... no momento da votação... [...] está encerrada a audiência pública ((aplausos, gritos e cânticos de passeata))

(linhas 1432 a 1427)

Dessa forma, constata-se que o debate parlamentar compartilha, em linhas gerais, das características usualmente observadas em outros tipos de debate político, a saber, a existência de um assunto que constitui objeto de dissenso, o qual será discutido, além da presença de um mediador, que gere os turnos dos debatedores e impõe regras de manifestação ao auditório.

Diferentemente do que ocorre em alguns debates, no entanto, perguntas não são dirigidas aos debatedores por membros do auditório ou pelo moderador, o que faz os senadores falarem de modo bastante livre, usando o tempo de que dispõem para construir seus argumentos e, assim, defender suas teses e refutar as teses de seus oponentes.

No capítulo que segue, procedemos à descrição da estrutura das analogias, as quais correspondem em procedimentos bastante relevantes para a argumentação empreendida pelos senadores.

CAPÍTULO III - A ESTRUTURA E O PROCESSAMENTO COGNITIVO DAS ANALOGIAS

Scientific inquiry typically starts with the outside world — the stars, the planets, the elements — before extending to the human world — the body, the brain, the mind, society. In the development of science as we know it, physics and chemistry preceded biology, which itself is more advanced from a technical and operational point of view than, say, cognitive science or sociology. The paradox that we know more about faraway galaxies than we do about the core of our own planet has a cognitive analogue: We seem to know a good deal more about the world around us than we do about our minds and brains.

Gilles Fauconnier

Propõe-se, neste capítulo, uma descrição do que se entende por analogia e dos processos cognitivos a ela subjacentes, em diálogo com alguns dos principais teóricos que dela se ocuparam. Tomam-se por base, para tanto, não apenas exemplos de analogias matemáticas como também de analogias observáveis na linguagem, a fim de evidenciar o caráter profícuo da transposição platônica do raciocínio analógico da Matemática para a investigação crítica das coisas do mundo.

Ao longo da História, a analogia tem se constituído objeto de estudo de diferentes disciplinas, dentre as quais se destacam a Filosofia, a Psicologia Cognitiva e a Linguística. Trata-se de uma tradição que teve início na Grécia Antiga, notadamente com as reflexões filosóficas de Platão e Aristóteles. De acordo com Resende Filho (2008), a filosofia platônica foi responsável por transpor a identidade de relações $a/b = c/d$ (a está para b assim como c está para d), típica do raciocínio matemático, para o domínio da reflexão filosófica, enriquecendo-a, na medida em que lhe propiciou um novo instrumento capaz de operar em diversos domínios do saber. Aristóteles, herdeiro deste procedimento, passou a aplicá-lo não apenas a problemas metafísicos, mas também a toda realidade mensurável.

Também na tradição islâmica, o raciocínio por analogia (*qiyas*) teve, historicamente, papel bastante significativo, notadamente na argumentação

teológica-jurídica, sendo responsável, por exemplo, pela extensão da lei do Alcorão a casos não previstos por ele. Assim, sendo o vinho proibido pela lei islâmica em função da embriaguez que causa, também se proíbe, pelo mesmo motivo, o consumo do néctar fermentado de tâmaras, que não é mencionado nas escrituras sagradas (PLANTIN, 2013).

Já no início do século XX, estudiosos consagrados como Saussure e Sapir retomaram o tema, em uma tentativa de descrever fenômenos relacionados à língua, em investigações que remontam ao advento da disciplina Linguística e que ainda hoje têm influência em seus desdobramentos. Mais contemporaneamente, sobretudo conforme ganharam vulto as investigações acerca da cognição, a analogia passou a constituir-se em objeto de interesse para estudiosos de diversas áreas, como a Psicologia Cognitiva e a Linguística Cognitiva, que procuram compreender o processamento mental basilar para a produção e interpretação de analogias.

Com efeito, Plantin (2011) reconhece na analogia uma importante forma de organizar o mundo. De acordo com o pesquisador francês, existem basicamente três operações por meio das quais os objetos do mundo podem ser relacionados uns aos outros, quais sejam, a categorização, que implica o agrupamento de objetos de acordo com suas características; a causalidade, isto é, o estabelecimento de relações de causa e efeito entre os objetos do mundo; e, por fim, a analogia, que possibilita a compreensão de um domínio por meio do recurso a outro.

Além disso, o autor salienta que a o pensamento analógico é capaz de organizar o mundo com a mesma força que o pensamento causal, visto que, para o pensamento analógico, conhecer significa decifrar semelhanças, o que significa que, concebida dessa maneira, a analogia está na base de todas as gnoses. Dessa forma, a analogia, em virtude das relações que ela estabelece, produz “um sentimento cósmico no qual triunfa a ordem, a simetria, a perfeição” (Gadoffre, Walker, Triper, 1950, p. 50)²⁰.

²⁰ Tradução livre de: “un sentiment cosmique où triomphe l’ordre, la symétrie, la perfection” (Gadoffre, Walker, Triper 1980, p. 50).

3.1 A estrutura das analogias

Analogias podem ser definidas como relações que se estabelecem entre dois sistemas com números iguais de partes, em que as relações travadas entre as partes de um sistema são de *contiguidade*, e aquelas que se estabelecem entre os dois sistemas são de *similaridade* estrutural e/ou funcional. Nesse sentido, analogias são compreendidas como *metarrelações*, uma vez que implicam a existência de relações entre relações (ITKONEN, 2005).

Segundo Gentner e Smith (2013, p. 669),

Uma boa analogia revela estruturas comuns a duas situações e sugere inferências adicionais. Ou seja, o mapeamento analógico envolve reconhecer um sistema relacional comum entre duas situações e criar inferências adicionais balizadas por essas características comuns [...]. As características comuns podem incluir correspondências de propriedades concretas entre as situações, mas isso não é mandatório; o que é crucial é a *similaridade de estruturas relacionais*.²¹

Tais características da relação analógica são observáveis na célebre comparação entre aves e peixes proposta por Hesse (1963, p. 68), que pode ser esquematizada da seguinte maneira:

	similaridade			funções
	AVE	PEIXE		
contiguidade	asas	nadadeiras	→	locomção
	pulmões	guelras	→	obtenção de oxigênio
	penas	escamas	→	proteção

Quadro 2 – a analogia entre aves e peixes

Desta analogia, que pode ser expressa simplificada por meio da notação *asas : pulmões : penas :: nadadeiras : guelras : escamas*, depreende-se que o vínculo estabelecido entre asas e nadadeiras, por exemplo, não tem por base uma similaridade de natureza material, mas estrutural e/ou funcional. Assim, reconhece-

²¹ Tradução livre de: "A good analogy both reveals common structure between two situations and suggests further inferences. That is, analogical mapping involves recognizing a common relational system between two situations and generating further inferences guided by these commonalities [...]. The commonalities may include concrete property matches between the situations, but this is not necessary; what is crucial is *similarity in relational structure*".

se, por exemplo, que asas e nadadeiras são objetos bastante diversos do ponto de vista material (diferem quanto à aparência, movimentação etc.), mas compartilham características de ordem estrutural e/ou funcional (ambas têm papel fundamental no processo de locomoção de aves e peixes, respectivamente), que possibilitam o estabelecimento de uma relação analógica.

Com efeito, seria possível conceber, por exemplo, uma analogia em que as asas de um pássaro fossem comparadas às pernas de um homem, tendo em vista que ambas têm em comum uma similaridade (funcional): tanto estas quanto aquelas têm papel preponderante no processo de locomoção dos seres a que pertencem. Da mesma forma, seria plausível propor, por exemplo, uma analogia entre as asas de um pássaro e os braços de um homem, tendo em vista a similaridade (estrutural) comum: ambos se ligam à parte superior do corpo dos animais, em oposição às pernas, que se ligam à parte inferior dele.

É significativo ressaltar que é desnecessário procurar estabelecer uma distinção precisa entre as similaridades funcional e estrutural, visto que ambas estão atreladas em virtude do fato de a estrutura ser baseada na função ou determinada por ela (ITKONEN, 2005). Assim, na maior parte dos casos, a tendência é que função e estrutura estejam imbricadas, exceto quando se tratar de relação analógica entre objetos que não têm função. É esse o caso dos pares que compõem o exemplo a seguir, adaptado de Holyoak *et al.* (2001, p. 02).

○○

par A

△△

par B

Figura 1 – exemplo de analogia em que não há semelhança funcional

O par A é análogo ao par B por haver relação de similaridade estrutural entre eles, uma vez que ambos são conjuntos de formas geométricas iguais com dois elementos; no entanto, as formas geométricas não têm, por elas mesmas, funções, o que significa que não é possível estabelecer, entre A e B, uma relação de similaridade funcional.

Com base em tal exemplo, Itkonen (2005) postula a existência de um *continuum*, cujas extremidades corresponderiam às noções de analogia estrutural-e-funcional (*structural-cum-functional analogy*) e de analogia puramente estrutural (*purely structural analogy*) ou formal (*formal analogy*), conforme a representação que segue:

Figura 2 – as analogias estrutural-e-funcional e formal: um *continuum*

Ao tratar da similaridade necessária ao estabelecimento de relações analógicas, Itkonen (2005, p. 02) esclarece que nem todas as analogias possíveis são *boas*. Segundo ele,

[...] está claro que, para que dois sistemas sejam análogos, não é suficiente que eles compartilhem uma função comum. Por exemplo, um homem pode ser morto ao ser atingido na cabeça por uma pedra ou ao ser levado à cadeira elétrica. Mas isso não significa que uma pedra e uma cadeira elétrica sejam “sistemas” análogos; e a razão para isso é simplesmente que suas respectivas estruturas não são divisíveis no mesmo número de partes, determinadas por subfunções correspondentes. Certamente é possível *imaginar* que uma pedra de alguma forma tenha estrutura similar à de uma cadeira elétrica. Mas essa seria uma analogia que carece de base e, portanto, *ruim*. E a razão para isso seria, é claro, que a função de ser usada como instrumento letal não é, de maneira alguma, inerente a uma pedra.²²

A analogia de Hesse, em que se evidenciam as relações de contiguidade e similaridade estrutural/funcional, pode ser considerada um exemplo de analogia prototípica, que pode ser representada da seguinte maneira:

²² Tradução livre de: “[...] it is clear that, for two systems to be analogous, it is not enough that they share an overarching function. For instance, a man can be killed either by being hit on the head with a rock or by being put on an electric chair. But this does not mean that a rock and an electric chair are analogous ‘systems’; and the reason is, simply, that their respective structures are not divisible into the same number of parts, determined by corresponding subfunctions. To be sure, it is possible to *imagine* that a rock has somehow a structure similar to the structure of an electric chair. But this would be a baseless, and therefore *bad* analogy. And the reason would be, of course, that the functions of being used as a lethal instrument is in no way inherent to a rock”.

Figura 3 – representação em árvore de uma analogia prototípica

As letras maiúsculas X e Y representam, neste esquema, dois domínios (ou sistemas), aos quais se ligam subcategorias, representadas por letras minúsculas. Cada subcategoria do domínio X trava relação de similaridade estrutural com uma subcategoria do domínio Y, ao passo que as subcategorias de um mesmo domínio estabelecem, entre si, relação de contiguidade.

Tais relações são particularmente conspícuas em analogias matemáticas, como a transcrita a seguir, extraída de Gentner (1983, p.156):

$$\frac{3}{6} = \frac{2}{4}$$

Conforme se observa, esta equação pode ser reduzida à identidade $\frac{1}{2} = \frac{1}{2}$. O numerador das frações de ambos os lados da igualdade é equivalente à metade de seus respectivos denominadores. Assim, pode-se afirmar que as relações entre os elementos 3 e 6, alocados à esquerda da igualdade, são idênticas às relações entre 2 e 4, situados à direita dela, como expresso matematicamente a seguir:

$$\frac{x}{2x} = \frac{y}{2y}$$

Como afirmamos anteriormente, as analogias se estabelecem mediante a existência de similaridades *entre relações*, não entre atributos que caracterizam entidades²³ (ITKONEN, 2005; GENTNER, 1983). Isso implica afirmar que a similaridade relevante para o estabelecimento de uma analogia tem estreita relação com a estrutura dos domínios que ela envolve, e não com sua substância (FAUCONNIER, 1997). Os domínios envolvidos em uma analogia são concebidos em

²³ A distinção entre entidades, atributos e relações será detalhada na seção 1.3 deste capítulo.

termos das relações que eles estabelecem entre si; a existência de atributos compartilhados tem importância secundária no processamento analógico.

A prevalência das metarrelações em detrimento das relações entre entidades é perceptível, por exemplo, por meio da análise da analogia (3:6::2:4), que revela, como já dito, a relação de similaridade entre os dois sistemas: os denominadores valem o dobro dos numeradores, isto é, $(x:2x::y:2y)$. Nesse sentido, considerando-se uma situação hipotética em que símbolo de divisão entre numerador e denominador fosse interpretado como sinal de soma, pode-se dizer que a relação analógica seria mantida, uma vez que a similaridade estrutural antes existente entre os sistemas seria substituída por outra equivalente. Observe-se que não se tem mais uma equação ($9 = 6$) nesse caso, o que evidencia a irrelevância dos valores absolutos (atributos) dos números na relação analógica.

A importância das relações que se estabelecem entre os membros de um sistema e entre sistemas fica ainda mais evidente quando se considera, por exemplo, que a analogia transcrita a seguir seria tão possível e válida quanto aquela expressa anteriormente, por se manter, entre seus elementos formadores, a mesma relação $(x:2x::y:2y)$.

$$\frac{3}{6} = \frac{200}{400}$$

Também nesse caso não é relevante que os números compartilhem atributos: o fato de 6 e 400 serem números pares, por exemplo, não é, em si, significativo enquanto traço comum a ambos; da mesma forma, o fato de 3 ser formado por apenas um algarismo e 200 ser formado por três é insignificante neste sistema. O indispensável, para o estabelecimento de uma relação analógica, é que haja similaridade estrutural entre as relações que os sistemas estabelecem entre si. Desta forma, ratifica-se a ideia de que “[...] uma analogia é uma afirmação de que uma estrutura relacional que normalmente se aplica a um domínio possa ser aplicada a outro”²⁴ (GENTNER, 1983, p. 156).

²⁴ Tradução livre de: “[...] an analogy is an assertion that a relational structure that normally applies in one domain can be applied in another domain”.

Decorre dessa constatação a afirmação de que as relações analógicas abrem-se para a incorporação de novos elementos, desde que respeitadas as relações entre sistemas, o que significa que elas não podem ser consideradas binárias, conforme se depreende da representação a seguir, em que as relações entre os oito sistemas mantêm-se inalteradas.

$$\frac{3}{6} = \frac{2}{4} = \frac{200}{400} = \frac{857}{1714} = \frac{2(2^2)}{2(2^3)} = \frac{2\sqrt{81}}{2[3(6)]} = \frac{3[3(2)]}{(2^5)+4} = \frac{\pi}{2\pi} = \dots$$

Fenômeno comparável ocorre, por exemplo, nos casos em que a analogia é aplicada à língua, âmbito em que a criação de enunciados nunca ouvidos por um falante é possível pelo recurso a enunciados já formulados. Considere-se a analogia esquematizada a seguir, baseada em Sapir (1921):

contiguidade	similaridade		função	
	O agricultor mata o pato	O homem pega o galo		
	o agricultor	o homem	→	sujeito
	mata	pega	→	verbo
	o pato	o galo	→	objeto

Quadro 3 – a analogia no âmbito do uso da língua segundo Sapir (1921)

Nesse caso, o reconhecimento da similaridade estrutural sujeito-verbo-objeto, responsável pelo estabelecimento da relação analógica, permite que um falante consiga produzir inúmeras outras sentenças com estrutura análoga, tais como *Joana ama Pedro* ou *O professor comeu os chocolates*. Pressupõe-se, é claro, que a construção de outros conhecimentos necessários à criação de enunciados como estes sejam tributárias de outras relações analógicas que permitam, por exemplo, a inferência de que os verbos *matar*, *pegar*, *amar*, *trair* e *repartir* têm em comum similaridades estruturais, como o fato de admitirem dois argumentos (sujeito e objeto). Também é por meio da analogia que se poderia, por exemplo, inferir, tendo por base a observação das diferentes formas assumidas por esses verbos, que é característica comum a eles variar em pessoa, número, tempo e aspecto, mas não em gênero, diferentemente, por exemplo, de boa parte dos substantivos e adjetivos do português.

Tal visão coaduna-se com as observações de Saussure (1965 [1916], p. 221), para quem “a analogia supõe um modelo e sua imitação regular. Uma forma analógica é uma forma feita à imagem de uma ou muitas outras segundo uma regra determinada”²⁵. Nesse sentido, falar em um “modelo analógico” significa incorrer em redundância, visto que “[...] a busca pela analogia corresponde à busca por generalizações significativas”²⁶ (ITKONEN, 2005, p. 05).

O aprendizado de uma língua, como qualquer aprendizado, é, assim, tributário, entre outras coisas, da criação de “redes” de analogias, que colaboram sobremaneira para a construção do conhecimento.

O papel significativo assumido pelas analogias no processo de aprendizado e criação de conhecimento deve-se, em larga medida, a sua estrutura e a como acontece seu processamento cognitivo²⁷. Ocorre que, para que se estabeleça uma analogia, o conhecimento deve ser mapeado de um domínio mais familiar, denominado *fonte* (ou *base*), para o *alvo*, domínio menos familiar e que se deseja compreender (ITKONEN, 2005; GENTNER, 1983, 1989; GENTNER & FORBUS, 2011; GENTNER & SMITH, 2013). O domínio-fonte é compreendido, dessa forma, como uma “fonte de conhecimento” (GENTNER, 1983, p. 157), um conjunto de saberes a partir do qual se busca a compreensão (ou reinterpretação) de informações novas. Trata-se, portanto, de um mecanismo que objetiva o entendimento do novo (ou reinterpretação de algo de que já se sabe) com base em conhecimentos prévios. Nos dizeres de Holyoak e Goh (1987, p. 332), “[...] analogias são usadas para gerar conhecimento aplicável a um novo domínio-*alvo* por meio da transferência de conhecimento de um domínio-*fonte* que é mais bem compreendido”²⁸. Não parece fortuito, nesse sentido, que Plantin (2011, p. 111), ao tratar do papel argumentativo da analogia, denomine o domínio-*alvo* “domínio problemático”, terminologia que parece sublinhar o fato de que a compreensão deste domínio não é assente e constitui-se, por ser passível de disputa, como objeto da argumentação.

²⁵ Tradução livre de: “L’analogie suppose un modèle et son imitation régulière. Une forme analogique est une forme faite à l’image d’une ou plusieurs autres d’après une règle déterminée.”

²⁶ Tradução livre de “[...] the search for analogy is identical with the search for significant generalizations.”

²⁷ A título de curiosidade, observamos que Aristóteles, em sua *Retórica*, já reconhecia o potencial das analogias de propiciar o aprendizado humano.

²⁸ Tradução livre de: “[...] analogy is used to generate knowledge applicable to a novel *target* domain by transferring knowledge from a *source* domain that is better understood”.

Tal estrutura de processamento cognitivo tem por consequência a impossibilidade de que as analogias sejam concebidas como metarrelações reversíveis. Em termos práticos, os papéis assumidos pelo domínio-fonte e pelo domínio-alvo não são livremente intercambiáveis, visto que têm funções distintas para o processamento analógico. Dessa forma, a analogia *Helsinki está para a Finlândia assim como Brasília está para o Brasil*, por exemplo, permitiria, a alguém que não o soubesse, a inferência de que Helsinki é o nome da capital finlandesa. Nesse caso, o domínio-fonte corresponde àquele que compreende os elementos *Brasília e Brasil*, ligados pela relação de contiguidade *x é capital de y*. O conhecimento dessa relação é condição para que a analogia seja interpretada com sucesso. O domínio-alvo, por sua vez, é composto pelos elementos *Helsinki e Finlândia*, mas a relação de contiguidade entre esses elementos é revelada somente por meio do estabelecimento da relação analógica, que permite, dessa forma, uma ampliação dos saberes daquele que a interpreta.

Um exemplo célebre que ratifica a irreversibilidade das analogias foi dado por Ortony (1979), que comparou os enunciados (1) *Alguns açougueiros são cirurgiões* e (2) *Alguns cirurgiões são açougueiros*. Em (1), o cuidado e a precisão característicos dos cirurgiões (fonte) são transferidos, pelo processo de mapeamento, para os açougueiros (alvo). Os açougueiros são descritos, assim, como cuidadosos e precisos no que respeita ao corte de carnes. Em (2), constata-se que os cirurgiões e açougueiros assumem papéis invertidos: estes são a base, e aqueles compõem a fonte. A característica selecionada para a transferência de base para alvo é a falta de delicadeza com que os açougueiros comumente cortam a carne, a qual não seria aceitável em um cirurgião. Constrói-se, assim, uma representação negativa dos cirurgiões, que sugere a incapacidade deles de realizar uma cirurgia, tendo em vista o fato de que operar alguém requer delicadeza.

A irreversibilidade pode também ser observada nas analogias matemáticas, que, para Itkonen (2005), são frequente e erroneamente consideradas reversíveis, em virtude do fato de serem expressas em forma de igualdades. A fim de afastar a hipótese de reversibilidade das analogias, imagine-se, a título de exemplo, uma criança que conhecesse os números de 0 a 100 e que entrasse em contato com a seguinte analogia:

$$\frac{2}{1} = \frac{150}{75}$$

O domínio-fonte corresponderia, nessa situação, ao termo à esquerda da igualdade, que apresenta elementos familiares. Se conseguisse depreender a relação entre os membros de cada domínio (os numeradores valem o dobro dos denominadores), seria possível à criança inferir que 75 é metade de 150, ainda que este último número não lhe seja familiar.

Ratifica-se, assim, o potencial de levar a inferências inerente às analogias, o qual é utilizado de modo bastante recorrente, por exemplo, em situações em que se busca a resolução de problemas, conforme afirma Gentner (1999, p. 17):

Analogias são frequentemente usadas na solução de problemas e no raciocínio indutivo porque elas podem capturar paralelos significativos entre situações diferentes. Além desses usos mundanos, a analogia é um mecanismo central para a criatividade e descoberta científica. Por exemplo, Johaness Kepler usou uma analogia com a luz para criar a hipótese de que os planetas são movidos por uma força a partir do sol.²⁹

Nesse sentido, pode-se dizer que a identificação dos mapeamentos subjacentes às redes de analogias, que possibilitam inferências e descobertas, equivale, em certa medida, à construção de uma genealogia do conhecimento adquirido por um indivíduo ou um grupo. Isso significa que, assim como o conhecimento, as analogias também são historicamente situadas em um percurso histórico individual e coletivo. Dessa forma, não se pode pressupor a reversibilidade das analogias se for considerado, por exemplo, o caso da concepção do som como propagação de ondas sonoras, possibilitada pela analogia destas com as ondas visíveis na superfície da água.

Tendo isso em vista, não é fortuito que o recurso à analogia seja tomado como um procedimento central para a resolução de problemas, considerando-se o fato de que elas possibilitam o desenvolvimento de raciocínios indutivos e a captura de paralelos entre situações distintas (GENTNER, 1999).

²⁹ Tradução livre de: "Analogies are often used in problem solving and inductive reasoning because they can capture significant parallels across different situations. Beyond these mundane uses, analogy is a key mechanism in creativity and scientific discovery. For example, Johaness Kepler used an analogy with light to hypothesize that the planets are moved by an invisible force from the sun".

É relevante observar que essa captura de paralelos é dependente, por um lado, da capacidade de identificar semelhanças estruturais de um indivíduo que compara dois sistemas e, por outro, de sua maneira de ver o mundo. Isso significa que as analogias propostas por um indivíduo estão intimamente ligadas às crenças e percepções a respeito do mundo que foram incorporadas por ele e que podem ser compartilhadas ou não por outros membros da sociedade em que ele se insere.

Explica-se, assim, por exemplo, por que um evento como a Parada do Orgulho LGBT — que ocorre anualmente em diversas cidades do Brasil e do mundo — pode ser considerado análogo a uma greve ou a um desfile de Carnaval, a depender das crenças daquele que constrói a comparação. É factível imaginar que a parada e a greve sejam similares para alguém que detecta em ambas um caráter de resistência político-ideológica; da mesma forma, é possível, a um indivíduo que conceba a parada como um evento festivo envolvendo milhões de pessoas, identificar semelhanças estruturais bastante significativas entre ela e um desfile de carnaval. Ambas as visões são consistentes com posicionamentos ideológicos aos quais, consciente ou inconscientemente, os indivíduos aderem. É nesse sentido que Itkonen (2005) defende a natureza teórica neutra (*theory-neutral*) das analogias, já que o uso de analogias não implica, em si mesmo, a adesão a um ideário, ainda que posicionamentos ideológicos possam ser detectados mediante o exame das analogias construídas por alguém.

De acordo com a teoria do mapeamento estrutural (*structure-mapping theory*), desenvolvida por Gentner e seus colaboradores (GENTNER, 1983; GENTNER & SMITH, 2013), o estabelecimento de relações analógicas corresponde a uma atividade cognitivamente sofisticada na qual estão implicados os processos mentais de recuperação (*retrieval*), mapeamento (*mapping*) e avaliação (*evaluation*), assim descritos por Gentner e Smith (2013, p. 671):

- *Recuperação*: em uma situação em que uma pessoa pensa em um dado tópico, a *recuperação analógica* ocorre quando ela se lembra de um caso anterior relacionalmente similar.
- *Mapeamento*: dado que dois casos estão presentes simultaneamente (física ou mentalmente), o mapeamento envolve o processo de alinhar as representações. O processo de alinhamento estrutural frequentemente possibilita *novas*

inferências, construindo uma nova abstração e/ou detectando uma diferença saliente entre os dois casos [...].

- *Avaliação*: uma vez que o mapeamento foi feito, a *avaliação* envolve julgar a analogia juntamente com as inferências que possam ter sido criadas.³⁰

Importa observar que essas definições são bastante resumidas e, por conta disso, não dão conta da complexidade desses processos, além de não descreverem de modo preciso os subprocessos que os integram³¹. Em razão disso, procede-se, nas seções que seguem, a descrições mais pormenorizadas desses processos e subprocessos, de modo a desvelar as relações travadas por eles que resultam na construção de um raciocínio analógico. Antes disso, no entanto, é necessário que se digam algumas palavras a respeito da distinção entre relações e atributos, essencial para que se compreendam os processos subjacentes à construção de relações analógicas.

3.2 As abordagens sintática e pragmática das analogias

As analogias estabelecem-se, como dito anteriormente, com base em relações, e não em atributos relacionados a entidades. Tendo isso em vista, faz-se necessário que as noções de relação e atributos sejam mais bem delineadas teoricamente, para que se compreenda com maior precisão a dimensão cognitiva dos processos de recuperação, mapeamento e avaliação, subjacentes ao processamento analógico. É preciso, ademais, que se discuta o estatuto dado historicamente a essas duas noções pelas teorias desenvolvidas por Dedre Gentner e Keith J. Holyoak, a fim de que se possa vislumbrar as diferenças entre as abordagens defendidas por esses pesquisadores. É à consecução dessas duas tarefas que se dedicam as sessões que seguem.

³⁰ Tradução livre de:

“• *Retrieval*: given some current topic that a person is thinking about, *analogical retrieval* occurs when a person is reminded of a prior relationally similar case.

• *Mapping*: given two cases that are simultaneously present (either physically or mentally), *mapping* involves a process of aligning the representations. This process of structural alignment often gives rise to new *inferences*, drawing a new abstraction and/or noticing a salient difference between the two cases [...].

• *Evaluation*: once the mapping has been achieved, *evaluation* involves judging the analogy, along with any inferences that have been generated.”

³¹ Uma leitura dos trabalhos de Gentner e seus colaboradores (cf. GENTNER & FORBUS, 2011) revela que, ao longo do tempo, a hierarquização entre processos e subprocessos sofreu algumas pequenas variações. A hierarquização adotada neste trabalho corresponde àquela proposta em Gentner e Smith (2013) porque ela foi, dentre as disponíveis, identificada como a mais recente.

3.2.1 A teoria do mapeamento estrutural de Gentner

De acordo com a teoria do mapeamento estrutural (*structure mapping theory*), postulada por Gentner em um célebre trabalho de 1983, relações têm papel mais significativo do que atributos no estabelecimento de relações analógicas. De acordo com essa autora, são considerados *relações* os predicados que admitem dois ou mais argumentos; aqueles que admitem apenas um argumento são, por sua vez, concebidos como *atributos*, conforme esquematizado a seguir:

GRANDE(x) → X é grande.	(atributo → predicados de um lugar)
COLIDIR(x,y) → X colidiu com Y.	(relação → predicados com múltiplos lugares)

Quadro 4 – o mapeamento estrutural segundo Gentner (1983)

Em trabalho posterior, Gentner e Markman (2000, p. 503-4) procedem à definição de quatro categorias de representação mental do real, as quais são definidas essencialmente com base em critérios formais (sintáticos). São elas: entidades, atributos, funções e relações. Segundo esses autores,

A teoria do mapeamento estrutural pressupõe que representações são estruturadas e que consistem, portanto, em entidades (prédios e museus, por exemplo); atributos, que são elementos representacionais que fornecem informação descritiva (*alto[prédio-1]*, por exemplo); funções (*cor[prédio-1] = cinza*, por exemplo), as quais são mapeadas em valores que não os valores de verdade e são usadas para representar dimensões psicológicas; e relações, que são elementos representacionais que relacionam duas ou mais entidades, atributos ou outras relações (tais como *mais alto[prédio-1, prédio-2]*). Relações que têm outras relações como argumentos são chamadas relações de ordem superior (por exemplo, *causar[derrubar(vaca, abajur), destruir(fogo, Chicago)]*). Relações de ordem superior são particularmente importantes no mapeamento de estruturas porque se pressupõe que elas codificam importantes relações em um domínio, tais como relações causais e implicações. Supõe-se que a representação específica de uma dada situação seja resultado da concepção que uma pessoa constrói acerca de uma situação. Pessoas diferentes podem criar representações distintas da mesma situação (assim como uma mesma pessoa pode fazê-lo em ocasiões distintas).³²

³² Tradução livre de: "Structure mapping theory assumes that representations are structured, and thus they consist of entities (e.g., buildings, museums); attributes, which are representational elements that provide descriptive information (e.g., tall[building-1]); functions (e.g., color[building-1] = gray), which map onto values other than truth values and are used to represent psychological dimensions; and relations, which are representational elements that relate two or more entities, attributes, or other relations (e.g., taller [building-1,

Gentner e Markman (2000) postulam a existência de uma hierarquia entre as relações de ordem superior, as relações de ordem interior e os atributos: em uma tentativa de construção de analogia, as relações de ordem superior seriam as mais propensas à seleção para mapeamento, seguidas das relações de primeira ordem; os atributos, por seu turno, tenderiam a ser ignorados nesse processo.

Dessa forma, a distinção entre relações e atributos ocorreria com base em um critério puramente formal, o que implica dizer que Gentner (1983) propõe a previsão dos resultados das transferências analógicas de um domínio-fonte para um domínio-alvo com base em análises de natureza estritamente sintática. Isso significa que, conforme essa teoria, o mecanismo de seleção de um sistema “candidato” a integrar uma relação analógica privilegiaria a representação do conhecimento em detrimento de seu conteúdo.

Tal visão é questionada por Holyoak (1985, 2005), que propõe a introdução de um elemento pragmático na análise das analogias, conforme se explica a seguir.

3.2.2 A pragmática das analogias

Coube a Keith Holyoak (2005) a elaboração de uma crítica aos critérios puramente formais de análise dos domínios fonte e alvo, visto que eles (os critérios) levariam a uma descrição insatisfatória dos processos de seleção e mapeamento. O posicionamento de Holyoak fundamenta-se basicamente no fato de que os critérios puramente sintáticos não levam em conta os objetivos subjacentes à construção da analogia ou mesmo o contexto em que ela é produzida. Segundo o autor, “[...]

building-21). Relations that take other relations as arguments are called higher-order relations (e.g., cause [knock over(cow,lamp), destroy(fire,Chicago)]). Higher-order relations are particularly important in structure mapping because it is assumed that they encode important relations in a domain such as causal relationships and implications. The particular representation generated for a given situation is assumed to be the result of the person's construal of that situation. Different people might generate different representations of the same situation (as might the same person at different times).

Itálico foi adicionado à tradução para o português com o objetivo de destacar as notações dos exemplos, com vistas à obtenção de maior clareza.

abordagens sintáticas, que não levam em conta o impacto dos objetivos na transferência analógica, estão fadadas ao fracasso”³³ (HOLYOAK, 1985, p. 70).

Com efeito, a admissão de um quadro teórico baseado unicamente em uma análise formal tem como efeito a impossibilidade de explicar por que motivo uma mesma proposição pode ser utilizada no processo de construção de uma analogia e pode não ser utilizada na construção de outra. A fim de explicitar a importante limitação acarretada pela adoção de um critério exclusivamente sintático, Holyoak (1985, p. 74-5) compara duas analogias, quais sejam, (1) *Sam é um elefante* e (2) *Indução é um elefante*:

Suponha que nós conheçamos uma pessoa de grande circunferência e com tendências a esbarrar na mobília. Se eu observasse que “Sam é um elefante”, a base analógica da metáfora seria bastante clara. Agora suponha que eu lhe diga: “Indução é um elefante”. Talvez lhe pudesse ser escusado um momento de incompreensão, especialmente se você fosse levado a considerar que a indução se parece com nosso desajeitado conhecido Sam. Talvez você compreenda o que quero dizer, no entanto, se eu o lembrar da conhecida história dos homens cegos que, ao tocar diferentes partes de um elefante, deram descrições completamente diferentes sobre a aparência do animal. A indução pode ser um elefante tanto quanto Sam, mas apenas este último foi insultado. Claramente, a base de uma analogia está intimamente relacionada não apenas ao domínio-fonte, mas também ao domínio-alvo e ao contexto em que a analogia é utilizada.³⁴

Como alternativa à teoria desenvolvida por Gentner e seus colaboradores, Holyoak propõe um quadro teórico pragmático no qual a noção de objetivo desempenha papel central, tendo em vista que ela, segundo o autor, influencia de maneira decisiva o processo de transferência de um domínio-fonte para um domínio-alvo. O objetivo está, é claro, ligado de modo inextricável a um contexto, que o justifica e torna possível.

No caso das analogias *Sam é um elefante* e *Indução é um elefante*, a centralidade do contexto e do objetivo é bastante evidente. É por conta deles que as

³³ Tradução livre de: “[...] syntactic approaches to analogy, which do not consider the impact of goals on analogical transfer, are doomed to fail”.

³⁴ Tradução livre de “Suppose we know a person of large girth with a penchant for stumbling over furniture. If I were to remark that “Sam is an elephant”, the analogical basis of the metaphor would be quite clear. Now suppose that I tell you, “Induction is an elephant.” You may be forgiven a moment of incomprehension, especially if you were misled into considering how induction might resemble our clumsy acquaintance Sam. You may grasp my meaning, however, if I remind you of the well-known story of the blind men who grasped different parts of an elephant and then gave totally different descriptions of what the beast is like. Induction may be as much an elephant as Sam, but only the latter has been insulted. Clearly, the basis of an analogy is intimately related not only to the source, but also to the target and the context in which the analogy is used.”

características de um elefante transferidas no primeiro caso (qualidade de desajeitado ou impreciso em seus movimentos) não coincidem com aquelas transferidas no segundo (impossibilidade de apreensão a partir de apenas um contato ou ponto de vista). O grande tamanho característico dos elefantes parece, no entanto, ser mapeado em ambas as analogias, por ser consistente com os objetivos delas, os quais são distintos: no primeiro caso, busca-se reforçar a opinião já mais ou menos aceita de que Sam é desajeitado, tendo em vista a ideia de que quanto maior um objeto maior é sua falta de precisão para movimentos; no segundo, ganha destaque a ideia de que o elefante, em função de seu tamanho, não se entrega integralmente à apreensão sensorial humana, assim como ocorre com o conceito de indução, que, em virtude de sua complexidade, não é integralmente abarcado pela inteligência humana.

A admissão do papel central do objetivo e do contexto no processo de construção de relações analógicas confere, ao modelo de analogia de Holyoak, um caráter de maleabilidade ou adaptabilidade, porque permite, diferentemente do modelo de Gentner, explicar a existência de diferentes mapeamentos nos casos em que duas analogias têm em comum o alvo ou a fonte ou mesmo em situações em que a mesma analogia é utilizada em diferentes contextos. Tendo isso em vista, Holyoak (1985) esclarece que os aspectos do domínio-fonte que são transferidos para o domínio-alvo são determinados pelos seguintes fatores:

- (1) o conhecimento sobre quais aspectos do domínio-fonte são considerados convencionalmente importantes ou salientes;
- (2) os objetivos da analogia (que aspectos da analogia se deseja explicar);
- (3) as relações causais da fonte reconhecidas como centrais; e
- (4) a ciência sobre quais aspectos podem ser mapeados sem que se gerem diferenças que inviabilizem a relação analógica.

Constata-se, deste modo, que o critério sintático adotado por Gentner não só é insuficiente para dar conta da seleção das características que serão transferidas da fonte para o alvo, mas também pode ocultar importantes critérios

de natureza interativa (vinculados ao contexto e ao objetivo) necessários ao funcionamento das analogias.

Ainda que não descarte a distinção entre atributos e relações, a abordagem pragmática da analogia tende a utilizar o conceito de características (*features*) que engloba estas e aqueles³⁵. As características são responsáveis pelo estabelecimento ou pela impossibilidade de estabelecimento de analogias, visto que influenciam sobremaneira os processos de ordem cognitiva a elas subjacentes. Tendo isso em vista, o autor sugere a seguinte taxonomia das relações que podem ser construídas com base nas características dos membros de um sistema analógico:

- (1) similaridade de superfície,
- (2) dissimilaridade de superfície,
- (3) similaridade estrutural,
- (4) dissimilaridade estrutural.

Similaridade de superfície é a relação entre duas situações que não desempenha papel causal no processo de encontrar uma solução (isto é, interpretar o alvo em função da base) para algum dos domínios. Quando há uma diferença que não compromete a estrutura da analogia (ou seja, não compromete a transferência analógica que possibilita sua interpretação), tem-se uma *dissimilaridade de superfície*. Se, por outro lado, uma similaridade influencia na consecução do objetivo da analogia ao viabilizar a transferência analógica, tem-se uma *similaridade estrutural*. Por fim, diante de uma diferença capaz de violar a estrutura e de assim inviabilizar a transferência analógica, tem-se uma *dissimilaridade estrutural*.

Observe-se que essa taxonomia de relações tem como ponto de articulação a relevância de uma determinada propriedade para a consecução do objetivo da analogia, o qual pode corresponder à resolução de um problema, à construção de uma explicação, à persuasão de um interlocutor, entre muitos outros.³⁶

³⁵ O termo *característica (feature)* é utilizado para fazer referência tanto a atributos quanto a relações em Holyoak e Goh (1987), mas é utilizado como sinônimo de atributo em Holyoak *et al.* (2004). Neste trabalho, é dada preferência à primeira acepção do termo, uma vez que a consideramos mais coerente com a taxonomia das diferenças e similaridades entre os membros de um sistema analógico proposta a seguir, na qual, como se pode constatar, a diferenciação entre relações e atributos não tem papel central.

³⁶ A questão do que se entende como objetivo de uma analogia é discutida de modo detalhado no capítulo II.

Dessa forma, a proposição de uma abordagem pragmática das analogias implica uma revisão do modelo sintático, o que resulta numa síntese de ambos: a distinção sintática entre atributos e relações é significativa, mas deve ser considerada em conjunto com os objetivos da construção da analogia, de modo que se obtenha um quadro teórico capaz de dar conta, de modo satisfatório, da complexidade dos processos que se imbricam em uma relação analógica. Nesse sentido, a compreensão das propostas de Gentner e Holyoak é condição para que se compreendam os processos cognitivos intrínsecos à analogia, os quais são descritos no que segue.

3.3 As etapas do processamento das analogias

Conforme dito anteriormente, a construção de analogias tem como base os processos cognitivos de *recuperação*, *mapeamento* e *avaliação*, os quais são balizados pelas relações de similaridade de superfície, similaridade estrutural, dissimilaridade de superfície e dissimilaridade estrutural, descritas na seção anterior. Procede-se, a seguir, ao detalhamento de cada um destes processos, bem como dos subprocessos que os integram.

3.3.1 A recuperação

A recuperação é o processo por meio do qual são identificados, na memória de longo prazo, domínios que podem estabelecer entre si relações de similaridade estrutural (GENTNER & SMITH, 2012, 2013; GENTNER & FORBUS, 2011; GENTNER, 1999). Este processo é subjacente, por exemplo, ao esforço de se lembrar, quando em uma situação de resolução de problema, de outros problemas similares com os quais se tenha tomado contato, a fim de procurar uma solução.

Pressupõe-se que a recuperação esteja condicionada a um princípio de soma de ativações (*summation of activation*) (HOLYOAK & GICK, 1980), segundo o qual as chances de um domínio-fonte ser ativado aumentam conforme cresce o

número de características comuns identificadas entre ele e o domínio-alvo. Trata-se, pois, de uma busca por similaridades. Considerando-se dois domínios A e B, portanto, a similaridade será maior quanto maior for a intersecção ($A \cap B$); consequentemente, a similaridade será menor conforme os conjuntos ($A - B$) e ($B - A$) sejam maiores (TVERSKY, 1977).

A questão da recuperação constitui-se como objeto de investigação de estudiosos de orientação cognitivista que procuram identificar as características mais recorrentemente utilizadas pela mente humana quando esta busca construir relações analógicas. Experimentos célebres na área de Psicologia Cognitiva como os desenvolvidos por Keith Holyoak e seus colaboradores (HOLYOAK & GICK, 1980, 1983; HOLYOAK & GOH, 1987) sugerem que, conquanto a similaridade estrutural tenha grande influência no processo de mapeamento que caracteriza as relações analógicas, ela tem papel menos relevante no processo de recuperação de domínios análogos. Os estudos de Holyoak e seus colaboradores indicam que, em sua maioria, as pessoas tendem a falhar quando necessitam buscar sistemas análogos (estruturalmente similares) para resolver problemas, mas que, se lhes é proposto que utilizem uma determinada analogia para fazê-lo, tendem a ser bem-sucedidos. Outra conclusão do estudo é que similaridades superficiais tendem a ser mais facilmente encontradas pela mente humana que similaridades estruturais.

O experimento proposto por Holyoak e Gick (1980) tinha por pressuposto a ideia de que a mente identifica similaridades baseando-se em representações mentais constituídas por características, que seriam utilizadas como pistas para o processo de recuperação. Assim, quanto mais características uma dada situação nova compartilhar com uma situação já armazenada na memória, mais provável seria a recuperação desta, a fim de estabelecer uma analogia.

A experiência em questão consistia, basicamente, em pedir que os participantes encontrassem a solução para um problema difícil, a saber, o impasse de um médico que deveria, com o uso de raios-X, destruir um tumor no estômago de um paciente sem que os tecidos sãos em torno deste fossem danificados. A solução esperada para o problema consistia em bombardear o tumor com vários focos de raios-X de baixa intensidade posicionados em posições diferentes. A um dos grupos

de participantes, não foi dado qualquer auxílio para a resolução do problema. Nesse caso, cerca de 10% dos participantes foram bem-sucedidos.

Foi disponibilizada a outro grupo, antes da apresentação do problema médico, uma narrativa de conteúdo diverso, mas com solução análoga: tratava-se do caso de um general que, tendo optado por atacar uma fortaleza com unidades menores vindas de diferentes direções, conseguiu conquistá-la sem detonar as minas terrestres, que, posicionadas ao longo das estradas, teriam sido ativadas pela marcha de um grupo grande de soldados.

Cerca de 30% dos participantes que leram essa narrativa conseguiram, por meio de analogia, encontrar como solução para o dilema do médico a utilização de raios-X de baixa intensidade convergentes. Constata-se, portanto, que, embora a taxa de sucesso tenha triplicado após a leitura narrativa bélica, a maioria dos participantes não obteve êxito na tentativa de encontrar a solução ao problema proposto. A taxa de sucesso subiu para aproximadamente 75% quando os participantes foram informados explicitamente de que poderiam utilizar a narrativa militar como subsídio para a resolução do problema médico, o que representa um aumento bastante significativo.

A análise desse experimento levou Gentner e Smith (2012) à proposição de duas hipóteses para explicar tais resultados, as quais são apresentadas de modo resumido a seguir:

- (1) as pessoas frequentemente codificam as experiências de maneira a privilegiar especificamente o conteúdo; e
- (2) as representações mentais das relações tendem a ser mais frequentemente consideradas específicas no que respeita ao contexto do que as representações de objetos e entidades do mundo.

Dessa forma, a recuperação de itens da memória de longo prazo é dominada por correspondências de superfície, e não por outras que envolvam estrutura relacional. Similaridades literais tendem a ser as mais frequentemente recuperadas da memória de longo prazo, seguidas pelas correspondências de

superfície; a recuperação de elementos que têm entre si relação de similaridade estrutural é, por sua vez, a menos recorrente.

Tal característica, que poderia ser interpretada como uma deficiência da memória humana e dos processos cognitivos a ela atrelados, corresponde, na verdade, de acordo com Gentner e Forbus (2011), a uma estratégia bastante razoável por duas razões:

- (1) objetos que se parecem (isto é, objetos superficialmente similares) tendem a compartilhar propriedades causais;
- (2) representações mentais são moldadas em função de propriedades de superfície, porque estas são captadas pela percepção e estão, por conseguinte, mais propensas a serem codificadas.

Finalizada a seleção de domínios candidatos a participar de uma relação analógica, tem início o processo de mapeamento, que é descrito a seguir.

3.3.2 O mapeamento

Superada a recuperação, momento em que se procura identificar um domínio-fonte com potencial para possibilitar melhor compreensão do domínio-alvo, tem lugar o mapeamento, processo fundamental da analogia que compreende o *alinhamento estrutural* entre duas situações mentalmente representadas.

O mapeamento tem por base representações estruturadas, entre as quais se estabelecem correspondências que vinculam um atributo ou relação do domínio-fonte a um atributo ou relação do domínio-alvo. O processo de mapeamento tipicamente compreende, além disso, inferências em potencial, que correspondem a conjecturas sobre o que é verdadeiro em uma descrição baseada em uma representação que se projeta sobre outra (HOLYOAK *et al.*, 2004; GENTNER, 1999).

De acordo com Gentner e Forbus (2011), o processo de mapeamento é governado por algumas restrições. Em primeiro lugar, é necessário que haja *consistência estrutural* no mapeamento, isto é, cada item (atributo ou relação)

integrante do domínio-fonte deve corresponder a um item no domínio-alvo, e vice-versa.

Em segundo lugar, o processo de mapeamento típico é balizado por uma preferência pelas relações em detrimento de atributos. Assim, enquanto a mente humana tende a dar preferência a características superficiais no processo de recuperação, o mesmo não vale para o processo de mapeamento, já que este último é levado a cabo preferencialmente por meio da identificação de relações de correspondência (HOLYOAK, 2004) que possibilitariam a transferência analógica. Nas palavras de Gentner e Forbus (2011, p. 271),

Uma das surpresas da psicologia da analogia é que a recuperação é governada por limitações distintas das que governam o mapeamento. Dados dois elementos potencialmente análogos, as pessoas preferem mapeamentos envolvendo estrutura relacional, com preferência por estruturas mais sistemáticas, em detrimento de correspondências de superfície.³⁷

As diferenças essenciais entre recuperação e mapeamento encontram-se explicitadas no seguinte quadro sinótico, por nós proposto para facilitar a compreensão desses processos:

	Processamento mental	Traços tipicamente mais significativos	Resultado esperado
Recuperação	identificação de similaridades e ativação de domínios	atributos/similaridades de superfície	identificação de possíveis domínios análogos
Mapeamento	correspondência	relações/similaridades estruturais	estabelecimento de correspondências e inferências

Quadro 5 – diferenças entre os processos de recuperação e mapeamento

Além disso, quando duas situações são alinhadas, há a tendência de que se procure alinhar mais que um par de relações, tendo em vista que há uma preferência geral pelo estabelecimento de diversas relações que formem sistemas intensamente conectados. Esse desejo de sistematicidade revela uma preferência não declarada por analogias altamente informativas e com vasto potencial

³⁷ Tradução livre de: "One of the surprises in the psychology of analogy is that retrieval is governed by different constraints than mapping. Given two potential analogs, people prefer mappings involving relational structure, with more systematic structure being preferred, over surface matches."

inferencial. O processo de mapeamento pode ser representado pelo esquema a seguir, adaptado de Gentner e Smith (2012, p. 132).

Figura 4 – três momentos do processo de mapeamento

Neste esquema³⁸, representa-se o mapeamento analógico em três momentos: (a) corresponde ao alinhamento inicial entre domínios de estruturas relacionais comuns a ambos; pode-se observar, em (b), a representação das inferências potenciais que são geradas conforme o padrão relacional é completado; em (c), por fim, tem-se um resultado do alinhamento, a saber, a abstração do padrão de relação comum a ambos os domínios.

No que segue, são detalhados aspectos referentes à abstração e à seletividade do mapeamento.

³⁸ Os termos em português aqui apresentados correspondem a traduções, conforme se indica a seguir: *relations* → *relações*; *objects* → *objetos*; *source* → *fonte*; *target* → *alvo*; *abstraction* → *abstração*; *candidate inferences* → *inferências potenciais*.

3.3.2.1 A abstração

Com relação à abstração, importa dizer que essa capacidade permite a apreensão de um padrão de relações e sua posterior aplicação a outras situações, a fim de buscar sua compreensão. Nesse sentido, Itkonen (2005) postula que o uso de analogias pode ser compreendido como um esforço de generalização que se dá de duas maneiras:

- generalização-1: consiste na transferência de significados de um domínio-fonte para um domínio-alvo, a qual permite que este seja mais bem compreendido;
- generalização-2: corresponde à apreensão de características comuns a dois domínios.

As duas formas de generalização não são excludentes, mas estabelecem, ao invés disso, relações importantes para o processo de criação de conhecimento por meio da analogia. A interação entre as duas formas de generalização pode ser representada, segundo Itkonen (2005, p. 22), da seguinte maneira:

Figura 5 – a relação entre generalização-1 e generalização-2

Neste modelo, A e B representam, respectivamente, uma fonte e um alvo que se vinculam por meio de uma relação analógica (generalização-1), a qual permite a apreensão de X (generalização-2), uma representação mental que contém os elementos comuns à fonte e ao alvo. X é mais abstrato que A e B e pode ser apreendido de modo pouco claro e inconsciente quando do processamento cognitivo da analogia. É possível ocorrer que a abstração X seja utilizada como fonte em uma relação analógica com C, que teria função de domínio que se deseja

compreender (alvo). Nesse caso, desta analogia surge ainda uma segunda abstração (X') ainda mais geral e com potencial de ser obtida pelo mapeamento dos domínios A, B e C. Evidenciam-se, assim, relações de similaridade estrutural e/ou funcional tanto entre A e C quanto entre B e C, até então desconhecidas. Constata-se, dessa forma, que o processo de abstração possibilitado pelo raciocínio analógico pode ter papel significativo na construção do significados e conhecimentos.

No dizer de Fauconnier (1997, p. 18),

Nossas redes conceptuais estão intrincadamente estruturadas por mapeamentos analógicos e metafóricos, que têm papel importante na construção sincrônica de significado e em sua evolução diacrônica. Partes desses mapeamentos estão tão enraizadas na linguagem e no pensamento cotidianos que nós não os percebemos conscientemente; outras partes parecem-nos novas e criativas.³⁹

Um exemplo das significativas inovações de pensamento possibilitadas pela analogia é a descoberta das ondas sonoras. Segundo Itkonen (2005), o fenômeno do som só foi compreendido quando uma analogia entre as ondas sonoras (B) e as ondas na superfície da água (A) foi construída. Os traços comuns a ambos os domínios foram agrupados em uma representação mental mais abstrata (X), que foi, posteriormente, utilizada com vistas a possibilitar a compreensão das ondas eletromagnéticas que participam do fenômeno da luz (C), gerando uma nova abstração (X') capaz de agrupar traços comuns às ondas da água, do som e da luz.

Face ao exposto, o que se tem, do ponto de vista cognitivo, não é um esquema de construção de conhecimento linear ($A \rightarrow B \rightarrow C$), mas um sistema de processamento mental em que está envolvido um processo complexo de abstração, cuja participação na construção do conhecimento, em nível individual ou coletivo, resulta imensamente relevante.

Certamente não se pode supor que toda e qualquer característica comum aos domínios que participam de uma analogia será selecionada pela mente humana para compor as representações mais abstratas e generalizantes do conhecimento gerado. A seleção dessas características está submetida a alguns critérios que

³⁹ Tradução livre de: "Our conceptual networks are intricately structured by analogical and metaphorical mappings, which play a key role in the synchronic construction of meaning and its diachronic evolution. Parts of such mappings are so entrenched in everyday thought and language that we do not consciously notice them; other parts strike us as novel and creative."

garantem uma economia em termos de processamento cognitivo e memória, conforme se argumenta a seguir.

3.3.2.2 A seletividade do mapeamento

Conforme dito anteriormente, o mapeamento das características de um domínio-alvo para um domínio-fonte está submetido a critérios que impedem a seleção aleatória de características para serem mapeadas, o que significa que o mapeamento é, por definição, seletivo.

Um exemplo da seletividade do mapeamento é dado por Gentner (1983), quando afirma que

[...] no excerto shakespeariano “... O que é a luz longínqua que brilha através da janela?/É o oriente, e Julieta é o sol!...”, Romeu não quer dizer que Julieta é amarela, quente ou gasosa. Em vez disso, ele quer dizer que ela aparece sobre ele, trazendo-lhe esperança e contentamento etc.⁴⁰

Mantendo a coerência com relação a sua proposta pragmática para a abordagem das analogias, Holyoak (1985) defende que o objetivo da analogia tem papel preponderante no processo de mapeamento. De acordo com esse autor, pode-se dizer que o mapeamento é seletivo, pois que serão mapeadas da fonte para o alvo somente as características que sejam consistentes com a consecução dos objetivos de uma analogia.

No caso das falas de Romeu a respeito de Julieta, o objetivo parece ser louvar a aparência de Julieta e representá-la como alguém que traz luz (concebida como símbolo de esperança e contentamento) a sua vida; as características físicas do sol (cor amarela, temperatura elevada e estado gasoso), por sua vez, não são mapeadas, o que significa que não farão parte da representação que será construída por Romeu a respeito do domínio-alvo *Julieta*.

Características similares parecem ser mapeadas também, por exemplo, nos versos transcritos a seguir de *Mulheres*, canção composta por Toninho Geraes e

⁴⁰ Tradução livre de: “[...] in Shakespeare’s ‘... What light from yonder window breaks? / It is the east, and Juliet is the sun!’ Romeo does not mean that Juliet is yellow, hot or gaseous. Rather, he means that she appears above him, bringing him hope and gladness, etc.”

interpretada por Martinho da Vila em que a mulher amada é comparada ao sol, assim como ocorre em *Romeu e Julieta*:

[...]
 Procurei em todas as mulheres a felicidade
 Mas eu não encontrei e fiquei na saudade
 Foi começando bem, mas tudo teve um fim
Você é o sol da minha vida, a minha vontade
 Você não é mentira, você é verdade
 É tudo o que um dia eu sonhei para mim⁴¹
 [...]

Afirmar que o objetivo da criação de uma analogia constitui uma baliza para o mapeamento analógico implica admitir que, em outra analogia, na qual o sol também tivesse o papel de domínio-fonte, o resultado do mapeamento poderia ser bastante diferente.

Com efeito, é precisamente isso que se observa na analogia proposta na tira da personagem Psicóloga Sincera⁴² reproduzida a seguir:

Figura 6 – exemplo de analogia em uma tira

Na narrativa feita por meio dos quadrinhos, o paciente procura a psicóloga para que ela o ajude a compreender o significado de ser o sol da vida da moça de que gosta. A analogia foi proposta pela garota: o paciente é como o sol. O

⁴¹ Grifo nosso.

⁴² As histórias em quadrinhos da personagem Psicóloga Sincera são bastante populares na Internet. Elas são criadas por João Mirio Pavan e publicadas na página dedicada à personagem no Facebook, a qual é acessível por meio do endereço eletrônico <https://www.facebook.com/PsicologaSinceraOficial>. As tiras também são disponibilizadas, na rede social de fotos e vídeos Instagram, no endereço eletrônico <https://www.instagram.com/psicologasincera/>. Ambos os endereços foram acessados em 07/04/2016.

problema do paciente é que este não consegue identificar quais características do domínio-fonte *sol* podem ser transferidas para o domínio-alvo *paciente*, a fim de que ele possa compreender como a garota o vê. Coube à psicóloga, no segundo quadrinho, sugerir que a característica do sol a ser mapeada, dentre todas as que (se acredita que) ele tem, é a imensa distância deste com relação ao planeta Terra.

O humor da tira é construído com base na seleção inesperada de tal característica. Nesse caso, a quebra de expectativa deve-se, entre outros⁴³, ao fato de que o sol é tradicionalmente representado de modo positivo na cultura, estando associado à luz, que se opõe a elementos tipicamente avaliados de modo negativo, como trevas, tristeza, ignorância, estupidez, desesperança, morte, entre outros. Interessa observar que a psicóloga parece supor que o paciente poderia construir, baseando-se na ideia de que era quisto pela garota, um mapeamento que lhe fosse favorável, ao que a psicóloga responde prontamente com um pedido de que ele não se iluda e com a conclusão de que a garota o quer muito longe de si.

Como se pode observar, as características do domínio-fonte *sol* mapeadas em *Romeu e Julieta* e na tira são bastante diversas, uma vez que os objetivos das analogias criadas são praticamente opostos: enquanto no drama de Shakespeare a analogia colabora para a construção de uma representação acendradamente positiva de Julieta e para a compreensão de que Romeu a vê de modo idealizado, a analogia contribui, nos quadrinhos, para que se crie humor por meio da sugestão de que ser o sol da vida é, para a garota, uma característica bastante indesejável.

Evidencia-se, assim, o caráter parcial dos mapeamentos de domínios propiciados pelo raciocínio analógico, os quais resultam em um “esquema integrado” (*integrated schema*) (FAUCONNIER, 1997, p. 18) composto por características tanto do domínio-alvo quanto do domínio-fonte.

⁴³ O fato de a psicóloga comportar-se de modo inusitado evidentemente também participa da produção do humor. O comportamento depreciativo com relação ao paciente não faz parte daquilo que se reconhece como conduta típica de profissionais de Psicologia, daí o estranhamento que causa efeito de comicidade. Some-se a isto a duração surpreendentemente reduzida da sessão de terapia representada na tira.

3.3.3 A avaliação

Conforme afirmam Gentner e Smith (2012), concluídos o alinhamento e as inferências dele decorrentes, procede-se à avaliação da analogia, a qual compreende três critérios, a saber:

- (1) a correção factual e a adaptabilidade ao domínio-alvo;
- (2) o objetivo da analogia; e
- (3) o potencial informacional⁴⁴.

O primeiro critério prevê que, se uma analogia leva a inferências que não encontram respaldo no real, sendo prontamente consideradas falsas, ela tenderá a ser rejeitada ou revisada. Dessa forma, submete-se a analogia a critérios de verdade, que deverão ser atendidos para que a analogia seja considerada válida ou correta para a construção de um determinado conhecimento.

Além disso, o grau de adaptabilidade ao domínio-alvo também poderá resultar no descarte de uma dada analogia. Gentner e Smith (2012, p. 133) esclarecem que “as pessoas aceitam mais prontamente inferências que são altamente adaptáveis ao alvo do que aquelas que são menos adaptáveis”⁴⁵. Ser adaptável significa, nesse contexto, que o domínio-fonte compartilha um número satisfatório de características com o domínio-alvo; a adaptabilidade será, portanto, tanto menor quanto mais raras forem as características comuns identificadas entre os dois domínios.

O segundo critério de avaliação das analogias está intimamente ligado à ideia, defendida por Holyoak (1987)⁴⁶, de que elas são construídas tendo por base um objetivo. Dessa forma, as analogias que gerarem conhecimento (diretamente ou por meio de inferências) que tenham conexão com o objetivo e/ou não colaborarem para a consecução dele tenderão a ser desconsideradas, mesmo se as inferências por ela propiciadas forem consideradas verdadeiras.

⁴⁴ A produtividade destes critérios para a avaliação de analogias no discurso, especificamente no debate, será discutida no capítulo a seguir.

⁴⁵ Tradução livre de: “People accept inferences that are highly adaptable to the target more readily than those that are less adaptable.”

⁴⁶ A abordagem pragmática das analogias proposta por Holyoak (1987) foi detalhada no item 3.2.2 deste capítulo.

O terceiro critério para avaliação das analogias relaciona-se com a quantidade de informações novas que são geradas por meio das analogias e das inferências dela decorrentes. Analogias que propiciam incremento significativo de conhecimento são desejáveis, principalmente em ocasiões em que se lida com domínios pouco familiares; inversamente, analogias que gerem pouco conhecimento relevante para a compreensão de algo ou a resolução de um problema tenderão a ser desconsideradas.

Cabe salientar a estreita relação estabelecida entre as avaliações das analogias e as das inferências que dela decorrem, estas últimas também objeto de avaliação: se uma analogia levar a inferências reconhecidamente incorretas, a analogia será colocada em questão; de forma similar, se a validade de uma analogia for colocada em questão, as inferências por ela permitidas também serão colocadas em xeque.

Finalizada a exposição sobre as características cognitivas das analogias, faz-se necessário que se digam algumas palavras a respeito dos pontos comuns a analogias e metáforas, uma vez que, em função das similaridades entre ambas, são fenômenos cuja diferenciação não é sempre determinada por critérios bem delineados.

3.4 Analogias e metáforas: pontos de contato e distanciamento

Ao contrário do que prega o senso comum, as metáforas têm papel significativo não apenas na literatura, mas também no dia a dia, desempenhando importante função na linguagem e no pensamento nas mais diversas situações cotidianas: resolução de problemas, elaboração artística, cerimônias, exposições, aulas etc. As metáforas, como as analogias, estão intimamente relacionadas ao uso de formas simbólicas de expressão que surgem na linguagem e no pensamento cotidianos.

De acordo com Holyoak (2005), metáforas caracterizam-se por uma assimetria entre o domínio-alvo e o domínio-fonte, que se conectam, por meio de

um mapeamento, e geram novas conceptualizações. A visão de Holyoak é endossada por Moura (2008), que, baseando-se nas pesquisas de Glucksberg (2001), defende que a literalidade está ligada ao pareamento de co-hipônimos semelhantes, ao passo que a não literalidade, da qual depende a criação das metáforas, estaria relacionada ao pareamento de elementos mais distantes. Considerem-se, a título de exemplo de metáfora, os quatro versos iniciais do poema *Meus oito anos*, escrito pelo poeta romântico Casimiro de Abreu:

Oh! que saudades que tenho
Da aurora da minha vida,
Da minha infância querida
Que os anos não trazem mais! [...]

A leitura do excerto possibilita a apreensão da metáfora *vida é dia*, que permite a conceptualização do percurso da vida de um indivíduo como a passagem de um dia, do nascer ao poente: o nascer do sol (a aurora) corresponde, a um só tempo, ao início de um dia e ao início da vida (infância) do eu-lírico. Os domínios pareados – *vida* e *dia* – são, como se observa, distantes, o que faria que sua interpretação não pudesse ser feita com base na literalidade.

Nesse sentido, importa ressaltar que a metáfora, assim como uma analogia típica, permite a construção de uma série de inferências: sendo a aurora correspondente ao início da vida, o fenecer da vida poderia ser compreendido como o ocaso: se a vida tem início quando o sol ilumina a Terra, esta se encaminha para seu fim quando ele, paulatinamente, desaparece no horizonte. A metáfora permite, portanto, associar a vida à presença de luz e a morte à ausência dela. O zênite solar corresponderia, dessa forma, ao momento em que a vida atinge seu momento de maior intensidade, tendo em vista ser este o momento em que a incidência da irradiação solar ocorre de modo mais acentuado sobre o planeta Terra.

Evidentemente, conforme argumentam Lakoff e Turner (1989), é possível que se construam, para um mesmo domínio-alvo *vida*, conceptualizações diferentes por meio de recurso a outras fontes, tais como ocorre em *a vida é um ano*, que permitiria construir correspondências entre a primavera e a juventude e entre a velhice e o inverno, e *a vida é uma estrada*, que pode ser apreendida dos três versos finais do poema *The road not taken*, de Robert Frost: “[...] Two roads diverged

in a wood, and I –/I took the one less traveled by,/And that has made all the difference”.⁴⁷

As características da assimetria de domínios inerente às metáforas são detalhadas por Itkonen (2005), autor segundo o qual se espera, em se tratando de uma metáfora, que fonte e alvo pertençam a domínios conceptuais diferentes e distantes. Tal posição é corroborada por outros estudiosos, tais como Gentner, Falkenhainer e Skorstad (1988), segundo os quais os domínios são semanticamente afastados em metáforas típicas.

Com relação ao processamento cognitivo das metáforas, estudos sugerem diferenças no processamento de metáforas novas e metáforas convencionais (GENTNER & BOWDLE, 2008; GENTNER *et al.*, 2001). O processamento delas difere na medida em que as metáforas novas estão submetidas ao processo de mapeamento, assim como as analogias, podendo ser descritas em termos de domínios alvo e fonte. As metáforas convencionais seriam, por sua vez, assim como expressões idiomáticas bastante familiares, armazenadas como unidades e processadas em nível lexical.

Disso decorre que a metáfora não convencionalizada *O mundo é um moinho*, que dá nome a uma célebre composição de Cartola, seja interpretada mediante a transferência de significados do domínio-fonte *moinho* para o domínio-alvo *mundo*. Na verdade, como se observa pela leitura do excerto a seguir, o próprio poeta oferece uma chave de interpretação para essa metáfora, possivelmente antecipando a dificuldade de seleção de quais características de um moinho poderia participar do processo de transferência. Dessa forma, assim como um moinho reduz a pó grãos de café ou bagos de trigo, o mundo reduz a pó (isto é, destrói) os sonhos da pessoa a quem o eu-lírico se dirige por meio de uma apóstrofe lírica, como se pode observar nos seguintes versos:

[...] Ouça-me bem, amor
Preste atenção, o mundo é um moinho
Vai triturar teus sonhos, tão mesquinho
Vai reduzir as ilusões a pó [...]

⁴⁷ Traduzindo-se livremente o excerto para o português, tem-se o seguinte: [...] Duas estradas divergiam em um bosque, e eu –/Eu escolhi aquela por que menos se viaja,/E isso fez toda diferença.

Uma metáfora mais convencional, tais como *O mundo é um ovo*, utilizada informalmente em português para expressar a ideia de que o mundo é pequeno, seriam, por sua vez, processadas localmente, sem a necessidade de mapeamento analógico, visto que funcionam como “interpretações figurativas lexicalmente armazenadas” (GENTNER *et al.*, 2001, p. 216)⁴⁸.

Evidentemente, o processo de convencionalização de uma metáfora estende-se no tempo e tem como ponto de partida uma metáfora nova, que, em algum momento e em virtude de seu uso recorrente, passa a ser armazenada como uma unidade pronta a ser recuperada por meio de recurso à memória de longo prazo, característica que automatiza sua interpretação e torna mais fácil seu uso e sua compreensão. Não é fortuito, nesse sentido, que a metáfora do ovo seja de uso recorrente para descrever espaços pequenos, como em frases cotidianas como “aquele apartamento é um ovo”, ou mesmo “o mundo é um ovo”.

Gentner *et al.* (2001) argumentam que muitas das metáforas estudadas em pesquisas que procuram dar conta de seu processamento cognitivo são, em essência, analogias, uma vez que as semelhanças entre alvo e base são principalmente *relacionais*, isto é, fundamentam-se primariamente nas relações entre os elementos que compõem cada um de seus domínios (base e alvo). É o que se observa, afirmam Gentner e seus colaboradores, na metáfora *Enciclopédias são minas de ouro*, em que as similaridades entre a base (minas de ouro) e o alvo (enciclopédias) têm muito menos a ver com os atributos das enciclopédias e das minas de ouro do que com as relações entre os elementos componentes de cada um desses domínios. Com efeito, são as relações entre os elementos pertencentes aos domínios que permitem a interpretação dessa metáfora, por meio de correspondências, como as que são explicitadas a seguir:

<i>Minas de ouro (base)</i>		<i>Enciclopédias (alvo)</i>
ouro	→	conhecimento
mineiro	→	estudante/pesquisador
extração	→	estudo/busca por conhecimento

Quadro 6 – a analogia *minas de ouro são como enciclopédias*

⁴⁸ Tradução livre de “lexically stored figurative interpretations”.

Assim, metáforas não convencionais tendem a ser processadas por meio do alinhamento estrutural dos domínios, assim como as analogias. Metáforas não convencionais e analogias são, pois, fenômenos que se imbricam no que respeita ao processamento cognitivo, o qual se baseia na habilidade de comparação. Nesse sentido, pode-se falar na existência de metáforas analógicas, visto que sua interpretação é dependente do processamento por meio do alinhamento estrutural de domínios. No caso das metáforas convencionalizadas, no entanto, a comparação dá lugar à categorização. Nesse sentido, “(...) a interpretação de metáforas novas envolve criação de sentido, ao passo que a interpretação de metáforas convencionais envolve a recuperação dele (...)” (GENTNER *et al.*, 2001, p. 230)⁴⁹. A comparação consistiria, assim, em um processo comum basilar para metáforas novas e analogias que precederia a possibilidade de armazenamento em nível lexical.

Dessa forma, enunciados não literais formulados da maneira como classicamente se enunciam as metáforas (X é Y) e as símiles (X é como Y) são processados cognitivamente da mesma maneira, excetuando-se casos em que tenha ocorrido convencionalização. Para Gentner *et al.* (2001), as símiles convidariam à comparação, ao passo que as metáforas estimulariam a busca por informações armazenadas previamente, as quais, nos casos de metáforas ainda não convencionalizadas, não existem. A impossibilidade de encontrá-las acarretaria, nesse caso, a necessidade de que a metáfora fosse processada analogicamente (a saber, por meio do pareamento estrutural). O fato de as analogias serem processadas mais rapidamente que as metáforas novas, comprovado por Gentner e seus colaboradores por meio de experimentos, parece corroborar tal tese.

Assim, o processamento de metáforas novas, que ocorre por meio do alinhamento estrutural e do mapeamento, é capaz de gerar novas conceptualizações para um determinado alvo, visto que permite, como as analogias, a compreensão de um alvo em função de uma base.

Metáforas e analogias diferem, segundo essa perspectiva, com relação ao que ocorre após o mapeamento estrutural: se analogias corresponderiam

⁴⁹ Tradução livre de: “(...) the interpretation of novel metaphors involves sense creation, but the interpretation of conventional metaphors involves sense retrieval (...)”.

essencialmente a comparações, as metáforas, por outro lado, consistiriam em afirmações que propõem a inclusão do alvo em uma categoria da base.

Dessa forma, segundo Glucksberg (2003, p. 95), metáforas consistem em “asserções atributivas”, e não em comparações, distinção que oferece subsídios para a compreensão do processamento de sentenças como as que seguem, extraídas de Moura (2007, p. 428):

- (1) Palestras são pílulas para dormir.
- (2) Palestras são como pílulas para dormir.
- (3) O arará é como uma goiaba.
- (4) ? O arará é uma goiaba.

Segundo a perspectiva de Gentner e seus colaboradores, não haveria, para efeito de interpretação de (1) e (2), diferença com relação ao cálculo do significado: em ambos os casos, ele seria tributário do alinhamento estrutural, que permitiria a identificação de semelhanças estruturais e a posterior obtenção de inferências. Já no caso das sentenças (3) e (4), apenas aquela seria compreensível por meio do mapeamento estrutural, ao passo que esta causaria estranheza a quem tentasse compreendê-la.

Observa-se, assim, que, o processamento de analogias, literais ou não, o mapeamento estrutural ocorre sem maiores dificuldades, como se observa em (2) e (3); no entanto, nos casos em que as sentenças são enunciadas “como metáforas”, por meio da fórmula *X é Y* — caso das sentenças (1) e (4) —, o mapeamento só é possível quando base e alvo não forem co-hipônimos, uma vez que isso inviabilizaria a categorização proposta pela metáfora. De acordo com Moura (2007), constata-se, dessa forma, que comparações literais diferem de metáforas na medida em que estas são fenômenos ligados à categorização, e não apenas à comparação, o que explica o caráter anômalo da sentença (4).

Para Gentner e seus colaboradores, tanto metáforas quanto analogias compartilham o processamento por meio do alinhamento estrutural, mas aquelas serão processadas, após o alinhamento estrutural, como asserções categorizadoras.

Convém observar, no entanto, que, conforme Plantin (2011), há analogias que tem potencial categorizador. De acordo com o autor, as “analogias categoriais” são capazes de (re)categorizar o domínio-alvo, postulado que parece

acurado, considerando-se que parece possível que, por meio das analogias, sejam salientadas/reveladas características do domínio alvo que são definidoras de uma determinada categoria.

Dessa forma, embora reconheçamos que o cerne da analogia pareça realmente ser a comparação, não podemos ignorar o fato de que as analogias podem levar a (re)categorizações. Tal posicionamento é compatível com a ideia de que as analogias podem modificar a maneira como são conceptualizados os domínios-alvos.

Assim, parece-nos que, ao dizer que *O araçá é como uma goiaba*, temos potencial de categorização, visto que tal comparação indica a existência de características compartilhadas entre os domínios da analogia, o que poderia levar à formação de uma categoria — neste caso, a dos frutos de polpa suculenta, na qual se distribuem sementes pequenas de cor clara.

Tendo em vista o exposto, consideraremos, para fins deste trabalho, que enunciados metafóricos são processados como categorizações, ao passo que as analogias, literais ou não, têm potencial de conduzir a categorizações, a depender das similaridades mapeadas do domínio-base para o domínio-alvo.

3.5 A expressão das analogias por meio da língua

Considerando-se que metáforas e analogias compartilham diversos aspectos do processamento cognitivo, não podemos postular uma diferença entre metáforas que tenha por base única um critério formal. Assim, não se pode admitir como verdadeira a distinção trazida por Aubusson, Harrison e Ritchie (2006), para quem uma metáfora poderia ser reconhecida quando se diz que *A é B* e uma analogia (ou símile) se caracterizaria pela ocorrência da fórmula *A é como B*.

Plantin (2011) reconhece que, embora as analogias frequentemente sejam linguisticamente marcadas, é possível que sejam construídas sem que haja indicadores de analogia, o que significa que o estabelecimento de uma analogia não está necessariamente relacionado ao uso de conectivos ou outros tipos de indicadores. Tendo isso em vista, o autor defende a existência de analogias marcadas e não marcadas para então proceder à identificação das expressões e estruturas que

podem indicar a existência de uma analogia e cuja função é provocar no interlocutor um considerável trabalho interpretativo.

Endossando as considerações teóricas de van Eemeren *et al.* (2003), Plantin (2011, p. 113) esclarece que as analogias podem ser marcadas por um conjunto aberto de expressões formado tanto por “palavras grandes” (*grands mots*) e “palavras pequenas” (*petits mots*), isto é, palavras lexicais e palavras gramaticais. Fornecemos, no quadro a seguir, alguns exemplos de analogias marcadas e não marcadas.

Analogias marcadas	Tipos de marca	Exemplos ⁵⁰
	Marca substantiva	<u>As semelhanças</u> entre os átomos e o sistema solar são abundantes. O personagem Macunaíma é uma <u>alegoria</u> do povo brasileiro.
	Marca predicativa	A estrutura do sistema solar <u>faz pensar na</u> estrutura dos átomos. A estrutura do sistema solar <u>é similar à</u> dos átomos.
	Relações interfrásticas (construções subordinadas comparativas)	Paulo é <u>tão</u> preguiçoso <u>quanto</u> Paulo é trabalhador. Paulo é <u>mais</u> bonito <u>que</u> Pedro. <u>Assim como</u> Paulo, Pedro enfrentou problemas financeiros.
Analogias não marcadas	Descrição da ocorrência	Exemplos
	Enunciados metafóricos do tipo X é Y	Bruges é a Veneza do Norte.
	Enunciados colocados em paralelo	No futebol, jogamos com os adversários ou com a bola, às vezes com os dois. Em argumentação, focalizamos os objetos de debate ou a relação com os adversários.

Quadro 7 – os tipos de analogias segundo Plantin (2011)⁵¹

⁵⁰ Plantin (2011, p. 113 ss.) propõe poucos exemplos, preferindo muitas vezes listar expressões que se encaixem em cada uma das categorias que postula ou apresentar fórmulas do tipo “X é tão M quanto Y é N” (*X est aussi M que Y est N*). Optamos, neste trabalho, a fim de obter maior clareza em nossa exposição, criar exemplos em que ficasse fácil observar o uso de cada um dos tipos de marca linguística de analogia e sublinhamos as marcas, quando elas existirem. Apenas o exemplo de enunciado colocado em paralelo é da autoria de Plantin.

⁵¹ Entendemos que o trabalho sobre analogias desenvolvido por Plantin (2011) é relevante principalmente porque afasta a ideia de que a criação de uma analogia depende necessariamente do uso de um ou outro tipo de fórmula linguística. É com o objetivo de advogar essa ideia que apresentamos essa proposta teórica. Para fins de análise, identificamos as expressões que marcam linguisticamente as analogias, quando elas existirem, sem que isso implique adotar, para fins analíticos, a tipologia de analogias proposta pelo autor.

Ao postular que as analogias podem ou não ser marcadas linguisticamente, assim como Lakoff e Johnson (1989) haviam feito anteriormente quando da proposição de sua teoria das metáforas, Plantin defende que as metáforas têm muito mais a ver com o pensamento e o processamento cognitivo do que com a língua em si mesma, por meio da qual se podem obter pistas a respeito do processamento analógico.

Findas as considerações a respeito da forma e do processamento das analogias, elaboramos, no capítulo que segue, algumas considerações a respeito de seus usos discursivo-argumentativos.

CAPÍTULO IV - A ANALOGIA COMO PROCESSO SOCIAL, COGNITIVO, HISTÓRICO E DISCURSIVO

Nous nous imaginons toujours, quand nous parlons, que ce sont nos oreilles, notre esprit qui écoutent. Mes paroles ne seraient parvenues à Gilberte que déviées, comme si elles avaient eu à traverser le rideau mouvant d'une cataracte avant d'arriver à mon amie, méconnaissables, rendant un son ridicule, n'ayant plus aucune espèce de sens. La vérité qu'on met dans les mots ne se fraye pas son chemin directement, n'est pas douée d'une évidence irrésistible.

Marcel Proust

Qu'est-ce que le regard? C'est inexprimable. Aucun mot ne peut approcher son essence étrange. Et pourtant, le regard existe. Il y a même peu de réalités qui existe à ce point.

Quelle est la différence entre les yeux qui ont un regard et les yeux qui n'en ont pas? Cette différence a un nom: c'est la vie. La vie commence là où commence le regard.

Amélie Nothomb

4.1 A questão da significação: história e epistemologia

4.1.1 A dessubjetificação do significado

No rastro do pensamento filosófico do fim do século XIX, responsável pela desconstrução da metafísica, modifica-se a questão central da filosofia: em lugar da reflexão acerca da interação entre o pensamento e o mundo, privilegiou-se, a partir de então, a cogitação a respeito da relação entre a linguagem e o mundo, a cuja explicação aspiraram diversas teorias (SALOMÃO, 1999).

Influenciada pela filosofia analítica, a visão externalista da linguagem, que encontra em Frege um de seus maiores expoentes, propõe a correspondência entre representações simbólicas e as coisas do mundo como solução para o

problema do significado e da verdade. Assim, a significação estaria submetida ao “tribunal da experiência”⁵²: aquilo que se diz sobre o mundo só poderia ser reconhecido como verdadeiro se a experiência, o olhar lançado em direção ao mundo, pudesse confirmá-lo. A condição para que um enunciado como “a neve é branca” seja considerado verdadeiro é que a cor da neve seja efetivamente percebida como branca. O olhar que se lança ao mundo seria, portanto, uma forma empírica de aferir a existência de uma dada correspondência. A verdade seria aquilo que corresponde aos fatos, que estariam dados naturalmente, e a linguagem seria uma forma natural de dizê-los. A teoria fregeana recusa-se, assim, a abordar a dimensão mental da significação, a fim de garantir que esta não fosse vinculada a um subjetivismo que pudesse obscurecer sua natureza social. Trata-se, como se observa, de uma tradição de pensamento que defende a existência de uma ontologia dos fatos, cuja validade pode ser confirmada de forma empírica. Esta consiste, em outras palavras, em uma visão do mundo e da linguagem que resulta em uma defesa da imanência da significação discursiva.

Lakoff e Johnson (1999) apresentam críticas com relação à concepção correspondentista da verdade por ela consistir, segundo eles, de uma petição de princípios, já que define a verdade em termos de uma correspondência entre a linguagem e o mundo, mas se furta a esclarecer em que ela consiste ou como ela se produz. Walker (1997), por sua vez, chama a atenção para o caráter tautológico e pouco esclarecedor da afirmação de que algo é verdadeiro porque corresponde aos fatos.

Nesse sentido, há de se defender, como Marcuschi (2005), que é simplista afirmar ser a verdade uma relação entre o mundo e o que dizemos sobre ele. A visão bastante recorrente segundo a qual o mundo corresponde a uma espécie de museu e as palavras representam etiquetas que identificam significados lá expostos não é, dessa forma, suficiente para explicar satisfatoriamente a ordem do mundo. Para este autor, a língua não deve ser reduzida a um sistema ontológico e classificatório. Marcuschi (2005, p. 52) salienta ainda que o correspondentismo é limitado, visto que

⁵² Expressão empregada por Marcuschi (2005).

toma os fatos como se fossem dados naturalmente e como se a linguagem tivesse a possibilidade de dizê-los naturalmente. Este caminho, mesmo que seguido por imensa multidão de filósofos, revela-se profundamente desanimador nos dias atuais.

Teorias causais da referência, numa tentativa de superação da distância entre as representações simbólicas e os objetos de representação, propuseram a vinculação entre aquelas e estes por meio de um ato histórico originário que funcionaria como condição para a verificação de relações referenciais a ele posteriores. Conforme Salomão (2005), ao postular a fundação de uma relação linguagem-coisa por meio de um ato histórico originário, as teorias causais defendem a existência de um vínculo que, em função de sua inflexibilidade, é “inservível para explicar a interpretação linguística” (p. 152). Além disso, tais teorias parecem propor a reedição do mito da linguagem adâmica, veementemente refutado por teorias de filiação discursiva, como a de Bakhtin (2003), que vincula a produção de sentidos ao uso da língua situacional, social e historicamente situado.

A hipótese internalista sobre o sentido, que surge como resposta ao correspondentismo, defende que a diferenciação significativa ocorre no âmbito da linguagem por meio de contrastes distintivos intrassistêmicos bastante caros ao estruturalismo. Dessa forma, tal como ocorre com as teorias verificacionistas, o internalismo propõe a desvinculação entre sujeitos e sentidos, incorrendo, assim, na defesa de uma concepção de significado dessubjetificada, que ignora as atividades mentais e comunicativas dos sujeitos que interagem.

Os avanços indiscutíveis conseguidos pelo estruturalismo — circunscritos, em geral, às áreas de fonética, fonologia, morfologia e sintaxe — foram conseguidos por meio de uma ênfase no significante, segmentado até a obtenção de elementos mínimos — fones, fonemas, traços fônicos, morfemas, lexemas, classes sintáticas —, com vistas ao estudo de suas propriedades combinatórias e distribucionais. Ainda que existente nesse quadro teórico, o sujeito não é concebido como usuário voluntarioso da linguagem, mas como sujeito inconsciente. A concepção saussureana de linguagem como instituição social e como sistema, estruturalista por excelência, oculta a importância do papel da cognição dos sujeitos usuários da linguagem — situacional, social e historicamente ancorada — para a produção de sentido.

A respeito das limitações importas pela visão estruturalista, sobretudo no que tange à consideração da língua em uso, Marques (2000, p. 44) posiciona-se da seguinte maneira:

A Linguística tornou-se, nos inícios do século, com a teoria de Saussure, a ciência-piloto no campo das ciências humanas e sociais, por ter atingido a “cientificidade” neo-positivista à custa de uma depuração operada pelo aparelho conceptual baseado na dicotomia *langue/parole*, e ter definido a primeira como o campo da Linguística. Mas é precisamente daí que parte a contestação aos limites do estruturalismo, que se revelaram demasiado estreitos, à linguagem como sistema autónomo imanente, que relegou para segundo plano “a linguagem no seu funcionamento”, como interacção social, realizada em textos/discursos, ou seja, unidades qualitativamente diferentes da frase, até então a unidade (abstracta) máxima, objeto de análise linguística.

Coube ao gerativismo de Chomsky e seus colaboradores a inclusão da cognição no panorama das investigações linguísticas, que se deu por meio da postulação de princípios gerais inatos — um *logos* universal—, cuja articulação corresponderia a uma faculdade da linguagem. O sentido é, do ponto de vista do gerativismo, tributário de uma capacidade conceptual natural, apta a explicar a produção de sentidos sem propor qualquer vínculo entre estes e o estar-no-mundo dos indivíduos. Pode-se dizer, portanto, que o sujeito tende a ser concebido pelo gerativismo tradicional como um ser desencarnado, alheio à sociedade e ao meio em que vive ou atua.

O foco do gerativismo tradicional⁵³ em fenômenos morfossintáticos e fonológicos não é fortuito: ocorre que a opção por considerar a mente em isolamento em relação ao indivíduo e ao meio em que ele se situa implicava limitações quanto ao tratamento do significado. As críticas com relação à insistência gerativista em análises formais que ignoram o problema do significado paulatinamente ganharam vulto, em um apelo pela revisão da agenda das pesquisas linguísticas, enunciado por Langacker nos seguintes termos:

Da natureza simbólica da língua decorre a centralidade do significado para virtualmente todas as inquietações linguísticas. A língua é sobre o significado; o analista que ignora isso para se concentrar exclusivamente em questões de forma empobrece significativamente o objeto da disciplina e, ao cabo, distorce a natureza dos fenômenos descritos. Entretanto, não é suficiente aceitar que o significado é importante se isso resultar simplesmente, digamos, na postulação de um “componente” semântico separado, tratando a

⁵³ Utilizamos a expressão “gerativismo tradicional” para fazer referência aos pressupostos teóricos do gerativismo quando de sua criação, sendo certo que alguns deles foram questionados e reformulados ao longo das últimas décadas.

gramática separadamente, como uma entidade autônoma. Eu defendo que a gramática em si mesma (isto é, os padrões para o agrupamento de morfemas em configurações de tamanho cada vez maior) é inerentemente simbólica e, portanto, significativa. Dessa forma, a postulação de independência de componentes gramaticais e semânticos faz tanto sentido quanto dividir um dicionário em dois componentes, um deles listando formas lexicais e o outro, significados lexicais. (LANGACKER, 1987, p. 12).⁵⁴

Com efeito, as análises que se desenvolviam dentro do quadro gerativista, cada vez mais sofisticadas, embora se mostrassem bastante produtivas para dar conta de elementos formais (fonos, fonemas, morfemas, lexemas, sintagmas), contribuíam pouco para explicar a produção de sentido, conforme salienta Fauconnier (1997, p. 07):

[...] conforme linguistas avançavam mais e mais em seus estudos da forma, eles esbarravam cada vez mais frequentemente nas questões de significado. Há dois tipos de resposta a esse dilema epistemológico. Um deles foi limitar o escopo da sintaxe de modo a excluir, se possível, os fenômenos problemáticos dos dados primários. O outro foi alargar o escopo da investigação de maneira que questões referentes a forma e significado pudessem ser abrangidas simultaneamente. Mas agora estava claro que, de toda forma, havia chegado o momento de se livrar de uma ciência cujo foco exclusivo é a sintaxe e a fonologia; era urgente a concentração no difícil problema de construção do significado [...].⁵⁵

Formou-se, assim, no interior dos círculos intelectuais gerativistas, uma dissidência que, além de questionar pressupostos basilares do gerativismo (a existência de um componente inato que atua no processo de aquisição da linguagem, por exemplo), buscou contemplar, em suas pesquisas, questões atinentes não só à forma, mas também ao significado, ampliando, assim, o escopo das investigações linguísticas feitas à época. Entre os dissidentes, estão Charles Fillmore e George

⁵⁴ Tradução livre de: "From the symbolic nature of language follows the centrality of meaning to virtually all linguistic concerns. Meaning is what language is all about; the analyst who ignores it to concentrate solely on matters of form severely impoverishes the natural and necessary subject matter of the discipline and ultimately distorts the character of the phenomena described. But it is not enough to agree that meaning is important if this results, say, merely in positing a separate semantic "component", treating grammar separately as an autonomous entity. I contend that grammar itself, i.e. patterns for grouping morphemes into progressively larger configurations, is inherently symbolic and hence meaningful. Thus it makes no more sense to posit separate grammatical and semantic components than it does to divide a dictionary into two components, one listing lexical forms and the other listing lexical meanings."

⁵⁵ Tradução livre de: "[...] as linguists advanced further and further in their study of form, they kept stumbling over more and more often on questions of meaning. There were two types of responses to this epistemological quandary. One was to narrow the scope of syntax so as to exclude, if possible, the troublesome phenomena from the primary data. The other was to widen the scope of inquiry so that issues of form and meaning could be encompassed simultaneously. But it was now clear, in any event, that the time had come to break away from a science of language centered exclusively on syntax and phonology; it was urgent to concentrate on the difficult problem of meaning construction [...]."

Lakoff, que contribuíram o desenvolvimento de uma agenda cognitivista de pesquisa (MODESTO, 2014).

De toda forma, pode-se dizer que, embora as pesquisas de orientação cognitivista tenham, com relação ao gerativismo, divergências importantes, não se pode ignorar o papel relevante que este desempenhou ao trazer a atenção para as reflexões a respeito da cognição humana e de suas relações com a língua e a linguagem, que paulatinamente levariam os cognitivistas a postular a natureza incorporada da mente, a qual é detalhada a seguir.

4.1.2 A produção de sentido como trabalho: a mente incorporada

A dessubjetificação que caracteriza tanto o externalismo quanto o internalismo funciona, na prática, como uma forma de manutenção da dicotomia entre o externo e o interno, cuja superação é possível mediante a adoção de um modelo epistemológico em que a linguagem seja considerada “operadora da conceptualização socialmente localizada através da atuação de um sujeito cognitivo, em situação comunicativa real, que produz significados como construções mentais, a serem sancionadas pelo fluxo interativo” (SALOMÃO, 1999, p. 64). A adoção de uma perspectiva construcionista do significado implica, ademais, colocar em xeque a noção desencarnada proposta pelo gerativismo tradicional e reconhece o papel central do sujeito — um sujeito cuja mente não se desliga do corpo nem da realidade sócio-histórica circundante — na produção do sentido.

Dessa forma, exterior e interior não são vistos como os descontínuos polos de uma dicotomia, mas como domínios contíguos cuja interação é essencial para a produção de sentido, para a compreensão do ser no mundo. Nesse viés, Langacker (1997) esclarece que a mente não se desvincula do corpo, não é autônoma com relação a ele e está situada em contextos físicos, sociais e históricos carregados de culturas e vivências. O autor chama atenção ainda para a ideia de que o estudo da cognição não deve considerar, diferentemente das primeiras pesquisas de filiação cognitivista, a mente uma entidade descolada que possa ser estudada

autonomamente, visto que, se as mentes são modeladas pela interação, não é menos verdade que esta depende das mentes daqueles que nela se engajam.

Assim, a língua não tem, de acordo com os pesquisadores de filiação cognitivista, natureza individual, solipsista, mas situada e incorporada (*embodied*), característica imprescindível para a desejada e necessária comensurabilidade entre as línguas naturais e entre os indivíduos que as usam, permitindo, assim, o desenvolvimento de uma linguagem para a comunicação entre os indivíduos, a transmissão de experiências e os ajustes em processos interativos (MARCUSCHI, 2005).

Nesse sentido, Langacker (1997) destaca a importância da sensação no processo de construção da verdade, ao defender que, sendo as concepções abstratas e os mundos imaginados fundados na experiência corporal do mundo real, os produtos de todas as mentes e das mais diversas culturas são, em uma determinada extensão, comensuráveis e mutuamente acessíveis. Além disso, uma faceta crítica do meio no qual operamos e nos desenvolvemos compreende as interações com outras pessoas e outras mentes. Isto leva ao reconhecimento mútuo, acomodação e instrução, como também a uma convergência substancial nos mundos mentais construídos.

A constituição de tal convergência quanto à criação de mundos mentais deve-se ao fato de que os corpos que passam pelas experiências são fundamentalmente os mesmos para todos os humanos, o que significa que humanos reunidos em uma dada coletividade tendem a ter experiências bastante similares. Somada à comunicação interpessoal, essa comunhão de experiências constituiria a base da comensurabilidade estabelecida entre as diversas línguas e mentes individuais, que possibilita a ocorrência de intercâmbios e do entendimento. Dessa forma, se podemos dizer que o mundo existe independentemente de nossas crenças, não se pode afirmar que as crenças sejam absolutamente independentes do mundo. As coisas não inexistem, mas inexistem da forma como as comunicamos, pois, no âmbito da comunicação, elas consistem em criações cognitivas.

Tendo isso em vista, não é surpreendente que as teorias construtivistas do sentido tenham rechaçado a visão saussuriana de língua como sistema, ainda

bastante influente no panorama dos estudos linguísticos atualmente; no lugar da concepção estruturalista de língua, essas teorias procuram defini-la como *atividade* ou como *trabalho* de um sujeito cognitivo, que, inserido numa moldura física, mental ou social, movimenta contínuas semioses a fim de construir sentidos localmente validados (SALOMÃO, 2005).

Assim, ratifica-se a condição discursiva humana, que, embora caracterizada por uma ilusão de mundo objetivo dado *a priori*, tem, na instabilidade e na mudança, características que lhe são intrínsecas e que não constituem exceção ou defeito. O mundo dos discursos, o único a que se tem acesso, é sociocognitivamente forjado, e não uma identificação de realidades discretas, objetivas, estáveis. Deste modo, usar palavras como *lápiz* ou *caneta* não significa apenas identificar objetos do mundo por meio de termos que lhes caibam, mas utilizar um conjunto de condições que foram estabilizadas numa dada cultura para proceder ao reconhecimento deles. Lápiz e caneta não são, pois, apenas objetos do mundo, mas objetos de discurso⁵⁶. A significação tem, pois, mais a ver com a epistemologia que com a ontologia.

Decorre disso a proposta dos cognitivistas de substituição de uma visão referencialista da língua, que tem em sua base a crença na possibilidade de correspondência direta entre a língua e o mundo, por uma visão interacionista em que se reconhecem os papéis da interação, da negociação pública, dos ajustes e dos desacordos no processo de criação de versões públicas do mundo. A respeito disso, Mondada (2003) afirma que, quando se defende uma abordagem que considera a primazia das práticas linguísticas e interacionais contextualmente postas em ação pelos atores sociais, a língua não pode ser definida como um espaço lógico e abstrato de possibilidades pré-existente à ação e por ela atualizadas.

Dessa forma, o usuário da língua não pode ser considerado apenas um sujeito enunciativo, mas um sujeito social engajado em uma ação social e situada, por meio da qual ele diz o mundo. A adoção dessa visão sobre a relação entre a língua e o mundo não implica negação do valor referencial da língua, mas consiste, antes,

⁵⁶ Termo empregado na acepção que lhe dão Mondada e Dubois (1995).

em uma forma de negação do imanentismo e do correspondentismo característicos de algumas linhas de reflexão sobre a língua e a linguagem.

Nessa esteira, Lee (2005, p. 205) afirma que “[...] significados não são propriedades de palavras ou sentenças, mas o produto de processos interacionais que ocorrem na mente do conceptualizador”⁵⁷. O autor salienta, ademais, que o significado não se concretiza senão pelo recurso a uma base de conhecimentos (*knowledge base*).

A esse respeito, Morato (2010) explica que diversos modelos ou construtos teóricos têm sido formulados, ao longo do tempo, para procurar explicar, teórica e empiricamente, a maneira pela qual os significados são compartilhados, modificados, organizados, regulados, representados, justificados e reconhecidos pelos indivíduos que se engajam em atividades languageiras. A autora destaca, nesse sentido, os conceitos de contexto, prática, sistemas de referência, enquadre, esquema, conhecimento prévio, situação social, script e moldura comunicativa, que embora não sejam intercambiáveis, visto que têm especificidades, têm pontos em comum bastante salientes:

Trata-se, assim, de uma noção que, seja qual for a perspectiva teórica que a mobiliza (da Semântica Cognitiva à Sociolinguística Interacional, por exemplo), terá sempre a ver com estruturas de expectativa, isto é, não se trata de algo concebido a priori e nem de forma independente quanto a nossas experiências socioculturais; pelo contrário, dependem dos atos de significação e, portanto, das práticas mediadas largamente por linguagem (MORATO, 2010, p. 95).

Teun A. Van Dijk tem proposto, em seus trabalhos mais recentes a respeito do processamento textual, que a noção de *modelo mental* seja considerada um ponto de articulação entre língua, cognição e sociedade, aspectos que se deve levar em conta para o entendimento de como se processa a compreensão humana do mundo.

A defesa de que os modelos mentais consistem em uma forma de organização de conhecimentos do mundo é compatível com a ideia de que a realidade, heteróclita, não se entrega à compreensão humana, que se dá por meio

⁵⁷ Tradução livre de “[...] meanings are not properties of words or sentences but the product of interactional processes occurring in the mind of the conceptualiser.”

das representações que os indivíduos constroem dela em seu contato com o mundo, com a sociedade e com o discurso.

Segundo o autor, os modelos mentais sofrem, por um lado, coerções de caráter social bastante importantes e, por outro, são limitados pela percepção individual que temos do mundo. Modelos mentais não são, portanto, constituídos apenas na subjetivamente, mas intersubjetivamente. Trata-se, pois, de representações esquemáticas de natureza dinâmica construídas por um indivíduo na relação com o mundo e com uma sociedade histórica e ideologicamente situada. Caso sejam partilhadas por um grupo de indivíduos, temos uma comunidade epistêmica, isto é, um grupo social em que os modelos mentais a respeito de um ou mais elementos do mundo, embora variáveis, são relativamente estáveis (Van Dijk, 2014)⁵⁸.

Dessa forma, sendo os modelos mentais “modelos de experiência” (Van Dijk, 2012, p. 35), eles são passíveis de serem modificados conforme se modifique também a experiência que os engendra. Nesse sentido, a argumentação, aí incluída a argumentação por meio de analogias, pode ter papel importante na modificação do modo como as coisas do mundo são conceptualizadas por indivíduos ou mesmo por comunidades.

Tendo em vista a definição de modelos mentais proposta por Van Dijk (2014, p. 49), depreende-se que eles propiciam importante economia de processamento cognitivo:

Devido a nossas limitações de memória, a grande complexidade multimodal das cenas (visual, auditiva e sensório-motora, por exemplo), situações, eventos, ações, pessoas e objetos do meio não podem e não precisam ser integralmente processadas, armazenadas ou reproduzidas. Portanto, ela precisa ser reduzida e organizada em termos de representações estruturalmente menos complexas que definem as informações *situacionalmente relevantes* de nossas experiências cotidianas: *os modelos de experiência*. Esses modelos são, ao mesmo tempo, fundamentos cognitivos de

⁵⁸ Talmy (2000) e Langacker (2008), dentre outros diversos autores filiados à Linguística Cognitiva, foram responsáveis pela proposição do conceito de perspectivação conceptual (*construal*), que se assemelha ao de modelo mental, na medida em que procura dar conta das diferentes formas de conceptualização de uma mesma realidade. Langacker (1991), por exemplo, afirma ser possível que diferentes conceptualizadores, ao olharem o céu, descrevam o que veem como uma *constelação*, um *aglomerado de estrelas* ou mesmo *pontos de luz no céu*. Para este autor, essas variações devem-se a ajustes focais (*focal adjustments*), que ocorrem por meio de operações denominadas *especificidade*, *proeminência*, *seleção* e *dinamicidade*. A opção por utilizar mais extensivamente as proposições de Van Dijk neste trabalho dá-se em virtude do fato de este autor dar maior proeminência ao componente social do discurso em sua teoria, o qual consideramos essencial para um trabalho como este, que visa à articulação entre cognição, discurso e sociedade.

nosso discurso e comunicação sobre estas experiências, como no caso das narrativas do dia a dia.⁵⁹

Modelos mentais correspondem a construtos subjetivos (e, portanto, únicos) abstratos, esquemáticos e dinâmicos, armazenados na memória episódica⁶⁰, criados por indivíduos inseridos em uma sociedade, em determinado momento histórico, atualizados na interação, que permitem a interpretação subjetiva *on-line* de eventos, situações e discursos. De acordo com o autor, eles não representam objetivamente a realidade de que fala o discurso, mas antes a maneira como os usuários da língua a interpretam, cada um a seu modo, em função, por exemplo, de seus objetivos pessoais, conhecimentos ou experiências prévias.

Van Dijk (2012) ressalta ainda o caráter intersubjetivo da construção dos modelos mentais ao afirmar que, embora sejam construídos subjetivamente, os modelos mentais dos membros de uma determinada comunidade devem ser suficientemente semelhantes para que a comunicação seja viável. Dessa forma, não se pode ignorar que os modelos, conquanto sejam construídos por cada indivíduo, são parcialmente compartilhados pelos membros das comunidades epistêmicas. A dinamicidade dos modelos é o que permite, por exemplo, o mal-entendido ou o dissenso, mesmo em casos em que sejam muitos os elementos compartilhados. Ademais, parâmetros mais objetivos, como a percepção de propriedades físicas das coisas, pessoas, ou situações, também se constituem como balizas para a criação de modelos mentais.

Observe-se, ademais, que os modelos mentais não são constituídos apenas por representações de fatos e coisas do mundo, mas incorporam também a *atitude*, que costuma ser definida, no âmbito da Psicologia Social, como uma organização duradoura de crenças e cognições socialmente partilhadas, dotada de carga afetiva favorável ou contrária a um objeto social definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a este objeto (RODRIGUES, 1975, p. 397).

⁵⁹ Tradução livre de: "Due to our processing and memory limitations the vast multimodal (e.g., visual, auditory, sensorimotor) complexity of the scenes, situations, events, actions, persons and objects of the environment cannot and need not be fully processed, stored or reproduced. Hence it needs to be reduced and organized in terms of structurally less complex representations that define the *situationally relevant* information of our daily experiences: *experience models*. These models at the same time are the cognitive foundation of our discourse and communication about such experiences, as is the case in everyday storytelling."

⁶⁰ A memória episódica é aquela em são armazenadas as representações das experiências (VAN DIJK, 2014).

Em suma, pode-se dizer que

[...] modelos mentais incorporam, por um lado, a história pessoal, as experiências e as opiniões de indivíduos e, por outro, uma instanciação específica de crenças sociais partilhadas. A maior parte da interação e do discurso é, portanto, produzida e compreendida em termos de modelos mentais que combinam crenças pessoais e sociais — de modo que se expliquem tanto a singularidade de toda produção e compreensão discursiva quanto a similaridade de nossa compreensão de um mesmo texto (VAN DIJK, 2006, p. 369)⁶¹.

Dessa forma, sendo os modelos mentais “modelos de experiência” (Van Dijk, 2012, p. 35), eles são passíveis de serem modificados conforme se modifique também a experiência que os engendra. Nesse sentido, a argumentação, aí incluída a argumentação por meio de analogias, pode ter papel importante na modificação do modo como as coisas do mundo são conceptualizadas por indivíduos ou grupos de indivíduos que se agrupam em uma comunidade epistêmica.

O recurso a modelos mentais é uma realidade incontornável na vida em sociedade. Em uma conversa em que um vizinho pede a outro um pouco de açúcar, por exemplo, estarão em jogo diversos modelos mentais, entre os quais podem ser destacados os modelos que organizam informações a respeito de quem são os interlocutores (levando em conta idade, papel social, afetos, etc.), de qual é o contexto da interação (o gênero a que ela pertence, o grau de formalidade que a caracteriza etc.), entre outros.

Nesse sentido, pode-se dizer que os modelos mentais são parte integrante do processo de produção e compreensão de significados. A palavra *tio* prototipicamente ativa conhecimentos a respeito de vínculos de parentesco, assim como *pai*, *mãe* e *tia*, que, apesar de terem significados diferentes, compartilham uma representação mental que se baseia naquilo que se sabe sobre as relações biológicas e sociais estabelecidas entre os componentes de uma mesma família.

Decorre disso que o significado pode modificar-se radicalmente, a depender dos modelos mentais ativados um dado evento interativo. Como exemplo

⁶¹ Tradução livre de “[...] mental models on the one hand embody the personal history, experiences and opinions of individual persons, but on the other hand also feature a specific instantiation of socially shared beliefs. Most interaction and discourse is thus produced and understood in terms of mental models that combine personal and social beliefs — in a way that both explains the uniqueness of all discourse production and understanding, and the similarity of our understanding of the same text.”

disso, observe-se o uso de *tio* na transcrição⁶² da propaganda televisiva da marca de refrigerante de laranja Sukita a seguir, que se tornou bastante conhecida no final da década de 1990 no Brasil. No início do vídeo, uma jovem mulher que está consumindo Sukita entra no elevador de um prédio de apartamentos, onde está um homem de meia idade. Ele abre a porta do elevador para ela, que lhe agradece a gentileza:

Mulher	obrigada
Homem	((olha para a mulher e sorri)) tá quente aqui né?
Mulher	((olha para o homem e assente com a cabeça enquanto bebe o refrigerante))
Homem	tá gostosa a Sukita?
Mulher	uh hum
Homem	você é nova aqui no prédio né?
Mulher	uh hum
Homem	eu posso/]
Mulher	tio aperta o vinte e um pra mim?
Homem	((encosta-se à parede com a boca aberta, em expressão de surpresa e decepção)) ah

O que se observa, nesse caso, é que o uso de *tio*, normalmente restrito às relações familiares ou às relações entre indivíduos mais jovens (sobretudo crianças e adolescentes) e homens adultos, causa a decepção ao homem. O emprego da forma *tio* evidencia que, para a mulher, o modelo mental do contexto ativado era o de uma conversa informal entre indivíduos pertencentes a faixas etárias distantes, enquanto, para ele, o modelo de situação daquela interação era a da conquista amorosa, do flerte. A forma *tio* materializa, assim, uma diferença entre os dois personagens quanto à interpretação do evento comunicativo, que, acessível ao indivíduo que assiste ao comercial, é base para a construção do humor da propaganda. Mais especificamente, o uso de *tio* significa, nesse contexto, que não há, na perspectiva da mulher, a possibilidade de envolvimento amoroso e/ou sexual

⁶² A transcrição da propaganda, assim como as demais transcrições de língua falada e língua escrita oralizada neste trabalho, seguiu as orientações do Projeto da Norma Urbana Culta – núcleo São Paulo (Projeto NURC-SP), disponíveis em Preti (2003).

entre eles, o que constitui, para o homem, uma decepção. O significado é, como se observa, ancorado na interação e validado por ela.

De forma bastante similar, o adjetivo *quente*, enunciado pelo homem no segundo turno do excerto, também parece assumir significados diferentes: ele talvez tenha sido compreendido pela jovem mulher como uma referência às condições climáticas, ao passo que, para o homem, o significado parece estar relacionado à excitação que a presença de uma mulher bonita lhe causa. Novamente, a modificação no significado decorre dos diferentes modelos mentais de contexto acessados pelos interlocutores: para ela, aquela provavelmente consistia em uma conversação informal com função predominantemente fática, uma “conversa de elevador” típica; para ele, no entanto, tratava-se de um flerte.

Importa observar que nem tudo aquilo que se sabe a respeito de algo fará parte do processo de compreensão, mas somente partes dos conhecimentos armazenados serão imediatamente relevantes no processo de interpretação do significado de uma dada palavra ou enunciado. Observe-se, por exemplo, o uso de *mãe* no enunciado a seguir, extraído de Lee (2005, p. 09):

*Mary adotou John quando ele era um bebê, então ela não é sua mãe verdadeira — mas, na verdade, ela tem sido uma mãe maravilhosa para ele.*⁶³

A interpretação que se obtém desse enunciado não é paradoxal, embora inicialmente se afirme que Mary não é mãe de John e posteriormente se diga o contrário. O que viabiliza a interpretação desse enunciado é o fato de que o modelo mental que se cria da palavra *mãe* não tem apenas a ver com as relações biológicas, mas também com as relações sociais. Postular a seletividade dos conhecimentos visando à interpretação consiste em uma maneira de dar conta, teoricamente, do fato de a interpretação do enunciado não resultar contraditória.

Da mesma forma, também a interpretação do enunciado a seguir, proferido, segundo Lee (2005, p. 203), em um documentário radiofônico sobre a

⁶³ Tradução de “Mary adopted John when he was a baby so she’s not his real mother — but in fact she has been a wonderful mother to him.”

história do futebol, depende de conhecimentos organizados a respeito da Iugoslávia e do Brasil:

*Nos anos 1960, a Iugoslávia era o Brasil da Europa.*⁶⁴

A pronta atribuição de significado à analogia ocorreu com base, entre diversas outras, nos seguintes conhecimentos:

- (1) A Iugoslávia era um país da Europa.
- (2) O Brasil é um país da América do Sul.
- (3) Nos anos 1960, o Brasil tinha um dos melhores times de futebol do mundo.
- (4) A seleção brasileira de futebol tinha um estilo de jogar bastante característico e empolgante.
- (5) Esse estilo é associado, em alguma medida, a times sul-americanos em geral, mas é mais evidente no time brasileiro.

Com base nessas informações, é possível construir a interpretação da analogia, qual seja: nos anos 1960, no contexto da Europa, o futebol da Iugoslávia era o melhor a que se podia assistir e que seu estilo de jogar era o que mais se assemelhava ao brasileiro.

Tal interpretação é evidentemente construída com base em conhecimentos organizados e armazenados sobre a história do futebol. Tendo isso em vista, Lee enfatiza que, se fossem outros os conhecimentos acessados, a interpretação passaria por modificação significativa: se o programa radiofônico tratasse de assuntos relacionados à economia, sua interpretação poderia ter sido que, de todos os países europeus, a Iugoslávia era aquele cuja economia estava mais próxima da crise; fosse outro o contexto em que o enunciado estivesse inserido, sua interpretação poderia ser algo como (1) os iugoslavos eram o povo europeu mais despreocupado, (2) a Iugoslávia era o país mais popular entre turistas ou (3) a Iugoslávia era um país com grande diversidade étnica, entre outras.

⁶⁴ Tradução livre de "In the 1960s Yugoslavia was the Brazil of Europe".

A explicação de Lee a respeito do papel dos conhecimentos organizados na interpretação é útil de pelo menos duas formas: por um lado, ela evidencia a natureza complexa dos processos cognitivos subjacentes à construção do sentido e, por outro, corrobora o caráter social, histórico e cultural dos conhecimentos (e, por conseguinte, dos modelos mentais). Eles, em virtude de sua natureza epistêmica, podem sofrer modificações por força de descobertas científicas, mudanças de perspectiva, acontecimentos históricos, entre outros fatores. A noção de uma economia brasileira em crise, por exemplo, sofreu modificação conforme o Brasil conheceu, notadamente entre os anos de 2005 e 2014, período de prosperidade econômica. Também a ideia de que o futebol brasileiro é de alta qualidade passou por modificação significativa, sobretudo após o desempenho limitado da seleção do país na Copa do Mundo de 2014, amplamente considerado decepcionante. Além disso, o próprio conceito de Iugoslávia passou por importante alteração: o país situado nos Bálcãs, que apresentava bom desempenho nos jogos de futebol nos anos 1960, desmembrou-se em repúblicas menores por força de diversos movimentos separatistas, fato que resultou na atual inexistência de um país chamado Iugoslávia e de uma seleção iugoslava de futebol. A ideia de que brasileiros são despreocupados, talvez ainda vigente, corresponde a um estereótipo que encobre a heterogeneidade da população que talvez só seja crível para quem não conhece grande número de brasileiros ou para quem não conviveu com brasileiros que não são despreocupados.

Dessa forma, uma vez que o conhecimento de mundo está sujeito a variações importantes (de acordo com a perspectiva, a história, etc.), também os modelos mentais sofrem variação, o que é evidência do caráter situado delas e resulta na possibilidade de se conceber o significado como um fenômeno dotado de uma instabilidade que lhe é intrínseca. Nesse sentido, a postulação da existência de modelos mentais, amplamente aceita pelos teóricos de orientação cognitivista, ratifica a reflexão de Bakhtin/Volochínov (2009), para quem o significado é apenas potencial quando um enunciado é tomado em isolamento com relação à interação, à comunicação social e historicamente situada.

Atesta-se, portanto, a impossibilidade de considerar o significado algo imanente, fixo, dado aprioristicamente, tendo em vista a impossibilidade de fixação

dos significados por parte do significante. Em outras palavras, ratifica-se o “princípio da escassez do significante, apanágio de toda semiose, linguística ou não linguística” (SALOMÃO, 2005, p. 157). Tomado em relação a tal pressuposto a respeito da significação e no contexto das pesquisas linguísticas de orientação cognitivista, o conceito de modelo mental constitui-se como um ponto de articulação entre a língua e o mundo capaz de possibilitar uma ancoragem do significado que não implique sua fixação, sem, no entanto, incorrer em sua relativização irrestrita. Dessa forma, embora se reconheça a possibilidade de variação dos significados de um dado enunciado, não se admite que ela seja incondicional. Trata-se, pois, de uma visão sobre a significação que reconhece, na cena comunicativa (isto é, nos conhecimentos organizados a respeito delas pelos interlocutores), a condição fundadora dos processos interpretativos.

Findas as considerações a respeito de questões referentes à significação, procedemos, no que segue, ao esforço de articular o ponto de vista cognitivo ao linguístico-discursivo, a fim de viabilizar um entendimento discursivo da analogia que permita considerá-la uma maneira de negociação da significação na interação.

4.2 A analogia no discurso e a negociação do significado

Conceber o significado como resultado de um trabalho de movimentação de semioses com vistas à construção de significados localmente validados é condição fundadora de duas agendas de pesquisa, a saber, a dos estudos discursivos e a dos estudos cognitivos. Enquanto aquela tem por objetivo a análise dos aspectos sociais da gênese do sentido (a microfísica da interação, os gêneros textuais, as ordens ideológicas subjacentes), esta se ocupa principalmente com a compreensão e descrição dos processos mentais de categorização e esquematização, as projeções entre domínios epistêmicos (caso do processamento analógico), as transferências figurativas de estrutura conceptual e gerenciamento do fluxo discursivo (SALOMÃO, 2005).

Os trabalhos sobre analogia de Dedre Gentner, Keith Holyoak e seus respectivos colaboradores, a que se fez referência no capítulo anterior, vinculam-se a um ramo experimental da Psicologia Cognitiva e têm como característica comum a ênfase no papel das analogias em situações de resolução de problemas e compreensão de fenômenos. *Grosso modo*, o interesse desses pesquisadores recai na descoberta das maneiras por meio das quais o processamento analógico pode levar ao aprendizado, à criação de conhecimento. É este o foco, por exemplo, do célebre experimento de Holyoak e Gick (1980), descrito anteriormente, em que voluntários foram levados a, por meio de uma analogia com a invasão simultânea de uma fortaleza por pequenos grupos de soldados, propor a destruição de um tumor de estômago pelo método de convergência de diversos feixes de raios-X de baixa intensidade. Da mesma forma, Gentner e seus colaboradores, em uma análise dos trabalhos de Johannes Kepler, procura “[...] esclarecer o processo por meio do qual a analogia promove a criatividade e a mudança conceitual”⁶⁵ (GENTNER *et al.*, 1997, p. 403-4), objetivo que se materializa na descrição do processamento analógico em termos de recuperação, transferência e avaliação.

Com efeito, a abordagem das analogias desenvolvida no âmbito dos estudos de Psicologia Cognitiva privilegia a dimensão individual/interna do processamento analógico, preocupando-se especialmente com a descrição dos processos mentais de que depende a criatividade e a compreensão dos fenômenos do mundo. O que se propõe neste trabalho tem natureza diversa e implica uma modificação de escopo: em lugar de uma análise cujo foco seja a criatividade proporcionada pelo processamento analógico visando à resolução de problemas e a compreensão das coisas do mundo, objetiva-se uma análise discursiva e crítica das analogias, tomadas como operações linguístico-discursivas que permitem a negociação dos significados em situações de interação, com vistas a evidenciar as relações de poder e a dimensão ideológica a elas subjacentes. Nesse sentido, propõe-se um deslocamento da análise dos processos analógicos mentais que permitem a compreensão do mundo para o exame do uso das analogias como estratégias de criação e negociação de significados com vistas à persuasão, à manipulação e ao exercício do poder.

⁶⁵ Tradução livre de “[...] illuminate the process by which analogy promotes creativity and conceptual change.”

Embora não fosse este o objetivo dos trabalhos de Gentner, Holyoak e seus colaboradores, a descrição da estrutura das analogias e do processamento analógico por eles empreendida evidenciou a vocação dos mecanismos analógicos para desempenhar papel significativo na negociação de sentidos nas interações. É para o potencial de criação de significados da analogia em situações comunicativas que Holyoak parece apontar quando afirma, já em um de seus primeiros trabalhos sobre o tema, que “[...] a analogia é um tema amplo, que se estende muito além do domínio da resolução de problemas, nos domínios da argumentação e expressão literária” (HOLYOAK, 1985, p. 66) ⁶⁶.

Tendo isso em vista, propomos que as analogias, em virtude de sua estrutura assimétrica, sejam concebidas como meio bastante propício para a negociação de significados em situações de interação. Na semelhança de relações que se estabelece entre fonte e alvo, aquela tem papel de esclarecer ou ajudar a estabelecer o valor deste, o que significa que a seleção dos termos de uma analogia pode influenciar de maneira bastante significativa o modo como eles serão concebidos. Disso decorre que a analogia é sempre impregnada de valor ideológico, uma vez que o recurso a ela permite produção de sentidos que podem servir aos interesses político-ideológicos — escusos ou não — daqueles que a empregam.

A fim de ilustrar a maneira como a seleção dos termos de analogias podem influenciar a significação de modo bastante crucial, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958], p. 427) propõem a análise do segmento a seguir, extraído do capítulo 36 do Livro de Ezequiel, em cujo 26º versículo se lê:

Introduzirei em suas entranhas um novo espírito, tirarei do seu corpo o coração de pedra e dar-lhes-ei um coração de carne.

Nesse capítulo, o profeta Ezequiel anuncia os planos divinos para o povo escolhido, que, após longo exílio, é aconselhado por Deus a restaurar Israel. É nesse contexto que Deus promete lhe proporcionar, por meio do espírito a ser derramado,

⁶⁶ Tradução livre de “[...] analogy is a broad topic, extending well beyond the domain of problem solving per se into the realms of argumentation and literary expression”.

a purificação, a fim de fazer o povo fiel a seus caminhos e desígnios, livre da idolatria e da injustiça que lhe caracterizava anteriormente.

Ao comentar este excerto do Antigo Testamento, Perelman e Olbrechts-Tyteca salientam o papel da analogia na criação de significados quando explicam que, nesse contexto,

[...] a carne está para a pedra assim como a piedade está para a insubmissão; ao passo que, em muitas analogias, a carne está para o espírito assim como o estado de pecado está para o estado de graça. Logo, um mesmo termo é concebido de maneiras diferentes, para poder inserir-se em analogias de sentidos também opostos. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 427)

Em uma situação como um debate, em que se busca o assentimento do auditório e dos outros debatedores com relação às teses que se lhes apresentam, o uso de analogia frequentemente terá função persuasiva. Impregnados pelo desejo de persuasão dos participantes da interação, os sentidos produzidos pelo uso de analogias podem ter papel preponderante na consecução dos objetivos comunicativos. Nesse sentido, é possível conceber a analogia não apenas como uma maneira de propor soluções ou de manifestar a criatividade, mas como uma tentativa de domesticação do significado.

A analogia materializada na interação apresenta-se, em última análise, como uma forma de tentativa de exercício de poder sobre outrem, característica que o inclui no rol dos procedimentos que resultam no controle do discurso descritos por Foucault, os quais “têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1999, p. 9). A analogia consiste, assim, não só de uma forma de compreender o mundo e responder às questões por ele postas, mas também de uma tentativa de domesticação do sentido sintomática de um desejo de hegemonia, concebida no sentido que lhe dá Fairclough (1992).

As teorias que buscam descrever as analogias do ponto de vista da Psicologia Cognitiva — as de Holyoak, Gentner e seus respectivos colaboradores, por exemplo — explicam a seleção de alvos e bases tendo por pressuposto o desejo de compreensão ou a necessidade ou vontade de criação. Por outro lado, para que as analogias sejam compreendidas do ponto de vista do discurso e do desejo de

persuasão que caracteriza a argumentação, é necessário que se promovam alguns deslocamentos teórico-epistemológicos.

Se do ponto de vista da Psicologia Cognitiva o objetivo das analogias é a solução de problemas ou a apreensão do mundo, elas não poderão ser compreendidas senão como formas de produção de sentido que visam à manipulação no âmbito dos estudos dos Estudos de Discurso e dos Estudos de Argumentação. Tais perspectivas não se invalidam; são, antes, complementares, diferindo basicamente no que tange aos objetivos a que visam e nas metodologias que empregam com o fim de atingi-los.

Tendo isso em vista, propõe-se, neste trabalho, que a produção do sentido seja observada na intersecção entre as dimensões social, cognitiva e discursiva, assim como preconizado no âmbito da abordagem triangular do discurso proposta por Van Dijk (2006), para cuja representação se propõe a figura a seguir:

Figura 7 – a abordagem triangular do discurso de Van Dijk (2006)

A inclusão de uma dimensão discursiva no quadro teórico das analogias desenvolvido no seio da Psicologia Cognitiva implica a necessidade de reflexão a respeito do papel discursivo desempenhado por cada um dos processos inerentes ao raciocínio analógico. Nas seções seguintes, os processos de recuperação, transferência e avaliação serão discutidos à luz de uma abordagem discursiva da analogia, concebida como ferramenta de negociação de significados que possibilita a persuasão. Antes disso, no entanto, será discutida brevemente a validade da definição de base e alvo da Psicologia Cognitiva para os Estudos Discursivos.

4.2.1 O conceito de analogia segundo um ponto de vista discursivo

Conforme se argumentou no capítulo III, é comum que se conceba a analogia como o pareamento entre um domínio mais familiar, conhecido como *base*, com um domínio menos familiar, ao qual se dá o nome *alvo* e a respeito do qual se deseja ou necessita construir uma compreensão (ITKONEN, 2005; GENTNER, 1983, 1989; GENTNER & FORBUS, 2011; GENTNER & SMITH, 2013). Tal concepção, coerente com os objetivos dos estudos dessa área, implica que se conceba a base como uma “fonte de conhecimento” (GENTNER, 1983, p. 157), um conjunto de saberes a partir do qual se busca a compreensão de informações novas.

Tal concepção coaduna-se com os objetivos de descrição da analogia como uma forma de produzir conhecimentos característicos da Psicologia Cognitiva; no entanto, conforme situamos nossa pesquisa no campo dos Estudos de Discurso, faz-se necessário rever alguns aspectos essenciais dessa concepção de analogia, a fim de torná-la mais apta a nossos objetivos de pesquisa.

Em se tratando de um procedimento que pode ter papel argumentativo, o uso da analogia não parece estar submetido necessariamente à existência de uma maior ou menor familiaridade com relação à fonte ou ao alvo, como o quis Itkonen (2005). Para além de questões relacionada à familiaridade, pode ocorrer que base e alvo sejam bastante bem conhecidos por um interlocutor e que só seja nova a analogia entre ambos. Nesse sentido, parece possível dizer que a familiaridade não é sempre central e que pode haver casos em que o elemento mais significativo seja a nova forma de se conceber o alvo, a qual é construída a partir de um domínio-base. Assim, a analogia, mesmo em casos em que não há falta de familiaridade com o alvo, pode ocasionar a produção de um conhecimento novo, isto é, de uma nova maneira de ver as coisas do mundo. Trata-se de conceber a analogia, portanto, como uma forma de negociar conceptualizações das coisas do mundo.

As analogias têm por característica, como se observa, a moldagem do alvo em função de uma base, que pode ser escolhida estrategicamente, de modo a atender

aos objetivos e interesses daqueles que as criam e/ou utilizam em situações de interação.

4.2.2 A dimensão discursiva do processo de recuperação

Ao propor uma abordagem pragmática da analogia, Holyoak (1985) advoga a ideia de que o processo de transferência analógica só pode ser compreendido se considerado em conexão com a situação comunicativa. O que se propõe neste trabalho, sem discordar de Holyoak, é que também o processo de recuperação seja considerado em conexão com a situação comunicativa, tomada como evento social e historicamente situado. Em outras palavras, propõe-se que a dimensão discursiva do processo de recuperação seja levada em conta.

Plantin (2011, p. 112) identifica nas analogias uma espécie de obstáculo epistemológico, visto que

De uma certa perspectiva, tudo se parece com tudo, e a relação de semelhança é transitiva, nós podemos associar infinitamente. A produtividade do procedimento pode chegar ao delírio. A analogia é fecunda para estimular a descoberta ou a invenção, ela é útil para o ensino e a vulgarização.⁶⁷

As observações de Plantin evidenciam a necessidade de que haja restrições às associações características das analogias, a fim de evitar que se tornem inservíveis para a comunicação e a persuasão.

Tendo por base a concepção de analogia como uma forma de exercício de poder, de controle sobre o significado, pode-se dizer que o processo de recuperação⁶⁸, que é anterior à materialização linguística das analogias, não consiste apenas no esforço cognitivo de identificação de características comuns que permita a compreensão das coisas do mundo, mas também no esforço cognitivo de busca por termos que possam compor uma analogia que resulte persuasiva, tendo em vista os

⁶⁷ Tradução livre de: "Comme vu sous un certain angle, tout ressemble à tout, et que la relation de ressemblance est transitive, on peut associer à l'infini. La productivité du procédé peut aller jusqu'au délire. L'analogie est féconde pour stimuler la découverte ou l'invention, elle est utile dans l'enseignement et la vulgarisation."

⁶⁸ O processo de recuperação é discutido em detalhes no capítulo I.

objetivos comunicativos dos interlocutores. Deste modo, considera-se que o processo de recuperação estará, nos diversos eventos comunicativos em que se busca a persuasão de alguém, submetido às ideologias e interesses daqueles que interagem.

A seleção dos termos de uma analogia, longe de estar submetida apenas a critérios de semelhança estruturais ou de superfície, deve também, a um só tempo, ajustar-se aos objetivos comunicativos do sujeito que dela lança mão e parecer aceitável a seus interlocutores, a fim de viabilizar a adesão deles ao discurso. Dessa forma, a seleção da base e do alvo das analogias deve sempre estar submetida ao exame dos interlocutores e das crenças que (se julga que eles) aceitam. Nesse sentido, a escolha dos termos de uma analogia está sujeita à ideia construída com relação ao outro, aquele com quem se interage, por meio da fala, da escrita ou pela fala-escrita.

A questão da adequação do discurso ao interlocutor e ao auditório com vistas à obtenção da persuasão é central em qualquer evento comunicativo em que ocorra a argumentação, aí incluídos os debates de qualquer natureza. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]) chamam a atenção para a importância de se conhecer aqueles a quem um discurso persuasivo é dirigido. Para eles, o auditório consiste de uma criação do sujeito que argumenta, que o concebe de acordo com a percepção que constrói a respeito dele. Isto permite dizer que a ideia de um orador a respeito de seus interlocutores⁶⁹ pode se aproximar ou se afastar da realidade, a depender do quão ajustada é a percepção que se tem dessa realidade.

Para esses estudiosos,

O auditório presumido é sempre, para quem argumenta, uma construção mais ou menos sistematizada. Pode-se tentar determinar-lhe as origens psicológicas ou sociológicas; o importante, para quem se propõe persuadir efetivamente indivíduos concretos, é que a construção do auditório não seja inadequada à experiência. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 22)

O conceito de auditório de auditório como uma construção do orador aproxima-se, como se observa, da noção de modelo mental, postulada por Van Dijk

⁶⁹ Na terminologia de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]), auditório é o termo que designa o grupo de sujeitos a que se dirige a argumentação, que se materializa na fala ou na escrita de um orador.

(2012). A possibilidade de que a argumentação seja eficaz cresce se a representação que se faz do auditório se aproxima da realidade e diminui conforme aquela se distancia desta. O auditório, entendido como uma construção do orador, é concebido como o fruto de um esforço deste no sentido de enxergar o grupo como um corpo coeso, cujos atributos mais relevantes devem ser considerados definidores e cujos traços mais marcadamente individuais devem ser desconsiderados.

Retomando alguns dos pontos de reflexão de Perelman e Olbrechts-Tyteca, Amossy (2008) propõe que a concepção do auditório seja compreendida como fruto de um processo de estereotipagem que possibilita “pensar o real por meio de uma representação cultural pré-existente, um esquema coletivo cristalizado” (p. 125).

A estereotipagem possibilita que o orador faça, por meio da criação de atalhos cognitivos, uma série de inferências a respeito de seu auditório tendo por base apenas algumas características dele. Assim, pode-se dizer que o modo como concebemos um indivíduo está intimamente relacionado a características como etnia, classe social, faixa etária, profissão e religião. É nesse sentido que se pode afirmar, como Bodenhausen (1993), que o processo de construção de estereótipos é um fator que possibilita as interações humanas em um entorno social complexo.

A estereotipagem é tributária da co-ocorrência de processos de ordem individual e sociodiscursiva, uma vez que ela depende não apenas da percepção que um indivíduo tem de um grupo social, mas também da imagem desse grupo que é construída, por meio dos discursos, pelos membros de uma comunidade. A estereotipagem constrói-se, dessa forma, como uma via de mão dupla, em que a percepção individual pode confirmar ou negar aquilo que se diz a respeito do grupo e, inversamente, aquilo que se diz a respeito do grupo pode ou não coincidir com a percepção individual que se tem dele (FERREIRA, 2015).

A relação entre as esferas social e individual estabelecida nesse processo implica a existência da possibilidade de que a maneira como um orador percebe o auditório possa ser influenciada pelo discurso e que a imagem que se constrói acerca de um auditório por meio do discurso possa ser influenciada pela percepção que o orador tem dele. Assim, as instâncias individual e social não podem ser consideradas

antíteses uma da outra, mas complementares e responsáveis pela criação de uma “tensão criativa” (FARR, 1996) que está na base do processo de estereotipagem.

Dentro desse quadro teórico, pode-se dizer que a seleção dos termos de uma analogia em uma situação de argumentação deverá ser balizada pela representação que se constrói a respeito dos interlocutores, sob pena de que se construa uma analogia que não lhes pareça adequada e para a qual conseqüentemente não se conseguirá adesão. A escolha dos termos de uma analogia deve, pois, considerar aquilo que parece verossímil para aqueles a quem se procura convencer.

Tendo essa concepção em vista, será essencial que os interlocutores de um discurso reconheçam a validade da analogia empregada, sob pena de refutarem-na e de refutarem, por extensão, também a tese a que ela se vincula. As chances de que isso ocorra diminuem à medida em que se identifica um número de características comuns à fonte e ao alvo que seja considerado satisfatório. Assim, perde credibilidade a analogia cujas relações entre os membros não pareçam suficientemente observáveis ou significativas. Isso não implica, entretanto, que tais relações estejam dadas *a priori*; na verdade, é perfeitamente possível que elas sejam pensadas por ocasião da construção da analogia, levando, por meio de um raciocínio inaudito, a conclusões imprevistas.

Dessa forma, visando à construção de uma analogia que possa ser interpretada pelos interlocutores, é essencial que a base, a partir da qual se pretende compreender o alvo, seja minimamente conhecida pelos interlocutores e que se possa identificar, entre alvo e base, pontos em comum que sejam considerados relevantes para o estabelecimento da analogia, de modo que ela possa ser considerada válida e significativa no fluxo da interação.

Não se pode, com efeito, ignorar o fato de que essa “compreensão” do alvo propiciada pela base seja inerentemente parcial: a seleção estratégica de uma base pode implicar, como em um jogo de luz e sombra, que se salientem ou se ocultem características de um alvo, o que pode impactar a maneira como os interlocutores veem o alvo. A base tem, portanto, com relação ao alvo, natureza deformante, podendo-lhe atribuir propriedades potencialmente bem aceitas pelos

interlocutores ou ocultar características que não sejam positivamente avaliadas por eles.

Exemplo disso pode ser encontrado no excerto a seguir, extraído da entrevista coletiva proferida em 04/03/2016, pelo ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, que fora conduzido coercitivamente, por decisão do juiz Sérgio Moro, para prestar depoimento à Polícia Federal:

*... se tentaram matar a jararaca... não bateram na cabeça bateram no rabo...
a jararaca tá viva... como sempre esteve...*

Neste contexto, situações complexas assumem os papéis de base e alvo. Na base, tem-se a situação de uma jararaca que se tenta matar por meio de pauladas que, por engano, são desferidas na cauda, e não na cabeça; o alvo é o ex-presidente Lula, que se mostra bastante incomodado por ter sido conduzido para depor por força policial.

O pareamento entre a base e o alvo poderia, neste caso, ser enunciado tanto como uma metáfora (*Lula é uma jararaca*) quanto como analogia (*Lula é como uma jararaca*), sem que isso implicasse diferenças significativas na identificação de correspondências entre os domínios, as quais podem ser esquematizadas da seguinte maneira:

<i>Jararaca (base)</i>		<i>Lula (alvo)</i>
tentativa de matar jararaca	→	tentativa de prejudicar Lula
bater na cauda, e não na cabeça da jararaca	→	falha na tentativa de prejudicar Lula

Quadro 8 – correspondências na analogia *Lula é como uma jararaca*

Nesse sentido, Gentner e seus colaboradores (GENTNER & BOWDLE, 2008; GENTNER *et al.*, 2001) parecem ter razão quando afirmam que o processamento de metáforas novas, como é o caso desta, e das analogias é inerentemente analógico, isto é, baseia-se na transferência de significados de uma base para um alvo e é capaz de gerar inferências.

Assim, considerar que o discurso de Lula engendra uma metáfora (*Lula é uma jararaca*) ou uma analogia (*Lula é como uma jararaca*) não implica

modificações no que respeita ao significado. Dessa forma, pode-se dizer que, embora a metaforicidade constitua efetivamente um critério para diferenciar ambas as formas de enunciar o pareamento a que procede Lula, ela não parece consistir em um elemento relevante para a compreensão do significado que se pode depreender dele⁷⁰, visto que ela não implica uma modificação no que concerne ao processamento do enunciado.

Os modelos mentais que permitem a interpretação dessa analogia são os da anatomia de uma jararaca, da carreira política de Lula e da Operação Lava-Jato, chefiada pelo juiz Moro. Para Lula, a condução coercitiva representou uma forma malsucedida de neutralizá-lo politicamente, de fazê-lo parecer indigno da confiança de seus eleitores; ele, no entanto, segundo seu ponto de vista, permanece vivo e ameaçador aos interesses daqueles que pretendem prejudicá-lo.

A seleção da tentativa de matar uma jararaca como base para a analogia é significativa do ponto de vista dos interlocutores de Lula durante a entrevista, que, tendo sido proferida na sede nacional do Partido dos Trabalhadores, foi transmitida ao vivo para todo o Brasil pela televisão, por rádio e pela internet. O corpo de interlocutores do ex-presidente corresponde, portanto, não apenas aos militantes e jornalistas presentes na sede do partido, mas a toda a população brasileira e à comunidade internacional.

A conduta de matar jararacas é comumente associada aos indivíduos que habitam cerrados, florestas ou áreas em que se lida com lavoura ou gado. A seleção da tentativa de matar uma jararaca como base parece revelar, nesse sentido, uma tentativa de aproximação do ex-presidente com as camadas mais pobres (notadamente as rurais), que seriam capazes de reconhecer algo que não é estranho a seu cotidiano em um contexto altamente burocratizado e institucionalizado como aquele em que a entrevista foi proferida. Trata-se, pois, de conduta compatível com o estilo mais “popular” adotado por Lula ao longo de sua carreira pública. Lula

⁷⁰ Com base neste argumento, optamos por não nos furtarmos, neste trabalho, à análise de enunciados metafóricos. Isso não implica dizer que não reconhecemos na metaforicidade um aspecto importante do significado; implica, antes, dizer que a identificação da metaforicidade do enunciado constitui condição para que as ideias expressas por Lula possam ser enunciadas como metáfora ou como analogia.

parece, assim, procurar se aproximar das classes sociais que historicamente o apoiaram, a saber, os mais pobres.

Assim, além de colaborar para dar ao discurso de Lula aspecto informal e popular, a analogia, nessa acepção, colabora para que se crie, para o ex-presidente, uma imagem de indivíduo que não pôde ser eliminado malgrado a ameaça que representa para seus oponentes políticos. Além disso, essa analogia parece sugerir também que se conceba o juiz Moro como alguém inábil ou pouco arguto, visto que é comparado a alguém que deseja matar uma jararaca mas é incapaz de diferenciar sua cauda e sua cabeça.

Analisado a partir de uma perspectiva discursiva, o processo de recuperação configura-se, então, não apenas como operação cognitiva, mas também como um procedimento estratégico que possibilita a produção de sentidos que atendem aos objetivos comunicativos daqueles que, em uma interação, buscam o assentimento de seus interlocutores. Neste contexto, o esforço de Lula é o de construção de uma imagem de si caracterizada pela invulnerabilidade e pela confiabilidade, a fim de parecer digno de crédito a seus interlocutores e de conquistar sua adesão para as ideias que preconiza. Em outras palavras, pode-se dizer que a analogia funciona como uma forma de tentar estabelecer o que significa ser Lula no contexto político-ideológico nacional naquele momento.

4.2.3 A dimensão discursiva do processo de mapeamento

Assim como o processo de recuperação, o processo de mapeamento também tem uma função discursiva que se revela central para o processamento de uma analogia com papel argumentativo.

O pareamento dos termos de uma analogia é condição para que ocorra a transferência de significados da base para o alvo que é fulcral no estabelecimento do raciocínio analógico. Ocorre que o pareamento resultante do processo de recuperação não implica a designação do que há para ser transferido da base para o alvo: pode acontecer, por exemplo, que se identifiquem características a serem transferidas *a posteriori* com relação ao momento em que se enuncia a analogia.

A teoria de Gentner (1983) procura estabelecer critérios não relacionados à interação que expliquem a seleção de determinados traços e o preterimento de outros quando ocorre o mapeamento analógico. Holyoak (1985), por sua vez, ao defender a existência de um critério pragmático que explique a seleção das características a serem transferidas da base para o alvo, aponta para a centralidade da interação para o estabelecimento de limites para esse processo. Neste trabalho, o que se propõe é que a seleção de características para o mapeamento analógico não seja vista como um processo que se baseia apenas na situação em que ocorre a interação, mas também em seu contexto social, histórico e social. Advoga-se, portanto, em favor de uma visão do mapeamento que privilegie a dimensão discursiva da analogia, a fim de que a intrincada relação entre a língua e a sociedade, da qual os Estudos de Discurso e os Estudos de Argumentação procuram dar conta, seja contemplada.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]) reconhecem nas analogias um instrumento instável de argumentação justamente em função dos prolongamentos que elas favorecem. Isso é observável no excerto que segue, em que o filósofo Luiz Felipe Pondé reage à comparação entre Lula e a jararaca a que se fez referência na seção anterior:

[...] Há dez dias, após a condução coercitiva para o depoimento no aeroporto de Congonhas, o ex-presidente Lula fez um discurso raivoso contra todo este processo que reúne procedimentos jurídicos (Lava Jato como grande exemplo) e o nojo que seu partido parece causar na maior parte da população. Lula referiu-se a si mesmo como uma jararaca. Acho que deveríamos levar a sério sua metáfora.

O PT hoje continua sendo uma seita, mas não mais a seita da estrela da esperança (que enganou muitos e continua enganando alguns), mas a seita da jararaca. E seu veneno ainda pode ser mortal, justamente porque ele não está nem aí para a população. A essência do veneno da seita da jararaca (o PT) é justamente sua indiferença para com o Brasil e sua população comum, contrariamente ao discurso populista com o qual enfeitiçou o país por décadas. [...] (PONDÉ, Luiz Felipe. A seita da jararaca. In: *Folha de S. Paulo*, 14/03/2016).

A analogia entre Lula e a jararaca é endossada por Pondé, que a torna uma maneira de criar uma imagem desfavorável para o ex-presidente, em um movimento contrário àquele anteriormente efetuado por Lula. Pondé mantém os termos da analogia, mas, dentre as características passíveis de serem mapeadas, seleciona o veneno da jararaca, que encontra, segundo ele, em Lula, uma

correspondência: se o veneno de uma serpente tem por consequência a destruição de criaturas que lhe ameaçam ou prejudicam, o veneno de Lula teria por consequência a destruição do Brasil. Pondé endossa o uso da analogia para negar a interpretação dela que Lula parece haver proposto.

Constata-se, assim, que uma mesma analogia pode servir a dois propósitos inconciliáveis, quais sejam, a construção de uma imagem positiva para Lula — missão assumida por ele próprio durante a entrevista coletiva — e a construção de uma imagem negativa — projeto que Pondé tenta levar a cabo na coluna que assina. Coloca-se, pois, em xeque, uma ideia de ontologia possível de um ser-no-mundo do ex-presidente Lula (e, na verdade, de qualquer objeto de discurso).

Dada a instabilidade das analogias, não é obra do acaso que seu uso ocorra em combinação com estratégias discursivas que possibilitem maior estabilização do significado, cujo objetivo é delimitar o mapeamento e, assim, impedir que a analogia se expanda para além dos limites que seriam desejáveis por aqueles que a utilizam. O controle sobre a analogia tem por finalidade impedir que esta se distenda a ponto de se tornar inservível para o atendimento aos objetivos comunicativos dos interlocutores.

Na interpretação de Lula para a analogia que ele constrói entre si mesmo e uma jararaca, há características desta que lhe interessam para a construção de sua autoimagem; outras características, por outro lado, podem mostrar-se desinteressantes ou podem não ter uma correspondência com relação às características de Lula.

Com efeito, parece infrequente que o significado da analogia tenha, para usar a expressão proustiana empregada em uma das epígrafes deste capítulo, “irresistível evidência”. Assim, faz-se necessário, por vezes, que os participantes da interação esclareçam seu significado, sob pena de enfraquecê-la ou inutilizá-la. Como um balão, a analogia tem um limite de expansão que não deve ser ultrapassado se não se deseja que sua estrutura se rompa. A explosão da estrutura, no caso das analogias, significa conduzir a comparação de modo a considerar informações que se tenha a respeito de alvo e base, a ponto de evidenciar dessemelhanças e fazer que

elas pareçam numerosas e significativas, prejudicando seu potencial cognitivo e argumentativo.

O esforço de identificação das características da base a serem transferidas para o alvo é bastante evidente na coluna de Pondé: o autor seleciona o veneno da jararaca — substância com potencial destrutivo — para descrever seu alvo (Lula) e seu potencial destrutivo com relação ao Brasil, que passa a ser concebido como a vítima de um bote de serpente.

De maneira bastante similar, também no segmento a seguir, extraído de uma obra literária, é possível observar o esforço para esclarecer em que medida a analogia é válida, o qual se materializa discursivamente na seleção de características das ostras que devam ser mapeadas para que se crie uma representação da mente humana como produtora de ideias preciosas.

No entanto, não há nada tão fundamental ao futuro humano quanto os acidentes mentais. O acidente mental é a poeira que entra por acaso na ostra do cérebro, a despeito das conchas fechadas da caixa craniana. De chofre, a matéria delicada que vive no interior do crânio é perturbada, incomodada, ameaçada pelo corpo estranho que lá entrou; a ostra que vegetava em paz dispara o alarme e procura defender-se. Ela inventa uma substância maravilhosa, o nácar, e nela envolve a partícula intrusa para incorporá-la e cria assim a pérola.⁷¹ (NOTHOMB, 2001, p. 19)

A narradora do livro de Amélie Nothomb, como se observa, assume a tarefa de guiar a interpretação do leitor no processo de interpretação da analogia entre a mente humana (alvo) e a uma ostra (base) que propõe, baseando-se, para tanto, no estabelecimento de algumas correspondências: a partícula intrusa é como uma ideia que, causando incômodo, inesperadamente invade a mente de um indivíduo; o nácar corresponde à reflexão humana, capaz de dar acabamento refinado à ideia, despojando-a de seu caráter bruto inicial; a pérola corresponde à reflexão concluída, conseguida por meio do esforço da reflexão, que tem por mérito conseguir que o pensamento, considerado um corpo estranho à mente do indivíduo em seu estado inicial, seja incorporado a ela e já não lhe cause desconforto.

⁷¹ Tradução livre de: “Or, il n’y a rien d’aussi fondamental dans le devenir humain que les accidents mentaux. L’accident mental est une poussière entrée par hasard dans l’huître du cerveau, malgré la protection des coquilles closes de la boîte crânienne. Soudain, la matière tendre qui vit au coeur du crâne est perturbée, affolée, menacée par cette chose étrangère qui s’y est glissée ; l’huître qui végétait en paix déclenche l’alarme et cherche une parade. Elle invente une substance merveilleuse, la nacre, en enrobe l’intruse particule pour s’incorporer et crée ainsi la perle.”

A indicação de quais são as correspondências que subsidiam o estabelecimento da analogia visa impor limites à interpretação, em uma tentativa de delimitação de quais serão as características da base que deverão ser transferidas para o alvo, a fim de que a interpretação da analogia possa ser construída conforme os desígnios do sujeito que a propôs, limitando-lhe os prolongamentos.

Nesse sentido, evidencia-se uma faceta estratégica da identificação das correspondências entre alvo e base: se por um lado ela parece ter caráter revelador de uma interpretação obscura, ela embute em si a busca pela adesão a uma determinada concepção de base e alvo. No caso da analogia construída pela narradora do livro de Amélie Nothomb, por exemplo, revela-se uma visão de mundo segundo a qual as ideias podem ser inicialmente incômodas para a mente humana, que, entretanto, após a reflexão, podem resultar em algo precioso — como as pérolas — já não mais causador de sofrimento.

O ato de identificar as características a serem mapeadas da base para o alvo poderia, portanto, ser concebido como um procedimento de controle do discurso, de guia para a interpretação de uma analogia, limitando-lhe os sentidos possíveis.

Em sua reflexão sobre os procedimentos de controle do discurso, Foucault (1999) descreve o comentário, que é um dos diversos princípios de “rarefação” (p. 26) do discurso. O comentário costuma ocorrer em associação a conjuntos de discursos nos quais se costuma identificar uma riqueza de significação ou um segredo que se deseja revelar. É o caso, por exemplo, dos textos dos livros sagrados ou das leis.

O filósofo e historiador francês identifica, entre o texto original e o comentário, um desnível que cumpre duas finalidades solidárias: de um lado, os comentários de um texto permitem a criação de novos discursos, que o atualizam e funcionam como uma espécie de ratificação de sua riqueza; por outro, têm por função expressar o que enfim significa um determinado texto, dizendo, de forma paradoxal, pela primeira vez aquilo que (pretensamente) já havia sido dito.

Em se tratando de analogias, conforme se depreende da análise dos excertos de Nothomb, Pondé e Lula, o comentário com relação ao que diz uma analogia funciona como um mecanismo de estabilização de significado, como uma

maneira de procurar garantir que a analogia atenderá aos objetivos comunicativos daquele que a enuncia. Assim, ao construir a analogia *a mente é como uma concha*, a narradora de Nothomb percebe ser necessário esclarecer como julga que sua interpretação deve ocorrer. De forma similar e tendo por base a instabilidade da analogia, Lula e Pondé constroem conclusões muito distintas com base na analogia *Lula é como uma jararaca*.

Os discursos de Nothomb, Pondé e Lula têm em comum o fato de os comentários sobre as analogias procurarem indicar as características a serem transferidas da base para o alvo. Ao apontar similaridades, esses comentários funcionam não apenas de modo a procurar estabilizar o significado das analogias, mas também como uma forma de procurar afirmar a validade delas, visto que elas se fortalecem conforme sejam mais numerosas (e identificáveis) as similaridades entre alvo e base (GENTNER, 1983). Além disso, o comentário procura estabelecer os limites da analogia, de modo a deixar claro quais são as características passíveis de serem mapeadas, para que não se espere, de uma dada analogia, extensão maior do que aquela que ela efetivamente tem. Dessa forma, pode-se dizer que o comentário tem função argumentativa importante no processo de negociação de significados que é tributário do uso de analogias em situações de comunicação.

4.2.4 A dimensão discursiva do processo de avaliação

De acordo com a descrição de analogias empreendida por Holyoak, Gentner e seus respectivos colaboradores, o processo de avaliação compreende o julgamento das analogias e das inferências por ela possibilitadas (GENTNER & SMITH, 2013), de modo que elas possam ser endossadas ou refutadas. Conforme se argumentou anteriormente, os trabalhos desenvolvidos por esses pesquisadores tendem a privilegiar o ponto de vista do processamento mental do indivíduo, ao passo que, no âmbito dos Estudos Discursivos, sobretudo aqueles ligados a investigações de ordem cognitiva, há preferência por observar as relações entre discurso e sociedade, sem desconsiderar sua dimensão mental.

Conforme proposta de Gentner e Smith (2012), a avaliação das analogias submete-se aos seguintes critérios:

- (1) a correção factual e a adaptabilidade ao domínio-alvo;
- (2) o objetivo da analogia; e
- (3) potencial informacional.

Não é surpreendente que, tendo em vista os objetivos das análises de analogias a que procederam os pesquisadores vinculados à Psicologia Cognitiva, a avaliação seja vista como um conduta mormente individual de um sujeito com relação a uma analogia por ele proposta. Assim, de acordo com os critérios postulados por Gentner e Smith, discutidos no capítulo anterior, são consideradas adequadas as analogias relevantes para a consecução de objetivos, cuja base pareça adequada para explicar o alvo e das quais decorra uma quantidade de informação nova avaliada como satisfatória e verdadeira.

Na impossibilidade de atender plenamente a esses requisitos, as analogias tenderão a ser descartadas pelo sujeito que a cria, que poderá buscar outras maneiras de compreender o mundo e gerar conhecimento. O movimento do sujeito é bastante similar ao do eu-lírico do Soneto 18, de William Shakespeare, que constrói analogias como forma de descrever o ente amado e, não conseguindo alguma que lhe permita apreender seu encanto, rechaça-as.

Soneto 18

Comparar-te com um dia de verão?
Tens mais doçura e mais amenidade:
Flores de maio, ao vento rude vão
Como o estio se vai, com brevidade:
O sol às vezes em calor se exalta
Ou tem a essência de ouro sem firmeza
E o que é formoso, à formosura falta,
Por sorte ou por mudar-se a natureza.
Mas teu verão eterno brilha a ver-te
Guardando o belo que em ti permanece.
Nem a morte rirá de ensombrecer-te,
Quando em verso imortal, no tempo cresces.
Enquanto o homem respire, o olhar aqueça,
Viva o meu verso e vida te ofereça.

No entanto, considerando-se a dimensão mais propriamente discursiva de seu uso, faz-se necessário pensar a analogia com relação ao *outro*, concebido

como sujeito a quem se dirige o discurso. Com efeito, em situações de interação, nas quais a analogia participa da negociação de significados, é indispensável levar em conta a avaliação do outro, daquele a cuja persuasão se aspira. A persuasão do outro, que se traduz no assentimento com relação a uma analogia proposta por outrem e às inferências dela decorrentes, é peça essencial para que uma argumentação que ocorra por meio de raciocínio analógico prospere.

Dessa forma, assim como se postula que o significado é construído na interação, é necessário que se defenda também que a avaliação é construída colaborativamente na interação.

Conforme indicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]), a analogia tem natureza instável. Pode ocorrer, por exemplo, que a analogia proposta por um dos participantes da interação seja prolongada por outro, a fim de evidenciar pontos em que alvo e base são dessemelhantes, o que pode resultar na ideia de que uma analogia que parecesse inicialmente adequada passe a ser considerada inservível para explicar um determinado alvo. Nas palavras desses autores:

Pode acontecer que a analogia, em vez de ser prolongada até o fim pelo autor, o seja por seu crítico, que dela tira um meio de refutação, tanto mais eficaz por ser o material conceitual tomado de empréstimo ao adversário. [...] Esse modo de refutação pressupõe que sempre se tem o direito de prolongar uma analogia para além da primeira afirmação e que se, por causa desse prolongamento, ela se volta contra o autor, ou se torna inadequada, é porque já o era desde o início. [...] A refutação jamais é coercitiva, pois se poderia recusar admitir esse prolongamento; entretanto, ela põe em evidência a fragilidade e a arbitrariedade da analogia primitiva. Aí está o seu principal interesse. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 440-441)

A possibilidade de refutação de uma analogia, fruto de sua instabilidade, deve basear-se, para que tenha força argumentativa, em uma análise da relação entre alvo e base que revele sua inconsistência ou arbitrariedade.

Nesse sentido, a analogia pode corresponder, em situações de interação, a uma fonte de conflito, tendo em vista o fato de que é possível que um participante da interação não convencido a respeito da adequação da analogia ou consciente de que a analogia não atende a seus interesses a conteste, o que ocorrerá sobretudo por meio do questionamento da isomorfia entre alvo e base, do qual resulta a identificação de dessemelhanças.

Pode ocorrer, além disso, como na reação de Pondé ao discurso de Lula, analisada anteriormente, que se ratifique uma determinada analogia apenas para retirar dela conclusões diversas daquelas pretendidas a princípio por seu enunciador. A plasticidade das analogias, fator que possibilita sua participação em processos de negociação de significados, decorre do fato de elas não dependerem de semelhanças entre base e alvo dadas *a priori*. Com efeito, o valor cognitivo de uma analogia está em trazer à luz (ou mesmo criar) relações que mostrem (ou deem a impressão de mostrar) como as coisas do mundo são.

Dessa forma, o exame de uma analogia não se pode restringir à identificação de similaridades dadas anteriormente, visto que estas, muitas vezes, emergem do próprio raciocínio analógico (BLACK, 1962; ITKONEN, 2005). Parece ser este o caso, por exemplo, da analogia *Lula é como uma jararaca*, para a qual Pondé e Lula indicam interpretações diferentes em seus discursos. Observa-se, dessa forma, que o caráter fragmentário da percepção da realidade está intimamente relacionado às relações que esta estabelece com a cognição e a linguagem.

Procedemos, no capítulo a seguir, às análises das analogias utilizadas pelos locutores durante o debate ocorrido no âmbito da CDH do Senado Federal.

CAPÍTULO V – ANÁLISES - ANALOGIAS, NICHOS ANALÓGICOS E AMÁLGAMAS COMO ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS NO DEBATE PARLAMENTAR

Analizamos, neste capítulo, as analogias utilizadas como forma de argumentação pelos senadores ao longo do debate a respeito do PLC 122/2006, ocorrido na CDH do Senado Federal.

A observação do *corpus* permitiu a detecção de diversas analogias, as quais serão agrupadas por blocos temáticos e analisadas nos itens 5.1 e 5.2. O item 5.3 será dedicado à descrição das justaposições de analogias, que propomos denominar nichos analógicos e amálgamas.

5.1 A população LGBT como grupo estigmatizado

Em termos quantitativos, chama a atenção a profusão de analogias com potencial de conduzir à conceptualização da população LGBT como um grupo estigmatizado. De modo geral, a busca pela associação da pertença à população LGBT ao estigma ocorreu por meio do pareamento do domínio *ser LGBT* com outros domínios marcados por estigma e/ou caracterizados por serem socialmente vulneráveis, tais como negros, mulheres e pessoas com deficiência.

Nos itens a seguir, procedemos à análise das analogias criadas nesses termos, dando especial atenção àquelas que se constituíram como objeto de dissenso ao longo do debate.

5.1.1 Ser LGBT é como ser negro

Com efeito, chamou a atenção a insistência com que a pertença à população LGBT e a pertença à população negra são selecionadas para compor os domínios das analogias ao longo do *corpus*.

Já na fala de Marta Suplicy, que se seguiu à abertura do debate, feita por Paulo Paim, a analogia aparece nos seguintes termos:

(15)

o que são direitos humanos?... esse projeto atenta exatamente para direitos humanos... é o projeto que combate a discriminação em três áreas basicamente... na área do trabalho... quando você não vai mais poder discriminar uma pessoa... que chegue e peça: um emprego e você diga... você é homossexual⁷² eu não te dou o emprego... não vai mais poder fazer isso... assim como hoje se eu vou pedir um emprego... e sou negra... a pessoa disser pra mim que não vai dar o emprego porque eu sou negra... ela tá incorrendo num crime... é exatamente a mesma coisa ((aplausos e gritos))

(linhas 50 a 58)

O que se observa, neste excerto, é uma analogia que se marca linguisticamente pelos usos das expressões sublinhadas no excerto “assim como” e “é exatamente a mesma coisa”, que enfatizam a existência de similaridade entre os membros da população LGBT (base) e os da negra (alvo). Ao lançar mão dessa analogia, a qual será instanciada diversas vezes ao longo do debate, a senadora procura enfatizar a ideia de que tanto aqueles quanto estes são discriminados e que a aprovação do PLC 122/2006 consistiria, pois, em uma forma de proteção contra a discriminação que afeta a população LGBT, segundo a própria senadora, conforme podemos depreender do excerto que segue:

(16)

por exem/se uma pessoa homossexual... é atacada na Avenida Paulista -- que hoje é uma coisa que está sendo bastante frequente -- e com um chute com um xingo... uma quebra de BRAço... uma lesão desse tipo... o policial simplesmente dá de ombros como tem feito frequentemente... com esta lei ele não mais poderá dar de ombros... como não dá de ombros... se uma pessoa negra é desacaTAda... ou chutada ou xingada... ele leva essa pessoa à delegacia...

(linhas 102 a 109)

O conectivo “como” sublinhado no excerto, além dos dois identificados anteriormente, marcam a analogia e enfatizam pontos em comum: se a população LGBT recebesse as mesmas proteções que foram dadas à população negra, segundo a senadora, aquela, como esta, poderia contar com a proteção da Polícia.

⁷² O uso reiterado de “homossexual” parece dever-se muito mais à proeminência que esta parcela da população LGBT conquistou do que a um esforço de separar homossexuais das outras pessoas LGBT. Consideramos, então, para fins de análise, que o uso do termo “homossexual” é feito de forma metonímica e faz referência também a bissexuais e transgêneros.

Em trecho posterior a este, a senadora conjectura a respeito dos impactos da aprovação do PLC 122/2006 nos seguintes termos, no qual “como” novamente aparece como marca de analogia:

(17)

nós temos tido aumento do crime do assassiNato do/da humilhação... e casos assim espantosos como:... dois homens que andavam abraçados numa cidade do interior de São Paulo e um deles teve a orelha decepada... porque acharam que era um co/um casal gay... e era PAI e Filho abraçados... essas situações são situações... que um projeto como esse... vai inibir... eu não diria que vai acabar... como o racismo não acabou nesse país... como tanta discriminação não acabou... com tanta coisa... ((aplausos e gritos)) mas vai ajudar... vai ajudar... e é por isso... quando alguns também dizem que esse projeto... não acrescenta... é um projeto inócuo... não é inócuo... ele vai inibir a discriminação...

(linhas 109 a 118)

Novamente, o que se observa é que a senadora mantém sua argumentação no sentido de defender que a pertença à população negra e à LGBT são semelhantes. Tendo em vista os três últimos excertos, que integram o primeiro pronunciamento de Marta Suplicy durante a sessão sob análise, podem ser depreendidas diversas semelhanças, as quais cancelariam a analogia *ser LGBT é como ser negro*, dentre as quais destacamos: (1) a população LGBT, assim como a negra, sofre discriminação; (2) a lei antirracismo é semelhante à lei contra a LGBTfobia, visto que combate a discriminação; e (3) os efeitos do PLC 122/2006, se aprovado, seriam semelhantes aos da lei antirracismo.

A identificação de similaridades entre os domínios *ser LGBT* e *ser negro* não é acidental, mas parece, antes, ser base para dois movimentos argumentativos complementares. Em um primeiro momento, o pareamento de domínios realizado por Marta Suplicy parece explorar o potencial de proceder a (re)categorizações típico das analogias categoriais postuladas por Platin (2011), isto é, o pareamento sugere que *ser LGBT* consiste, assim como *ser negro*, em uma característica inata estigmatizada socialmente; tal categorização permite que, em um segundo momento, sejam construídas diversas inferências: negros são um grupo discriminado; a discriminação que sofrem é vedada pela legislação; a população LGBT também é discriminada; logo, a discriminação que sofrem também deve ser proibida pela legislação. A analogia participa, assim, da construção das premissas que embasam o raciocínio de Marta Suplicy. Trata-se, assim, de um argumento por analogia, a respeito do qual Macagno (2017, p. 465) afirma o seguinte:

Esta comparação [entre dois objetos ou sistemas de objetos, que enfatiza aspectos que são julgados similares] é a base para um tipo específico de raciocínio, o raciocínio analógico, que pode ser usado para embasar conclusões no assim chamado argumento por analogia [...]. Este tipo de argumento pode ser resumido pela máxima dialética que Boécio expressou nos termos de “com relação a similares, o julgamento é único e idêntico” [...].⁷³

O argumento por analogia prototípico, de acordo com Walton, Reed e Macagno (2008, p. 315), pode ser esquematizado em termos de uma premissa maior, uma premissa menor e uma conclusão:

Premissa maior	C1 é similar a C2.
Premissa menor	Proposição (ou propriedade) A é verdadeira (ou falsa) com relação a C1.
Conclusão	Proposição (ou propriedade) A é verdadeira (ou falsa) com relação a C2.

Quadro 9 – a estrutura do argumento por analogia, de acordo com Walton, Reed e Macagno (2008)

Nesse caso, C1 equivale a *ser negro*, e C2, a *ser LGBT*. As proposições julgadas verdadeiras por Marta Suplicy com relação a C1 (e que ela deseja que sejam julgadas verdadeiras também com relação a C2) poderiam ser enunciadas nos seguintes termos:

- A) negros são vítimas de discriminação;
- B) negros são protegidos por legislação específica.

Com efeito, a estrutura da analogia, que possibilita a compreensão de um domínio-alvo por meio da identificação de similaridades com o domínio-base, favorece, assim, que Marta Suplicy a utilize para procurar defender que tanto negros quanto pessoas LGBT sejam considerados indivíduos em situação de vulnerabilidade decorrente do desprestígio ligado à negritude, à homossexualidade, à bissexualidade e à transexualidade.

Plantin (2013), no entanto, salienta que os pressupostos de que um raciocínio depende para que possa levar a inferências depende da cooperação

⁷³ Tradução livre de: “This comparison is the ground of a specific type of reasoning, analogical reasoning, which can be used to support a conclusion in the so-called argument from analogy [...]. This type of argument can be summarized in the dialectical maxim that Boethius expressed as ‘regarding similar, the judgment is one and the same [...]’.

alheia, a qual seria característica sobretudo de uma interação em contexto consensual. Por um lado, a compreensão do raciocínio analógico depende da existência de saberes e crenças compartilhados; por outro, todo argumento aspira a ser aceito como conhecido por todos.

Dessa forma, postular a analogia e simplesmente pressupor que a semelhança entre os domínios — apresentadas como verdadeiras, e não como objeto de polêmica — é aceita pelos interlocutores parece relacionar-se com um desejo de aceitação das conclusões a que o raciocínio conduz. A construção da analogia consiste, pois, em um procedimento estratégico. O pressuposto de que negros e pessoas LGBT são comparáveis, base do raciocínio de Marta Suplicy, não é compartilhado pelo senador Magno Malta, conforme se observa a seguir.

5.1.1.1 Analogia e dissenso: a questão do arbítrio

Enfatizamos anteriormente que a avaliação consiste um importante processo no que respeita à construção de analogias. Na interação, a avaliação desfavorável de uma analogia costuma ocorrer na forma de expressão de dissenso. De um ponto de vista sociocognitivo, inspirando-nos na teoria de Van Dijk (2014), poderíamos dizer que as expressões de dissenso que ocorrem ao longo do *corpus* são sintomáticas da existência de modelos mentais diferentes (possivelmente inconciliáveis) a respeito dos temas debatidos.

Considerando-se que os domínios da analogia são modelos mentais e, portanto, são concebidos de maneiras semelhantes — nunca idênticas — por indivíduos diferentes, chega-se à conclusão de que eles podem consistir em base para que se estabeleça o dissenso, o qual é expresso por meio de diversos expedientes linguístico-discursivos, entre os quais está a analogia.

O dissenso, sobretudo em uma situação de deliberação, que é marcada por intenso exercício da argumentação, além de indicar uma variação significativa no que respeita aos modelos mentais que os debatedores criam sobre as coisas do mundo, sugere também o desejo de modificar os modelos mentais dos interlocutores e de fazer que estes integrem, juntamente com os debatedores, uma

comunidade epistêmica. É o que ocorre quando Magno Malta, logo após Marta Suplicy, toma a palavra para fazer considerações a respeito da aceitabilidade do PLC 122/2006:

(18)
gostaria de esclarecer ainda que índio... não pediu para nascer índio... negro que é tão... chamado todas as horas para fazer comparação para justificar esse projeto... e não deveria fazê-lo porque negro não pediu/não fez opção para ser negro... negro nasceu negro... eu nasci negro minha mãe nasceu negra...eu não fiz opção para ser negro... japonês não fez opção para ser japonês... nem deficiente... portador de deficiência fez opção para ser portador de deficiência... não pode comparar... eh raça... não se pode comparar com quem fez a opção por ser homossexual... há que se respeitar porque o homem... pode fazer () seu desígnio e sua decisão... o indivíduo pode fazer a opção para ser o que ele quiser... e pode requerer direitos... a única coisa que o homem não pode... ((aplausos))⁷⁴

(linhas 229 a 240)

No contexto do debate, o excerto (18) corresponde a um segmento da fala de Magno Malta, a qual pode ser tomada como uma resposta ao parecer de Marta Suplicy, que, sendo a relatora da matéria, foi a primeira senadora a se posicionar com relação ao PLC 122/2006. Malta foi o segundo membro do senado a se pronunciar a respeito da questão no debate sob análise. No segmento, o senador salienta as dessemelhanças que ele julga existir entre ser LGBT e ser negro, indígena ou japonês, construindo, portanto, uma desanalogia. Neste processo, ocorre o alinhamento de base e alvo para que, ao invés das semelhanças estruturais entre eles, sejam mapeadas diferenças. Em outras palavras, negam-se as semelhanças para as quais a analogia criada anteriormente aponta.

Como se depreende de (18), a etnia corresponde, para o senador, a um aspecto da identidade humana que independe do arbítrio, ao passo que a orientação sexual corresponderia a um fruto dos designíos humanos. Trata-se de modelos mentais diferentes do que seja orientação sexual. É o próprio senador Magno Malta que afirma, à linha 290, que “o homem é aquilo que ele decide ser...”, enunciado que parece corresponder, *grosso modo*, a uma síntese dos argumentos expostos no sentido de viabilizar a compreensão pertença à população LGBT como uma condição ligada à possibilidade de escolha. Dessa forma, a desanalogia utilizada por Malta

⁷⁴ Magno Malta seleciona, neste trecho, três grupos para compor um domínio-base de analogias em que *ser LGBT* ocupará posição de domínio-alvo, a saber, os negros, os japoneses e as pessoas com deficiência. Nesta seção, tratamos especificamente do domínio-base *ser negro*, visto que ele consiste em objeto de dissenso entre os senadores, e tratamos das analogias que envolvem outros grupos nas seções seguintes. Acreditamos propiciar, dessa forma, uma análise mais pormenorizada e favorecer sua compreensão.

funciona como uma avaliação negativa com relação à analogia de que Marta Suplicy lançou mão para construir sua argumentação, a qual se marca linguisticamente por meio na frase “não se pode comparar com quem fez a opção por ser homossexual”, sublinhada em (18).

Importa observar que Marta Suplicy não havia, até então, selecionado o traço *opção* para ser mapeado do domínio-fonte *ser negro* para o domínio-alvo *ser LGBT*. A refutação da analogia utilizada por Marta Suplicy levada a cabo por Magno Malta baseia-se, assim, em uma extensão. Malta parece, nesse sentido, utilizar-se estrategicamente da instabilidade da analogia, da qual tratam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]), para proceder a uma extensão dela que ele pudesse utilizar para construir sua refutação. Isso significa que o caráter não opcional da pertença à população LGBT, que até então havia sido deixado no domínio do implícito por Marta Suplicy, foi identificado por Malta, que o enunciou explicitamente. Coube, assim, a Magno Malta identificar essa inferência potencial, propiciada pela analogia de Marta Suplicy, e transformá-la em um ponto de dissenso que embasou grande parte de sua argumentação contrária à aprovação do PLC 122/2006, da qual o excerto (18) é amostra.

Foi somente ao final do debate que Marta Suplicy expressou de modo explícito sua crença na ideia de que ser LGBT não constitui uma opção: “[...] tendo profundamente estudado a questão... realmente a homossexualidade... no meu entender não é uma opção” (linhas 1185 a 1187). Pessoas LGBT têm, pois, de acordo com a senadora, suas orientações sexuais e identidades de gênero determinadas por fatores que não estão ligados ao arbítrio.

A análise dos procedimentos analógicos utilizados por Marta Suplicy e Magno Malta revela, assim, que os modelos mentais de pessoa LGBT dos senadores são bastante distintos: enquanto a senadora propõe, por meio da sua argumentação por analogia, a categorização da pertença à população LGBT no grupo das características não optativas e socialmente desprestigiadas, o senador defende, por meio de mecanismos analógicos, que a pertença ao grupo LGBT seja considerada uma *opção* — em oposição a uma característica sobredeterminada — que causa a discriminação.

A etnia e a discriminação dela decorrente seriam, nesse sentido, para Malta, inescapáveis, ao passo que a pertença à população LGBT e, conseqüentemente, a discriminação que dela decorre seriam evitáveis. Ao apontar para esta pretensa dessemelhança, Malta sugere que, embora a discriminação seja um problema, ela poderia ser evitada pela adesão a condutas heterossexuais. É corolário dessa comparação o compartilhamento da culpa entre vítimas de discriminação e aqueles que as discriminam, visto que aquelas poderiam, segundo o ponto de vista do senador, evitar o sofrimento a que são expostas por estes se adotassem a heterossexualidade como padrão de comportamento. Ao agir dessa maneira, o senador não questiona a noção corrente de que a heterossexualidade é o padrão que deve ser seguido pelos membros da sociedade, mas, pelo contrário, referenda-a, assumindo uma posição heteronormativa.

Além disso, é possível observar, nos segmentos de fala dos senadores, a materialização de um embate ideológico. O senador, ao salientar as dessemelhanças que acredita haver entre a homossexualidade e a pertença a etnias, procura neutralizar os argumentos que têm por base as semelhanças entre essas duas condições, os quais, segundo ele, são bastante comuns. Assim, de acordo com Malta, a analogia entre *ser negro* e *ser LGBT*, utilizada por Marta Suplicy para defender que a LGBTfobia seja criminalizada, assim como ocorreu com o racismo, é falaciosa e não deveria, portanto, ser levada em conta para que as decisões acerca do PLC 122/2006 fossem tomadas.

Ressalte-se, além disso, que o senador se coloca, em seu discurso, como membro da etnia negra, sugerindo que ele é vítima de estigma e que, por conhecê-lo bem, está habilitado para falar sobre discriminação. Deste modo, evidencia-se o valor argumentativo da seleção da etnia negra para compor a base da analogia. Malta parece, assim, atuar estrategicamente ao selecionar a etnia negra para compor a base do raciocínio analógico.

Em seu discurso, a senadora Lídice da Mata, assim como Marta Suplicy, recorre à analogia *ser LGBT é como ser negro*; diferentemente desta, no entanto, aquela o faz para refutar o argumento de que a homossexualidade corresponde a uma manifestação dos desígnios humanos, conforme se observa a seguir:

(19)

quando há uma afirmação... de que:: a homexe/a homexe/a homosse/a homossexualidade é uma escolha... ela também não é uma unanimidade... há na ciência... claramente... correntes que defendem... que não uma esCOLha o homossexualismo... que o homossexu/que o homossexual NASce homossexual... como o negro nasce negro... há portanto uma ((aplausos)) diverGÊNCia...

(linhas 742 a 747)

A senadora parece referir-se, nesse excerto, especificamente a Magno Malta, ainda que não o nomeie, quando faz referência à afirmação de que a ser uma pessoa LGBT é uma escolha, visto que este senador havia sido o único, até este momento do debate, que havia apresentado tal tese. Lídice da Mata, afirma apenas que não há consenso quanto ao fato de que ser LGBT consiste em uma opção e, retomando a analogia utilizada anteriormente por Marta Suplicy (*ser LGBT é como ser negro*), a qual é marcada em (19) pelo uso de “como”, redireciona a argumentação. Observe-se o segmento (20), também extraído da fala de Lídice da Mata:

(20)

a PRÓpria lei no Brasil determina... que quem é negro é aquele que se aFIRma negro... EU me afirmo NEgra... EU... o senador Magno Malta... o senador eh... Paulo Paim... mas há gente com pele mais escura do que a minha... que pode dizer que não é negro... ou gente que tem o mesmo sangue que eu tenho [...] e que não se afirmam negros... se dizem e preferem se dizer brancos... ora há toda uma discussão em torno dessa questão... mas ela não esconde uma coisa... HÁ raCISmo no Brasil

(linhas 755 a 764)

Diferentemente do que fora feito por Marta Suplicy, que não havia, até então, dito claramente se considerava que o traço *não ser opcional* fosse compartilhado pelos domínios *ser negro* e *ser LGBT*, Lídice da Mata encaminha sua argumentação no sentido de defender que a reflexão sobre o arbítrio não é relevante para a análise do PLC 122/2006.

Para tanto, a senadora procede à identificação de duas semelhanças para cancelar sua analogia, quais sejam, a discriminação e a possibilidade de se autodeclarar membro de um grupo estigmatizado. Dessa forma, a senadora sugere que pessoas LGBT, assim como negros, podem se autodeclarar membros desses grupos, que são estigmatizados.

Observe-se, além disso, que, assim como Magno Malta fizera anteriormente, Lídice da Mata se coloca como membro da comunidade negra, o que

pode causar a impressão (mais ou menos fundamentada), junto aos interlocutores, de que ela tem conhecimento sobre a discriminação que vitima negros no Brasil e que, portanto, tem autoridade para debatê-lo no âmbito da CDH.

Em suas últimas considerações a respeito da necessidade e importância da aprovação do PLC 122/2006, Marta Suplicy volta a utilizar a analogia *ser LGBT é como ser negro*, conforme se depreende dos segmentos (21) e (22) a seguir, proferidos pela relatora já ao fim do debate:

(21)

porque... se a pessoa não pode hoje dizer para alguém... olha... eu não te emprego porque você é negro... ela também não vai poder dizer para o homossexual... e assim como hoje se ela não quiser aquela pessoa ela vai dar o motivo que ela quiser... e se a outra não se sentir satisfeita VAI entrar na justiça... e o juiz vai decidir... a MESma coisa vai ser... e a mesma coisa vai ser provada ou não provada... essa proteção o homossexual tem que ter sim senador... ((aplausos))

(linhas 1279 a 1275)

(22)

e o que nós temos agora... é que a lei existente não está dando conta... não vai acabar com a homofobia como a lei do racismo não acabou com o racismo... inibe... e nós precisamos disso... para nós termos uma sociedade... mais civiliZAda...

(linhas 1319 a 1323)

As expressões sublinhadas “assim como”, “mesma coisa vai ser” e “como”, de modo similar ao que aconteceu nos trechos (15), (16) e (17), que também eram segmentos da fala da relatora, sugerem um desejo, da parte de Marta Suplicy, de marcar as semelhanças entre o domínio-base *ser negro* e o domínio-alvo *ser LGBT*, em uma reiteração clara de desacordo com relação à defesa de que ser LGBT corresponde a uma opção levada a cabo por Magno Malta ainda no início do debate sobre o projeto de lei.

Averigua-se, dessa forma, que os senadores, em suas argumentações, utilizam os procedimentos analógicos de modo estratégico, procurando selecionar, para a transferência da base para o alvo, as semelhanças que colaboram para a defesa de seus pontos de vista, a fim de argumentar favorável ou contrariamente à aprovação do PLC 122/2006.

Ratifica-se, nesse sentido, o caráter deformante das analogias com relação aos alvos, que passam a ser compreendidos em função das semelhanças com a base. Concebido dessa forma, o uso argumentativo de analogias corresponde, na prática, a uma tentativa de manipulação dos modelos mentais que os participantes do debate e o auditório têm a respeito do que significa ser LGBT, ser negro e de quais são as implicações da aprovação da lei. O dissenso pode ser descrito, nesse sentido, como uma busca pela categorização do domínio *ser LGBT* e pelo desejo de que essa categorização seja aceita pelos interlocutores dos debatedores.

5.1.2 Ser LGBT não é como ser japonês ou nipodescendente

No excerto (23), reproduzido novamente a seguir, Magno Malta seleciona *ser japonês ou nipodescendente*⁷⁵ para ser base de uma desanalogia, em que *ser LGBT* corresponde ao domínio-alvo.

(23)

gostaria de esclarecer ainda que índio... não pediu para nascer índio... negro que é tão... chamado todas as horas para fazer comparação para justificar esse projeto... e não deveria fazê-lo porque negro não pediu/não fez opção para ser negro... negro nasceu negro... eu nasci negro minha mãe nasceu negra...eu não fiz opção para ser negro... japonês não fez opção para ser japonês... nem deficiente... portador de deficiência fez opção para ser portador de deficiência... não pode comparar... eh raça... não se pode comparar com quem fez a opção por ser homossexual... há que se respeitar porque o homem... pode fazer () seu desígnio e sua decisão... o indivíduo pode fazer a opção para ser o que ele quiser... e pode requerer direitos... a única coisa que o homem não pode... ((aplausos))

(linhas 229 a 240)

Da mesma forma que procedeu com relação ao domínio *ser negro*, Magno Malta constrói uma desanalogia, na medida em que nega a possibilidade de mapeamento de semelhanças da base para o alvo, uma vez que não reconhece que elas existam. Assim, o senador identifica como semelhança entre os domínios o traço *não ser opcional* apenas para, em seguida, negar que esta seja uma semelhança, conforme se depreende do trecho “japonês não fez a opção para ser japonês” (linhas

⁷⁵ A palavra *japonês* (e outras dela derivadas) é utilizada indistintamente, no registro informal do português brasileiro, para fazer referência tanto a indivíduos com ascendência japonesa, malgrado o fato de terem cidadania brasileira, quanto a indivíduos com nacionalidade japonesa. A fim de contemplar ambas as condições, optamos por denominar o domínio-base selecionado por Malta como *ser japonês ou nipodescendente*.

233 e 234). O senador procura fortalecer, assim, a tese de que ser LGBT é opcional, já detalhada no item 5.1.1, para, dessa forma, procurar deslegitimar a aprovação do PLC 122/2006.

5.1.3 Ser LGBT não é como ser índio

O excerto (23) permite ainda que se depreenda o pareamento entre *ser LGBT* (alvo) e *ser índio* (base), que é construída por Magno Malta com o intuito de afirmar que orientação sexual e identidade de gênero consistem em opções, diferentemente da pertença a uma etnia. Por meio de uma desanalogia (*ser LGBT não é como ser índio*), o senador busca referendar a ideia de que o PLC 122/2006 não deve ser aprovado, tendo em vista o fato de que as pessoas LGBT são discriminadas em função de seus próprios desígnios.

5.1.4 Ser LGBT é como ser pessoa com deficiência⁷⁶

Ainda no segmento (23), Magno Malta seleciona, para construir uma desanalogia, o domínio-alvo *ser LGBT* e o domínio-fonte *ser pessoa com deficiência* ao afirmar que “[diferentemente das pessoas LGBT] portador de deficiência não fez opção para ser portador de deficiência”. Tal desanalogia, em conjunto com *ser LGBT não é como ser negro* e *ser LGBT não é como ser japonês ou nipodescendente*, corrobora a tese do senador de que a pertença ao grupo LGBT está ligada ao arbítrio.

Em um segundo momento, Magno Malta retoma os domínios *ser LGBT* e *ser pessoa com deficiência*, mas, dessa vez, identifica uma semelhança entre eles, qual seja, o fato de, segundo ele, a violência vitimar tanto as pessoas LGBT quanto as com deficiência.

(24)

quem agride homossexual no Brasil... agride aposentado... quem mata um homossexual hoje mata um portador de deficiência... a senadora Marta falou que

⁷⁶ Embora as expressões “deficiente” e “portadores de deficiência” sejam utilizadas intercambiável e reiteradamente ao longo do *corpus* pelos debatedores, optamos, neste trabalho, por utilizar a expressão “pessoa com deficiência”, que teve seu uso consagrado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela lei federal 13.146, de 06/07/2015.

os homossexuais continuam agredidos na Avenida Paulista.... os mendigos também senadora... as crianças em São Paulo o seu estado continuam abusadas...

(linhas 259 a 263)

Trata-se, novamente, de um raciocínio por analogia. A premissa maior é que *ser LGBT é como ser pessoa com deficiência*; a premissa menor corresponde ao fato de que pessoas LGBT e pessoas com deficiência são vítimas de violência; as possíveis conclusões, nesse caso, são que o PLC 122/2006 deveria oferecer proteção também as pessoas com deficiência e que o projeto de lei não pode, portanto, ser considerado justo. A inferência que Malta faz com base nessa analogia é que não há motivo para proteger as pessoas LGBT com uma legislação específica, visto que elas não são as únicas vítimas de agressões frequentes. Sugere-se, dessa forma, que as consequências da aprovação do projeto sejam conceptualizadas não em termos de proteção a pessoas em situação de vulnerabilidade, mas como uma espécie de privilégio de grupo, o qual é negativamente avaliado pelo senador.

Além disso, decorre do raciocínio analógico do senador a conclusão de que a violência sofrida pelas pessoas LGBT não está atrelada à pertença a esse grupo, mas ao fato de que a violência é comumente sofrida pela população em geral, a despeito de sua identidade de gênero ou de sua orientação sexual. Isso quer dizer que, para o senador, o projeto de lei seria, do ponto de vista legal e social, insuficiente para dar proteção àqueles que dela necessitam. A discriminação contra a população LGBT é conceptualizada, dessa forma, como apenas um dos elementos de um conjunto de práticas violentas com causas bastante diversificadas. Parece lícito dizer, assim, que, no modelo mental que Malta constrói, a violência sofrida por pessoas LGBT não está associada à pertença a esse grupo propriamente dita, mas ao fato de que essas pessoas integram uma sociedade que é indiscriminadamente feita vítima de violência.

Em outro momento, Magno Malta introduz, no debate sobre o projeto de lei, uma narrativa que propicia a construção de uma analogia, a saber, *ser LGBT é como ter síndrome de Down*, que pode ser considerada uma instancição da analogia *ser LGBT é como ser pessoa com deficiência*. Observe-se o segmento que segue:

(25)

desce no aeroporto e vi... [...] um cidadão rindo de um cidadão que tinha mais ou menos trinta anos de síndrome de Down... chamando ele de cara de bolacha... por

que não temos uma lei específica para proteger quem tem síndrome de Down que não pediu para nascer com síndrome de Down?... ((aplausos))

(linhas 311 a 315)

A risada dirigida à pessoa com síndrome de Down na narrativa de Magno Malta evidencia o caráter estigmatizado dessa condição. O estigma é, aliás, a semelhança evocada pela analogia, que subsidia, juntamente com as associações por ela permitidas, o questionamento do senador a respeito do projeto de lei: se assumimos que tanto pessoas LGBT quanto pessoas com síndrome de Down são vítimas de discriminação, a legislação não deveria, segundo seu ponto de vista, proteger apenas aquele grupo. Dessa forma, Magno Malta novamente procura reforçar sua tese de que o PLC 122/2006 não deve ser aprovado, pois é limitado, na medida em que não oferece proteção a outros grupos que dela necessitam.

5.1.4.1 Analogia e dissenso: a questão da agressão

Já ao fim do debate, Paulo Paim, mediador do debate, dá a Marta Suplicy tempo para que ela faça suas observações finais a respeito do PLC 122/2006 e da sessão. A relatora explicitou, então, seu dissenso com relação ao que dissera Magno Malta, conforme se pode observar a seguir:

(26)

quero ainda colocar... ah... como observação que aqui foi dito... afirmado... que não vivemos num país homofóbico... eu discordo... e quero dizer o porquê... foi mencionado por alguns senadores... que não/que assim como se agriem homossexuais... se agriem deficientes... se agriem... várias pessoas () que estão incomodando de alguma forma... é verdade... mas eu nunca vi alguém esfaquear um deficiente... porque ele é deficiente... ((aplausos e gritos de aprovação)) não vi alguém... não vi... também... -- pode até ocorrer senador Malta... mas isso é raro e dá primeira página de jornal como um escândalo gigantesco -- agora... nunca vi esfaquear... surdo porque é surdo... o senhor pode ter visto... ((falatório na plateia)) mas não é o que ocorre todo dia nesse país... ((campanha soa repetidamente))

(linhas 1211 a 1222)

Depreende-se, da manifestação de Marta Suplicy, que ela não reconhece como válida (isto é, avalia negativamente) a analogia que identifica a violência como semelhança entre pessoas LGBT e deficientes. A senadora, que chega a fazer referência direta a Magno Malta (“pode até ocorrer senador Malta”), nega que as agressões a que pessoas LGBT e pessoas com deficiência estão submetidas sejam

tipicamente as mesmas (“mas isso é raro e dá primeira página de jornal como um escândalo gigantesco”; “mas não é o que ocorre todo dia nesse país”). Assim, ao afirmar que nunca viu nenhuma pessoa com deficiência ser morta exclusivamente por conta do fato de ser pessoa com deficiência ou um surdo ser esfaqueado por ser surdo, Marta Suplicy procura refutar a analogia de Malta. Trata-se do emprego de uma analogia para refutar outra a ela precedente.

Assim, para a relatora, embora pessoas com deficiência sejam vítimas de agressão (concordância manifestada por meio da expressão “é verdade”), a analogia de Malta não deveria ser aceita em função de não levar em conta o fato de que, segundo ela, pessoas LGBT são mortas e esfaqueadas com frequência, o que não acontece com pessoas com deficiência. Em outras palavras, Marta Suplicy refuta a relevância de sofrer agressão como correspondência interdominial e sugere, em seu lugar, a adoção do *correr perigo de vida*, que inviabilizaria a analogia entre pessoas LGBT e pessoas com deficiência, visto que esta semelhança não é, segundo a senadora, compartilhada pelos dois domínios. Marta Suplicy procede, assim, a um esforço de recategorização do domínio *ser LGBT*, que, de acordo com ela, não deve ser colocado na mesma categoria de *ser deficiente*.

5.1.5 Ser LGBT é como ser mulher

Outro domínio selecionado para ocupar a posição de base com relação ao alvo *ser LGBT é como ser mulher*. A semelhança estrutural selecionada para o mapeamento entre os dois domínios, neste caso, assim como no caso da analogia com *ser LGBT é como ser negro*, é a vulnerabilidade social, isto é, o fato de que as mulheres, assim como as pessoas LGBT, sofrem violência em função da simples pertença a esse grupo. Observe-se, a seguir, um segmento do pronunciamento da senadora Marinor Brito a respeito do PLC 122/2006:

(27)

mas a minha discordância senador Magno Malta... com todo respeito... é que... embora a maioria do povo brasileiro não seja homofóbica... e não tenha aCORDo com atitudes homofóbicas... mas o Estado brasileiro não garante... aos cidadão que tenha uma orientação sexual... não uma opÇÃO sexual ((aplausos e gritos))... diferente... o diRElto de ser respeitado... ou quando... o seu direito humano é violado... ele não tem como como recorrer... e... refletindo sobre o que vossa

excelência disse... nós não teríamos por quê... já que a Constituição garante direitos... ((ouvem-se vozes ao fundo, a campainha soa em pedido de silêncio)) já que a Constituição... [...] se a Constituição fosse suficiente... e o parlamento brasileiro achasse isso ... nós não teríamos avançado em conquistas FUNDamentais...para seTOres... da população brasileira... como as crianças e os adolescentes que têm hoje o Estatuto da Criança e do Adolescente... os que lutaram pela igualdade racial que têm hoje o Estatuto da Igualdade Racial... a Lei Maria da PENha:... a população é violenta? não... o povo brasileiro não é violento... mas uma mulher é espancada a cada um minuto... nesse país... e a Lei Maria da PENha VElo afirmar positivamente... a importância das garantias constitucionais...

(linhas 444 a 489)

Trata-se, novamente, do uso de um argumento por analogia. A premissa maior é que mulheres e pessoas LGBT são similares. A premissa menor é que ambos os grupos sofrem violência. Subentende-se, pois, a conclusão da senadora: assim como ocorreu com as mulheres, também as pessoas LGBT deveriam ser protegidas por legislação específica.

O pareamento dos domínios *ser LGBT* e *ser mulher* é, na verdade, base para uma série de inferências: mulheres são um grupo estigmatizado e vitimado por agressões; a Lei Maria da Penha foi criada para proteger as mulheres das agressões; pessoas LGBT, como as mulheres, formam um grupo estigmatizado e vitimado por agressões; logo, uma lei deveria ser criada para proteger essas pessoas de agressões.

Importa observar que Marinor Brito usa da palavra logo após Magno Malta, que havia defendido não ser necessário aprovar o PLC 122/2006, uma vez que, segundo o senador, a Constituição brasileira veda a discriminação, conforme se observa em (28):

(28)
até porque já tá (na) Constituição... é crime discriminar... tá na Constituição... precisamos de outro texto? é crime discriminar... raça... cor... sexo... etnia... ((aplausos))

(linhas 214 a 216)

O dissenso com relação às ideias expressas por Malta é marcado em diversos momentos, a saber: (1) quando a senadora diz “mas a minha discordância senador Magno Malta”; (2) quando ela o corrige quanto ao uso de “opção” e defende o uso da expressão “orientação sexual” (“... mas o Estado brasileiro não garante... aos cidadão que tenha uma orientação sexual... não uma opÇÃO sexual”); e quando ela

seleciona *ser mulher*, por meio da referência à Lei Maria da Penha, como base para uma analogia com *ser LGBT*.

Nesse sentido, quando Marinor Brito argumenta, em (27), que a Constituição não é o suficiente e que o parlamento brasileiro concorda com essa ideia, a senadora expressa seu desacordo com relação ao que havia sido defendido por Magno Malta e ratifica seu ponto de vista de que a aprovação do PLC 122/2006 é tão necessária como fora outrora a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006), que “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher”⁷⁷.

A referência à Lei Maria da Penha, que havia sido aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente naquele ano, parece estratégica, na medida em que ela fora aprovada pela maioria dos senadores e fora amplamente celebrada como uma maneira de garantir às mulheres maior segurança contra a violência. Nesse sentido, se aceitamos a ideia de que a população LGBT encontra-se em situação similar à das mulheres, como defendeu Marinor Brito por meio da analogia, questiona-se o posicionamento contrário de alguns senadores ao PLC 122/2006, visto que eles fazem parte de uma casa legislativa que havia, meses antes, aprovado legislação similar. O processo de recuperação dos domínios da analogia parece, assim, ter função argumentativa saliente.

A analogia empregada por Marinor Brito pode ser considerada, portanto, uma tentativa de fazer que mulheres e pessoas LGBT sejam incluídas na categoria de vítimas de violência. A aprovação da Lei Maria da Penha funciona, nesse sentido, como uma espécie de jurisprudência⁷⁸, o que leva a uma inferência bastante significativa na argumentação da senadora, nomeadamente, a de que, ao rejeitar o PLC 122/2006, o Senado brasileiro não estaria tratando de modo equânime situações similares, o que poderia ser considerado injusto ou mesmo uma demonstração de LGBTfobia ou incoerência. A analogia de Marinor Brito constitui-

⁷⁷ Cf. ementa da Lei Maria da Penha, cujo texto integral pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 01/02/2018.

⁷⁸ Observe-se, aliás, que o uso de jurisprudências funciona, no Direito, como um argumento por analogia, na medida em que, com base em decisões proferidas anteriormente, busca-se argumentar em favor de uma decisão similar para casos análogos.

se, nesse sentido, como uma ameaça à imagem pública dos opositores do PLC 122/2006.

Além disso, a analogia de Marinor Brito polemiza com o discurso de defesa de que ser LGBT corresponde a uma opção por meio de sua analogia *ser LGBT é como ser mulher*, assim como havia feito Marta Suplicy e como fez posteriormente Lídice da Mata por meio da analogia *ser LGBT é como ser negro*.

Por meio da analogia *ser LGBT é como ser mulher*, Brito propõe que o domínio-alvo seja alocado, assim como o domínio-fonte, na categoria das leis que visam à proteção de grupos estigmatizados.

5.1.6 Proteger pessoas LGBT é como proteger idosos

Marcelo Crivella, durante sua fala no debate, expressa sua preocupação quanto à aprovação do PLC 122/2006, na medida em que ela implicaria uma espécie de hierarquização dos cidadãos, uma concessão de privilégios, como se pode depreender do excerto a seguir:

(29)

nós queremos construir uma lei... que não coloque brasileiros acima dos outros... ((referindo-se a Paulo Paim)) agora recentemente na sua terra lá... o/o Rio Grande do Sul... houve uma sentença dada por um juiz beneficiando um idoso... o idoso pediu à Justiça para não pagar aluguel no apartamento em que morava... e o juiz disse... olha... é realmente direito dos brasileiros ter... ah habitação educação saúde... então o senhor a partir de hoje não pague mais aluguel ao proprietário do seu apartamento... o Estado que indenize... e o que ocorreu com isso senador Paim?... lá na sua terra os proprietários não querem mais alugar imóveis para idosos... porque acham que não vão receber o aluguel que estão contando para sobreviver... às vezes a gente dá uma sentença ou faz uma lei... e ela acaba saindo pela culatra... se nós criarmos no arcabouço jurídico brasileiro... privilégios... para brasileiros que são como nós... o homossexual é como o::/o:: evangélico... como qualquer outro... ele tem os mesmos direitos os mesmo deveres... se não criarmos... garantias especiais... eles vão ser discriminados... se nós dissermos e fizermos... observações características para o acesso ao emprego... poderá sair isso... numa:::../num/num efeito colateral indesejável... que a pessoa diga assim... eu não vou mais contratar homossexual porque depois não posso mandar ele embora... ele é faltoso é incompetente... mas por ser homossexual está protegido e eu serei processado

(linhas 889 a 908)

A narrativa feita por Crivella introduz uma analogia que constitui o alicerce sobre o qual sua argumentação é construída. Base e alvo são, nesse caso,

respectivamente, *proteger idosos* e *proteger pessoas LGBT*. A pertença à população LGBT volta, pois, a ser alinhada com uma condição cuja representação encontra-se frequentemente impregnada pelo estigma. Da narrativa de Crivella, podemos depreender diversas correspondências entre os dois domínios que colaboram para a construção da argumentação, como as destacadas as seguintes:

<i>Proteger idosos (base)</i>		<i>Proteger pessoas LGBT (alvo)</i>
Idosos	→	Pessoas LGBT
Sentença	→	PLC 122/2006
Proferimento da sentença favorável aos idosos	→	Aprovação e sanção do PLC 122/2006, criando uma lei favorável à população LGBT
Idosos não conseguem mais alugar imóveis	→	Pessoas LGBT não conseguem mais encontrar empregos

Quadro 10 – correspondências na analogia *proteger idosos é como proteger pessoas LGBT*

O fato de que a sentença judicial, embora tenha sido favorável aos idosos, teve, segundo Crivella, efeitos indesejáveis é usado, neste contexto, para argumentar que o PLC 122/2006, ainda que tenha por objetivo beneficiar as pessoas LGBT, poderia ter efeito contrário e reforçar divisões entre os diversos grupos da sociedade. Assim, para Crivella, há dois motivos que justificam a refutação do projeto de lei: além de considerá-lo injusto, visto que o projeto colocaria alguns indivíduos em posição privilegiada em relação a outros perante a lei, o senador defende que sua aprovação prejudicaria as pessoas LGBT, que passaria a enfrentar dificuldades para conseguir emprego. A aprovação do PLC 122/2006 resultaria, assim, não em uma forma de advogar a inclusão das pessoas LGBT à sociedade, mas, ao contrário, em uma forma de acentuar a exclusão que já sofrem.

Crivella visa, dessa forma, alocar o domínio *proteger LGBT* na categoria das leis que visam à proteção de grupos discriminados, mas que, na verdade, reforçam o estigma contra eles.

5.1.7 Ser LGBT é como ser evangélico

Observe-se o segmento a seguir, extraído da fala do senador Magno Malta:

(30)

então uma babá/uma babá de confissão evangélica... e ele descobre que ela é evangélica e toma conta do filho... e ele não quer que essa babá oriente a filha com os ensinamentos cristãos... ele pode mandar embora que ele não é preso... pode mandar embora que ele não é preso... não tem uma lei pra proteger a babá disso... se eu descubro que a babá da minha filha... é homossexual... conforme a lei... se eu mandar embora... eu tenho que continuar com a babá homossexual porque aí tem cadeia pra mim... ora... é correto isso?... é correto isso?

(linhas 304 a 311)

Em (30), pode-se observar o pareamento entre os domínios *ser evangélico* e *ser LGBT* (premissa maior). A descrição de uma situação em que se admite que a babá possa ser demitida por ser evangélica sugere que Malta concebe tal fé como uma característica que, assim como o lesbianismo, é estigmatizada (premissa menor). A identificação do estigma como semelhança entre ambos os domínios está na base de uma rede de inferências (conclusões): ser LGBT corresponde a uma característica passível de ser discriminada; por este motivo, é proposta uma lei para proteger pessoas LGBT; evangélicos também são estigmatizados; logo, seria justo que houvesse legislação para protegê-los. Trata-se, novamente, do uso de um argumento por analogia.

Nesse sentido, a analogia criada por Malta propõe um deslocamento: *ser LGBT*, que havia ocupado em todas as outras analogias a posição de um alvo cuja característica de vítima de discriminação era reiteradamente afirmada, ocupa a posição de base que compartilha o estigma com *ser evangélico*.

É significativo observar que o estigma, que até então fora insistentemente transferido de outros domínios para o domínio *ser LGBT*, é, dessa vez, transferido para o domínio *ser evangélico*. A tese que Malta visa validar é a de que evangélicos, assim como pessoas LGBT, sofrem com a discriminação e que, portanto, não podem ser tratadas pela legislação de modo diferente.

É também nessa direção que vai a argumentação de Marcelo Crivella, que narra um episódio de assassinato de evangélicos em função de intolerância em (31):

(31)

nós... nós... [...] temos uma preocupação... nossa caminhada no país senadora Marta Suplicy... é uma caminhada [...] de muitos percalços de muita discriminação e preconceito... em mil quinhentos e cinquenta e CINco... antes de haver Rio de Janeiro... () dois pastores foram assassinados... [...] porque ao

celebrarem a primeira santa ceia das Américas... eles usaram... o pão... do dia a dia... e o vinho da mesa... e havia ali... [...] um jesuíta... que disse que aquilo era... uma blasfêmia... os dois foram amarrados... e com uma pedrada na cabeça... ficaram inconscientes e lançados à Baía de Guanabara... o primeiro sangue derramado nesse país por intolerância... foi o sangue dos evangélicos...((aplausos)) eles... (bem...) a intolerância... é uma coisa que nós conhecemos bem... [...] o que nós achamos que seria: inteligente... é que nós fizéssemos uma lei... que pudesse... unir a todos contra a intolerância... [...] intolerância... contra evangélico contra homossexual intolerância contra pobre intolerância contra nordestino... nós queremos construir uma lei... que não coloque brasileiros acima dos outros...

(linhas 823 a 890)

Da mesma forma que Magno Malta fez em (30), Crivella procede ao pareamento entre *ser LGBT* e *ser evangélico* para defender a tese de que uma lei cujo escopo seja apenas a proteção da população LGBT corresponderia a uma forma de concessão de privilégios, de “colocar brasileiros acima dos outros”, e não de justiça social, na medida em que implicaria a exclusão de outros grupos discriminados, como os evangélicos. Como se observa, trata-se de uma tentativa de categorizar o PLC 122/2006 como um mecanismo legal anti-isonômico.

Assim como ocorreu no caso dos usos da analogia *ser LGBT é como ser negro*, ocorre, com a analogia *ser evangélico é como ser LGBT*, uma seleção estratégica de domínios que permite a personalização: ao compararem negros e pessoas LGBT, Magno Malta e Lídice da Mata se colocaram como indivíduos negros, dando assim a ideia de que estariam habilitados para falar da discriminação, visto que é provável que a sofram; Magno Malta e Marcelo Crivella, nos segmentos (30) e (31), procedem de forma análoga, visto que, sendo ambos evangélicos, assumem o papel de indivíduos discriminados.

Há de se considerar, nesse caso, a natureza patética da personalização, uma vez que ela tem potencial de suscitar compaixão no auditório, o que seria desejável para a consecução dos objetivos da argumentação de Malta e Crivella, a saber, refutar o PLC 122/2006, visto que ele, do ponto de vista destes senadores, não protege quem deveria ser protegido, e advogar a existência de uma lei que proteja a todos, inclusive evangélicos, da intolerância.

5.1.8 Ser LGBT é como ser criança ou adolescente

Marinor Brito, em sua fala sobre o PLC 122/2006, compara-o ao Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme se pode observar em (32):

(32)

eu dizia -- tentando recuperar o meu raciocínio--... que se a Constituição fosse suficiente... e o parlamento brasileiro achasse isso ... nós não teríamos avançado em conquistas FUNDamentais...para seTOres... da população brasileira... como as crianças e os adolescentes que têm hoje o Estatuto da Criança e do Adolescente...

(linhas 481 a 484)

Nessa analogia, *ser criança ou adolescente* assume a função de domínio-base, a partir do qual se propõe a compreensão do domínio-alvo *ser LGBT*. Similaridades como ser vítima de agressão e necessitar de proteção do Estado podem ser selecionados para a transferência daquele domínio para este.

Novamente, nesse caso, constata-se um uso estratégico do processo de recuperação, visto que a seleção do domínio-alvo não parece fortuita. Assim como havia feito anteriormente, com a analogia *ser LGBT é como ser mulher*, Marinor Brito seleciona, para compor o domínio-alvo, um grupo cuja necessidade de proteção por meio de lei específica foi reconhecida pelo Estado.

Tendo sido a necessidade de proteção às crianças e adolescentes reconhecida pelo Congresso Nacional e considerando-se que, assim como crianças e adolescentes, as pessoas LGBT encontram-se em situação de vulnerabilidade, seria coerente, de acordo com Marinor Brito, que o Congresso Nacional aprovasse também o PLC 122/2006.

A não aprovação do projeto poderia ser classificada, assim, como uma injustiça, o que poderia comprometer a imagem pública dos parlamentares contrários a ele, uma vez que se espera que os legisladores busquem a justiça e o bem comum. Dessa forma, o pareamento como um projeto de lei já anteriormente aprovado pelas casas legislativas é como escolher algo que já é indiscutivelmente bom, tendo em vista que discordar de algo já aprovado poderia comprometer a imagem do senado e do senador. Trata-se, novamente, de um argumento por analogia, por meio do qual se reivindica que, dadas as semelhanças entre os domínios, sejam dados a eles encaminhamentos similares. O processo de

recuperação, por meio do qual são selecionados os domínios que comporão a analogia, parece, dessa forma, assumir papel estratégico no discurso da senadora.

5.1.9 Ser LGBT é como ser dependente químico

Em sua argumentação contra o PLC 122/2006, Magno Malta constrói um argumento por analogia, em que coloca *ser dependente químico* como base da analogia e *ser LGBT* como alvo. Observe-se o excerto a seguir:

(33)

porque quando eu recupero um drogado na minha instituição... eu preparo ele para passar na frente do boteco... e ah... a bebida que está na/não chamar a atenção dele... e ser alguma coisa normal porque o boteco nunca vai sair do lugar... quem tem que mudar é ele... para ele passar na frente da boca de fumo e não se sentir atraído porque a boca de fumo vai estar no lugar... quem tem que mudar é ele... então você tem que preparar o homem para conviver... para conviver... sabendo que o problema existe no MESmo lugar... mas é que a mudança é nele...

(linhas 1400 a 1407)

Pode-se novamente identificar o estigma como semelhança estrutural, permitindo o estabelecimento das seguintes correspondências entre os domínios:

<i>Ser dependente químico (base)</i>		<i>Ser LGBT (alvo)</i>
Oferta de droga	→	Provocações/agressões
Passar na frente da boca de fumo	→	Ser provocado/agredido
Livrar-se do vício	→	Não se deixar abater por provocações e/ou não reagir a elas
Convivência com o problema	→	Aceitação de que a LGBTfobia não vai ser erradicada
Estado incapaz de combater as drogas	→	Estado incapaz de combater a LGBTfobia

Quadro 11 – correspondências na analogia *ser dependente químico é como ser LGBT*

Por meio dessa analogia, Malta volta a defender que o PLC 122/2006 não consistiria em uma medida eficiente, na medida em que não erradicaria a LGBTfobia, resultando, portanto, inócuo.

Além disso, aceitando-se como válido este raciocínio analógico, em que oferta de drogas e provocações LGBTfóbicas se equivalem, impõe-se a ideia de que o indivíduo vitimado por discriminação deveria procurar individualmente resistir a

ela, uma vez que o Estado, da mesma forma que não tem obtido sucesso no combate às drogas, não seria bem-sucedido no combate à LGBTfobia.

Dessa forma, o senador sugere que não se deve contar com o Estado para controlar ou punir atitudes LGBTfóbicas e que, portanto, cabe às pessoas LGBT a necessidade ou responsabilidade de conviver com elas. Por meio da afirmação de que a legislação seria ineficaz no combate aos comportamentos discriminatórios, o senador defende a tese de que o PLC 122/2006 não deveria ser aprovado.

5.2 O PLC 122/2006 como alvo em analogias

Na seção anterior, ao analisar as analogias que sugeriam a conceptualização das pessoas LGBT como vítimas de estigma, procedemos também à análise de algumas representações propostas também para o PLC 122/2006, que ora foi considerado medida justa e necessária, ora injusta e perfunctória. Com efeito, é esperado que a análise do modo como se conceptualizam as pessoas LGBT conduza também a uma análise das conceptualizações propostas para um projeto de lei que a elas se relaciona.

Há, no *corpus*, além das analogias já analisadas, outras que se constroem com base no pareamento entre o PLC 122/2006 com leis ou projetos de lei, as quais, além de possibilitar conceptualizações deste, possibilitam conceptualizações das pessoas LGBT. À análise dessas analogias dedicam-se as seções a seguir.

5.2.1 Analogias entre o PLC 122/2006 e leis ou projetos de lei

5.2.1.1 O PLC 122/2006 é como o Código Florestal

Cristovam Buarque, ao se pronunciar sobre o PLC 122/2006, constrói uma analogia, na qual este é selecionado como domínio-alvo e o Código Florestal, que fora votado recentemente no Senado, como domínio-base, conforme se depreende da leitura do segmento (34):

(34)

eu acho que a senhora ((referindo-se à senadora Marta Suplicy)) fez o possível... mas... de acordo como nível de consciência não se fez o necessário ainda... por isso eu votei contra o Código Florestal... o Código Florestal foi uma/uma engenharia política:... maravilhosa e chegou no possível... mas a meu ver não se chegou no necessário... que era preciso MUITO mais... radicalidade... aqui é preciso muito mais diálogo... para que a luta contra a intolerância não passe a ideia... de outra forma de intolerância...

(linhas 683 a 692)

As semelhanças selecionadas para transferência de base para alvo poderiam ser esquematizadas da seguinte maneira:

<i>Código Florestal (base)</i>		<i>PLC 122/2006 (alvo)</i>
Proposta de lei submetida ao Senado Federal	→	Proposta de lei submetida ao Senado Federal
Esforços consideráveis (mas insuficientes) do relator quanto à elaboração do projeto	→	Esforços consideráveis (mas insuficientes) da relatora quanto à elaboração do projeto
Elaboração ainda insuficiente, apesar de boa	→	Elaboração ainda insuficiente, apesar de boa
Falta de radicalidade	→	Falta de diálogo

Quadro 12 – correspondências na analogia o código florestal é como o PLC 122/2006, de acordo com Cristovam Buarque

A analogia de que se vale Cristovam Buarque funciona como uma justificativa para seu posicionamento contrário ao projeto, que, de acordo com o senador, ainda não chegou a um estágio de elaboração adequado, linha de pensamento que é ratificada pela seguinte fala do senador: “porque o projeto de lei... contra a intolerância eu queria votar entusiasmado... e eu reconheço que hoje eu não votaria entusiasmado ainda” (linhas 648 e 649). A mesma analogia é utilizada por Lídice da Mata em (35):

(35)

isso não... vai impedir que essa discussão volte ao parlamento brasileiro... porque ela existe no SEio da sociedade brasileira... como nós... aqui... não chegamos a um texto de consenso a respeito do Código Florestal... porque essas questões dizem respeito a interesses diVERSos na sociedade... e só há um lugar... não é na justiça não é nas ig/nas ig/não será nas igrejas... que nós vamos admitir ou encontrar um ponto de equilíbrio... o único lugar onde pode haver esse ponto de equilíbrio é no parlamento brasileiro... porque é o lugar onde há o espaço de negociação dos interesses da sociedade brasileira

(linhas 772 a 779)

Nesse caso, entretanto, a analogia é interpretada de modo distinto, com outras premissas menores, visto que, em lugar de usá-la para salientar o caráter não satisfatório do texto do PLC 122/2006 que estava então sendo discutido, a senadora salienta que o dissenso faz parte do trabalho legislativo e que a negociação é a forma a ser utilizada para a construção de um consenso. Observe-se a representação a seguir:

<i>Código Florestal (base)</i>		<i>PLC 122/2006 (alvo)</i>
Proposta de lei submetida ao Senado Federal	→	Proposta de lei submetida ao Senado Federal
Impossibilidade de chegar a um consenso	→	Impossibilidade (talvez superável) de chegar a um consenso
Dissenso como resultado da diversidade de interesses da sociedade	→	Dissenso como resultado da diversidade de interesses da sociedade

Quadro 13 – correspondências na analogia o código florestal é como o PLC 122/2006, de acordo com Lídice da Mata

Assim, por meio dessa analogia, Mata sugere que o dissenso característico dos debates sobre o PLC 122/2006 é consequência da diversidade de interesses da sociedade e que ele talvez não seja superado por meio do debate, assim como ocorreu com o projeto do Código Florestal.

5.2.1.2 O PLC 122/2006 é como a lei paulista 10.948/2001

Já ao fim do debate, o senador Magno Malta, respondendo à manifestação da relatora, senadora Marta Suplicy, constrói uma analogia a base *lei estadual 10.948/2001* e o alvo *PLC 122/2006*. Proposta pelo deputado estadual Renato Simões (PT-SP), aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e posteriormente sancionada por Geraldo Alckmin, a lei “dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual”⁷⁹.

(36)

toda vez que ela [Marta Suplicy] cita uma violência ela cita a avenida Paulista... [...] e em São Paulo... a Paulista... ((campainha soa em pedido de silêncio)) em São Paulo tem uma lei sancionada pelo Geraldo Alckmin... que é mais ou menos uma reprodução do texto... da... ex-deputada Iara Bernardi... e a violência mesmo

⁷⁹ Cf. texto integral da lei, disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10948-05.11.2001.html>. Acesso em 06/02/2018.

tendo uma lei em São Paulo... continua na Paulista... fica claro que o que nós precisamos na verdade... é educar um povo no sentido de sermos tolerantes uns com os outros... não é criminalizar alguém porque não aceita sua posição... fora assim... São Paulo já não teria mais problema... porque São Paulo tem uma lei... já... ((aplausos)) [...] de um deputado do PT... sancionada pelo Geraldo Alckmin... então não é isso exatamente... se/o que/a boa convivência de uma sociedade é respeito

(linhas 1373 a 1386)

A semelhança estrutural selecionada para ser transferida da base para o alvo é a proteção à população LGBT com relação a condutas discriminatórias. De acordo com Magno Malta, no entanto, apesar de haver, no Estado de São Paulo, uma lei que visa ao combate à LGBTfobia, a violência continua vitimando pessoas LGBT. Tal analogia fundamenta uma rede de inferências, que pode ser expressa nos seguintes termos: em São Paulo há uma lei que combate a LGBTfobia; essa lei não foi capaz de suprimir a violência contra a população LGBT em São Paulo; o PLC 122/2006, caso aprovado, corresponderia a uma lei para combater a LGBTfobia em âmbito nacional; se aprovado, o PLC 122/2006, assim como a lei estadual 10.948/2001, estaria fadado ao fracasso no que tange ao combate à violência contra a população LGBT no Brasil. A analogia de Malta pode ser considerada, portanto, um esforço de persuasão de seus interlocutores quanto à inocuidade do PLC 122/2006.

5.2.1.2.1 Analogia e dissenso: a questão da competência penal

Marta Suplicy avalia negativamente o raciocínio analógico de Magno Malta e procura, por sua vez, deslegitimá-lo por meio da identificação de uma dessemelhança entre a base e o alvo por ele selecionados, a saber, o fato de que a lei estadual paulista 10.948/2001 não tem competência penal, diferentemente do PLC 122/2006, que a teria caso se transformasse em lei. Observe-se o segmento (37):

(37)
agora eu tenho uma coi/uma ah... pra finalizar... e não prolongar mais isso... eu tenho uma observação importante... as leis estaduais aqui mencionadas... inclusive a de São Paulo... não têm competência penal... só administrativa... competência em matéria peNAL é NOssa... DESse conGRESso que tem que decidir... ((aplausos e gritos de aprovação; campanha toca em pedido de silêncio))

(linhas 1438 a 1443)

A identificação da dessemelhança indica, assim, que Marta Suplicy não acredita que o raciocínio construído por Malta por meio da analogia é válido, na medida em que as leis, tendo competências diferentes, não poderiam ser consideradas análogas.

Contata-se, dessa maneira, que a refutação da analogia criada por outro constitui-se como uma estratégia argumentativa que visa invalidar a tese defendida pelo oponente.

5.2.2 Outras analogias em que o PLC 122/2006 tem função de alvo

Além das analogias em que o PLC 122/2006 é comparado a leis ou projetos de lei, analisadas no item 5.2.1, foram identificadas outras analogias em que o PLC 122/2006 desempenha papel de alvo e que colaboram para a defesa das teses apresentadas pelos senadores, as quais são analisadas a seguir.

5.2.2.1 O PLC 122/2006 é como matéria orgânica podre

Em sua fala, Malta mostra-se, desde o início, claramente contrário à aprovação do PLC 122/2006. As analogias de que lança mão colaboram para que o projeto de lei seja concebido de maneira desfavorável, ora como uma medida desnecessária, ora como uma forma de garantir privilégios à população LGBT.

Já em seu primeiro turno, pouco depois de cumprimentar os presentes, o senador Magno Malta lança mão de uma analogia que deixa claro seu posicionamento contrário à aprovação do PLC 122/2006, conforme se observa no excerto que segue:

(38)

senhor presidente... senhor presidente Paulo Paim... relatora... Marta Suplicy... senadora Marta... demais senadores e senadoras... deputados federais aqui... bancada católica... bancada evangélica... deputados espíritas... cidadãos do povo... organizações... ONGs que defendem o projeto da... senadora Marta... grupo GLBT que aí está... grupos de homossexuais que defendem o que pensam e que acreditam que nós temos que respeitar... deputado Jean Wyllys... que é defensor da causa... e nós precisamos... nós precisamos/cada qual defende o que acredita e nós precisamos respeitar isso...cumprimento a todos... e é preciso fazer um

breve relato... toda as vezes que debater esse assunto senhor presidente... do histórico e da história... do PL um dois dois... aliás esse número apodreceu... isso é uma frase que eu usei com a senadora Marta... quando tivemos uma oportunidade de conversar eu... o deputado Gilmar Machado... senador Walter Pinheiro... a deputada Lauriete e a senadora Marta no meu gabinete... e a gente conversava sobre esse assunto... penso que o que o Brasil espera que nós versemos é sobre um texto que fale sobre intolerância... ninguém tem direito de ser intolerante com ninguém

(linhas 134 a 144)

Ao afirmar que o PLC 122/2006 “apodreceu”, Malta cria uma analogia, em que o *PLC 122/2006* assume função de alvo pareado com a base *matéria orgânica podre*, conforme ilustrado a seguir:

<i>Matéria orgânica podre (base)</i>		<i>PLC 122/2006 (alvo)</i>
Apodrecimento	→	Degradação
Danos à saúde e às estruturas	→	Danos à sociedade

Quadro 14 – correspondências na analogia o *PLC 122/2006* é como *matéria orgânica podre*

A semelhança transferida da base para o alvo é o apodrecimento, que é compreendido de formas distintas em cada um dos domínios da analogia, em virtude de seu caráter metafórico (figurado). O apodrecimento da matéria orgânica é indicativo de que ela não deva ser consumida. Não se deve construir uma casa com madeira podre, pois seu uso implica o perigo de desabamento; vegetais e carne podres não devem ser usados para a alimentação, visto que podem causar problemas para a saúde, etc.

O “apodrecimento” do projeto de lei, por sua vez, pode ser compreendido como a degradação deste ao longo dos debates, que o torna inapto, do ponto de vista de Magno Malta, para funcionar como uma lei que garanta os melhores interesses dos cidadãos brasileiros. A analogia deixa implícita a comparação entre os efeitos da aprovação e os do consumo de matéria orgânica degradada, os quais, como se observou, são deletérios.

Constata-se, dessa forma, que o uso da analogia marca de forma bastante clara, já desde o início da fala de Malta, sua desaprovação com relação ao PLC 122/2006, que parece funcionar como uma espécie de introito para a argumentação a que procede no decorrer de sua fala à CDH.

5.2.2.2 A aprovação do PLC 122/2006 é como a construção de um império

A ideia de que o PLC 122/2006 constituiria, se aprovado, impedimento às liberdades individuais aparece de modo bastante claro no segmento que se lê a seguir.

(39)
 agora ninguém pode impor a concordância porque o outro concorda com uma lei
 () você... dizia a questão do restaurante... o restaurante feCHOU... ah mas... não
 recebeu porque é homossexual... o outro é jornalista... a lei pra proteger o
 jornalista que não pôde entrar no/ porque já era onze horas e já estava fechado
 o restaurante... não tem lei pra proteger esse jornalista e não tem lei pra ele poder
 fazer um boletim de ocorrência depois... () mas nós vamos criar um impÉrio...
 uma lei... onde vamos criar um império homossexual no Brasil... que só tem
 direitos... só tem direitos ((aplausos))

(linhas 317 a 324)

Pela leitura do excerto, observa-se a construção da analogia *a aprovação do PLC 122/2006 é como a construção de um império* por meio do pareamento o domínio-alvo *a aprovação da lei* com o domínio-fonte *a criação de um império*.

A opção de alocar *a criação de um império* no domínio-fonte da analogia referenda a ideia de que a aprovação do PLC 122/2006 implicaria o alçamento da população LGBT à posição grupo não submetido às regras e sanções que são impostas aos demais membros da sociedade.

Seria possível especular, nesse sentido, que, segundo o ponto de vista de Malta, pessoas LGBT assumiriam, com a aprovação do projeto de lei, status análogo ao de um imperador, isto é, de um indivíduo que dita as regras, mas que não está sujeito a elas, o que implicaria a submissão dos outros grupos da sociedade a seus desígnios.

Tal modo de conceber o PLC 122/2006 parece ser chancelado por aquilo que diz Malta em (40):

(40)
 e pode requerer direitos... a única coisa que o homem não pode... é requerer os
 seus direitos... fazer sua opção criminalizando quem não concorda com ele
 ((aplausos))

(linhas 236 a 238)

Ao argumentar dessa maneira, Malta parece buscar assentimento para a ideia de que a aprovação do PLC 122/2006 significaria importante limitação à liberdade de expressão e culto, tendo em vista que, como em uma ditadura, a divergência com relação a um suposto *status quo* pró-homossexuais poderia acarretar punições.

5.3 Os nichos analógicos

Vimos analisando, ao longo deste capítulo, as analogias identificadas no *corpus*, a fim de procurar dar conta de suas especificidades e das teses que ratificam. Não nos parece ajustado, no entanto, ignorar o fato de que diversas analogias presentes no *corpus* ocorrem em grupos, na forma do que propomos chamar de *nichos analógicos*, isto é, grupos de analogias inter-relacionadas que são utilizadas para defender uma ou mais teses e cujos domínios compartilham uma ou mais semelhanças relevantes expressas ou inferíveis no co-texto.

Trata-se de um conceito inspirado no de *nicho metafórico*, proposto por Vereza (2007, p. 496), que o define como “um grupo de expressões metafóricas, inter-relacionadas, que podem ser vistas como desdobramentos cognitivos e discursivos de uma proposição metafórica superordenada normalmente presente (ou inferida) no próprio co-texto”. De acordo com a autora, os nichos metafóricos são particularmente presentes em textos argumentativos, em que as metáforas que compõem os nichos têm, por um lado, função pragmática, visto que são uma forma de defesa das teses presentes no texto e, por outro, função cognitiva, uma vez que estabelecem mapeamentos interdominiais.

No entanto, diferentemente do que ocorre com os nichos metafóricos, a existência dos nichos analógicos, tal como os descrevemos neste trabalho, não pressupõe um uso figurado da linguagem ou mesmo a existência de uma metáfora (ou analogia) superordenada, da qual as relações analógicas/metafóricas estabelecidas entre os domínios do nicho seriam manifestações. Observe-se, a título

de exemplificação, o segmento a seguir, extraído do pronunciamento de Marcelo Crivella:

(41)

o que nós achamos que seria: inteligente... é que nós fizéssemos uma lei... que pudesse... unir a todos contra a intolerância... e (pedir até) ao senador Paim que fizesse uma comissão especial... para que nós pudéssemos reunir... com data marcada e com horário... e nos debruçarmos pra isso... intolerância... contra evangélico contra homossexual intolerância contra pobre intolerância contra nordestino... nós queremos construir uma lei... que não coloque brasileiros acima dos outros...

(linhas 884 a 890)

É possível identificar, em (41), um conjunto de analogias que compartilham uma similaridade, a saber, a intolerância: assim como evangélicos, pessoas LGBT, nordestinos e pobres são vítimas de intolerância. Tal similaridade é base para a tese de que o PLC 122/2006 não deveria ser aprovado por proteger apenas um dos diversos grupos da sociedade que são estigmatizados. Tal nicho analógico poderia expresso por meio do seguinte esquema, em que as formas ovais representam os domínios, e a seta que os atravessa, a similaridade por eles compartilhada:

Quadro 15 – o nicho analógico *pessoas LGBT são como evangélicos, pobres e nordestinos*

O que se observa, nesse caso, é que, por meio da justaposição de analogias, cria-se um nicho analógico, o qual tem função categorizadora, uma vez que a identificação de uma semelhança compartilhada permite os domínios sejam considerados co-hipônimos uns dos outros.

Nesse sentido, a construção do nicho analógico dá relevo às características compartilhadas (ou pretensamente compartilhadas) por eles e colabora para que sejam ocultadas características que os diferencie, conduta que

pode se revelar deformante com relação ao modelo mental de cada um dos domínios domínio existente antes da construção do nicho.

A ideia de que o PLC 122/2006 não deveria ser aprovado é também ratificada por um nicho analógico criado por Malta. Considere-se o seguinte excerto:

(42)

eu nasci negro minha mãe nasceu negra...eu não fiz opção para ser negro... japonês não fez opção para ser japonês... nem deficiente... portador de deficiência fez opção para ser portador de deficiência... não pode comparar... eh raça... não se pode comparar com quem fez a opção por ser homossexual... há que se respeitar porque o homem... pode fazer () seu desígnio e sua decisão... o indivíduo pode fazer a opção para ser o que ele quiser...

(linhas 232 a 238)

Nesse caso, constata-se, conforme se pode depreender das considerações que fizemos em 5.1, que Magno Malta defende não ser possível o alinhamento do domínio *ser LGBT* com *ser negro*, *ser japonês* ou *nipodescendente* e *ser pessoa com deficiência*, já que, de acordo com o parlamentar, o primeiro domínio está ligado ao arbítrio, ao passo que os três últimos independem da vontade ou decisão. O nicho poderia, nesse sentido, ser esquematizado da seguinte maneira:

Quadro 16 – refutação e nicho analógico: *negros são como japoneses e pessoas com deficiência, mas não são como pessoas LGBT*

A criação do nicho tem o papel de enfatizar o caráter não dependente do arbítrio de características como *ser negro*, *ser descendente de japoneses* e *ser pessoa com deficiência* para então construir a desanalogia com *ser uma pessoa LGBT*. Magno Malta propõe, assim, uma recategorização das pessoas LGBT que funciona como resposta à analogia *ser LGBT é como ser negro*, que procurava categorizar a pertença à população LGBT como algo independente dos desígnios humanos. A refutação da

ideia de que ser uma pessoa LGBT corresponde a um esforço de exclusão deste domínio do nicho analógico criado pelo senador.

A construção de um nicho analógico pode também ser observada no excerto (43), extraído da manifestação de Marinor Brito sobre o PLC 122/2006 dirigida à CDH:

(43)
eu queria entrar aqui... uma questão... olha... nós estamos tratando aqui de um debate que tem a ver com a luta de classes nesse país... a violêNcia contra negros contra homossexuais... contra mulheres contra crianças e adolescentes... tem a ver... com o Estado brasileiro... que privilegia interesses... das elites brasileiras...

(linhas 486 a 494)

Nesse caso, a violência (ou a vulnerabilidade a ela) pode ser identificada como semelhança entre os domínios *mulheres*, *crianças*, *adolescentes* e *pessoas LGBT*, conforme esquematizado a seguir:

Quadro 17 – o nicho analógico *mulheres são como crianças, adolescentes e pessoas LGBT*

A tese defendida nesse caso é que as pessoas LGBT, assim como mulheres, crianças e adolescentes, deveriam ser protegidos por legislação específica com competência penal.

O que se observa, nos nichos analógicos analisados, é que construção de nichos analógicos *contribui* – juntamente com outros elementos, como os modelos mentais que temos a respeito do contexto, dos participantes da interação, do assunto sobre o qual se fala ou escreve, entre outros – para a estabilização dos significados das analogias, uma vez que a construção do nicho implica a diminuição do número de similaridades que poderiam ser mapeadas de um domínio para outro. Um nicho bem construído pelo participante de um debate, por exemplo, tende a evidenciar apenas similaridades que contribuam para sua busca por assentimento às teses apresentadas.

Se tomamos como verdadeira a ideia de que parte do esforço de interpretação das analogias consiste em identificar elementos da interseção entre domínios ($A \cap B$, por exemplo), os nichos analógicos poderiam ser considerados proposições de diversas relações de intersecção ($A \cap B \cap C \cap D$, por exemplo) a serem levadas em conta no processo de interpretação da analogia.

Dessa forma, em isolamento, uma analogia do tipo *mulheres são como crianças*, que é parte do nicho analógico construído em (43), poderia levar a inferências diversas, algumas delas bastante misóginas, tais como: (i) assim como crianças, mulheres são dependentes; (ii) assim como crianças, mulheres não devem trabalhar; (iii) assim como crianças, mulheres têm pouca força física; e (iv) assim como crianças, mulheres estão vulneráveis à violência.

Considerando-se as relações entre os domínios, no entanto, observamos que a apenas a semelhança (iv) seria identificável, visto que, além de ser a única que compatível com o que se discute durante o debate, é a única que se localiza na intersecção entre os domínios *mulheres*, *crianças*, *adolescentes* e *pessoas LGBT*.

Assim, pode-se dizer que a similaridade funciona, por um lado, como elemento coesivo entre os nichos e, por outro, como elemento estruturante da argumentação que se leva a cabo por meio da construção dos nichos analógicos, visto que ela será o parâmetro para seleção de domínios para construção de nichos.

Há casos, no entanto, em que são introduzidos domínios “dissonantes” no nicho analógico, isto é, domínios que não compartilham da similaridade estrutural relevante comum aos outros. Passamos ao exame desses casos, a fim de descrever suas especificidades no que se refere à argumentação construída ao longo do debate.

5.3.1 Dissonâncias em nichos analógicos: as amálgamas

Observe-se o excerto a seguir, extraído da fala de Magno Malta dirigida à CDH e ao auditório do debate:

(44)

quem agride homossexual no Brasil... agride aposentado... quem mata um homossexual hoje mata um portador de deficiência... a senadora Marta falou que os homossexuais continuam agredidos na Avenida Paulista... os mendigos também senadora... as crianças em São Paulo o seu estado continuam abusadas... a senhora citou um caso de um jornal... hoje tem DEZ na Folha de São Paulo/no/no EstaDÃO de crianças abusadas...

(linhas 259 a 263)

No segmento (44), o senador Magno Malta constrói um nicho analógico em que são alinhados os domínios *peessoas LGBT*, *aposentados*, *peessoas com deficiência*, *mendigos* e *crianças*. A semelhança estrutural compartilhada pelos domínios é, conforme se depreende da fala do senador, o fato de os indivíduos a eles pertencentes serem vítimas de agressão, conforme sugere o uso reiterado de formas dos verbos *agredir* (*agride*, *agredidos*), *matar* (*mata*) e *abusar* (*abusadas*).

Com efeito, reconhece-se facilmente a vulnerabilidade a agressões como traço compartilhado pela maioria dos grupos sociais selecionados como domínios da analogia. Pessoas LGBT, pessoas com deficiência e mendigos são grupos reconhecidamente estigmatizados por nossa sociedade e, por isso, estão mais vulneráveis à discriminação, que frequentemente se manifesta na forma de violência física, psicológica ou simbólica. Crianças, por serem dependentes dos adultos, também podem ser facilmente reconhecidas como membros de uma população vulnerável, por exemplo, à pedofilia ou aos maus tratos. Chama a atenção, no entanto, neste caso, a seleção de *aposentados* para compor o nicho analógico. A aposentadoria, embora frequentemente associada à idade avançada, não tem necessariamente a ver com a senilidade. Aposentados não constituem um grupo estigmatizado em nossa sociedade. Diversos são os motivos que levam um indivíduo a se aposentar, e nem todos eles estão associadas a estigmas. O domínio *aposentados* corresponde, assim, a um elemento dissonante no nicho analógico construído pelo senador.

Reconhecemos, neste caso, a construção do que propomos chamar de *amálgama*, isto é, da aproximação de diversos domínios e da defesa (ou pressuposição) de que eles compartilham uma mesma similaridade estrutural, que não é efetivamente compartilhada por um ou mais deles. A amálgama construída por Malta poderia, assim, ser esquematizada da seguinte maneira:

Quadro 18 – o nicho analógico *peessoas LGBT são como aposentados, pessoas com deficiência e mendigos*

A afirmação de que os domínios são análogos consiste, no discurso de Malta, a uma tentativa de que se concebam os aposentados como um grupo social vitimado por estigma.

A tese principal advogada pelo senador é a de que diversos são os grupos estigmatizados em nossa sociedade que não recebem proteção da lei, tais como os aposentados e os mendigos, o que significa, do ponto de vista do senador, que transformar em lei um projeto cujo foco é a discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero seria conceder privilégios a um grupo — nomeadamente, as pessoas LGBT — e ignorar a realidade que é a discriminação aos outros grupos.

Conforme dá continuidade a seu pronunciamento, Malta adiciona mais domínios ao nicho analógico que vinha construindo, a fim de embasar sua argumentação. Observe-se o segmento (45):

(45)

há uma coisa muito (aberta) aqui... se ele vai no seu gabinete e diz eu coloquei meu currículo... tá aqui nomeação... isso vai para senador vai pra deputado federal prefeito vereador vai pra todo mundo... nomeação... cargo público de alto... eh:: de livre escolha... e você não escolhe... isso é VAgo... a pena é de um a três... aí você fala não... essa pessoa tem que dizer assim olha não estou escolhendo você porque você é homossexual... ninguém vai falar isso... só vai dizer ((gritos, vaias)) não escolhi... não escolhi... como as pessoas fazem... quando querem excluir alguém... simplesmente diz que não/ agora ah vou dizer uma coisa para o senhor... quando alguém... é muçulmano pode fazer isso hoje? então uma babá/uma babá de confissão evangélica... e ele descobre que ela é evangélica e toma conta do filho... e ele não quer que essa babá oriente a filha com os ensinamentos cristãos... ele pode mandar embora que ele não é preso... pode mandar embora que ele não é preso... não tem uma lei pra proteger a babá disso...

se eu descobro que a babá da minha filha... é homossexual... conforme a lei... se eu mandar embora... eu tenho que continuar com a babá homossexual porque aí tem cadeia pra mim... ora... é correto isso?... é correto isso? eu estava vindo descendo no aeroporto e vi... antes de pegar o carro... um cidadão rindo de um cidadão que tinha mais ou menos trinta anos de síndrome de Down... chamando ele de cara de bolacha... por que não temos uma lei específica para proteger quem tem síndrome de Down que não pediu para nascer com síndrome de Down?... ((aplausos)) [...] agora ninguém pode impor a não concordância porque o outro concorda com uma lei () você... dizia a questão do restaurante... o restaurante fechou... ah mas... não recebeu porque é homossexual... o outro é jornalista... a lei pra proteger o jornalista que não pôde entrar no/porque já era onze horas e já estava fechado o restaurante... não tem lei pra proteger esse jornalista e não tem lei pra ele poder fazer um boletim de ocorrência depois...

(linhas 291 a 326)

Como se observa em (45), Malta volta a referir-se às pessoas LGBT e a outros grupos também estigmatizados que, segundo ele, não contam com a proteção de lei específica, a saber, muçulmanos, evangélicos e pessoas com síndrome de Down. Chama a atenção, nesse caso, que o senador questione inexistência de uma lei que proteja jornalistas, grupo não estigmatizado, no caso de um restaurante que, depois de fechar, não admita a entrada de clientes com base no fato de serem pessoas LGBT ou jornalistas, como se estes grupos compartilhassem o estigma como semelhança.

O nicho analógico, poderia, nesse caso, ser representado da seguinte maneira:

Quadro 19 – nicho analógico *pessoas LGBT são como aposentados, pessoas com deficiência, mendigos, muçulmanos, evangélicos, pessoas com síndrome de Down e jornalistas*

Identificamos como *domínios-A* aqueles que, em um nicho analógico, compartilham uma semelhança estrutural relevante e como *domínios-B* aqueles que,

embora sejam alinhados com os domínios-A no discurso, não compartilham com estes a semelhança estrutural relevante, sendo, pois, “dissonantes”⁸⁰.

A inserção dos domínios *aposentados* e *jornalistas*, ambos domínios-B, parece, nesse caso, comprometer a coerência interna do nicho analógico, afetando o processo de construção do significado e, conseqüentemente, prejudicando a argumentação do senador.

A inserção dos domínios-B, cujo pertencimento ao nicho pode facilmente ser questionado, tem implicações significativas. Por um lado, ela causa a desestabilização do nicho analógico, cuja similaridade estrutural relevante passa a ser apenas parcialmente adequada para funcionar como efetivo elemento de coesão entre todos os domínios e, portanto, de garantir sua unidade, resultando problemática sua interpretação. Por outro, ela favorece o estabelecimento de uma convergência entre os domínios-A e os domínios-B. Essa convergência pode ser decomposta em dois movimentos distintos concomitantes:

Movimento 1 – representado pelas setas que apontam para baixo, corresponde à negação da similaridade e sugere que a similaridade compartilhada pelos domínios-A não é relevante/significativa, procedimento que minimiza sua importância; e

Movimento 2 – representado pelas setas que apontam para cima, corresponde à afirmação da similaridade e sugere que os domínios-B a compartilham com os domínios-A, o que pode ser aceito por quem acolha as teses defendidas por meio da construção do nicho analógico de modo irrefletido e/ou aqueles cujos modelos mentais favoreçam essa adesão.

Cabe ainda observar que a inserção de domínios-B em nichos analógicos, dando origem a amálgamas, parece corresponder a uma forma de dissimular o caráter pouco coerente e coeso delas, uma vez que a aproximação de diversos

⁸⁰ No esquema que propomos, o domínio *aposentados* encontra-se mais próximo do eixo *vítimas de discriminação* do que o domínio *jornalistas* porque reconhecemos que, embora a pertença ao grupo dos aposentados não implique, em si mesma, um estigma, ele congrega diversos indivíduos que sofrem com o estigma, tal como os idosos, pessoas com deficiência, pessoas com transtornos mentais, entre outros. Caso bastante diferente é o da pertença ao grupo dos jornalistas, que não implica de modo algum, em si mesma, a pertença a qualquer grupo socialmente estigmatizado.

domínios-A, como ocorre neste caso, pode dificultar o processo de identificação de domínios-B, visto que torna cognitivamente mais longo, custoso e complexo o processo de avaliação das analogias propostas.

No caso específico do nicho analógico criado por Malta, o que se observa é que a seleção dos elementos *aposentado* e *jornalista* para integrar nicho analógico revela-se bastante relevante, pois permite uma conceptualização da pertença à população LGBT bastante distinta daquela construída até então pelo senador em seu discurso. Neste nicho, pela primeira vez em todo o debate, o domínio *peessoas LGBT* é pareado com outros que não se caracterizam pelo estigma. Se até então as reiteradas entre o domínio *ser LGBT* e outros domínios estigmatizados, tais como a *ser nordestino* e ou *ser pessoa com síndrome de Down*, davam relevo à condição de desprestígio da homossexualidade, da bissexualidade e da transexualidade, o nicho analógico construído por Malta parece relativizar o estigma associado a essas condições. A construção da amálgama parece corresponder, assim, a um esforço de reclassificação do domínio *peessoas LGBT*, isto é, a uma forma de polemizar com a ideia corrente de que pessoas LGBT são vítimas de estigma.

A criação da amálgama no discurso de Malta pode ser considerada, assim, estratégica, uma vez que a analogia entre os domínios *peessoas LGBT* e *jornalistas*, que faz parte do nicho analógico, sugere o apagamento do estigma relacionado àqueles, o qual havia sido até então reiterado por diversos senadores, incluindo Magno Malta.

Como possível desdobramento dessa analogia, tem-se a ideia de que a homossexualidade, a bissexualidade e a transexualidade são tão aceitáveis socialmente quanto a pertença ao grupo dos profissionais do jornalismo. Tal analogia parece, pois, bastante adequada à defesa da ideia de que o PLC 122/2006 não corresponde a uma proteção contra a discriminação, mas a um dispositivo de concessão de privilégios à população LGBT. A argumentação de Malta marca-se, assim, pela defesa de uma isonomia entre os grupos por ele citados.

A criação de amálgamas pode consistir, no entanto, em uma estratégia que favorece o dissenso e propicia o enfraquecimento da argumentação, como discutimos no que segue.

5.3.1.1 Amálgama e dissenso: a negação da similaridade interdominiais

Em suas considerações finais, feitas pouco antes do encerramento do debate, a relatora da matéria, senadora Marta Suplicy, manifestou-se nos seguintes termos:

(46)

quero ainda colocar... ah... como observação que aqui foi dito... afirmado... que não vivemos num país homofóbico... eu discordo... e quero dizer o porquê... foi mencionado por alguns senadores... que não/que assim como se agridem homossexuais... se agridem deficientes... se agridem... várias pessoas () que estão incomodando de alguma forma... é verdade... mas eu nunca vi alguém esfaquear um deficiente... porque ele é deficiente... ((aplausos e gritos de aprovação)) não vi alguém... não vi... também... -- pode até ocorrer senador Malta... mas isso é raro e dá primeira página de jornal como um escândalo gigantesco -- agora... nunca vi esfaquear... surdo porque é surdo... o senhor pode ter visto... ((falatório na plateia)) mas não é o que ocorre todo dia nesse país... ((campanha soa repetidamente)) mata-se... mata-se por crime homofóbico nesse país... infelizmente... agora... se vossa excelência vai fazer um discurso dizendo que os crimes são... porque:... porque a pessoa incomodou... por qualquer motivo... e é igualzinho... esfaque/que existe esfaqueamento... de pessoa portadoras síndrome de Down... ou de surdos... ou de deficientes... isso o senhor faz à vontade... mas não corresponde à realidade... não corresponde à DOR... não corresPONde ao que essa mãe... tava ali falando... que mata/que matam seu filho... não corresponde àquele pai que teve a orelha decepada... ((aplausos e gritos de aprovação)) porque foi confundido como casal gay... NÃO corresPONde senador... o senhor pode falar o quanto o senhor... desejar... mas a rua... tem a verdade... e a dor... que sentem os pais... (que dos) seus filhos assassinados por homofobia... tá presente... então... eu quero dar aqui/falar... que isso é uma questão que nós temos que reconsiderar...

(linhas 1211 a 1222)

Inicialmente, Marta Suplicy evita de nomear Magno Malta por meio do uso da voz passiva (“que aqui foi dito... afirmado”) ou por meio de referências genéricas (“foi mencionado por alguns senadores”), nomeando-o como alvo de sua discordância apenas posteriormente (“pode até ocorrer senador Malta”). Com efeito, parte significativa do que diz Marta Suplicy consiste em uma refutação (isto é, na avaliação negativa) dos argumentos defendidos por Malta por meio da construção da amálgama.

Segundo Malta, a similaridade estrutural compartilhada pelos domínios do nicho analógico teria relação com o fato de que os elementos de todos os domínios poderiam ser vítimas de discriminação, que poderia se materializar na forma de violência física, psicológica ou simbólica. É à refutação desta similaridade que Marta Suplicy procede quando nega a similaridade estrutural selecionada por

Malta. No início do segmento (46), Marta expressa discordância com relação ao alinhamento de domínios proposto por Malta, pois, ainda que a senadora reconheça como verdadeiro o compartilhamento da similaridade *ser vítima de discriminação*, conforme sugere o uso de “é verdade...”, ela não considera que esta seja relevante para a tomada de decisões a respeito do PLC 122/2006.

A discordância da senadora, introduzida pelo operador argumentativo *mas*, tem a ver com o fato de que, embora os indivíduos pertencentes aos domínios alinhados por Malta sejam efetivamente vítimas de discriminação, eles não correm risco de vida em função dessa similaridade, contrariamente ao que acontece com a população LGBT.

Marta Suplicy não chega a mencionar explicitamente todos os grupos mencionados por Malta, mas faz uma referência geral a eles quando faz referência a “várias pessoas que estão incomodando de alguma forma” ao afirmar: “aqui foi dito... afirmado... que não vivemos num país homofóbico... eu discordo... e quero dizer o porquê... foi mencionado por alguns senadores... que não/que assim como se agriem homossexuais... se agriem deficientes... se agriem... várias pessoas () que estão incomodando de alguma forma”.

Assim, Marta Suplicy parece propor uma reinterpretação do nicho analógico proposto por Magno Malta, que poderia ser esquematizada da seguinte maneira:

Quadro 20 – refutação e nicho analógico: *pessoas LGBT, como outros grupos, são vítimas de discriminação, mas, diferentemente deles, correm risco de vida por conta da violência homofóbica*

O fato de que as pessoas LGBT correm, segundo Marta Suplicy, o risco de serem mortas ou muito machucadas fisicamente em virtude do estigma que as vitima é afirmado pela senadora como um traço relevante capaz de diferenciar o domínio *pessoas LGBT* dos demais domínios do nicho, o que justificaria o tratamento diferenciado dos membros desse domínio com relação aos membros dos demais. Em outras palavras, Marta Suplicy reconhece que a semelhança estrutural identificada por Malta existe, mas afirma que o fato de a população LGBT ser vítima de agressões físicas severas corresponde à dessemelhança relevante que justifica o tratamento diferenciado que o PLC 12/2006 intencionava dar à população LGBT frente a outros grupos também estigmatizados.

5.4 Considerações sobre as análises

Por meio do exame das analogias utilizadas pelos senadores, observou-se que estes fazem uso daquelas com o objetivo de conseguir assentimento para as teses que buscam defender, sejam elas favoráveis à aprovação do PLC 122/2006, sejam elas contrárias a ele. As analogias constituem-se, assim, como uma maneira de manifestação do dissenso, o qual é característico dos debates em geral, conforme se observa no quadro sinótico a seguir:

Posicionamentos	Propósitos das analogias	Analogias ou nicho analógico	Similaridades relevantes entre base e alvo	Similaridades são:		Inferências
				afirmadas	negadas ⁸¹	
Favorável ao PLC 122/2006	Marta Suplicy e Lídice da Mata.	Indivíduos LGBT são como negros.	Pessoas LGBT e negros são estigmatizados; pessoas LGBT não definem sua orientação sexual, assim como negros não definem sua etnia; o PLC 122/2006 protegeria as pessoas LGBT, assim como a lei antirracismo protege os negros.	X		Pessoas LGBT são vítimas de discriminação e não optam por fazer parte de uma população estigmatizada

⁸¹ A identificação da(s) similaridade e posterior negação dela(s) corresponde à construção de uma desanalogia.

	Marta Suplicy	Indivíduos LGBT são como pessoas com deficiência.	Pessoas LGBT, assim como pessoas com deficiência, correm risco de vida em virtude do estigma que as vitima.		X	A senadora não nega que ambas as condições sejam estigmatizadas, mas afirma que pessoas com deficiência não são agredidas, ao passo que pessoas LGBT sofrem agressões que, por vezes, levam à morte.
	Marinor Brito	Ser LGBT é como ser mulher.	Mulheres e pessoas LGBT estão em situação de vulnerabilidade e, por isso, ambos os grupos devem ser protegidos por legislação específica.	X		O projeto de lei em discussão deve ser aprovado.
	Marinor Brito	Ler LGBT é como ser criança ou adolescente.	Crianças e adolescentes, assim como pessoas LGBT, são vulneráveis a agressões.	X		Assim como os adolescentes e as crianças, que podem contar com a proteção do Estatuto da criança e do Adolescente, a população LGBT também deveria poder contar com a proteção de lei específica.
	Marta Suplicy	O PLC 122/2006 é como a lei paulista 10.940/2001	Diferentemente da lei estadual 10.940/2001, o PLC 122/2006 teria, se aprovado, competência penal.		X	A lei estadual 10.940/2001 não cumpre a função de criminalizar a LGBTfobia e, por isso, não poderia ser tomada como parâmetro para medir a eficácia que teria a aprovação do PLC 122/2006.
	Lídice da Matta	PLC 122/2006 é como o Código Florestal	Tanto as discussões acerca do PLC 122/2006 quanto as sobre o Código Florestal foram marcadas por dissenso, que decorre dos diferentes interesses da sociedade.	X		O dissenso sobre o PLC 122/2006 pode ser superado mediante o debate, que deve ocorrer no âmbito das Casas Legislativas.
Desfavorável ao PLC 122/2006	Magno Malta	Pessoas LGBT são como negros.	Diferentemente dos negros, pessoas LGBT optaram por ser LGBT.		X	O PLC 122/2006 é injusto porque não visa proteger todos os grupos estigmatizados.
	Magno Malta	Indivíduos LGBT são como japoneses ou nipodescendentes.	Diferentemente dos japoneses e nipodescendentes, pessoas LGBT optaram por ser LGBT.		X	O PLC 122/2006 é injusto porque não visa proteger todos os grupos estigmatizados.
	Magno Malta	Pessoas LGBT são como índios.	Diferentemente dos índios, pessoas LGBT optaram por ser LGBT.		X	O PLC 122/2006 é injusto porque não visa proteger todos os grupos estigmatizados.

	Magno Malta	Pessoas LGBT são como pessoas com deficiência.	Pessoas LGBT são estigmatizadas, assim como pessoas com deficiência.	X		O PLC 122/2006 é injusto porque não visa proteger todos os grupos estigmatizados.
	Marcelo Crivella	Pessoas LGBT são como idosos	Pessoas LGBT são estigmatizadas e encontram-se em situação vulnerável, assim como idosos.	X		O projeto de lei, assim como algumas decisões favoráveis aos idosos corresponderia a uma forma de conceder privilégios às pessoas LGBT que reforçaria a discriminação.
	Marcelo Crivella e Magno Malta	Ser evangélico é como ser LGBT.	Pessoas LGBT e pessoas evangélicas são estigmatizadas.	X		Uma lei que proteja apenas a população LGBT será injusta por não proteger todos os grupos estigmatizados.
	Magno Malta	Ser LGBT é como ser dependente químico.	O Estado é incapaz de disciplinar a oferta de drogas aos dependentes, assim como é impedir condutas LGBTfóbicas; um dependente químico estará sempre vulnerável a uma recaída quanto ao uso de drogas, assim como pessoas LGBT estarão sempre vulneráveis a agressões.	X		Não se deve aprovar o PLC 122/2006 porque ele, assim como as leis contra as drogas, que não conseguem controlar o controlar ou reduzir o consumo delas, será ineficaz para evitar atitudes fóbicas.
	Cristovam Buarque	PLC 122/2006 é como o Código Florestal	Tanto no caso dos debates sobre o Código Florestal quanto nos casos dos debates sobre o PLC 122/2006, não foi possível chegar a um consenso; tanto o projeto do Código Florestal quanto o PLC 122/2006 são falhos, embora bons.	X		O PLC 122/2006 não deve ser aprovado, uma vez que não chegou a um nível de elaboração que o senador considere satisfatório.
	Magno Malta	O PLC 122/2006 é como a lei paulista 10.940/2001	A lei estadual 10.940/2001 não evitou que as pessoas LGBT fossem discriminadas em São Paulo; o PLC 122/2006, por ser similar, não evitaria a discriminação contra indivíduos LGBT em âmbito nacional.	X		O PLC 122/2006 não deveria ser aprovado, tendo em vista o fato de que legislação similar, aprovada no Estado de São Paulo, não teve eficácia no combate à discriminação.
	Magno Malta	O PLC 122/2006 apodreceu	Tal qual matéria orgânica apodrecida, que é inservível para o consumo humano, o PLC 122/2006 não atende às necessidades da sociedade.	X		O PLC 122/2006 não deve ser aprovado.

Quadro 21 – resumo dos posicionamentos expressos pelos senadores por meio de analogias e/ou nichos analógicos

Por meio da análise, constatou-se que os senadores favoráveis à aprovação do projeto procuraram fazer o uso de analogias que viabilizassem a

conceptualização das pessoas LGBT como vítimas de discriminação — materializada na forma de agressões de naturezas diversas, com consequências mais ou menos sérias, e dificuldade de acesso a serviços —, assim como ocorre com negros, mulheres crianças e adolescentes em nossa sociedade.

Esse grupo de senadores procurou, por meio de diversos expedientes linguístico-discursivos, dentre os quais se destaca o uso de analogias, defender que o Senado deveria aprovar o PLC 122/2006, da mesma forma que aprovou a Lei Maria da Penha, a Lei Antirracismo e o Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo em vista o fato de que essas leis, já aprovadas pelas Casas Legislativas, protegem grupos em condição de vulnerabilidade. Trata-se, assim, da construção de uma argumentação que toma como jurisprudências essas leis, a fim de construir a tese de que o PLC 122/2006 tem mérito e deve ser aprovado, assim como foram anteriormente aprovadas leis consideradas similares.

Nesse sentido, a predominância de analogias que têm como domínios-base *mulheres, crianças, adolescentes e negros*, isto é, grupos amplamente reconhecidos como vulneráveis às mais diversas formas de violência e que já são protegidos por alguma lei, sugere um desejo, da parte dos defensores do projeto, de que a população LGBT seja concebida como uma população vulnerável e que o PLC 122/2006 seja concebido como uma possibilidade de garantir o bem-estar dos membros desse grupo.

Além disso, a argumentação favorável ao projeto de lei baseia-se também na analogia entre pessoas LGBT e negros, por meio da qual se busca construir e/ou ratificar a ideia de que a pertença à população LGBT não está ligada ao arbítrio, o que constitui objeto de controvérsia ao longo do debate.

No que respeita aos senadores contrários à aprovação do projeto, foi possível observar que as analogias colaboram para que se crie uma imagem bastante desfavorável do PLC 122/2006, que por vezes é conceptualizado como medida descabida ou inócua, outras vezes como forma de conceder privilégios à comunidade LGBT.

As analogias colaboram, nesse sentido, para que se construa e/ou perpetue uma noção de que o PLC 122/2006, em lugar de representar um avanço social e uma

forma de buscar melhor qualidade de vida para populações estigmatizadas, como o quis o grupo defensor do projeto, corresponde a uma forma de injustiça e preterimento dos indivíduos que não pertencem à população LGBT. Uma das estratégias utilizadas para deslegitimar o PLC 122/2006 consiste, *grosso modo*, na seleção de domínios como *evangélicos* e *mendigos*, que, embora se caracterizem por estigma, não são protegidos por legislação específica. Tais analogias sugerem um questionamento do escopo do projeto de lei, que, segundo os senadores a ele contrários, deveria procurar dar proteção a todos os grupos que são vitimados pela intolerância.

Nesse sentido, chamam a atenção os argumentos utilizados por Magno Malta, que constrói analogias que se aglomeraram em uma amálgama, a qual sugere o apagamento do estigma relacionado à população LGBT, notadamente por meio das analogias *peçoas LGBT são como jornalistas* ou *peçoas LGBT são como aposentados*. Cabe observar que o próprio Magno Malta, senador com posicionamento contrário ao projeto de lei que mais falou durante o debate e que mais analogias utilizou, chega a utilizar analogias que sugerem a concepção das peçoas LGBT como vítimas de estigma, tais como *ser evangélico é como ser LGBT*, *ser LGBT é como ser dependente químico* e *ser LGBT é como ter síndrome de Down*.

Nesse viés, parece possível dizer que a seletividade e a parcialidade características do raciocínio analógico contribuem de modo decisivo para que se crie uma profusão de conceptualizações da população LGBT no discurso de Malta, as quais não parecem ser sempre coerentes entre si, ora como indivíduos estigmatizados, ora como indivíduos não estigmatizados. Evidencia-se, assim, o caráter plástico dos domínios das analogias, que são deformados em função dos domínios-base com que eles são pareados, sendo certo que a seleção destes está intimamente vinculada aos objetivos discursivo-argumentativos que o orador procura atingir por meio de seu discurso, por vezes em detrimento de sua coerência.

A análise do *corpus* sugere, nesse sentido, que as analogias são utilizadas para viabilizar a moldagem de modelos mentais segundo uma lógica que permite que características possam ser apagadas, salientadas ou mesmo criadas de acordo com os objetivos do orador. Assim, a cada pareamento a que um determinado objeto é submetido, (pretensas) características são expostas, realçadas ou apagadas, o que

significa dizer que o uso de analogias tem pretensões deformantes com relação aos modelos mentais das coisas do mundo existentes.

Além disso, foi possível constatar que as analogias podem organizar-se em nichos analógicos, os quais favorecem a estabilização do significado das analogias que os compõem e podem funcionar como mecanismos para enfatizar semelhanças e dessemelhanças interdominiais.

Averiguou-se também que a coerência de nichos analógicos pode ser comprometida pela introdução de domínios que não compartilham com os outros domínios do nicho uma semelhança relevante em termos argumentativos. Temos, nesse caso, o que propomos chamar de amálgamas, que são mais instáveis que os nichos analógicos convencionais, na medida em que as dissonâncias que delas fazem parte tornam mais custosa sua compreensão, mais evidente seu caráter defectivo e mais frágil a argumentação empreendida por meio delas.

Por fim, foi possível verificar que as analogias correspondem a recursos linguístico-discursivos que, além de deformarem os domínios-alvo que as compõem, são capazes de, ao mesmo tempo, categorizá-los e qualificá-los. Isso significa que o uso de analogias é uma forma de manipular os modelos mentais que são construídos acerca dos elementos que ocupam a posição de alvo, de modo a modificar o modo como são conceptualizados.

O caráter inerentemente deformante das analogias decorre da estrutura do processo de mapeamento: sendo certo que há semelhanças entre quaisquer dois domínios que possam ser selecionados, é necessário que se identifiquem as semelhanças que são relevantes para serem mapeadas da base para o alvo, a fim de que a analogia possa resultar produtiva. Dessa forma, o mapeamento implica sempre dar relevo a algumas características e ignorar outras. É o que acontece quando Magno Malta compara pessoas LGBT a evangélicos: nesse caso, apenas o fato de ambos os grupos serem estigmatizados interessa para a argumentação construída pelo senador; outras características que os indivíduos desses grupos possam compartilhar (serem humanos, formados por moléculas e mamíferos, por exemplo) são desimportantes e, por isso mesmo, não são mapeadas.

As tentativas de categorização dos domínios-alvo das analogias são, por sua vez, especialmente conspícuas nas diversas sequências de desacordo identificadas ao longo das análises, em que os senadores manifestam discordância com relação à maneira como pode ser categorizado um dado domínio. É o que ocorre, por exemplo, quando Magno Malta e Marta Suplicy discordam com relação à possibilidade de comparar o PLC 122/2006 à lei paulista 10.940/2001. De acordo com o senador, tanto aquele quanto esta pertencem a uma mesma categoria, a dos textos de lei que se caracterizam pela intenção de proteger grupos subjugados, mas que falham ao fazê-lo; para a senadora, no entanto, tal categorização não é aceitável, uma vez que a lei paulista, diferentemente do que ocorreria com o projeto de lei se fosse aprovado, não tem competência penal.

A qualificação, por sua vez, tem relação íntima com o processo de recuperação, isto é, de seleção dos domínios para compor as analogias. O fato de o PLC 122/2006 ser frequentemente pareado por seus defensores com a Lei Maria da Penha e a Lei Antirracismo, ambas já aprovadas pelo Congresso Nacional, sugere que os senadores favoráveis ao projeto de lei o consideram viável, consistente, digno de aprovação. Magno Malta, por sua vez, ao comparar o PLC 122/2006 à lei paulista 10.940/2001, procura qualificá-lo como uma medida infecunda.

Face ao exposto, pode-se dizer que as analogias se constituem, em virtude de suas propriedades, como procedimentos argumentativos importantes no processo de tentativa de construção e reconstrução contínua de significados que é característico de eventos discursivos marcados por esforços argumentativos salientes, como é o caso dos debates (e, especificamente, dos debates parlamentares).

CONCLUSÃO

Ao longo das últimas décadas, vimos ganhar relevo, no campo dos estudos da linguagem, correntes teóricas de base cognitivista, que, impulsionadas pelo progresso da Neurociência, da Psicologia Cognitiva e de disciplinas correlatas, têm buscado descrever o processamento mental da língua. Autores como Langacker e Chomsky, embora pertencentes a linhas teóricas bastante distintas, são exemplos de estudiosos que se debruçaram sobre questões atinentes à cognição humana, sobretudo no que se refere a suas relações com a língua.

De outro lado, concomitantemente ao recrudescimento dos esforços de compreender a cognição, ganharam destaque também pesquisas que elegeram o discurso como objeto de interesse, com o objetivo de deslindar suas relações com a sociedade, a história e a ideologia. O crescimento dos estudos discursivos, possibilitado pelo aumento do número de trabalhos em diversas correntes de análise de discurso, que têm em comum o interesse na investigação da linguagem, tanto verbal quanto não verbal, dando especial atenção a suas dimensões situacional, social, retórico-argumentativa e ideológica.

Trata-se, *grosso modo*, de dois conjuntos de teorias que se desenvolveram mais ou menos paralelamente, sem que houvesse entre eles muitos pontos de contato.

Neste trabalho, em lugar de optar por considerar discurso e cognição em isolamento, como objetos de investigação excludentes, consideramo-los complementares, isto é, procuramos articular teorias que se ocupam do discurso e da cognição, levando em conta, o contexto situacional, histórico e social do debate. Trata-se, portanto, de um trabalho que se coaduna com o pensamento de Van Dijk (2006), para quem o trabalho do analista do discurso não pode prescindir da consideração desses aspectos se pretende desvelar a realidade complexa que é inerente à produção e interpretação de sentidos.

Tal posicionamento tem sido atualmente defendido por diversos autores, que têm procurado articular saberes oriundos tanto das investigações sobre cognição quanto daquelas sobre o discurso, de forma a possibilitar que o trabalho

do analista passe a ser feito considerando o que se sabe tanto sobre o processamento mental quanto sobre a sociedade, as relações de poder, a argumentação. O surgimento de teorias do discurso que se querem multidisciplinares e capazes de pensar o discurso no que diz respeito a seus aspectos mentais, sociais, históricos e linguísticos tem possibilitado o surgimento de novas possibilidades de análise e compreensão da comunicação humana, além do surgimento de novas concepções de sujeito, cujo comportamento resulta da interação de características individuais (cognitivas, psíquicas) com elementos sociais e históricos.

Articular conhecimentos sobre discurso, cognição e sociedade possibilitou que a investigação por nós empreendida neste trabalho pudesse levar a conclusões que têm potencial para indicar caminhos a serem percorridos em trabalhos futuros.

A criminalização da LGBTfobia consiste, no Brasil, em tema bastante sensível, cujo debate frequentemente suscita divergências de natureza legal, ética e religiosa. Tendo em vista a análise empreendida neste trabalho, pode-se dizer que o debate realizado no âmbito da CDH do Senado Federal não constituiu exceção, visto que foi marcado por intensa discordância — frequentemente manifesta por meio de analogias ou refutações delas — entre os senadores favoráveis e contrários à aprovação do PLC 122/2006.

Conhecer o encaminhamento argumentativo impresso pelos partícipes do debate a respeito desse tema é relevante, na medida em que implica também conhecer as forças que entraram em disputa durante o processo de deliberação parlamentar acerca dessa temática, tornando evidente, dessa forma, o alinhamento ideológico dos senadores envolvidos no debate. De um ponto de vista discursivo, acreditamos ser este um dos méritos deste trabalho.

Por meio da investigação que empreendemos, foi possível confirmar a hipótese de que as analogias constituem mecanismos de busca e exercício de poder, na medida em que possuem função retórica bastante conspícua. Nesse sentido, foi possível observar a utilização do raciocínio analógico como forma de tentativa de manipulação dos modelos mentais disponíveis acerca do PLC 122/2006, das consequências de sua aprovação, de seus defensores e de seus opositores, de modo

que os oradores pudessem atingir seus objetivos comunicativos. Dessa forma, referenda-se o caráter plástico dos modelos mentais, defendido por Van Dijk (2012), além do potencial argumentativo das analogias, do qual nos falam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]).

O estudo das analogias permitiu observar a ação deformante delas com relação à realidade, a fim de que se atendam os objetivos comunicativos dos oradores. Isso é condição para que o PLC 122/2006 ora seja representado de maneiras tão distintas (e, por vezes, opostas), sendo certo que tais variações podem ter consequência significativas no que respeita aos modelos mentais que podem ser construídos, com base no debate, a respeito de defensores, opositores e consequência de aprovação do projeto de lei.

Pode-se dizer, pois, que o exame das analogias possibilitou o mapeamento das posições ideológicas dos senadores envolvidos no debate e o desenvolvimento do jogo de forças que se materializa linguístico-discursivamente durante o debate, favorecendo a compreensão do movimento que culminou no arquivamento do PLC 122/2006, em função do esgotamento dos prazos regulamentares para sua tramitação.

De um lado, as analogias utilizadas pelos apoiadores do projeto sugerem o alinhamento destes com as pautas identitárias, que têm já há algum tempo atraído a atenção de um número crescente de pessoas, que julgam importante a existência de ações afirmativas em prol da inclusão de membros de grupos estigmatizados, tais como mulheres, negros, população LGBT, pessoas com deficiência, entre outros. Nesse sentido, não parece casual que tais grupos sejam predominantemente selecionados como domínios das analogias dos apoiadores do projeto.

De outro lado, a pesquisa permitiu que se observasse menor homogeneidade quanto ao posicionamento dos senadores contrário à aprovação o projeto de lei, que oscilou entre a defesa do abandono do projeto, tendo em vista a existência de legislação que protege indivíduos vítimas de violência, e a defesa da ampliação do escopo do projeto de lei, de modo que ele passasse a proteger outros grupos estigmatizados.

O conhecimento da estrutura do processamento analógico que utilizamos, advindo sobretudo da Teoria do Mapeamento Estrutural, permitiu que se analisassem as analogias empregadas e se chegasse à conclusão de que os processos de recuperação, mapeamento e avaliação não são, em uma situação de argumentação, balizados apenas por elementos de ordem cognitiva — tais como memória, capacidade de identificação de similaridades, entre outros, como o quis esta teoria —, mas também argumentativa, social e ideológica. Tendo isso em vista, acreditamos ser uma contribuição deste trabalho a ideia de que todas as etapas do processamento analógico ocorrem estrategicamente em debate, uma vez que estão submetidas a uma busca por adesão.

Dessa forma, os resultados a que chegamos tornam inviável concordar com a hipótese de que a seleção de domínios se dá com base apenas em critérios cognitivos, como sugerem os trabalhos de Gentner e seus colaboradores (GENTNER *et al.*, 1997; GENTNER & SMITH, 2013), uma vez que se pôde averiguar, por meio das análises, que a atuação dos senadores engajados no debate é influenciada também pelo desejo de persuasão. Nesse sentido, endossamos o posicionamento de Holyoak (2005), cuja abordagem pragmática das analogias reconhece o papel dos objetivos comunicativos no processo de identificação das similaridades relevantes para que se efetive o processo de mapeamento.

Importa observar, além disso, no que respeita ao debate analisado, que não foram detectados indícios de que a argumentação utilizada pelos senadores tenha sido capaz de possibilitar a mudança de posicionamento de seus pares, o que parece confirmar a visão de Comparato (2000/2001), para quem o debate parlamentar, em lugar de visar à persuasão dos debatedores, tem na população (isto é, no auditório do debate) seus interlocutores mais importantes, com quem a interação é mediada pelos veículos de comunicação de massa. Tal constatação sugere que o debate parlamentar pode se constituir efetivamente como uma espécie de *mise-en-scène* argumentativa, cujos objetivos centrais são a manutenção de uma crença de que a representatividade política, que caracteriza nosso regime de poder, é efetiva e a busca por consolidar uma imagem pública de senadores como defensores dos melhores interesses da população.

A análise do *corpus* possibilitou que se identificasse e descrevesse a organização de analogias em nichos analógicos, isto é, grupos de analogias cujos domínios compartilham uma ou mais similaridades significativas capazes de lhes conferir coesão. Entre as características centrais dos nichos analógicos está uma maior estabilização dos significados das analogias, visto que a organização em nichos obriga que se identifiquem similaridades estruturais comuns a todos os domínios envolvidos, e não apenas aos dois domínios identificáveis em analogias não organizadas em nichos.

Postular o conceito de nicho analógico permitiu delinear a noção de amálgama, compreendida como um nicho analógico em que um ou mais domínios dissonantes são introduzidos, a fim de manipular o modo como estes são conceptualizados, dissimulando o fato de que não compartilham com os outros domínios uma similaridade estrutural relevante. A criação de amálgamas parece possibilitar, dessa forma, que se crie a ilusão de que o nicho construído é coeso e de que os domínios dissonantes pertencem genuinamente a ele.

Discutimos, no trabalho, que tanto a formação de nichos analógicos propriamente ditos quanto de amálgamas têm implicações distintas para o encaminhamento da argumentação empreendido pelos senadores no debate, visto que aqueles parecem muito mais facilmente aceitáveis que estas.

Entendemos que propor conceitos de nicho analógico e amálgama, por um lado, consiste em uma ampliação da teoria dos nichos metafóricos desenvolvida por Vereza (2007) e, por outro, reforça a relação entre cognição e discurso, a qual advogamos, por acreditarmos que constitui terreno fértil para investigações futuras, no contexto de pesquisas no campo dos estudos discursivos.

Constatou-se, ademais, que o recurso a analogias, a despeito de constituírem ou não nichos analógicos ou amálgamas, frequentemente coincide com uma tentativa de categorização, por meio da qual se busca a adesão às teses defendidas. Um exemplo disso é a analogia entre o PLC 122/2006 e a lei Maria da Penha, a qual parece objetivar que aquele seja concebido como uma iniciativa capaz de proteger um grupo vulnerável, ao passo que a desanalogia ser *LGBT não é como*

ser negro parece levar a uma categorização distinta, a saber, a de que a lei pode ser compreendida como uma injustiça.

Observa-se, dessa maneira, que o uso da analogia, do qual decorre uma série de inferência, categorizações e qualificações, mostra-se bastante produtivo em termos argumentativos, visto que ele possibilita a criação de um jogo argumentativo, no qual diferentes representações do mundo são submetidas à apreciação da plateia, que poderá aceitá-las como verdadeiras, caso julgue ajustada a analogia ou o conjunto de analogias utilizado pelos oradores.

Ao referendarmos a ideia de que as analogias podem manipular os modelos mentais sobre os objetos do mundo daqueles que com elas entram em contato, faz-se necessário também pensar o debate como um campo de disputa de poder, de busca pela hegemonia, no que diz respeito ao estabelecimento das relações de hiponímia e hiperonímia (isto é, da categorização), tendo em vista que também podem ser manipuladas por meio da construção e do uso de analogias. Tal disputa pode ser observada, por exemplo, quando se analisa o dissenso sobre a orientação sexual, que, para Magno Malta, é fruto dos desígnios individuais, fruto das decisões de alguém, e, para Marta Suplicy, corresponde a algo que independe da vontade individual. A discordância entre os senadores é uma dentre as diversas que têm por base o desejo de que os modelos mentais, que pode se traduzir em uma disputa por propostas diferentes (e, por vezes, conflitantes) de categorização dos domínios-alvos das analogias.

Por meio do exame comparativo das analogias averiguou-se ainda que elas podem consistir em uma forma de expressão de dissenso, visto que correspondem, no debate sob análise, a tentativas de conquistar a crença em conceptualizações diversas (e até mesmo inconciliáveis) de um mesmo domínio-alvo. A maneira reiterada como os debatedores refutam as analogias produzidas por seus pares é indício de uma disputa entre eles pela adesão alheia, a que todos os debatedores parecem aspirar.

O exame dos usos de analogias permitiu também verificar que elas têm papel importante na argumentação que caracteriza o debate parlamentar sob análise, tendo em vista que possibilitam que se modifiquem, por meio de

deformações, categorizações e qualificações, as conceptualizações dos domínios-alvos, favorecendo, assim, a busca pela persuasão do auditório e dos debatedores para as teses que lhes são apresentadas. Dessa forma, tendo em vista as análises apresentadas, pode-se dizer que as analogias desempenham papel bastante relevante no processo de negociação de sentidos que é inerente a qualquer esforço de deliberação, na medida em que elas possibilitam a instauração de um processo de permanente (re)criação discursiva dos objetos do mundo, por meio do qual suas características podem ser postuladas, salientadas ou apagadas, a depender dos objetivos argumentativos dos oradores. Nestes termos, confirmamos nossa tese.

Procuramos, por meio deste trabalho, contribuir, tendo por base os conhecimentos das analogias advindos de teorias de filiação cognitiva, para a compreensão da analogia utilizada em situação de argumentação. Trata-se, em outras palavras, de um trabalho que visou trazer, para o âmbito dos Estudos de Discurso, a pesquisa sobre analogia, que frequentemente é feita no âmbito dos estudos da cognição e a cujo estudo poucos pesquisadores do discurso tem se dedicado, a despeito de sua complexidade e importância para a comunicação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Casimiro de. Meus oito anos. In: BARBOSA, Frederico. *Clássicos da literatura brasileira*. São Paulo: Click, 1997, p. 114.

ADAM, Jean-Michel. *Le text narratif*. Paris: Nathan, 1985.

AMOSSY, Ruth. *Apologia da polêmica*. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. O ethos na intersecção das disciplinas. Trad. de Dilson Ferreira da Cruz. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.

AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. Cortesia e descortesia em debates radiofônicos: um estudo das sequências indicativas de desacordo. In: PRETI, Dino (org.). *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008, pp. 355-375.

_____. Diálogos da mídia: o debate televisivo. In: PRETI, Dino (org.). *Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2005a, p. 171-193.

_____. O gênero debate no discurso jornalístico. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro; BORTONI-RICARDO, Stella Maris; CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara; SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; SCHERRE, Maria Marta Pereira; GRANNIER, Daniele Marcelle (orgs.). *Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005b, pp. 146-152.

ARISTÓTELES. *Retórica*. 2.ed. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; SANTOS, Daniel Moraes dos. Discriminação contra minorias sexuais, religião e o constitucionalismo brasileiro pós-88. In: *Revista General de Derecho Constitucional*. Madrid, n. 10, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. (VOLOCHÍNOV, Pavel). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

_____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BALESTERO, Gabriela Soares. O direito à diversidade sexual no Brasil e os efeitos violentos do descaso do poder legislativo federal. In: *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, n. 123, 2011, pp. 5-16.

BLACK, Max. *Models and metaphors*. Ithaca: Cornell University Press, 1962.

BODENHAUSEN, Galen. Emotions, arousal, and stereotypic judgments: a heuristic model of affect and stereotyping. In: HAMILTON, David L.; MACKIE, Diane M. (eds.). *Affect, cognition, and stereotyping: interactive process in group perception*. San Diego: Academic Press, 1993, p. 13-37.

BOMFIM, Silvano Andrade do. Homossexualidade, direito e religião: da pena de morte à união estável – a criminalização da homofobia e seus reflexos na liberdade religiosa. In: *Revista Brasileira de Direito Constitucional*. São Paulo, n. 18, jul./dez. 2011, pp. 71-103.

BRASIL. *Relatório de violência homofóbica no Brasil: ano 2013*. Brasília: Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, 2016. Disponível em <http://www.mdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>. Acesso em 19/03/2018.

CARVALHO, Salo de. Sobre a criminalização da homofobia: perspectivas desde a criminologia queer. In: MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SCHWARTZ, Germano (orgs.) *O Direito da Sociedade*. Canoas: Unilasalle, 2014, pp. 257-281

CHANG, Simon. Criminalization of homosexuality and sex ratios. In: *Institute for the Study of Labor Discussion Paper Series*, Discussion Paper n. 8801, jan/2005.

CHARAUDEAU, Patrick. La situation de communication comme fondatrice d'un genre: la controverse. In: MONTE, M; PHILLIPE, G. (dir.). *Genres et textes: déterminations, évolutions, confrontations*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2015, pp. 49-57.

COMPARATO, Fábio Konder. A democratização dos meios de comunicação de massa. In: *Revista USP*. São Paulo, n.48, dez./fev. 2000/2001, p. 6-17.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. *Religião e Política: ideologia e ação da "Bancada Evangélica" na Câmara Federal*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2011.

DOURY, Marianne; KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. La place de l'accord dans polémique: le cas du débat Sarkozy/Royal (2007). In: *A contrario*, v. 2, n. 16, 2001.

ERLICH, Frances D. de. *La interacción polémica: estudio de las estrategias de oposición em francés*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1993.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. In: *Bagoas*. Natal, n. 4, 2009, pp. 131-158.

_____. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. In: *Cadernos do Arquivo Edgard Leuenroth*. Campinas, v. 10, n. 18/19, 2003, pp. 81-124.

_____. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

FARR, Robert. *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FAUCONNIER, Gilles. *Mappings in thought and language*. New York: Cambridge University Press, 1997.

FERREIRA, Filipe Mantovani. Estereotipagem e argumentação: um estudo de peças publicitárias em revistas de nicho. In: *Anais do II Seminário de Estudos sobre Discurso e Argumentação*. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2015. v. 1, 2015, p. 413-425.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo, Loyola, 1999.

GADOFFRE, Gilbert, Perkin WALKER & Arnaud TRIPET. Les hommes de la Renaissance et l'analogie. In: LICHNEROWICZ, André *et al.* (dir.). *Analogie et connaissance*. Tome I: Aspects historiques. Paris: Maloine, 1950, pp. 47-55.

GENTNER, Dedre. Analogy. In: WILSON, Robert A. & KEIL, Frank C. (Eds.). *The MIT Encyclopedia of the Cognitive Sciences*. Cambridge (Massachusetts): MIT Press, 1999, pp. 17-20.

_____. Structure-Mapping: A Theoretical Framework for Analogy. In: *Cognitive Science*, v. 7, 1983, pp. 155-170.

_____. The mechanisms of analogical learning. In: VOSNIADOU, Stella; ORTONY, Andrew. (Eds.), *Similarity and analogical reasoning*. London: Cambridge University Press, 1989, pp. 199-241.

_____; BOWDLE, Brian F. Metaphor as structure-mapping. In: GIBBS, Raymond W. (Ed.) *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. New York, NY: Cambridge University Press, 2008, pp. 109-128.

_____; BOWDLE, Brian F.; WOLFF, Phillip; BORONAT, Consuelo. Metaphor is like analogy. In: GENTNER, Dedre; HOLYOAK, Keith J.; KOKINOV, Boicho N. (Eds.), *The analogical mind: Perspectives from cognitive science*. Cambridge (Massachusetts): MIT Press, 2001, pp. 199-253.

_____; BREM, Sarah; FERGUSON, Ron; WOLFF, Philip; MARKMAN, Arthur; FORBUS, Ken. Analogy and creativity in the Works of Johannes Kepler. In: WARD, Thomas B.; SMITH, Steven M.; VAID, Jyotsna. (eds.). *Creative thought: an investigation of conceptual structures and processes*. Washington, DC: American Psychological Association, 1997, pp. 403-459.

_____; FORBUS, Kenneth D. Computational models of analogy. In: *Cognitive Science*, n. 2, vol. 3, 2011, pp. 266-276.

_____; SMITH, Linsey A. Analogical learning and reasoning. In: REISBERG, Daniel. (Ed.), *The Oxford handbook of Cognitive Psychology*. New York, NY: Oxford University Press, 2013, pp. 668-681.

_____; MARKMAN, Arthur B. Structure mapping in the comparison process. In: *American Journal of Psychology*, n. 11, v. 4, 2000, pp. 501-538.

_____; SMITH, Linsey A. Analogical reasoning. In RAMACHANDRAN, Vilayanur Subramanian (Ed.) *Encyclopedia of Human Behavior*. 2. ed. Oxford: Elsevier, 2012, pp. 130-136.

GLUCKSBERG, Sam. The psycholinguistics of metaphor. In: *TRENDS in Cognitive Science*, n. 2, v. 7, fev., 2003, pp. 92-96.

_____. Understanding figurative language: from metaphors to idioms. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GOFFMAN, Erving. *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1981.

HESSE, Mary. *Models and analogy in science*. London: Sheed & Ward, 1963.

HOLYOAK, Keith J. Analogy. In: HOLYOAK, Keith J.; MORRISON, Robert G. (Eds.). *The Cambridge Handbook of Thinking and Reasoning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, pp. 117-142.

_____. The pragmatics of analogical transfer. In: BOWER, Gordon H. (Ed.). *The psychology of learning and motivation*, n. 19. New York: Academic Press, 1985.

_____; GENTNER, Dedre; KOKINOV, Boicho N. Introduction. In: GENTNER, Dedre; HOLYOAK, Keith J.; KOKINOV, Boicho N. (Eds.), *The analogical mind: Perspectives from cognitive science*. Cambridge (Massachusetts): MIT Press, 2001, pp. 199-253.

_____; GICK, Mary L. Analogical problem solving. In: *Cognitive Psychology*, n. 12, 1980, p. 306-355.

_____; GOH, Kyunghee. Surface and structural similarity in analogical transfer. In: *Memory and Cognition*, n. 15, v. 4, 1987, pp. 332-340

_____; KITTUR, Aniket; HUMMEL, John E. Feature- vs. relation-defined categories: Probab(alistic)ly not the same. In: FORBUS, Kenneth; GENTNER, Dedre; REGIER, Terry. (Eds.). *Proceedings of the Twenty-sixth Annual Conference of the Cognitive Science Society*. Mahwah, NJ: Erlbaum, 2004, pp. 696-701.

ITKONEN, Esa. *Analogy as structure and process*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. A multi-level approach in the study of talk-in-interaction. In: *Pragmatics*, v. 7, n. 1, 1997, pp. 1-20.

_____. *La conversation*. Paris: Seuil, 1996.

_____. *Les interations verbales*. Paris: Amand Colin, 1990.

LAKOFF, George; TURNER, Mark. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: Chicago University Press, 1989.

LANGACKER, Ronald Wayne. *Cognitive Grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press, 2008

_____. *Concept, Image, and Symbol: The Cognitive Basis of Grammar*. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 1991.

_____. *Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. Vol. 1. Stanford: Stanford University Press, 1987.

_____. The contextual basis of cognitive semantics. In NUYTS, Jan; PEDERSON, Eric (eds.). *Language and conceptualization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LEE, David. *Cognitive Linguistics: an introduction*. 6.ed. Melbourne: Oxford University Press, 2005.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. In: *Religião & Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, 2012, pp. 29-56.

MACAGNO, Fabrizio. The logical and pragmatic structure of arguments from analogy. In: *Logique & Analyse*, n. 240, 2017, pp. 465-489.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In: MIRANDA, Neusa Salim; NAME, Maria Cristina. (orgs.). *Linguística e Cognição*. Juiz de Fora: UFJF, 2005, pp. 49-77.

MARIANO, Ricardo. Expansão do pentecostalismo no Brasil: o caso da Igreja Universal. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 18, n. 52, 2004, pp. 121-138.

_____. Políticos evangélicos à beira de um ataque homofóbico. *Anais do XXIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Caxambu, 2005.

MARQUES, Maria Aldina de Bessa Ferreira Rodrigues. *Funcionamento do discurso político parlamentar: a organização enunciativa no debate da interpelação ao governo*. Coleção Poliedro. Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, 2000.

MASIERO, Clara Moura. Criminalização da homofobia e política criminal brasileira: análise crítica do PLC 122/2006. In: *Sistema Penal e Violência*, n. 2, vol. 5, jul.-dez. 2013, pp. 172-186.

MEIRELES, Selma Martins. As dissensões e as estratégias de trabalho de face em diálogos do alemão. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

MODESTO, Marcello. Internalismo e externalismo em Linguística e a neurociência da linguagem. *Alfa*, São Paulo, v. 01, n. 53, p. 137-164, 2014.

MONDADA, Lorenza. La construction interactionnelle du topic. In: MONDADA, Lorenza. (ed.). *Formes linguistiques et dynamiques interactionnelles: actes du colloque de Lausanne*, Cachiers de l'ILSL, v. 7. Université de Lausanne, 1995, pp. 111-135.

____; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

MORATO, Edwiges Maria. A noção de frame no contexto neurolinguístico: o que ela é capaz de explicar? In: *Cadernos de Letras da UFF: Dossiê Letras e Cognição*, n. 41, 2010, pp. 93-113.

MOURA, Heronides. Desfazendo dicotomias em torno da metáfora. In: *Revista Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, n. 1, v. 16, jan./jun., 2008, pp. 179-200.

____. Relações paradigmáticas e sintagmáticas na interpretação de metáforas. In: *Linguagem em (Dis)curso*, n. 3, v. 7, set./dez., 2007, pp. 417-452.

NOTHOMB, Amélie. *Métaphysique des tubes*. Paris: Aubin Michel, 2001, p.19.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues. *Direitos sexuais de LGBTTT no Brasil: jurisprudência, propostas legislativas e normatização federal*. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

ORTONY, Andrew. Beyond literal similarity. In: *Psychological Review*, n. 86, 1979, pp. 161-180.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1958].

PLANTIN, Christian. *A argumentação: história, teorias, perspectivas*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2013.

_____. Analogie et métaphores argumentatives. In: *A contrario*, v. 2, n. 12, 2011, pp. 110-130.

PRETI, Dino. (org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 2003.

RESENDE FILHO, Edson Peixoto de. A interpretação de Pierre Aubenque dos usos filosóficos da analogia em Platão. In: *O que nos faz pensar: cadernos do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*. No. 24. Outubro de 2008.

RODRIGUES, Aroldo. *Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1975.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas – revista de estudos linguísticos*, Juiz de Fora/MG, v. 03, n. 01, p. 61-79, 1999.

_____. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (orgs.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 151-168.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, vol. 6, n. 1, jan.-jul. 2016, pp. 179-212.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1965 [1916].

SHAKESPEARE, William. *Sonetos*. Trad. de Jorge Wanderley. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 46

SOUZA, Sandra Duarte. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. In: *Estudos de Religião*. São Paulo, v. 27, n. 1, 2013, pp. 177-201.

TALMY, Leonard. *Toward a cognitive semantics*. 2 volumes. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 2000.

TVERSKY, Amos. Features of similarity. In: *Psychological Review*, n. 84, v. 4, jul. 1977, pp. 327-352.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Discourse and knowledge: a sociocognitive approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

_____. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Discurso e poder*. Organização de Judith Hoffnagel e Karina Falcone. Tradução de Judith Hoffnagel *et al.* São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Discourse and manipulation. In: *Discourse and Society*, vol. 17(2): 359-386. London: Sage, 2006.

VAN EEMEREN, Frans; HOUTLOUSSER, Peter; SNOECK HENKEMANS, Francisca. *Argumentative indicators in discourse: a pragma-dialectical study*. Amsterdam: Springer, 2003.

VEREZA, Solange Coelho. Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitivo-discursiva. In: *Linguagem em (Dis)curso – LEMD*, v. 7, n. 3, set./dez. 2007, pp. 487-506.

WALTON, Douglas; REED, Christopher; MACAGNO, Fabrizio. *Argumentation schemes*. New York: Cambridge university Press, 2008.

**ANEXO 1 - Transcrição do debate acerca do PLC 122/2006
ocorrido durante a Reunião da Comissão de Direitos
Humanos do Senado Federal em 08/12/11**

Lista de participantes do debate

Nome do senador	Identificação na transcrição
Paulo Paim	PP
Marta Suplicy	MS
Magno Malta	MM
Marinor Brito	MB
Cristovam Buarque	CB
Lídice da Mata	LM
Marcelo Crivella	MC
Eduardo Suplicy	ES
Sérgio Petecão	SP
Indivíduos não identificados	?

- PP pessoal... eu peço o máximo silêncio... porque agora nós vamos começar o debate... a relatora vai dar... o seu parecer... sobre o PL cento e vinte e dois... todos vocês que estão aqui... independente da posição querem ouvir os senadores e senadoras... e naturalmente a relatora... então o aPElo que eu faço...
 5 é o máximo de silêncio... e dizer... que a gente vai cumprir o regimento na íntegra... o regimento será cumprido na íntegra independente da vontade desse ou daquele:... senador e de vocês que estão acompanhando aqui dentro da sala esse debate... então vamos lá... é o item três... Projeto de Lei da Câmara número cento e vinte e dois de dois mil e seis... não terminativo... ou seja depois
 10 daqui ele ainda vai para a CCJ... o projeto... ((lendo a ementa)) “altera a lei sete mil setecentos e dezesseis... de cinco de janeiro de mil oitocentos e oitenta e nove... que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor... dá nova redação... ao parágrafo terceiro do artigo cento e quarenta... do decreto-lei número dois mil oitocentos e quarenta e oito... de sete de dezembro de mil
 15 novecentos e quarenta... Código Penal... e ao artigo quinto:... da CLT... aprovada pelo decreto-lei cinco mil quatrocentos e cinquenta e dois de primeiro de maio de mil novecentos e quarenta e três e dá outras providências”...((deixa de ler)) autoria... deputada Iara Bernardi... relatoria... senadora Marta Suplicy... seguindo... o regimento na íntegra atenção para não haver nenhuma:...
 20 preocupação... com a palavra a relatora... senadora Marta Suplicy
- MS bom dia... caros... ((aplausos)) deputados presentes também... militantes dos dois lados... e prezados senadores... e senadoras... na busca
- PP [
- Marta só um minutinho...
- 25 só pra::... pra não ficar dúvida... já está inscrito... o senador Magno... Malta... o senador Roberto Costa... e a senadora Marinor... os outros por favor encaminhem à mesa o nome
- MS ((burburinho na plateria)) na busca... ((dirigindo-se a Paulo Paim) tem que pedir... silêncio
- 30 PP tá... eu vou pedir o MÁximo de silêncio... o pessoal que tá lá atrás... tá pedindo que as pessoas... se nos ajudarem... deixar os cartazes... para que as pessoas que estão mais atrás possam olhar... e que os cartazes fiquem bem lá no fundo

35 porque não atrapalha os que estão aqui... ((aplausos da plateia)) entre a mesa...
e lembramos que tem acomodação na sala dezenove... senadora Marta por
favor... relatora da matéria

[

MS prezado presidente Paulo Paim... na busca da construção de um
consenso maior... eu vou pedir reexame da matéria... ((vaías vindas da plateia))
e vou...

40 PP pessoal... nós fizemos um aCORdo pessoal...eu peço que não haja... em nenhum
momento nós vamos permitir vaia aqui... o que a relatora está dizendo nesse
momento é que ela tá pedindo reexame da matéria na busca do entendimento...
isso é regimental... isso não vai trazer prejuízo... para que os inscritos usem a
palavra

45 MS presidente... eu vou reti/estou pedindo esse reexame... mas eu quero deixar
aqui... a importância desse projeto... que é um projeto que tem sido muito
vilipendiado... injuriado... de todas as formas e que tramita... há mais de dez
anos no Congresso Nacional... é um projeto que foi aprovado na Câmara... oito
anos no senado... e agora se encontra na Comissão de Direitos Humanos... e eu
50 quero frisar... na Comissão de Direitos Humanos... o que são direitos
humanos?... esse projeto atenta exatamente para direitos humanos... é o
projeto que combate a discriminação em três áreas basicamente... na área do
trabalho... quando você não vai mais poder discriminar uma pessoa... que
chegue e peça: um emprego e você diga... você é homossexual eu não te dou o
55 emprego... não vai mais poder fazer isso... assim como hoje se eu vou pedir um
emprego... e sou negra... a pessoa disser pra mim que não vai dar o emprego
porque eu sou negra... ela tá incorrendo num crime... é exatamente a mesma
coisa ((aplausos e gritos)) nesse sentido... esse projeto também... ele vai
proteger as pessoas... que são discriminadas... no lugar... como no/no servi/o
60 servi/como no serviço público... se eu estou pedindo/estou tendo/sendo
atendida por alguém no serviço público e que me verbaliza... me verbaliza...
que eu não vou ser atendida... vá pro fim da fila porque eu sou isso ou aquilo
referente à condição homossexual da pessoa vai ser crimin/criminalizado... e
também na outra situação de criminalização do projeto... é a situação... de

65 consumo... seu eu chego num/no restaurante se eu chego no cabeleireiro se eu
chego no comércio no trabalho... e não tenho meu emprego porque/ou não sou
atendido por causa disso da minha condição... hoje mesmo senador Paulo Paim
nós tivemos nos jornais uma mo/jovem que trabalha numa escola... e foi
obrigada/e foi chamada pela diretoria.. que ela não poderia comparecer à
70 escola... com o cabelo natural da sua raça... e que ela teria que fazer chaPinha
no cabelo para manter seu emprego... esse tipo de discriminação ocorre... e nós
não queremos mais uma socieDAde... nós não queremos mais uma sociedade
onde as pessoas seja baRRAdas nos seus direitos por serem de uma forma ou
de outra... ((aplausos e gritos)) hoje eu quero reiterar... hoje... nessa área... é
75 um deserto em relação aos homossexuais... que não têm proteção nenhuma...
frente a esses direitos... também quero ressaltar... o artigo três... que:: foi fruto
de muitos desentendimentos inclusive com a CNBB... ((lendo)) “que ao
disposto nessa lei não se aplica à manifestação pacífica de pensamento
decorrente da fé e da moral fundada na liberdade de consciência de crença e
80 de religião de que trata o inciso sexto do artigo quinto da Constituição
Federal”... ((deixa de ler)) esse artigo... ele explicita o que já existe na
Constituição Federal.. e gostaria também...de colocar que o artigo: sétimo... foi
muito negociado... inclusive conversado com o senador Crivella... que depois
infelizmente... nós tivemos outros... outros desentendimentos... mas esse aqui
85 foi uma palavra importante... conversado com vários setores LGBT inclusive
Toni Reis presente... senador Demóstenes que estava presente... que foi retirar
a palavra praticar e incitar que estava no artigo vinte do ex/do original um dois
dois... e permi/permitir só a palavra induzir ((lendo)) “alguém à prática de
violência de qualquer natureza motivado por preconceito de sexo orientação
90 sexual ou identidade de gênero”...((deixa de ler)) o que que significa isso?...
significa que induzir... a pessoa terá que provar... que foi aQUEla fala que o
induziu a ter um ato de violência... eu acredito que isso de certa forma... ele
protege... vai inibir mas protege pastores e padres e religiosos nas suas falas...
e ao mesmo tempo dá às pessoas homossexuais que se sentirem ofendidas o
95 direito de ir à justiça e o juiz decidir... quero também dizer que essa::/ah:: o
meu sentimento em relação ao respeito que todos devemos ter pela
diversidade pela/pelo: diferente...é um respeito que vale para o os dois lados...

vale ao desrespeito a os símbolos de fé... e não se constrói uma sociedade com
 intolerância... de nenhum lado né... e quero também colocar que nós aqui
 100 também ah:... apenamos todos os comportamentos violentos os
 comportamentos ah:: que agridem... e HOje nós temos um exemplo... por
 exem/ se uma pessoa homossexual... é atacada na Avenida Paulista -- que hoje
 é uma coisa que está sendo bastante frequente -- e com um chute com um
 xingo... uma quebra de BRAço... uma lesão desse tipo... o policial simplesmente
 105 dá de ombros como tem feito frequentemente... com esta lei ele não mais
 poderá dar de ombros... como não dá de ombros... se uma pessoa negra é
 desacaTAda... ou chutada ou xingada... ele leva essa pessoa à delegacia... nós
 temos tido aumento do crime do assassiNAtO do/da humilhação... e casos
 assim espantosos como::... dois homens que andavam abraçados numa cidade
 110 do interior de São Paulo e um deles teve a orelha decepada... porque acharam
 que era um co/um casal gay... e era PAI e Filho abraçados... essas situações são
 situações... que um projeto como esse... vai inibir... eu não diria que vai acabar...
 como o racismo não acabou nesse país... como tanta discriminação não
 acabou... com tanta coisa... ((aplausos e gritos)) mas vai ajudar... vai ajudar... e
 115 é por isso... quando alguns também dizem que esse projeto... não acrescenta...
 é um projeto inócuo... não é inócuo... ele vai inibir a discriminação... e eu quero...
 continuar essa discussão porque acredito... que a partir/que todos aqui
 respeitamos os direitos humanos... não queremos discriminar as peSSOas... nós
 tenhamos esse entendimento... que nós não podemos deixar esse crimes
 120 acontecendo... nós não podemos permiTIR uma ci/ uma/uma::/ uma
 civili/uma/uma civilização... que não é civilizada... as pessoas existem... as
 pessoas existem... elas não vão mudar de comportamento... né? agora... nós
 podemos aprender a ter respeito pelas pessoas... e isso... vale para todos os
 lados... então nós vamos pedir para fazer um novo reexame da matéria... vamos
 125 continuar a construção ah:... aqui no/no Senado... porque nós acreditamos
 sim... que a conVERsa o resPElto o entendimento... a negociação...é o que nos
 vai fazer superar uma sociedade... que é tão injusta e eu diria tão perversa com
 uma parte dos seus cidadãos... era isso o que eu tinha a dizer... muito obrigada
 ((aplausos e gritos))

- 130 PP esta:... esta foi a senadora... relatora da matéria: Marta Suplicy... e como havia já ajustado... serão permitidas as palmas... só não serão permitidas as vaias... senador Magno Malta com a palavra ((aplausos e gritos; soa a campainha em pedido de silêncio)) tá tá bom... senador Magno Malta com a palavra
- 135 MM senhor presidente... senhor presidente Paulo Paim... relatora... Marta Suplicy... senadora Marta... demais senadores e senadoras... deputados federais aqui... bancada católica... bancada evangélica... deputados espíritas... cidadãos do povo... organizações... ONGs que defendem o projeto da... senadora Marta... grupo GLBT que aí está... grupos de homossexuais que defendem o que pensam e que acreditam que nós temos que respeitar... deputado Jean Wyllys... que é
- 140 defensor da causa... e nós precisamos... nós precisamos/cada qual defende o que acredita e nós precisamos respeitar isso...cumprimento a todos... e é preciso fazer um breve relato... toda as vezes que debater esse assunto senhor presidente... do histórico e da história... do PL um dois dois... aliás esse número apodreceu... isso é uma frase que eu usei com a senadora Marta... quando
- 145 tivemos uma oportunidade de conversar eu... o deputado Gilmar Machado... senador Walter Pinheiro... a deputada Lauriete e a senadora Marta no meu gabinete... e a gente conversava sobre esse assunto... penso que o que o Brasil espera que nós versemos é sobre um texto que fale sobre intolerância... ninguém tem direito de ser intolerante com ninguém... a ninguém é dado o
- 150 direito de ser intolerante com alguém que nasceu estrábico... ou alguém que nasceu com... com a síndrome/com a Talidomida com os braços curtos com as pernas curtas... faltando dedos... ninguém tem direito de ser intolerante com alguém que nasceu no Nordeste... aliás você vai ter até que fazer uma/uma lei para proteger o nordestino porque todo mundo que o cara acha que é
- 155 cabeçudo chama de Paraíba... venha cá Ceará... uma maneira de denegrir o nordestino que trabalha em São Paulo... todo mundo é cearense... uma maneira de/de achar que tá colocando uma/uma/uma parte do país...eh... subjugada a uma que se acha a elite pura que é São Paulo... pois bem... ninguém tem direito a isso como ninguém tem direito de ser intolerante com homossexual... eu
- 160 estou falando do alto da minha experiência... ninguém direito de ser intolerante com homossexual... como ninguém tem direito de ser intolerante ((aplausos e gritos))... ninguém tem direito de ser intolerante com católico com

padre... ninguém pode ir pra avenida ninguém pode ir pra avenida e
 estampar uma faixa e dizer “se o papa engravidasse aborto era sacramento”...
 165 ((aplausos e gritos)) e isso estava... essa faixa estava... na passeata do
 movimento gay de São Paulo... mais ainda... ninguém tem direito de ser
 intolerante com os símbolos... de um/um centro de umbanda... há que se
 respeitar... de um candomblé... olha eu professo minha fé no segmento
 evangélico... os símbolos de umbanda tão respeitos por eles... eu não tenho
 170 direito de ser intolerante... como também ninguém tem direito de levar os
 santos que são sagrados símbolo da Igreja Católica como fez o movimento gay...
 levou para sua passeata e colocou os SANTos em posição sensual... senador
 Paim... me lembro quando um bispo da Igreja Universal Von Helde... chutou a
 santa... uma imagem num programa de televisão... parece que o mundo caiu...
 175 e arrumaram isso de pano de fundo parecia que era uma tentativa de destruir
 tudo que é confissão de fé fora a católica no Brasil... e até me admira porque a
 Igreja Católica não se manifestou... com seus símbolos sagrados na avenida em
 posição sensual ((aplausos e gritos))... aliás foi isso... que Silas Malafaia
 defendeu no seu programa... que depois o programa foi pego... pinçados e
 180 entregue ao Ministério Público como se Silas estivesse incitando o ódio... uma
 mentira absoluta... contra os homossexuais... uma CNBB que reage sempre
 reagiu muito rápido... rea/reage tanto... que mandou uma nota aqui dizendo
 que nunca fez acordo com a senadora Marta... ((lendo)) “CNBB... publica nota
 de esclarecimento sobre o projeto de criminalização da homofobia... o
 185 presidente da Conferência Nacional dos Bispos Cardeal Raimundo Damasceno
 As/Assis emitiu nota de esclarecimento... ‘A presidência da CNBB nunca fez
 acordo com a senadora Marta’”... isso chegou aqui na nossa mão agora de
 manhã... ((aplausos))

MS se o senhor pudesse ler...

190 [

MM depois a senhora tem a palavra... depois a senhora tem a palavra

MS não... leia... leia inteira não leia pela metade... leia inteiro o pronunciamento...
 leia inteiro não leia pela metade ((burburinho e gritos na audiência))

MM ()

195 PP ((dirigindo-se à plateia)) nós vamos segurar a palavra... ((pedindo silêncio com as mãos)) shhhhhh... pessoal... o plenário... nessa questão é a presidência que decide... não adianta gritar aí atrás... gritou não gritou não resolve NAda... o senador Magno Malta... com certeza... a nossa relatora... a Marta vai ter direito a responder... ela é relatora não se preocupem

200 [

MM ()eu vou ler tudo... eu vou ler tudo...

PP então deixa o senador usar a palavra

[

MM o que... o que ocorreu dentro do plenário do Senado da casa é que... a
205 CNBB autorizou a senadora Marta a falar em nome dela.... e() que/e que tava tudo acordado ele diz aqui... a CNBB não fez acordo com a senadora... conforme noticiou parte da imprensa... na ocasião fez observaçõ::es... nós também fizemos... demos sugestões... nós também demos... (comentei) com a senadora acompanhar o desenrolar... nós também nos comprometemos.. TOdo mundo...
210 todo mundo quer um texto que verse sobre tolerância um projeto... não mais que isso... um texto genérico... reiterou ainda sua posição da igreja de combater qualquer tipo de discriminação... nós também... até porque já tá (na) Constituição... é crime discriminar... tá na Constituição... precisamos de outro texto? é crime discriminar... raça... cor... sexo... etnia... ((aplausos)) todas as
215 pessoas têm o direito... agora o que não pode é chamar pra dentro aquilo que é raça((gritos na plateia))... porque índio

[

PP shhhh... pessoal mais
uma vez eu vou insistir...nós combinamos e vocês concordaram... que as
220 palmas seriam permitidas... então gritar aí atrás não ajuda em NAda... só prejudica aquele que tá pensando... e com isso tá agindo favoravelmente ao seu projeto... pelo contrário... tá depondo contra a sua posição... senador Magno Malta com a palavra... ((aplausos)) TODos senadores usarão a palavra pelo tempo que é o necessário... ninguém aqui tá com pressa... EU não tô com

225 pressa... eu quero que a gente saia daqui caminhando quem sabe para um grande entendimento

MM gostaria de esclarecer ainda que índio... não pediu para nascer índio... negro que é tão... chamado todas as horas para fazer comparação para justificar esse projeto... e não deveria fazê-lo porque negro não pediu não fez opção para ser negro... negro nasceu negro...eu nasci negro minha mãe nasceu negra... eu não fiz opção para ser negro... japonês não fez opção para ser japonês... nem deficiente... portador de deficiência fez opção para ser portador de deficiência... não pode comparar... eh raça... não se pode comparar com quem fez a opção por ser homossexual... há que se respeitar porque o homem... pode fazer () seu desígnio e sua decisão.. o indivíduo pode fazer a opção para ser o que ele quiser... e pode requerer direitos... a única coisa que o homem não pode... é requerer os seus direitos... fazer sua opção criminalizando quem não concorda com ele ((aplausos)) ora... ora... na verdade... na verdade... esse projeto não é (o que ele me diz)... é criminalização quem não concorda... quando a senadora Marta diz... e faz sua colocação/colocações... aliás ela fez um artigo bacana no Estado de São Paulo... que no outro dia distribuiu aqui no plenário e tal... que ela diz que homossexuais continuam sendo mortos por omissão de radicais e alguns senadores que faz sua plataforma religiosa... eu queria dizer que... isso também é intolerância ((aplausos))... desrespeito... porque nós poderíamos dizer que isso... isso... isso é a plataforma política da senhora então... fazer a defesa... e tem todo meu respeito... todo mundo que chegou aqui chegou por um caminho... e chegou por um caminho.. o caminho de combate às drogas combate ao abuso de criança... combate a abuso de criança não é plataforma política... na verdade eu... defendo e todos nós... não conheço ninguém... nós não vivemos num país homofóbico... homofóbico ((gritos na plateia)) quer matar... não é verdade?

PP está assegurado a palavra ao senador

MM quem... quem mata ((gritos persistem))

[

255 PP todos poderão contraditar depois ()

MM quem agride homossexual no Brasil... agride aposentado... quem mata um homossexual hoje mata um portador de deficiência... a senadora Marta falou que os homossexuais continuam agredidos na Avenida Paulista.... os mendigos também senadora... as crianças em São Paulo o seu estado continuam abusadas... a senhora citou um caso de um jornal... hoje tem DEZ na Folha de São Paulo/no/no EstaDÃO de crianças abusadas... e nem por isso nós ficamos ((aplausos)) ((campanha soa em pedido de silêncio))... imaginem que a senhora chama a atenção dizendo que é omissão de senadores que os senadores estivessem se omitindo... então é o verso da moeda... eles não estariam sendo assassinados... isso vai para a conta dos senadores... no meu entendimento... então veja... imagine que alguém evocasse seus quatro anos de prefeitura... e colocasse na sua conta as crianças que morreram no seu mandato... os homossexuais que foram agredidos no seu mandato... a culpa é da senhora? não é... e os mendigos que foram agredidos no mandato... é problema da senhora?... não é problema da senhora... não é problema da senhora... mas a senhora é executiva... (dizem) continuam morrendo mendigos na Praça da Sé em São Paulo... não tem providência da prefeita... ora as pessoas falam isso...então não dá para tentar colocar na conta do parlamento alguma coisa que não nos pertence... o Brasil precisa de uma coisa que é das boas relações da sociedade senador a Marta...e respeito... e nada de intolerância com o cidadão... nada de intolerância... agora (se todos) homossexuais no Brasil... a senhora ()... eu/eu/eu sou uma pessoa... eu tenho trinta anos que recupero drogados senadora... a minha inti/instituição de recuperação de drogados por lá passam n homossexuais... ela tem hoje se recuperando... se recuperando... o meu partido tá cheio de homossexuais no meu estado... no meu estado... ((alguém menciona o nome de Moa, vereadora transexual do Partido da República))... MOa:: é um expoente porque é um presidente de câmara... é um político eh eh que ganhou proeminência por sua própria capacidade... aliás que fez a campanha eleitoral... com uma foto comigo... e eu falo pra senhora de cadeira porque eu não tenho intransigência com ninguém... eu aprendi a respeitar as pessoas... e o homem é aquilo que ele decide ser... para tanto... se nós construirmos... se nós construirmos um texto... que verse sobre intolerância e é uma concordância... não é senador Cristovam Buarque? todos

nós né () *Ciro* () todos nós *Crivella*... entendemos... o *Walter Pinheiro*... o

290 *Demóstenes*... nós não podemos fazer esse tipo de enfrentamento criminalizando as pessoas tipo... há uma coisa muito (aberta) aqui... se ele vai no seu gabinete e diz eu coloquei meu currículo... tá aqui nomeação... isso vai para senador vai pra deputado federal prefeito vereador vai pra todo mundo... nomeação... cargo público de alto... eh:: de livre escolha... e você não escolhe...

295 isso é *VAGO*... a pena é de um a três... aí você fala não... essa pessoa tem que dizer assim olha não estou escolhendo você porque você é homossexual... ninguém vai falar isso... só vai dizer ((gritos, vaias)) não escolhi... não escolhi... como as pessoas fazem... quando querem excluir alguém... simplesmente diz que não/ agora ah vou dizer uma coisa para o senhor... quando alguém... é

300 *muçulmano* pode fazer isso hoje? então uma babá/uma babá de confissão evangélica... e ele descobre que ela é evangélica e toma conta do filho... e ele não quer que essa babá oriente a filha com os ensinamentos cristãos... ele pode mandar embora que ele não é preso... pode mandar embora que ele não é preso... não tem uma lei pra proteger a babá disso... se eu descubro que a babá

305 da minha filha... é homossexual... conforme a lei... se eu mandar embora... eu tenho que continuar com a babá homossexual porque aí tem cadeia pra mim... ora... é correto isso?... é correto isso? eu estava vindo desci no aeroporto e vi... antes de pegar o carro... um cidadão rindo de um cidadão que tinha mais ou menos trinta anos de síndrome de Down... chamando ele de cara de bolacha...

310 por que não temos uma lei específica para proteger quem tem síndrome de Down que não pediu para nascer com síndrome de Down?... ((aplausos)) então vou falar uma coisa pra senhora... nós... é muito importante esse debate...é importante que as pessoas se manifestem... é importante que as pessoas se manifestem... até as vaias são importantes... porque falta de palma é pior do

315 que vaia... vaia não é tudo na vida... ()é coisa de torcida... não tem problema nenhum... as pessoas que não concordam... não... não tem nenhum problema... você ()... agora ninguém pode impor a não concordância porque o outro concorda com uma lei () você... dizia a questão do restaurante... o restaurante *feCHOU*... ah mas... não recebeu porque é homossexual... o outro é jornalista...

320 a lei pra proteger o jornalista que não pôde entrar no/porque já era onze horas e já estava fechado o restaurante... não tem lei pra proteger esse jornalista e

não tem lei pra ele poder fazer um boletim de ocorrência depois... () mas nós vamos criar um impÉrio... uma lei... onde vamos criar um império homossexual no Brasil... que só tem direitos... só tem direitos ((aplausos))

325 PP ((campainha soa em pedido de silêncio) senador Magno Malta como eu estou com dez inscritos... eu/ se vossa excelência puder ir para a conclusão

[

MM vou encerrar... vou encerrar... porque acho muito importante... fazer essas considerações nesse debate... porque... já que a senadora Marta no bom senso dela... e eu quero/ porque já tive conversas de/ bom senso... mant/tenho um relacionamento mais respeitoso com a senadora Marta nossa conversa apesar de não ter avançado foi uma boa conversa... a primeira vez que tivemos... acho que agora é o momento.. de todos nós.. construirmos um texto... que trate que verse sobre 335 intolerância... a muitas mãos não a quatro não a duas senadora Ana Rita... mas a muitas mãos... a muitas mãos... e oferecermos um texto que ninguém nesse país... ninguém absolutamente... tem o direito de sofrer intolerância... agora... PL um dois dois... palavra homofobia... pode ter um homofóbico () e tem pedófilo... não tem pedófilo? o cara disse que ia me/ descobriram que que o 340 cara era servidor da INFRAERO... servidor da INFRAERO... ligou aqui me ameaçando de morte...tá pensando que é um qualquer... a Polícia Federal investiga e descobriu... não tem um sujeito que disse que vai me matar? não tem outro que diz e botou/fizeram uma pasta escondida... dentro do Orkut... ao quebrar o Orkut nós descobrimos duas pastas que é de segurança nacional... 345 uma dizia “morte a Lula”... e eles tramavam tudo com arma/tô revelando uma coisa aqui... com a arma com o calibre por onde o Lula passava... e as pessoas botavam o rosto... e era uma pasta escondida dentro do Orkut...ao quebrar o sigilo nós achamos e achamos também... o grupo nazista do Rio Grande do Sul... que tinha uma lista de negros... ((dirigindo-se ao senador Paulo Paim)) o 350 senhor era o primeiro... esse tipo de gente existe... como existe gente gente também pronta para matar homossexual... mas a não não é homofóbica... e nós não podemos/ ((vaia e aplausos)) ((campainha soa em pedido de silêncio))

PP pessoal... vamos... vamos manter o entendimento que a gente fez... todo respeito ao senador Magno Malta... e a questão das vaías... é que a gente
 355 acordou... e acordo é acordo... iam-se permitir as palmas e não as vaías... todos foram concordados foi unanimidade... se for vaia vaia vaia quem tiver com a palavra não vai poder falar... e daí fica ruim né? porque a gente (tirou a proposição) do senador que está com a palavra... então vamos manter o nosso acordo... o senador Magno Malta está concluindo... os outros senadores terão o
 360 MESmo tempo que ele teve

MM a minha palavra diz que quem quer respeito precisa dar respeito... quem quer respeito precisa aprender a respeitar... ((aplausos)) precisa aprender respeitar... precisa aprender respeitar... quem quer requerer direitos atacando as pessoas/ simplesmente você tem que sublimar essas coisas senador... e eu
 365 encerro a minha fala... dizendo que nós não vamos banalizar essa palavra... nós não vamos banalizar essa palavra... essa palavra não será banalizada... PL um dois dois jaMAIS nós votaremos... ((aplausos, vaías, campanha soa em pedido de silêncio)) não existe... não existe acordo

[

370 PP senador... Magno Malta está concluindo em seguida vai falar a senadora Marinor Brito

MM não existe acordo pra isso... não existe acordo... nós ... nos sentaremos e nos debruçaremos e juntos... ofereceremos um texto todos juntos... que todos tenhamos condição colocar nossa assinatura... desde a senador a MArta a mim... o Cristovam o Crivella a Marinor a Ana Rita... todos nós... todos nós no
 375 mesmo texto que verse sobre a intolerância nesse país... obrigado senhor presidente ((aplausos))

PP esse foi o senador Magno Malta... vamos passar a palavra nesse momento... à senadora Marinor Brito... se os senadores concordarem... nós daremos dez
 380 minutos que é o mesmo critério adotado no plenário... para a discussão dos temas... cada senador terá dez minutos para expressar seu ponto de vista

MB eu quero o mesmo tempo

PP o senador... Magno Malta usou a palavra

- [
- 385 MB eu quero o mesmo tempo
- PP senadora Marinor Brito... em seguida Lídice da Mata Crivella... e aqui segue toda ordem...
- [
- 390 MB eu quero o mesmo tempo
- PP eu acho que nós podíamos fazer esse acordo...tá aqui também o senador () para que todos possam usar a palavra... DEZ minutos... para cada um... e no fim ainda a relatora vai usar o tempo que for necessário
- 395 MB senador
- PP senadora Marinor Brito
- [
- queria deixar registrado que quero o mesmo tempo que o senador Magno Malta... ((aplausos e gritos)) foi bem além de dez minutos
- 400 PP eu/ eu apenas reafirmo... que eu vou/todos vão usar a palavra.. eu vou dar dez minutos... no fim dos dez minutos a campanha vai tocar... e eu espero:... que os senadores/senadores entendam... que para a gente permitir que todos falem... nós vamos ter que limitar o tempo...
- ES gostaria de
- 405 PP senadora Marinor Brito
- ES pela ordem senhor presidente... só para... me inscrever por favor
- PP pois não senador Suplicy... senadora Marinor por favor com a palavra
- MB olha eu queria:: dar bom dia a todas e a todos... e dizer que eu:... sou uma militante... dos direitos humanos... e a minha prioridade na escolha das
- 410 comissão... quando eu tive o privilégio de chegar aqui... no Senado Federal com votos limpos... combatendo a corrupção...militando na causa dos direitos da

infância e da adolescência... combatendo a violação dos direitos sexuais de
 crianças e adolescentes... combatendo a homofobia... e outras formas de
 intolerância... inclusive a intolerância religiosa... eu::: fiz questão e vir a essa
 415 comissão... e sou uma: senadora asSÍdua... de presença e de interação com os
 debates que aqui acontece...eu acho que... tem muita coisa que acontece aqui...
 que MESmo os integrantes dessa comissão... não participam... eh... eu fico feliz
 senador Paim... e tenho certeza que quando vossa excelência quando está
 soZinho aqui... que senadora Marinor... um ou outro aqui para lhe dar apoio...
 420 nos temas... nos temas importantes também para a nação... eu tenho certeza
 que vossa excelência está/fica muito feliz de ver... esta casa
 chei/essa/essa/essa/essa:::... comissão cheia de senadores que integra... esta
 comissão... para fazer o registro porque estamos falando para todo o Brasil...
 estamos falando... e tendo a oportunidade de falar inclusive com os deputados
 425 --sejam muito bem-vindos aqui à nossa casa... o Senado Federal... a casa do
 povo --... aos militantes eh::: da luta pela cidadania LGBT... aos que têm-se
 colocado ao lado... eh do povo brasileiro... da maioria do povo brasileiro... eu
 acho que a gente me/a gente deve... ter um respeito muito grande... e quando
 existem divergências e antagonismo eu acho que tem que ter no mínimo uma
 430 relação e respeito... eu TEnho neste ano... que passei aqui... uma relação de
 muito respeito... às vezes ouvindo coisas que... eu tenho que sair... botar o dedo
 na garganta para poder voltar... respiro fundo... e permaneço na sala...
 ((aplausos e gritos)) para poder respeitar a conviVÊncia com as pessoas... mas
 eu queria dizer eh... em segundo lugar eh... dizer... que eu tenho uma
 435 concordância muito grande com o senador Magno Malta... mas MUIto grande...
 a maioria do povo brasileiro... de fato senador Magno Malta... não é
 homofóbica... não é homofóbica... ((aplausos)) a Constituição Federal tamBÉM
 já prevê... os respeito às pessoas humanas... a garantia no geral de direitos...
 mas a minha discordância senador Magno Malta... com todo respeito... é que...
 440 embora a maioria do povo brasileiro não seja homofóbica... e não tenha
 aCORdo com atitudes homofóbicas... mas o Estado brasileiro não garante... aos
 cidadão que tenha uma orientação sexual... não uma opÇÃO sexual ((aplausos
 e gritos))... diferente... o diRElto de ser respeitado... ou quando... o seu direito
 humano é violado... ele não tem como como recorrer... e... refletindo sobre o

445 que vossa excelência disse... nós não teríamos por quê... já que a Constituição garante direitos... ((ouvem-se vozes ao fundo, a campainha soa em pedido de silêncio)) já que a Constituição...

[

PP pessoal... pessoal do plenário... aqui... há um apelo
 450 aqui... só um/() pessoa... vou fazer um apelo à moçada aí no fundo... que estão prejudicando a oradora... estão prejudicando a oradora... que enquanto vocês estão aí discutindo... que que vai acontecer... eu pedi/eu pediria...pessoal... ((campainha soa repetidamente; senadores Paulo Paim e Marta Suplicy fazem, por meio de gestos, pedido de silêncio)) eu/eu vou fazer um pedido aos dois...
 455 se vocês ficarem em silêncio pessoal... e gritarem MENos... eu consigo encamiNHAR... eu vou só fazer um pedido... posso fazer um pedido?... é só não gritar que eu encaminho... pessoal a segurança (está lembrando) que essas pessoas estão sentadas... e quem fica de pé na frente das outras pessoas... eles não conseguem... então por favor cheguem para o lado... sem problema
 460 nenhum... sem problema nenhum

MB senador Magno Malta

PP está encaminhado... senadora Marinor... claro que seu tempo será descontado...

MB senador

PP senadora Marinor Brito com a paLavra

465 MB eu fico feliz... de saber que quem está lutando pela cidadania... ((ouvem-se vozes; a campainha soa algumas vezes em pedido de silêncio)) pela cidadania LGBT... ((campainha soa mais algumas vezes)) soube ouvir... e mesmo discordando das palavras do senador que me antecedeu... se manteve tranquila e o ouviu até o final

470 PP isso é verdade

MB então eu queria:.... eh... merecer essa... essa consideração

PP muito bem

[

MB das pessoas que estão aqui presentes... de eu continuar:: me
475 manifestando... eu dizia -- tentando recuperar o meu raciocínio--... que se a
Constituição fosse suficiente... e o parlamento brasileiro achasse isso ... nós não
teríamos avançado em conquistas FUNDamentais...para seTOres... da
população brasileira... como as crianças e os adolescentes que têm hoje o
Estatuto da Criança e do Adolescente... os que lutaram pela igualdade racial
480 que têm hoje o Estatuto da Igualdade Racial... a Lei Maria da PEnha:... a
população é violenta? não... o povo brasileiro não é violento... mas uma mulher
é espancada a cada um minuto... nesse país... e a Lei Maria da PEnha VElo
afirmar positivamente... a importância das garantias constitucionais... eu
queria entrar aqui... uma questão... olha... nós estamos tratando aqui de um
485 debate que tem a ver com a luta de classes nesse país... a vioLÊncia contra
negros contra homossexuais... contra mulheres contra crianças e
adolescentes... tem a ver... com o Estado brasileiro... que privilegia interesses...
das elites brasileiras... e com os setores... economicamente privilegiados...
porque têm o poder incluSIve... quando nestas condições... de ter suas
490 garantias e os seus aPOios... estruturais nesse país... então... esse debate está
muito mais além do que a gente pode imaginar... nós estamos fazem/tentando
fazer um recorte aqui... nessa discussão... para não entrar... nesse mérito... que
envolve outros conceitos de famílias e outras histórias aí... que... que surgiram
há milênios... mas dizer que o projeto que a deputada Iara Bernardi... conseguiu
495 aprovar por unanimidade... numa forma de substitutivo... na Câmara Federal...
quando veio para cá... recebeu da relatora Fátima Cleide... uma manifestação
muito importante... porque::: conseguiu fazer uma reflexão sobre a
importância de tipificar no Código Penal Brasileiro... o crime de homofobia...
ao invés de criar outros/outras tipificações penais... e olha... Senador Paim... a
500 Comissão de Assuntos Institucionais de/dessa casa... aprovou este projeto...
que chegou a nossa comissão... eu acho que seria uma vergonha para o paÍS
quando se debate... a questão de mérito nessa comissão... que a gente tivesse
que passar... como estou passando neste momento... estando disposta como
estava e... e avisei a Senador Marta Suplicy... que mesmo com o esforço que ela
505 fez... mesmo com o esforço que ela fez aplicando uma subemenda... que dizia
que... “a não aplicabilidade da pena de reclusão aos que praticam induzem ou

incitam... a::: crimina/e discriminam... ou::: geram preconceitos de raça cor”...
 enfim... a senadora fez um esforço... criou novas tipificações penais... traduziu
 em QUATro itens como o que ela aqui apresentou... para tenTAR encontrar aqui
 510 uma mediação... senadora me desculpe... nós temos que trabalhar para
 conseguir os votos integrais... ao projeto original... porque não dá para tentar
 mediação... com quem não quer mediar... não dá para tentar mediação... com
 quem quer continuar induzindo ao crime de homofobia... não dá para tratar...
 até... com todo respeito tenho muito respeito pela senadora Marta Suplicy... eu
 515 acho que ela fez um esforço até sobre-huMAno para apresentar aqui... este:::
 este substitutivo... mas eu disse desde o início... não acrediTE nisso senadora...
 porque não existe mediação com quem diz... que não existe homofobia no
 Brasil... não tem mediação... com quem não acha que precisa criminalizar a
 homofobia... e aí eu quero fazer uma reflexão aqui olha... um pai e um filho...
 520 foram agredidos... e a orelha foi cortada... é grave? é muito grave... mas e se
 fossem gay... não seria GRAve da mesma forma? ((aplausos)) seria GRAve da
 mesma FORma... porque são seres humanos... e o que tá por trás desse debate
 é que a gente precisa criminalizar esse tipo de comportamento... ou porque
 pensava que era gay ou porque era gay... é isso que tá em debate aqui... eu
 525 queria no entanto... eu queria no entanto... que os que::: se colocam de forma
 contrária... se colocam de forma contrária ao substitutivo... e/o::: e ou ao
 projeto... que dissesse qual é o problema técnico existente no proJEto... o que é
 que se confronta contra a legislação brasileiro... o que é que não está em
 consonância com a Constituição FederAL... qual a obrigação... do Senado
 530 Federal... do Poder Legislativo... desta Comissão... eu não vi aqui... senador
 Cristovam... nenhum argumento... nem ao projeto original que chegou nessa
 comissão... nem ao substitutivo da senadora Marta Suplicy... e provavelmente
 não tem um único argumento ao voto em separado que eu estava proposta... a
 fazer aqui... porque está muito claro... que não tem conciliação... e aí ficam
 535 reclamando quando algumas coisas... acontecem lá na Suprema Corte do país...
 “olha... é a judicialização da política”... os políticos não querem decidir sobre
 uma PARte importante da população... segundo o IBGE... dez por cento da
 população... dez por cento da população é homossexual... são quase dezenove...
 milhões de brasileiros... e nós não queremos legislar... pra segurar o direito

540 dessas pessoas... pegaram na mão um do outro... porque eu posso segurar na
mão do meu companheiro... do meu/Luiz Guilherme... e andar na rua de mão
dada com a minha filha... e um homossexual não tem o direito... ((aplausos))
por quê? o que é que eu sou a mais?... isso sem entrar nas outras formas de
preconceito e discriminação... e eu quero levantar isso sim... eu quero
545 levantar... porque isso não é uma coisa menor... pra tem/prá quem tem que se
reprimIR... já se reprime na família... se reprime na escola... se reprime quando
vai pro mercado de trabalho... é violenTado cotidianamente... não adianta... e
olha aqui... não é o fato de ser o projeto

[

550 PP concluindo senadora

[

MB um dois dois... um dois três...três três quatro... nove nove nove...
oito oito oito... seja o número que FOR... a intolerância também tá aqui
DENtro:... ((aplausos)) e a gente precisa trabalhar... pra reverter... pra ter
555 maioria pra combater a intolerância... e não é só aqui... é em todo país... e pra
concluir... eu queria dizer mais uma coisa... o nosso Estado... de acordo com a
Constituição... é laico... ((aplausos))... isso foi uma conQUISta... isso não é uma
disputa... uma briga entre religiões NÃ::O... porque em todas as religiões tem
gente intoleRANte... e em todas as religiões tem pessoas que defendem os
560 direitos humanos...

PP concluindo senadora

MB esta não é uma briga entre religiões... não adianta... não adianta tentar
mascarar... e tentar buscar adeptos... ((agitação do público)) proclamando...
((campanha soa)) e tentar buscar adeptos... olha... ((apontando para alguém
565 na plateia)) eu tô ouvindo e eu enxergo... ((Marinor Brito se levanta)) você me
resPElta... eu queria pedir à segurança que tirasse aquele cidadão dali... você
me resPElta... ((senadora deixa seu lugar e, irritada, aponta para alguém na
plateia))

PP senadora Marinor Brito por favor... já lhe (dei) dezoito minutos... ((aplausos da
570 plateia)) passamos a palavra::... passamos a palavra nesse momento...

- MB ((retoma o assento em frente ao microfone)) () senador Paim... eu não concluí... aquele cidadão tá me ofendendo dali... aquele gravatinha ali que não é intolerante... ((aplausos da plateia)) NÃO É
- 575 PP pessoal... pessoal isso não leva a nada... ((Marinor Brito aponta para um homem não identificado, que, com a o dedo indicador da mão direita, desenha círculos ao redor de sua têmpora direita, aparentemente sugerindo que as acusações da senadora são infundadas e de que ela está louca, além de outros gestos que parecem indicar incompreensão ou não aceitação das acusações por ela feitas)) por aí não leva a nada
- 580 MB eu não tenho problema mental... se você tem tem um consultório médico ali
- PP () eh eh aqui/daqui... eu vou ver ((gritos na plateia)) aqui eu não vi não... daqui eu não vi... EU não vi... pessoal... ((campainha soa)) pessoal... pessoal... olha eu vou fazer um apelo aí... pessoal... eu vou mais uma vez... eu vou mais uma vez fazer um apelo... pessoal...
- 585 MS (para não fazer manifestações assim)
- ? ((homem fisicamente próximo a Paulo Paim dirige-se a ele)) levanta e dá uns quinze minutos
- PP não vou não... não vou levantar não... ((Paulo Paim se levanta da cadeira)) pessoal eu vou pedir par todo mundo sentar aí... porque:... quem tá fazendo
- 590 provocação... é que tá ganhando... porque aqueles OUTros -- eu vim do movimento sindical e entendo o mínimo de movimento social -- quem faz a provocação... e se o pessoal do lado de cá conCOrda com a provocação... ele tá faturando... desde o início claro que eu tô te olhando... você entrou aqui na me::io
- 595 ? ((gritando)) () mentira:::
- PP não... eu vi... eu vi daqui...
- ? ((gritando)) é mentira:::
- PP vamos com calma... primeiro para de gritar... para de gritar... quem gritar é que vai sair... o que eu vou fazer... o que eu vou fazer... ... o que eu vou fazer...eu vou
- 600 pedi:r... eu vou pedir para aqueles dois cidadãos que estão ali... que eles fiquem

- do lado... façam o favor de irem para/para a direita ali... fiquem... a partir daí::... ((manifestantes aplaudem e mandam beijos para os indivíduos repreendidos por Paulo Paim))... vão pra direita... ((referindo-se aos manifestantes que mandaram os beijos e aplaudiram)) meu amigo... fica/com calma meu amigo...
- 605 vocês não tão ajudando em NAda... não tão ajudando em nada... e o tempo da Marinor... está concluindo... eu só peço que eles vão para o lado... qualquer ofensa... qualquer ofensa que alguém do plenário fizer... contra um senador... vai ser retirado do plenário... que fique avisado... vai ser retirado do plenário... senadora Marinor Brito está com a palavra há mais de vinte minutos... tem
- 610 mais DEZ senadores inscritos ((campainha soa))
- MB alô... por muito pouco... a Polícia Legislativa arrastou um jovem... ((campainha soa)) e:: jogou... e jogou... CHOque... por ele estar com um cartaz protestando contra o Código Florestal... mas Vossa Excelência é democrático... e::... e vocês serão sempre bem-vindos aqui... mesmo com comportamento:: de
- 615 representação... ((gritaria e falatório no plenário; campainha soa)) vocês sempre serão bem-vindos... eu não tenho problema com a divergência... se eu tivesse problema com a divergência eu não era uma militante socialista do PSOL... em minoria aqui... e debato TODos os dias de cabeça erguida as coisas que eu acredito... então não tenho problema nenhum
- 620 [
- PP concluindo senadora... senadora já passou de vinte minutos
- [
- MB mas dizer/ () pra concluir senhor presidente
- PP é que tem mais dez senadores
- 625 [
- MB para concluir senhor presidente... pra/ ah eu fui interrompida várias vezes... pra concluir... eu queria parabenizar... a senadora Marta pela retirada mais uma vez do processo de pauta... e::... me coloco à inteira disposição... pra voltar a votar o projeto... mas construir a votação do
- 630 projeto original... pra criminalizar... DEfinitivamente... colocar no Código Penal Brasileiro... a homofobia como crime ((aplausos))

- PP senador Cristovam Buarque com a palavra... espero que todos concordem com dez minutos com mais cinco se necessário
- CB não... não preciso
- 635 PP obrigado senador Cristovam
- CB não preciso até porque a senadora já pediu... o reexame... eu quero primeiro parabenizá-la senadora... por pedir o reexame... e segundo agradecer... porque o projeto de lei... contra a intolerância eu queria votar entusiasMAdo... e eu reconheço que hoje eu não votaria entusiasmado ainda... e não votaria
- 640 entusiasmado porque embora... pela leitura do projeto... a gente perceba seu esforço inclusive com o artigo quarto... de mostrar que uma coisa é crime... outra coisa é pecado... que Estado não se mete no que é pecado... e igreja não se mete no que é crime... ((aplausos)) a gente também não pode se meter no que é crime... apesar de todo o seu esforço... ainda passa a imagem para MUITas
- 645 pessoas... sobretudo líderes religiosos... e a população religiosa... o fiéis... que estaríamos talvez lutando contra uma intolerância com outra intolerância... a intolerância contra o o homossexualismo... com a intolerância::... contra.../com uma intolerância contra o discurso religioso... que eu acho que pelo que está... não passa isso... mas (tá em) dúvida isso... enquanto tiver dúvida é bom a gente
- 650 rever... reestudar... debater... para que o projeto que (saia) a gente possa votar com maior entusiASmo... contra a intolerância... sem passar a ideia de carregar... qualquer forma de intolerância... eu quero... agradecer... como senador pessoalmente... parabenizar por seu esforço... dizer que não tem que parar sua luta contra a intolerância... agora vamos tentar chegar à criação de
- 655 uma consciência... ou um documento -- pode ser um ou outro... não tem que ser necessariamente os dois... -- a uma consciência de entendimento ou um documento... de tranquilização... que permita a gente votar aqui entusiasmado... e se poSSÍvel... por unanimidade... se não for a gente vota... e vai para o voto... mas que cada um que vote vote entusiasmado com a sua
- 660 posição... hoje eu acho que há um certo constrangimento na posição de cada um... então meus parabéns... meus agradecimentos... e conte comigo pra melhorar... o um dois dois... pra ter outro projeto se for o caso... acho que a gente não deve ficar eh:: com essa/ em cima de números... e de siglas... conte

665 comigo... e::: só peço... a todos.. inclusive ao::/ao senador Magno Malta... que a gente não demore com isso... só peço isso... que a gente não demore na procura de um entendimento... que arre/erre/erre/erradique de vez... essa intolerância que ainda há... e erradique essa intolerância... sem passar a ideia de qualquer outra forma de intolerância... conte comigo para continuar o trabalho... junto com outros se for o caso -- até porque tem que ser com outros...

670 senão a gente não estaria construindo um documento de conjunto -- talvez nem seja possível... mas a gente tem que gastar o que FOR possível... para chegar... nessa posição... eu acho que a senhora ((referindo-se à senadora Marta Suplicy)) fez o possível... mas... de acordo como nível de consciência não se fez o necessário ainda... por isso eu votei contra o Código Florestal... o Código Florestal foi uma/uma engenharia política::... maravilhosa e chegou no possível... mas a meu ver não se chegou no necessário... que era preciso MUITO mais... radicalidade... aqui é preciso muito mais diálogo... para que a luta contra a intolerância não passe a ideia... de outra forma de intolerância... muito obrigado... e conte comigo senadora ((referindo-se a Marta Suplicy))... e o

675 senador Magno Malta também... naquilo que for possível fazer... para enfrentar a intolerância

PP muito bem senador Cristovam ((aplausos))... senadora Lídice da Mata com a palavra... os seus dez minutos com mais cinco se necessário

LM senhor presidente... ((pigarreia)) vou tentar não invadir... esses outros

685 minutos... pra dizer... primeiro ((pigarreia)) -- tô rouca -- pra parabenizar a senadora Marta Suplicy... pela insistência em colocar o tema... se não houvesse essa insistência nós não estaríamos avançando... numa compreensão... sobre o que é... a intolerância... a diferença entre intolerância e criminalização... e não estaríamos portanto avançando... num debate que é importante para a sociedade brasileira... e é importante para a sociedade brasileira... porque a sociedade brasileira... é diversificada... ela/ela tem uma multiplicidade de culturas... e ela precisa cada vez mais afirmar... esse seu compromisso democrático... e nós precisamos afirmar isso... e pra nós é importante isso... inclusive querendo lembrar... ao::... senador Paim e a todos nós que integramos

690 essa comissão... que hoje é exatamente o dia em que se comemora... a

695

Declaração Universal dos Direitos Humanos... e é... uma/uma proposição... que pra muitos se diz superada... pra outros se diz até desnecessária... mas que... acima de tudo... ainda é uma declaração... que conseguiu harmonizar a vida... no nosso planeta... em torno... de uma pauta... que... levou as diversas formas de organização da sociedade... a acordarem em torno dela... portanto... é dentro desse princípio... que eu quero me pronunciar... tenho um profundo respeito... pelo senador Magno Malta... e cito o senador Magno Malta... exatamente por esse respeito que tenho... quero lhe dizer senador Magno Malta -- que é baiano como eu -- que no dia de hoje/que no dia de hoje... na Bahia... é feriado... feriado porque nós temos -- na Bahia e em Sergipe -- é o dia da nossa padroeira... a Nossa Senhora da Conceição... e... também toca na Bahia os tambores... dentro dos candomblés... porque para os candomblés da Bahia... hoje também é o dia... de uma das suas orixás... essa tolerância que faz parte da nossa cultura de convivência... com as diferenças... ela precisa se estabelecer/se estabelecer... como regra de comportamento na sociedade... eu vi aqui:... no discurso do senador Magno Malta... -- que é um aliado político fundamental na luta... em defesa das crianças... e dos adolescentes desse país... na luta contra... o abuso sexual de crianças e adolescentes... -- uma expressão que me chama a atenção... porque... quando se trata do credo religioso... nós tratamos de filosofias de vida de cada um... algo muito caro de quem adota... e algo que é fomentado pela fé... e portanto a fé se vincula à paixão... nós não podemos generalizar comportamentos... em nenhum momento podemos generalizar comportamentos... porque um comportamento de uma manifestação... de um movimento gay... não quer dizer que seja o comportamento de todos aqueles que têm essa:/essa... orientação... sexual... da mesma forma.. que eu não posso estender... para todos os cristãos -- católica que sou -- para todos os cristãos evangélicos... comportamento incorretos... de cristão católicos e de cristãos evangélicos... ((aplausos)) eu já votei... para Presidente da República... em Anthony Garotinho... que não... eh:... é do meu mesmo credo religioso... isso não tem nada a ver... não temos/não/não é por aí:... que passa a política ou a escolha de presidentes da República na minha convicção... ((aplausos e gritos de aprovação)) então... eu creio... que quando nós...

?

()

730 LM exatamente... exatamente... por isso... que:: quando há uma afirmação... de que::
a homexe/a homexe/a homosse/a homossexualidade é uma escolha... ela
também não é uma unanimidade... há na ciência... claramente... correntes que
defendem... que não uma esCOLha o homossexualismo... que o homossexu/que
o homossexual NASce homossexual... como o negro nasce negro... há portanto
735 uma ((aplausos)) diverGÊNCia... ((dirigindo-se à audiência)) espera aí... espera
aí... espera aí... por favor... por favor... por favor... eu não quero aplausos... e se
puderem também... não vaiar eu agradeço... não é? por quê? ((aplausos)) por
quê?... há uma/há uma feminista... há uma feminista que afirmou no século
vinte... que a mulher... vejam... não nasce mulher... ela se torna mulher na
740 medida em que tem consciência de que ela é mulher... que deve lutar pelos seus
direitos... pelo espaço de cidadã na sociedade... e claro que ela continua sendo
mulher... mas o que se diz é que há: um comportamento diferente... a PRÓpria
lei no Brasil determina... que quem é negro é aquele que se aFIRma negro... EU
me afirmo NEgra... EU... o senador Magno Malta... o senador eh... Paulo Paim...
745 mas há gente com pele mais escura do que a minha... que pode dizer que não é
negro... ou gente que tem o mesmo sangue que eu tenho nascida em Cachoeira
da Bahia... terra majoritariamente de negros... filha de mulatos -- hoje não se
adota essa terminologia... mas é o que é... a ligação... uma mistura de negros
com brancos -- e que não se afirmam negros... se dizem e preferem se dizer
750 brancos... ora há toda uma discussão em torno dessa questão... mas ela não
esconde uma coisa... HÁ raCISmo no Brasil... mesmo que não haja no nosso
povo cristão... no nosso povo não cristão... uma ideia de que nós dev/devemos
combater o racismo e que nós não devemos admitir a descriminalização...
então eu creio que esse momento aqui... não pode ser entendido nem de um
755 lado nem de outro... como conquistas... ou a disputa de maiorias eventuais...
vamos pegar aqui um senador que pode votar comigo nessa questão... ou o
senador que não pode... e vamos aqui consolidar de uma vez por todas... que
essa discussão não pode haver no parlamento brasileiro... isso não... vai
impedir que essa discussão volte ao parlamento brasileiro... porque ela existe
760 no SEio da sociedade brasileira... como nós... aqui... não chegamos a um texto
de consenso a respeito do Código Florestal... porque essas questões dizem

respeito a interesses diVERsos na sociedade... e só há um lugar... não é na
 justiça não é nas ig/nas ig/não será nas igrejas... que nós vamos admitir ou
 encontrar um ponto de equilíbrio... o único lugar onde pode haver esse ponto
 765 de equilíbrio é no parlamento brasileiro... porque é o lugar onde há o espaço
 de negociação dos interesses da sociedade brasileira... é aqui onde se forma os
 textos que podem expressar o comportamento majoriTÁRIO... que NUNca será
 apenas o comportamento apenas nas maioria... porque se for o
 comportamento da maioria nós estaremos entrando na ditadura das
 770 maiorias... nós temos que permitir no texto democrático... a existência do texto
 que permita o exerCÍcio da maioria... do pensamento da maioria.. mas onde nós
 possamos deixar o espaço... para que a minoria possa se pronunciar e possa
 existir... por isso eu quero dizer... para finalizar... que existem sessenta e dois
 países do/do mundo que já aprovaram... legislação nacional... criminalizando
 775 a discriminação por orientação sexual E ou identidade de gênero... então não é
 um debate do nosso país... não é um debate apenas na Comissão de Direitos
 Humanos... a sociedade brasileira precisa debater isso... SEM preconceitos de
 um lado e do outro... não pode existir no movimento homossexual... o
 preconceito contra os cristãos...da mesma forma que não pode existir... entre
 780 os cristãos... o preconceito de não admitir... que é possível existir OUTro
 pensamento... OUTra explicação para o homossexualismo... que não seja apenas
 o nosso... de que é uma opção... eh uma escolha... portanto eu quero me colocar
 à disposição... não sou... eh:... membro titular desta comissão embora tenha
 uma participação... ativa nela... sou membro suplente... SEXta suplente... último
 785 voto... não fiquei aqui para votar... fiquei para debater a questão... porque creio
 que esse... DEve ser o interesse desse parlamento... que nós não devemos
 parar... nessa discussão... acho que o projeto ainda reserva... dificuldades
 mesmo... porque o esFORço que a senadora Marta Suplicy fez... de: acordar...
 com as diversas correntes... terminou pinÇando a questão do
 790 homossexualismo... de um conjunto de debate a respeito... de OUTras
 discriminações... e quem sabe OUTras criminalizações que possam vir a ser
 feitas na lei... de/uma grande lei contra a intolerância em nosso país... portanto
 o debate não se esgotou... o debate não se acabou... o parlamento brasileiro
 precisa realizar... esse grande acordo de tolerância nacional... e tenho certeza...

- 795 eh:... senadora Marta Suplicy... que deverá partir da participação destacada que Vossa Excelência tem tido... nesse debate... quero agradecer a todos e quero dizer... que me coloco à disposição dessa discussão ((aplausos))
- PP essa foi a senadora Lídice de Matta... passamos de imediato a palavra ao senador Crivella
- 800 MC senhor presidente... senhor... ((aplausos)) senhora Marta Suplicy... eu/... senhor presidente... eu gostaria de:... dizer que a nós políticos... muitas vezes subalternizados... desprezados... ridicularizados... cabe o encontro do caminho pacífico para a solução ... das controvérsias... eu acho que o discurso político deve ser um discurso pacífico... eu não quero acirrar ânimos... porque sou
- 805 evangélico... e sei... que nenhum evangélico... tem... se for evangélico... qualquer espírito de ódio... ou discurso... ou qualquer tipo de discriminação contra o seu semelhante... eu tenho certeza do que estou dizendo ((aplausos)) nós... nós... senhor presidente... ah:... evangélicos... temos uma preocupação... nossa caminhada no país senadora Marta Suplicy... é uma caminhada -- eu diria -- de
- 810 muitos percalços de muita discriminação e preconceito... em mil quinhentos e cinquenta e CINco... antes de haver Rio de Janeiro... () dois pastores foram assassinados... e sabe por quê? porque ao celebrarem a primeira santa ceia das Américas... eles usaram... o pão... do dia a dia... e o vinho da mesa... e havia ali... naquela ocasião... um jesuíta... que disse que aquilo era... uma blasfêmia... os
- 815 dois foram amarrados... e com uma pedrada na cabeça... ficaram inconscientes e lançados à Baía de Guanabara... o primeiro sangue derramado nesse país por intolerância... foi o sangue dos evangélicos...((aplausos)) eles... (bem...) a intolerância... é uma coisa que nós conhecemos bem... conhecemos bem... nos processos políticos... a Constituição de vinte e quatro... outorgada... não permitia que nenhum... culto evangélico fosse feito em público... em mil
- 820 oitocentos e setenta e um Silveira Martins foi/... pediu demissão... de ser ministro de Dom Pedro II... porque não concordava... que apenas católicos pudessem ser senadores e deputados... e participar da vida pública... quando se fala em Estado laico... nós somos os maiores defensores do Estado laico
- 825 porque só podemos existir com estado laico... o discurso... por aí... não constrói... não constrói também... se nós acharmos que o PLC centro e vinte e

dois foi aprovado por unanimidade... não FOI... foi uma sessão de quinta-feira... quando... quando há um acordo de não se colocar matérias controversas na quinta-feira... por que se fugiu ao debate? eu acho que se fugiu ao debate porque:... ambas as partes... se confundem... a Medicina durante um tempo disse que homossexualis/o homossexualismo era doença... em muitos países se internava essas pessoas... nenhum evangélico concorda com isso... internar... em colocar... em clínicas psiquiátricas ou chamar de doença... nunca vi isso em discurso nenhum evangélico... em nenhuma igreja... o Judiciário... o Judiciário... o Judiciário... em vários países... considera crime... eu vivi DEZ Anos na África... eu acho que quem não respeita direitos humanos... não passaria dez anos... da sua juventude... nos países mais pobres da África por onde andei... e não voltaria da África para viver dois anos no sertão da Bahia... numa área inhospita... onde não havia teatro nem cinema... eu minha esposa e meus filhos... portanto eu tenho uma biografia de direitos humanos... mais até que a minha membrasia na Comissão de Direitos Humanos... mas... senador Paim... o Judiciário em diversos países da África... considera homossexualismo crime... nenhum evangélico apoia isso... nós não estamos dizendo que o homossexualismo é crime... e que devemos prendê-los... mas por favor... não digam que é crime aMARmos e proclamarmos a Bíblia Sagrada...((aplausos)) sobre a qual... nós... baseamos nossa fé... agora... agora... senador Paim... eu queria dizer aqui o seguinte... a todos... os... os... membros da comunidade que defendem a aprovação do PLC cento e vinte e dois... existe... o meu gabinete...e trabalha comigo há dez anos... uma pessoa que é homossexual e eu respeito... e eu gostaria que ele pudesse dar um depoimento público... não faria isso talvez pelo constrangimento... mas do respeito que eu tenho por ele... na minha família também há... e não há nenhuma discriminação... e quando os evangélicos... -- e por favor... aceitem isso de quem fala do fundo do coração -- quando um evangélico diz que é pecado... ele não diz isso para humilhar... para menosprezar... para subalternizar ou diminuir... ele diz isso porque tem convicção absoluta que é a maneira mais honesta e mais sincera de expressar o seu aMOr e o seu resPEito pelo seu semeLHANte... ((aplausos)) nós... NÓS... NÃO... consideramos... errado... dizer o que a Bíblia diz e dizer que ser homossexualismo é pecado... mas jamais fecharemos qualquer uma das nossas

860 milhares de igrejas no nosso Brasil... à entrada e ao convívio com qualquer
homossexual seus amigos sua família... vocês são convidados... vocês são
convidados... vocês são convidados e podem ter certeza que vocês serão
tratados com carinho... com distinção e com resPElto... ((aplausos)) eu vou
concluir senhor presidente... mas nós não podemos permitir... nós que somos
865 políticos... nós não podemos permitir que pessoas que estão buscando a
MESma coisa... nessa sessão... estejam em lados tão separados tão opostos... e
parece que nos odiamos... não nos odiamos... isso é um absurdo... que não pode
ficar... dessa maneira... de tal maneira senhor presidente... que nós tentamos
construir uma lei... o que nós achamos que seria: inteligente... é que nós
870 fizéssemos uma lei... que pudesse... unir a todos contra a intolerância... e (pedir
até) ao senador Paim que fizesse uma comissão especial... para que nós
pudéssemos reunir... com data marcada e com horário... e nos debruçarmos
pra isso... intolerância... contra evangélico contra homossexual intolerância
contra pobre intolerância contra nordestino... nós queremos construir uma
875 lei... que não coloque brasileiros acima dos outros... ((referindo-se a Paulo
Paim)) agora recentemente na sua terra lá... o/o Rio Grande do Sul... houve uma
sentença dada por um juiz beneficiando um idoso... o idoso pediu à Justiça para
não pagar aluguel no apartamento em que morava... e o juiz disse... olha... é
realmente direito dos brasileiros ter... ah habitação educação saúde... então o
880 senhor a partir de hoje não pague mais aluguel ao proprietário do seu
apartamento... o Estado que indenize... e o que ocorreu com isso senador
Paim?... lá na sua terra os proprietários não querem mais alugar imóveis para
idoso... porque acham que não vão receber o aluguel que estão contando para
sobreviver... às vezes a gente dá uma sentença ou faz uma lei... e ela acaba
885 saindo pela culatra... se nós criarmos no arcabouço jurídico brasileiro...
privilégios... para brasileiros que são como nós... o homossexual é como o::/o::
evangélico... como qualquer outro... ele tem os mesmos direitos os mesmo
deveres... se não criarmos... garantias especiais... eles vão ser discriminados...
se nós dissermos e fizermos... observações características para o acesso ao
890 emprego... poderá sair isso... numa:::../num/num efeito colateral indesejável...
que a pessoa diga assim... eu não vou mais contratar homossexual porque
depois não posso mandar ele embora... ele é faltoso é incompetente... mas por

ser homossexual está protegido e eu serei processado... então é preciso... que
 nós encontremos esse caminho/tenTEI com a senadora Marta... a princípio nós
 895 tentamos fazer o crime do sexismo... contra héteros bis homossexuais
 qualquer crime praticado contra eles colocando TOdos -- porque há pessoa
 que... também têm discriminação contra héteros -- ((ouvem-se vozes ao fundo
 em protesto)) ah... olha... olha aqui ((campainha soa em pedido de silêncio))...
 eu gostaria de dizer o seguinte... há religiões... há religiões onde um
 900 heterossexual não pode ser sacerdote... portanto... nós poderíamos fazer uma
 coisa senador Paim... e é o apelo que eu faço à Marta... à senadora Marta
 Suplicy... que também quero aqui... senadora Marta... enaltecer seu gabarito
 intelectual... mas também sua sinceridade moral... eu:...várias vezes fui
 criticado por diversos evangélicos porque achavam... que eu não deveria ter
 905 sentado a seu lado e nem ter procurado um acordo... e eu...dizia a eles do
 respeito que tenho pela senhora... do seu ideal... da sua franqueza... e da sua
 luta...como espero que vossa excelência também compreenda... as minhas
 posições... mas o que eu queria senador Paim ao terminar aqui... esse breve
 pronunciamento... é deixar claro... nós evangélicos não podemos ser
 910 in/estigmatizados como homofóbicos... não somos... respeitamos os
 homossexuais.. queremos apenas encontrar uma lei que preserve também
 nossos direitos... de discordar...de expor a nossa opinião... que para nós... seria...
 um pecado ainda maior... não professor o aquilo que nós achamos que vai fazer
 bem a eles... e que seria... o melhor das nossas intenções e dos nossos
 915 propósitos... essa é minha palavra sincera senador Paim... espero poder
 construir... quero me colocar à disposição... e gostaria/... fazer um último
 apelo... que na hora que nós saíssemos da comissão... nós pudéssemos
 conversar uns com os outros no corredor... cumprimentar... dar um abraço...
 desejar boa sorte... que não houvesse esse CLIma... e os nossos discursos
 920 políticos não provocassem... de empurrão... de xingamento... de menosprezar
 de desprezar de ridicularizar... eu gostaria de ver... uma:... uma maneira
 pacífica de discutirmos nossas diferenças... e encontrarmos uma lei justa que
 possa... contemplar a todos... muito obrigado ((aplausos))

PP muito bem... pessoal... hoje -- senadora Lídice da Mata lembrou muito bem -- é
 925 o Dia Internacional dos Direitos Humanos... e por sugestão aqui da mesa... eu...

que sou fã do:... Thiago de Mello... que escreveu o Estatuto do Homem... eu vou fazer o seguinte... numa homenagem ao Dia Internacional dos Direitos Humanos... como são diversos artigos o Estatuto do Homem... entre um senador ou uma senadora... eu lerei um artigo do Estatuto do Homem... que
 930 essa Comissão apresentou um projeto.. para que o mês do nascimento do Thiago de Mello... seja o Mês da Poesia inclusive... e o projeto já está no plenário... o primeiro artigo do Estatuto do Homem diz... “fica::... fica decretado... que agora vale a verdade... que agora vale a vida... e de mãos dadas... marcharemos todos todos... pela vida verdadeira”... senador Suplicy
 935 com a palavra

ES prezado:: presidente::... senador Paulo Paim... primeiro quero cumprimentar vossa excelência... pela maneira como:... tem conduzido a Comissão de Direitos Humanos... e::... e sobretudo por ter/... estar realizando hoje um evento de... de extraordinária importância para o Brasil... eu quero... cumprimentar aos
 940 senadores que já utilizaram da palavra... mas sobretudo a iniciativa da:... senadora Marta Suplicy... uma vez que Vossa Excelência... nesse clima de:... de tensão de disputa que estamos aqui observando... avaliou que:: será melhor... retirar para melhor discussão... o seu próprio parecer... e chegar a um possível entendimento... por mais difícil que possam... os apupos ora... os aplausos aqui
 945 expressos... mas... eu gostaria até de... transmitir ao senador Magno Malta... ao senador Marcelo Crivella que... na exposição de ambos... eu percebi um sentimento de quem quer chegar a um acordo... mesmo que o senador Magno Malta... tenha: expresso... que a palavra PL cento e vinte e dois se tornou para ele um... algo que não pode... ser considerado... mas em verdade... nós estamos
 950 considerando e reunidos aqui... mas na sua palavra... prezado senador Magno Malta... eu percebi como que uma disposição em maior grau do que em qualquer outra ocasião em que o ouvi falar... sobre esse tema aqui porque:... Vossa Excelência como o senador Crivella... ao dizerem que...efetivamente não querem a intolerância... e sobretudo com respeito a qualquer coisa/ainda
 955 ontem... senador Paulo Paim senadora Lídice da Mata e eu... registramos algo... muito relevante que aconteceu... para uma mulher negra... a primeira juíza negra do Brasil... a doutora... a magistrada... Luislinda::... Dias Valois dos Santos... que... por decisão unânime... anteontem realizada pelo Conselho

960 Nacional de Justiça... diante inclusive do fato de que um desembargador ali do
Tribunal da Justiça da Bahia tinha dito a ela... olha enquanto eu estiver aqui
você não vai se/se tornar desembargadora... mas faltam apenas qu/quaren/...
faltando quarenta e cinco dias para que ela dia vinte de janeiro complete
setenta anos... e daí ela será: aposentada... mas por questões de Mérito... de
idade de/... faltam apenas quarenta e cinco dias para que ela possa se tornar
965 desembargadora... e... então o Conselho Nacional de Justiça examinou o caso
e... definiu que ela vai ser sim desembargadora e... está marcada avaliam que
para segunda-feira... a sua posse no Tribunal de Justiça... então e um... exemplo
de como... para um dos problemas às vezes sobre a mulher... e sobre os negros...
e a mulher negra... que felizmente está hoje... sendo corrigido no Brasil ((o
970 registro feito pela TV Senado da fala do senador é interrompido e retomado⁸²))
que haja esse espírito aqui de... chegarmos... a... a um bom entendimento...
ainda ontem eu falava de algo que... quando a:.... escritora Rose Marie Muraro...
uma das líderes feministas... transmitiu a mim algumas observações... de como
a homossexualidade a bissexualidade... têm sido hostilizadas em muitos
975 países... às vezes nas forças armadas... no serviço público... chegando a ponto...
-- que todos aqui condenamos -- de homossexuais serem... hostilizados e
sofrerem... agressões físicas na: avenida Paulista... em outros lugares do
Brasil... mas ela também ressaltou o caso dos transexuais e dos travestis
porque... somente eles... sabem o que é ter em si os dois gêneros ao mesmo
980 tempo... um sofrimento inenarrável conforme está explicitado no livro... *As
nature made him: the boy who was raised as a girl* de... John Colapinto... do ano
dois mil... trata-se da história de dois gêmeos homens... num deles o rabino fez
uma circuncisão normal e no outro quase decepou seu órgão genital... os pais
e o rabino aterrorizados então extraíram o órgão e criaram um órgão feminino
985 artificial... criando a criança com estrogênios como menina... mas como o sexo
do cérebro dele era o mesmo do seu órgão genial ele não tinha disforia de/do
gênero... e na adolescência a menina passou a ter bigode e barba queria
namorar outras meninas... sua voz ficou mais grave e foi um escândalo... até
que os pais tiveram que revelar a verdade mas um tempo depois esse

⁸² Neste ponto da gravação, surge uma vinheta que interrompe a fala de Eduardo Suplicy. Não é possível precisar quanto da fala do senador foi cortada na gravação.

- 990 adolescente suicidou-se... ah... () avalio... que nós estamos próximos... e... as sugestões que o próprio senador Crivella agora faz de:... um esforço de entendimento... e/e a sua disposição:... senador Magno Malta de... estar dialogando... e:... eu avalio que:... inclusive
- ? estamos todos falando de intolerância
- 995 ES sim... mas eu acho que... ah...será possível dar um passo... e:... o que eu quero transmitir senador Paulo Paim... é que:... todo esforço que puder ser feito para chegar a um entendimento... ah... mesmo... entre a senadora Marinor e os que aqui a:... a hostilizaram em alguns momentos... mas ao lado dos outros que a aplaudiram... possamos... senador Paulo Paim... sob a sua condução... chegar a
- 1000 um melhor entendimento e:... quem sabe... vamos acordar... e inclusive.... levando em conta a própria observação... da CNBB... que quer que não haja qualquer desrespeito... a qualquer ser humano em nosso país... muito obrigado ((aplausos))
- PP esse foi o senador Suplicy... enfim... “fica decretado que todos os dias da semana inclusive as terças-feiras mais cinzentas... têm direito a converter-se em
- 1005 manhãs de domingos... fica decretado... que a partir desse instante... haverá girassóis em todas as janelas... e que os girassóis terão o direito a abrir-se dentro da sombra... e que as janelas devem permanecer... o dia inteiro abertas... para o verde onde ... a esperança... fica decretado que o homem... não precisará
- 1010 nunca mais duvidar do homem... que o homem confiará no homem... como a palmeira confia no vento... como o vento confia no ar... como o ar confia no campo azul do céu... o homem confiará no homem como o menino confia em outro menino”... homenagem ao dia internacional dos Direitos Humanos... com a palavra o senador... Sérgio Petecão
- 1015 SP queria saudar nosso presidente... senador Paulo Paim... saudar... aqui.. a senador Marta Suplicy... colegas senadores deputados federais... líderes eh::: evangélicos... lideranças... do movimento GLBT que estão presentes na nossa sessão... todos aqui... que fazem parte desse momento... desse debate... desse bom debate que estamos travando aqui nesta comissão... Comissão de Direitos
- 1020 Humanos... eu:... eu não sou evangélico... minha mãe disse que eu era católico e até hoje... e/eu estou católico... mas... eu não posso deixar de reconhecer... que

no meu estado... nós::... tivemos grandes avanços... principalmente nos índices de violência... e eu posso citar um exemplo aqui... nós temos um bairro lá que chama-se Sobral... a violência muito alta... muito alta... altíssima... e::... depois

1025 que::... se fundaram ali várias... eh... igrejas evangélicas... de várias denominações... os índices ali baixaram muito... muito... ((aplausos)) eh... eu... eu quando fiz aqui uma::... uma::... um cumprimento ao pastor... Manoel Ferreira... porque o pastor Manoel Ferreira foi deputado federal junto comigo... né? ele é um líder... um grande líder da Igreja::... ((aplausos)) eh... Assembleia

1030 de Deus de Madureira... e lá no meu estado... a Assembleia de Deus de Madureira... -- e eu conheço/ tem um... o pastor Valdemar... Valdemar de Jesus... que é o/o líder da igreja... é uma pessoa que eu tenho um carinho muito grande também... e tenho um respeito muito grande pelo trabalho que ele faz lá no meu estado... é uma igreja muito grande... -- e::... quando eu saudei o::: o

1035 pastor Manoel Ferreira... foi pelo carinho e o respeito que eu tenho... ele par/ele apresentou o nome dele como Prêmio Nobel da Paz... eu eu tava lá na/na/na/na Câmara... ajudei a construir... e ele representando nosso país... né?... e uma pessoa que... com certeza... ajuda muito esse país... ((aplausos)) eu/eu sinceramente eu::... com o gesto da senadora Marta... em pedir/retirar

1040 o projeto para que nós possamos discutir... eu já me sinto contemplado... e na fala do past/do senador... Crivella... que é uma pessoa que eu aprendi muito nessa casa... -- sou um senador de primeiro mandato... o senador Crivella já está no segundo mandato... não é isso?... e é uma pessoa que sempre tem procurado... aonde eu vejo... aonde eu vejo... aonde eu participo... semear a

1045 paz... é um homem que sempre tá estendendo a mão para a paz ((aplausos)) -- eu começo a me preocupar... eu começo a me preocupar... quando a senadora Marta pediu a retirada do projeto... eu sinceramente... eu queria era votar... eu queria votar... sinceramente... não sou o dono da verdade... o problema -- e aqui vou dar um exemplo... lá no meu estado... no último movimento/na última

1050 parada que teve lá... essa coisa tá indo para um rumo que eu sinceramente tô ficando preocupado... eu tô ficando preocupado... se tem uma pessoa aqui que nunca discriminou... e eu peço a Deus todo dia para preservar minha humildade... que eu sou contra qualquer tipo de discriminação... eu ra-di-ca-li-zo... eu não aceito... se for na minha casa... vocês vão ver lá... que tem uma

- 1055 pessoa... pastor Crivella... igual ao senhor... o senhor tem no seu gabinete eu
tenho na Minha casa... uma pessoa que me ajuda e muito... quando eu nem era
parlamentar... essa pessoa já frequentava minha casa... e hoje frequenta muito
mais... uma pessoa que me ajuda... ele é um homossexual... e me ajuda MUITO...
e eu tenho um carinho assim... muito grande por ele... eu não aceito qualquer
- 1060 tipo de discriminação... -- mas essa coisa tá indo para um caminho assim... que
tá começando a me preocupar... nessa última parada lá... que teve lá na minha
ci/lá em Rio Branco... na nossa capital... capital do estado do Acre... a parada...
foi aberta... com um hino evangélico... e isso não é BOM... isso/poderia até ser
aberto com hino evangélico... eu não sei... não sei como é esse entendimento...
- 1065 mas o problema é que foi aberto... com hino evangélico... no sentido de... ih:...
de provocar... eu digo porque eu ouvi... de várias pessoas que... e depois
conversando... para que isso? por que isso?... nós não precisamos chegar nesse
ponto... então é por isso... oh... amigos senadores... senadoras aqui presentes...
eu sinceramente... eu já queria era terminar com isso... entendeu?...
- 1070 ((aplausos)) porque... eh:... se tem uma pessoa que... que não tem/não tenho
motivo nenhum... não tenho motivo nenhum... para tratar mal os
homeq/homossexuais... eu não tenho motivo nenhum... até porque SEMpre fui
bem tratado no meio... SEMpre fui bem tratado... SEMpre fui respeitado... né?
então... longe de mim qualquer tipo de discriminação... que eu não aceito...
- 1075 mas... eu vi uma placa ali atrás... e tinha um... um companheiro... que tinha uma
placa... e a placa dele dizia assim... “declare guerra a quem FINGe que te ama”...
eh ah... tava na mão de alguém ali ó... “declare guerra... a quem finge que te
ama”... olha a que ponto nós estamos indo... nós não precisamos declarar
guerra a ninguém... ((aplausos e gritos de aprovação))
- 1080 ? é uma mãe... que teve seu filho morto por homofobia ((aplausos e gritos de
aprovação; campanha soa))
- SP mas e/... mas eh...
- ? () o senador não pode ser interrompido
- SP não... não... mas eu permito que ela fale... pode f/pode... pode falar...
- 1085 ((campanha soa em pedido de silêncio))

- PP vamos lá pessoal... a audiência tá indo bem... vamos lá... ((câmera focaliza uma mulher, que, em pé, grita e gesticula; não se ouve o que ela diz)) estamos quase no encerramento... vamos sair daqui com uma comissão... e essa comissão... vai organizar o debate
- 1090 [
- SP deixa ela falar... deixa ela falar... deixa ela falar... pode falar companheira... eu aceito...
- PP não tem como... senão todo o plenário vai abrindo aí
- SP não... porque na verdade senador... o que ela tá dizendo
- 1095 PP só se eu abrir a palavra para um vou ter que abrir para todos
- SP mas é uma mãe que tá dizendo...
- PP com todo respeito... não dá
- SP ela tá/é uma mãe que tá dizendo que perdeu o filho por conta da violência... então não podemos semear... a violência...
- 1100 MS ()
- SP () a guerra é violência senadora... ((aplausos))
- MS () a homofobia ()
- [
- PP vamos lá
- 1105 SP mas aqui::.... eu
- PP Sérgio Petecão com a palavra... senador Sérgio Petecão
- SP se/se realm/se::.... o nosso propósito aqui... é bate/é combater a violência... combater a guerra... combater a homofobia... eu não vi aqui ninguém.. defendendo... homofobia... então... ((plateia se agita)) senadora... senadora
- 1110 Marta ((campanha toca)) eh... eu/eu... eu queria dizer à senhora que eu... eu dentro das minhas possibilidade... eu quero ver como é que eu posso dar a minha contribuição... eu sinceramente... eu/eu/longe de mim... querer discu/querer discutir com a senhora... a senhora é uma psicóloga que tem

- especialidade em sexologia... não é isso?... eu acho que a senhora é uma pessoa
- 1115 preparada para discutir esse assunto... eu aqui quando... quando... o senador...
Magno Malta fala... uma pessoa que tá acompanhando isso aí... eu::... eu me
sinto contemplado... senador Crivella... eu/eu penso que::... eu penso que::... nós
não podemos... de forma alguma... de forma alguma... é::... tentar tirar proveito
político... sei lá... é tentar beneficiar A::... ou B ou C... nós temos que ter aqui a
- 1120 RESponsabilidade de encontrar um meio termo... para que nós
possem/possamos... resolver a situação... o que não dá é para que/ que
antigamente eu não via isso... nas paradas não tinha esse negócio de quebrar
santo de botar hino evangélico... não tinha Isso... no meu estado não tinha isso...
e a coisa tá se acirrando de uma forma eh... que... eu sinceramente tô ficando
- 1125 com medo... eu tô ficando com medo... então era isso... da minha parte... eu peço
desculpas se não agradei... eu/eu tenho... eu tenho procu/ eh procurado eh...
dentro das minhas possibilidades dar minha contribuição... né? e::... vocês
podem ter certeza... eu::... não tenho interesse nenhum... nenhum... sou contra
to/eh::... qualquer tipo de discriminação e::... sei lá... agora também... não
- 1130 posso... eh::... deixar... de dar... os meus testemu/testemunhos eh::...
principalmente que acontece no meu estado.. que eu convivo no dia a dia... fui
deputado estadual... por três mandatos... fui presidente da assembleia do meu
estado por quatro mandatos... fui deputado federal... fui o deputa/o senador
mais votado da minha capital... eu não posso deixar de dar um testemunho... da
- 1135 contribuição... ((conversas na plateia; campanha soa)) que o povo
eva/evangélico dá ao meu estado... muito obrigado ((aplausos))
- ? ((gritando)) muito be::m... muito bem
- PP nós solicitamos aqui para a::... a assessoria::... atender ali a mãe que perdeu o
filho... e:: que::... ela pediu que chegasse uma água lá pra ela... eu tô vendo ela
- 1140 ali... que deem assistência para ela ali... a gente entende a dor dela... eu vou
continuar... com a audiência... com a mesma tranquilidade que foi até o
momento... e vou continuar com a orientação que a mesa deu aqui...
homenageando o Dia Internacional dos Direitos Humanos... “fica decretado
que os homens estão livres... do jugo da mentira... nunca mais será preciso
- 1145 usar... a couraça do silêncio... nem a armadura das palavras... o homem se

- sentará à mesa... com o seu olhar limpo... porque a verdade passará a ser servida... antes da sobremesa... fica estabelecida... durante dez séculos... que a prática sonhada pelo profeta Isaías... será o lobo e o cordeiro... pastarão juntos... e a comida de ambos terá o mesmo gosto de aurora... por decreto
- 1150 irrevogável... fica estabelecido... o reinado permanente da justiça e da claridade... e a alegria:... será uma bandeira generosa... para sempre desfraldada na alma do povo... fica decretado... que a maior dor... sempre foi e será sempre... não poder dar-se amor sempre... a quem se ama... e saber que é... a água... que dá à planta o milagre da flor... fica permitido... que o pão de cada
- 1155 dia tenha no homem... o sinal de seu suor... mas que sobretudo tenha sempre o quente sabor da ternura... fica permitido a qualquer pessoa... a qualquer hora da vida... usar o traje branco"... com a palavra a senadora Marta Suplicy ((aplausos))
- MS primeiro::... eu quero::... parabenizar a condução dos trabalhos pelo senador...
- 1160 Paim... e depois dizer... que apesar de alguns entreveros que tivemos... essa essa::... essa discussão... essa audiência... essa votação... como queiram chamar... ela foi mais tranquila do que de outras vezes... isso::... e::... acredito que isso faz bem... ao mesmo tempo... algumas frases alguns comentários e observações... merecem uma ponderação... a primeira... é o senad/é a questão
- 1165 da homossexualidade... eh::... ser uma opção... e aí senador Petecão... que mencionou que durante muitos anos... tive um papel importante nessa questão... não só com programa de televisão mas também tendo profundamente estudado a questão... realmente a homossexualidade... no meu entender não é uma opção... ((aplausos e gritos de aprovação)) nós podemos
- 1170 falar... nós podemos falar da Blssexualidade... mas não podemos falar da homossexualidade
- ? é isso aí Marta ((gritos de aprovação))
- [
- MS e as nuances são muito grandes... mas são fundamentais... ((falatório
- 1175 na plateia)) e é muito importan/é muito importante... ((campinha soa)) que aí existe uma diferença... GRANde de compreensão do que seja a homossexualidade... que faz que tenhamos posições muito divergentes... no

momento que eu acho que eu posso curar alguém... aquilo já virou doença... e aí eu quero comentar... dois aspectos que foram mencionados aqui... sobre a PEDOfilia e a homossexualidade... isso t/me incomoda profundamente como estudiosa do assunto... que se confUNDam as duas coisas como reiteradas vezes tem sido feitas... ((aplausos e gritos de aprovação da plateia)) a PEDOfilia... a PEDOfilia é perversÃO... e é CRIme... ((aplausos e gritos de aprovação da plateia)) e tanto... e tanto acredito... que é difícilimo de ter cura... que ontem votei num projeto do senador Magno Malta... na Comissão... de Justiça... aumentando a pena para pedÓfilos... porque não acredito... que sua recuperação seja tão fácil... ou se é possível... ou é raramente... e que são um perigo na rua... então... nisso... é algo... que... tenho PLEna convicção... e acredito que NÃO pode em hipótese alguma ser confundido com homossexualidade... que a Organização Mundial de Saúde... já decretou... há DÉcadas... que não é doença... ((aplausos e gritos de aprovação da plateia)) então... sem essa compreensão... sem ESta compreensão... eu acho... complicado a/com/que:... tenhamos um avanço... ah::... podemos sentar e continuar nossas conversas... e acredito que seja importante... que... possamos ter uma convergência... convergência... esse projeto hoje apresentado... respeita muitas das posições de vossas excelências senadores... né?... respeita a convicção também... muitas convicções da Igreja Católica... e eu vou aqui ler... a nota de esclarecimento... que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil... “por fidelidade a Cristo e à Igreja... no firme propósito de ser instrumento da verdade... vem esclarecer que atendendo à solicitação da senadora Marta Suplicy... a recebeu em audiência no dia primeiro de dezembro de 2011... e ouviu sua apresentação sobre o texto substitutivo ao PL cento e vinte e dois... a presidência da CNBB não fez acordo com a senadora como noticiou parte da imprensa... na ocasião... fez observações”... acatadas... “deu sugestões”... acatadas... “e se comprometeu com a senadora... se compromeTEU com a senadora... a continuar acompanhando o desenrolar da discussão sobre o projeto”... ((aplausos e gritos de aprovação)) reiterou... ainda... reiterou ainda... a posição da Igreja... de combater TDo tipo de discriminação... e manifestou... por fim... sua fraterna e permanente disposição para o diálogo e colaboração em tudo o que diz respeito ao bem da pessoa humana... ((aplausos e gritos de aprovação)) quero

ainda colocar... ah... como observação que aqui foi dito... afirmado... que não vivemos num país homofóbico... eu discordo... e quero dizer o porquê... foi mencionado por alguns senadores... que não/que assim como se agriem homossexuais... se agriem deficientes... se agriem... várias pessoas () que

1215 estão incomodando de alguma forma... é verdade... mas eu nunca vi alguém esfaquear um deficiente... porque ele é deficiente... ((aplausos e gritos de aprovação)) não vi alguém... não vi... também... -- pode até ocorrer senador Malta... mas isso é raro e dá primeira página de jornal como um escândalo gigantesco -- agora... nunca vi esfaquear... surdo porque é surdo... o senhor

1220 pode ter visto... ((falatório na plateia)) mas não é o que ocorre todo dia nesse país... ((campanha soa repetidamente)) nunca vi alguém... eu POSSO ouvir... eu nunca vi alguém...

PP a relatora está com a palavra

[

1225 MM e também ninguém é esfaqueado todo dia no país

MS homossexual?

MM não tem esfaqueamento todo dia?

MS mata-se... mata-se senador ((gritos e falatório na plateia)) mata-se... mata-se... MAta-se...

1230

[

PP a relatora está com a palavra

MS MAta-se por crime homofóbico

[

1235 MM senhor presidente por favor me inscreva... porque ela está se dirigindo a mim... e (eu evoco o) artigo 14... depois vou responder para ela

PP a relatora está com a palavra

[

MS mata-se... mata-se por crime homofóbico nesse país... infelizmente... agora...
1240 se vossa excelência vai fazer um discurso dizendo que os crimes são...
porque:... porque a pessoa incomodou... por qualquer motivo... e é igualzinho...
esfaque/que existe esfaqueamento... de pessoa portadoras síndrome de
Down... ou de surdos... ou de deficientes... isso o senhor faz à vontade... mas não
corresponde à realidade... não corresponde à DOR... não corresPONde ao que
1245 essa mãe... tava ali falando... que mata/que matam seu filho... não corresponde
àquele pai que teve a orelha decepada... ((aplausos e gritos de aprovação))
porque foi confundido como casal gay... NÃO corresPONde senador... o senhor
pode falar o quanto o senhor... desejar... mas a rua... tem a verdade... e a dor...
que sentem os pais... (que dos) seus filhos assassinados por homofobia... tá
1250 presente... então... eu quero dar aqui/falar... que isso é uma questão que nós
temos que reconsiderar... e peço a vossa excelência... como ser humano que é...
e que tem um trabalho que eu respeito numa ah... numa área de proteção de à
criança e adolescente... que:... que converse mais com as próprias famílias de
homossexuais... com os próprios... aqui nós temos vários... pergunte... a eles... o
1255 que eles sentem na rua... o/o medo que hoje tem o homossexual... de sair na
Avenida Paulista... que é a avenida mais importante da minha cidade São
Paulo... eles não saem... eu recebo e-mails aqui... tenho medo de sair... não posso
passar ali... que virou um símbolo... contra o homossexual... então... a lei é
p/necessária... e a lei tem que falar sim da discriminação... porque... se a pessoa
1260 não pode hoje dizer para alguém... olha... eu não te emprego porque você é
negro... ela também não vai poder dizer para o homossexual... e assim como
hoje se ela não quiser aquela pessoa ela vai dar o motivo que ela quiser... e se
a outra não se sentir satisfeita VAI entrar na justiça... e o juiz vai decidir... a
MESma coisa vai ser... e a mesma coisa vai ser provada ou não provada... essa
1265 proteção o homossexual tem que ter sim senador... ((aplausos)) porque hoje...
quando um senador fala... quando um senador fala do acirramento... o
acirramento é verdade... o acirramento tá acontecendo na sociedade... à
medida... ((campainha toca em pedido de silêncio)) à medida que... nós vemos
cada vez mais... pessoas que vão... e pregam e falam... à respeito da
1270 homossexualidade... ((falatório na plateia)) de uma forma que é bastante
negativa... ((campainha soa em pedido de silêncio)) então... quando vossas

1275 excelências falam... da tolerância do respeito... uma coisa é a tolerância e o respeito falado aqui... a outra é o comportamento... respeito é ação... respeito é o jeito que eu me conduzo... ((aplausos)) a outra coisa que eu:... gostaria de colocar... é... -- ah isso é até pequeno colocar... mas eu faço essa questão... -- eu também acompanho... muito projetos eu são levados à frente/sociais... por evangélicos... bons projetos

? () ((ouvem-se vozes na plateia))

MS 1280 o próprio senador Malta tem/((talvez respondendo a alguém da plateia)) dou sim... o próprio senador Malta tem projetos que... formaram até campeões... isso várias religiões têm... a católica também tem... ah:... o espiritismo tem também... isso nós temos... mas eu gostaria de lembrar... que:... a sociedade laica... também tem muita condição... e até mais obrigação... e eu gostaria de lembrar que quando fui prefeita de São Paulo... com a implantação nas grande 1285 periferias de São Paulo... do projeto de renda mínima precursor do Bolsa Família... e com o projeto dos CEUs... que são aquelas grandes escolas com escola cultura e tudo mais... nós tivemos uma p/uma:... diminuição acentuada... da violência e da evasão escolar... e quero dizer... para (ir) terminando... que oito estados... Minas Gerais... Rio Grande do Sul... Ceará São 1290 Paulo Paraná e outro/Rio de Janeiro e outros... já aprovaram leis... que punem a homofobia ((aplausos)) em suas instâncias administrativas... e nós temos cento e DOze municípios... que também já o fizeram... e nada... de cerceamento de liberdade... ou de... ou de nada de maior confusão social ocorreu... ((grito de provação da plateia)) o que se quer nesse país... é PAZ... harmonia.. que as 1295 pessoas se respeitem... convivam harmoniosamente... e aí... eu quero dizer... aos que/todos que têm se manifestado nesse sentido... que nós temos que ter alguma lei que ajude... alguma lei que proteja... porque não é igual... não é... e tanto é que a Lei Maria da Penha foi feita... porque não tava/a lei que existia não tava dando conta... e o que nós temos agora... é que a lei existente não está 1300 dando conta... não vai acabar com a homofobia como a lei do racismo não acabou com o racismo... inibe... e nós precisamos disso... para nós termos uma sociedade... mais civiliZAda... e isso que nós queremos... e hoje o mundo todo caminha pra uma::/pra uma::/pra uma possibilidade... de diversidade... de

1305 respeito... e isso nós não vemos caminhando aqui... eu vejo um retrocesso... e esse retrocesso... nós senadores... TEemos condição de impedir... ((grito de aprovação da plateia)) e eu acho que nós deVEmos tentar... por isso tirei para reexame... porque contei os votos certinho e tinha empate... e podia vir alguém de outro time ((aplausos)) e ia per/e não vou correr o risco... mas... é muito elucidativo... que já conseguimos desta vez... conversar um pouco melhor... se

1310 vamos chegar a um entendimento... ainda não sabemos... mas estamos conversando de forma PElo menos... mais civilizada... ((gritos na plateia)) e eu quero dizer... que a história da humanidade... é a história do preconceito... é a história progressiva do combate... à exclusão social.. é a história de proteção e resgate... dos que têm menos... e dos que sofrem... e dos que são Vírtimas de

1315 discriminação... se essa aqui eh... tem sido uma luta minha da::... da vida inteira sobre isso... imagino que vossas excelências... também lutam pela paz pelo amor pela tolerância... a minha posição é que se nós não fizermos uma lei... nós não conseguiremos progredir... esta lei... estou aberta a sentar... conversar... com alguns pontos não negociáveis como vossas excelências também têm... e

1320 nós vamos sentar e ver que de repente até mudamos eu ou vossas excelências de ideia e conseguimos convergir... acho que fizemos um passo... bastante importante adiante... e quero agradecer então... a presença de todos os militantes dos dois lados... dos deputados evangélicos que aqui tiveram também sua presença... dos senadores dos dois lados que também

1325 compareceram... e.... vamos tentar trabalhar uma nova possibilidade ((aplausos e gritos de aprovação))

MM senador Paim eu gostaria... que::

PP eu quero só informar... informa::r... vou informar o plenário... do seguinte encaminhamento -- pessoal eu repito de novo... não adianta gritar aQUI... quem

1330 grita não leva a nada... só prejudica o encaminhamento... -- informo ao plenário que (este) projeto de lei do Senado... dois um meia de dois mil e quatro e quatrocentos e quinze de dois mil e nove... aqui aprovados... foram redistribuídos ao senador Sérgio Petecão... tendo em vista o licenciamento do senador Eduardo Amorim... relator ad hoc... eu ainda quero... me permita antes

1335 de passar a palavra ao senador... ler o último artigo aqui do Thiago de Mello...

o último artigo:::.... dos Direitos do Homem do Thiago de Mello diz... “fica proibido.... o uso da palavra liberdade... a qual será suprimida dos dicionários... e do pântano enganoso das bocas... a partir desse instante... a liberdade... será algo vivo e transparente... como o fogo ou o rio... e a sua morada será sempre...
 1340 o coração... do homem”... viva o Dia Internacional dos Direitos Humanos ((aplausos))

MM senador Paim

[

PP senador Magno Malta

1345 MM eu serei breve... muito breve... todas as vezes... a senadora Marta ao final da sua fala disse... “eu retirei porque fiquei com medo (de)... deixar alguém do outro lado”... eu achei que era realmente para a busca do consenso mas foi o medo... ((aplausos)) essas coisas me fazem refletir... me fazem refletir... então não havia interesse... e ela própria diz... -- com relação a suas convicções que devem
 1350 ser totalmente respeitadas como as nossas... -- toda convicção tem que ser respeitada... toda vez que ela cita uma violência ela cita a avenida Paulista... que não está no Espírito Santo está em São Paulo... no estado dela... e em São Paulo:::...

? ((gritando)) tá no Brasil todo

1355 MM e em São Paulo... a Paulista... ((campainha soa em pedido de silêncio)) em São Paulo tem uma lei sancionada pelo Geraldo Alckmin... que é mais ou menos uma reprodução do texto... da... ex-deputada Iara Bernardi... e a violência mesmo tendo uma lei em São Paulo... continua na Paulista... fica claro que o que nós precisamos na verdade... é educar um povo no sentido de sermos
 1360 tolerantes uns com os outros... não é criminalizar alguém porque não aceita sua posição... fora assim... São Paulo já não teria mais problema... porque São Paulo tem uma lei... já... ((aplausos)) São Paulo já tem uma lei... de um deputado do PT... sancionada pelo Geraldo Alckmin... então não é isso exatamente... se/o que/a boa convivência de uma sociedade é respeito... e ela precisa ser
 1365 aculturada para isso... não é criminalizando quem não concorda comigo que nós vamos chegar a algum lugar... que nós vamos chegar a algum lugar... de

maneira que esse é o meu entendimento... penso que a nossa busca por entendimento precisa ser exatamente essa... o entendimento... porque nós precisamos é nos respeitar... e ajudar uma sociedade a se aculturar... no sentido de ser/sermos absolutamente... eu uso esse termo desde a época da Fátima Cleide... quando esse projeto veio votado por trinta deputados... acordo de liderança que foi deito pelo Rodrigo Maia... quando era líder do DEM... lá na Câmara... e veio para cá... ((aplausos)) não teve nada de votação estrondosa... TRINta por acordo de liderança numa quinta-feira... Inocêncio de Oliveira dirigindo e Rodrigo Maia sozinho lá embaixo... e aí... eu sempre falei isso com a deputada Fátima Cleide/com a senadora Fátima Cleide... que insistia em fazer esse enfrentamento... é verdade que nós avançamos... vamos tentar avançar um pouco mais... mas vamos... ajudar a nossa sociedade a se aculturar... porque quando eu recupero um drogado na minha instituição... eu preparo ele para passar na frente do boteco... e ah... a bebida que está na/não chamar a atenção dele... e ser alguma coisa normal porque o boteco nunca vai sair do lugar... quem tem que mudar é ele... para ele passar na frente da boca de fumo e não se sentir atraído porque a boca de fumo vai estar no lugar... quem tem que mudar é ele... então você tem que preparar o homem para conviver... para conviver... sabendo que o problema existe no MESmo lugar... mas é que a mudança é nele... então quando nós... de/procuramos trabalhar uma convivência no sentido de nos respeitarmos... eu penso que esse é o caminho... e eu penso que o projeto foi tirado para isso... não foi por causa de medo... porque podia chegar alguém do outro lado... pelo amor de Deus ((aplausos))

1390 MS eu não quero prolongar... pela ordem...

[

MB não fala mais o nome... não fala mais o nome

MS eu não quero prolongar o debate mas... fui citada... tenho direito a falar... e não vou citar ninguém para não ter mais/não prolongarmos... mas eu quero... lembrar... que se eu apresentei esse projeto... foi com a intenção... de aprovar... não foi com a intenção de fazer figuração... foi para votar... ((gritos da plateia)) na medida/ foi pra votar... votar e ganhar

[

- PP pessoal... pessoal vamos ((campainha
1400 soa em pedido de silêncio))
- MS porQUE::
- PP shhhhh... pessoal nós temos cinco minutos para terminar essa audiência
- [
- ? questão de ordem
- 1405 [
- MS não vai... não vai
- [
- PP vamos manter a tranquilidade
que tivemos desde o início
- 1410 [
- MS agora... se não temos condição de ganhar... nós temos que sentar e conversar...
exatamente... então vossa excelência percebeu corretamente... né? e::... nós
temos que::... tentar conversar mais... não foi possível ... e para... não/e para não
ganhar não vou por para votar... agora... não é ganhar... porque estávamos
1415 empatados... é para correr o risco... agora eu tenho uma coi/uma ah... pra
finalizar... e não prolongar mais isso... eu tenho uma observação importante...
as leis estaduais aqui mencionadas... inclusive a de São Paulo... não têm
competência penal... só administrativa... competência em matéria peNAL é
NOssa... DEsse conGREsso que tem que decidir... ((aplausos e gritos de
1420 aprovação; campainha toca em pedido de silêncio))
- PP OK... pessoal... vamos... vamos concluir a nossa audiência pública... primeiro eu
ia fazer um apelo a todos que estão aqui... não vou fazer discurso... porque a
melhor forma de nós resolvermos essa situação... é nós continuarmos
dialogando... e trazer a matéria para votação... com entendimento ou não... num
1425 momento adequado... todos serão convocados... no momento da votação...
((gritos na plateia)) eu só queria -- o grito aqui não adianta... os gritalhães aí...
vão ali para fora gritar no corredor... o que que estão fazendo aqui?... nós
estamos aqui... para tomar uma solução... ((aplausos))... -- meus amigos... deixa

1430 eu colocar para vocês o seguinte... duas questões muito rápidas... de
encaminhamento... nós senadores vamos continuar dialogando... na busca do
entendimento... claro que se não houver o entendimento... nós vamos ao
Voto::... eu só faço um apelo aos militantes das duas causas... que não aceitem
nenhuma provocação... que tem no meio aí que eu sei... provocadores... que
gostariam de sair daqui dizendo que brigaram... que discutiram... que se
1435 mataram... esses serão derrotados SEMpre... porque esses não querem o bom
encaminhamento... e não querem solução... está encerrada a audiência pública
((aplausos, gritos e cânticos de passeata))

ANEXO 2 - Normas para transcrição do debate

Foram adotadas, neste trabalho, as seguintes normas, as quais foram utilizadas por Preti (2003, p. 13-4) e seus colaboradores para a realização do Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta (projeto NURC).

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO⁸³
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda.... () nível de renda nominal
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/e reinicia
Entonação enfática	maiúscula	porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoantes (como <i>s, r</i>)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem os... eh:::... o dinheiro
Silabação	-	por motivo tra-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((tossiu))
Comentários que quebram a sequência da exposição; desvio temático	-- --	a demanda de moeda -- vamos dar essa notação -- demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	ligando as [linhas	A. na casa de sua irmã [B. sexta-feira? A. fizeram lá [B. cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto	(...)	(...) nós vimos que existem....
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	“ ”	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... “o cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREIra entre nós”...

⁸³ Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP no. 338 EF e 331D².

Observações:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.).
2. Fáticos: *ah, éh, ahn, ehn, tá* (não por está: *tá?* você está brava?).
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
6. Não se anota o *cadenciamento da frase*.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: *oh:::...* (*alongamento e pausa*).
8. Não se utilizam sinais de *pausa* típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois-pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.